

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Gustavo Felipe Miranda

O poder mobilizador do nacionalismo: integralistas no Estado Novo

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GUSTAVO FELIPE MIRANDA

**O PODER MOBILIZADOR DO NACIONALISMO: integralistas no
Estado Novo**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho

Rio de Janeiro

2009

Gustavo Felipe Miranda

O poder mobilizador do nacionalismo: integralistas no Estado Novo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política e Sociedade.

Aprovado em _____

Banca examinadora: _____

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho (Orientador)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a Eliane Garcindo de Sá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2009

À Luci Felipe Miranda, pela luta.

Agradecimentos

A Universidade Federal de Uberlândia, pela formação. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela acolhida.

Aos professores Luis Edmundo Moraes e Eliane Garcindo, por aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Francisco Carlos Palomanes Martinho, pela forma democrática com que desenvolveu a orientação.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro.

Aos meus pais, Sidnésio Chaves Miranda e Luci Felipe Miranda, pelo incentivo. Ao meu irmão, Bruno.

E, especialmente, a Aline Pinheiro de Almeida, com todo carinho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a militância integralista atuante no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Referenciado nos pressupostos marxistas de viés gramsciano, procuro refletir sobre o papel desempenhado pelo movimento no contexto ditatorial.

Após o fechamento do partido, em dois de dezembro de 1937, o integralismo sofreu um tremendo retrocesso em suas ações. Inconformados com o desprestígio junto aos dirigentes do novo Estado, a ala mais miliciana do movimento organiza duas tentativas de golpe de Estado, por sinal, fracassadas. Reagindo a ação golpista, o governo desenvolve uma avassaladora repressão aos integralistas, sobretudo, do Rio de Janeiro, centro articulador das revoltas. Muitos “camisas-verdes” são presos, julgados e condenados, outros, porém, continuam na oposição clandestina. Mais tarde, ainda na capital federal, fruto de um arrefecimento da repressão, uma expressiva ala do movimento inicia um processo de reorganização. Dezenas de entidades de caráter nacionalista são fundadas por integralistas.

Baseado em documentos policiais, privados e administrativos, em processos e fragmentos da imprensa do período procuro pensar a especificidade de cada uma dessas trajetórias, relacionando-as as ações do regime. Dessa forma, o texto trata da resistência a implantação do novo Estado por parte dos integralistas, bem como da incorporação destes as fileiras do Estado Novo. Reporta-se também ao projeto do regime voltado ao integralismo, que incluía repressão e complacência a organização integralista e as disputas inerentes ao jogo político em que se moviam ambos os grupos.

ABSTRACT

This dissertation focuses the militancy integralista active in Rio de Janeiro during the Estado Novo. Referenced in the assumptions of Marxist bias Gramscian, try thinking about the role played by the movement in the dictatorship.

After the closure of the party in December 1937, the integralism suffer a tremendous setback in its actions. Compliance with the discredit with the leaders of the new state, the more militiaman wing of the movement organizes two attempts of coup of State, by the way, failed. Reacting to share coup, the government develops an overwhelming repression to integralism, especially in Rio de Janeiro, center articulator of revolts. Many "camisas-verdes" are arrested, tried and sentenced, others, however, remain in opposition illegal. Later, still in the federal capital, the result of a cooling of repression, a significant wing of the movement started a process of reorganization. Dozens of bodies in nature are based on national integralistas.

Based on police documents, private and administrative, process and fragments in the press of time trying to think of each of these specific paths, linking them to the actions of the regime. Thus, the text deals with resistance to deployment of new state by integralism, and the incorporation of the ranks of the Estado Novo. It refers also to the design of the system back to integralismo, which included repression and the organization full and compliance disputes inherent in the political game as it moved both groups.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Panfleto “Palavra de Ordem do Apollo Sport Club”	73
Figura 2 - Revista Ra-ta-plan, 15 de agosto de 1941.....	137
Figura 3 - Revista Ra-ta-plan, 15 de agosto de 1941.....	141
Figura 4 - Posse da diretoria da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa	230
Figura 5 - Posse da diretoria da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa	231
Figura 6 - Mesa dirigente da reunião em comemoração a posse do novo presidente da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa	235
Figura 7 – Sessão comemorativa do “Mês de Caxias”	253
Figura 8 - Panfleto “Denúncia de D. Alexandre do Amaral”	255
Figura 9 - Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942	265

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABC - Associação Brasileira de Cultura

AIB - Ação Integralista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

AFÉ – Associação Feminina de Encarcerados

AFE – Associação de Famílias Empobrecidas

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea

CJBI - Cruzada Juvenil da Boa Imprensa

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social

FGV - Fundação Getúlio Vargas

GV - Arquivo Getúlio Vargas, no CPDOC

LSN - Lei de Segurança Nacional

TSN - Tribunal de Segurança Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Leituras sobre o integralismo	10
Uma proposta investigativa para o integralismo	18
Sobre as fontes, conceitos e escrita da história	35
1 - INTEGRALISTAS: ARTICULAÇÕES E LUTA POLÍTICA NA IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO	41
1.1 - Do golpe ao golpe: esboço de uma narrativa dos fatos	41
1.2 - Um quadro e a sua moldura: aspectos da repressão a integralistas e construção do consenso autoritário	60
2 - ORGANIZAÇÕES INTEGRALISTAS: O FASCISMO NA RETAGUARDA	73
2.1 - O integralismo nos anos 30	76
2.1.1 - <u>O ambiente intelectual do entre-guerras: o integralismo em formação</u>	76
2.1.2 - <u>AIB enquanto movimento político: observações pertinentes sobre sua ideologia e sobre seus componentes</u>	82
2.2 - Conjuntura de fundação das organizações	90
2.3 - Em defesa do Integralismo	103
2.3.1 - <u>Entidades Auxílio e o retorno dos integralistas a cena pública no Estado Novo</u>	104
2.3.2 - <u>Apollo Sport Club e Cruzada Juvenil da Boa Imprensa como “redes de solidariedade”</u>	111
2.4 - Integralismo e Estado Novo: hegemonia e disputa política	120
2.5 - Conclusão	147
3 - A JUSTIÇA NO ESTADO NOVO: CONTRA OS INTEGRALISTAS SUBVERSIVOS	154
3.1 - Os primeiros subversivos	163
3.2 - Subversivos a serviço da ordem	178
3.2.1 - <u>Os defensores da ordem</u>	179

3.2.2	- <u>A virada subversiva</u>	184
3.2.3	- <u>Contra o Estado Novo</u>	192
3.2.4	- <u>Uma vez mais a ordem: a segunda fuga de Belmiro Valverde</u>	196
3.2.5	- <u>A política da subversão</u>	201
3.2.6	- <u>Subversivos a serviço da ordem</u>	207
4	- ASPECTOS DA LUTA POLÍTICA: ESTADO NOVO, INTEGRALISMO E NACIONALISMO	211
4.1	- Aspectos do consenso nacionalista	211
4.2	- Assimilação e assimilados	221
4.3	- Elementos da reorganização integralista	230
4.4	- Polícia Política: repressão e consenso	236
4.4.1	- <u>Apontamentos para um estudo da Polícia Política nos anos 1930</u>	236
4.4.2	- <u>Polícia Política do Distrito Federal: um breve histórico organizativo</u>	240
4.4.3	- <u>A Polícia Política em ação</u>	242
4.5	- A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa: ascensão e queda	250
4.6	- O consenso sob novas circunstâncias	260
4.7	- Integralistas no Estado Novo: intervenção e luta política	274
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
	FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS	279
	BIBLIOGRAFIA	282

INTRODUÇÃO

Leituras sobre o integralismo

Em 7 de outubro de 1932 é realizada a assembléia de fundação da Ação Integralista Brasileira. Dessa data até 2 de dezembro 1937 – quando é editado o Decreto-lei que veda o funcionamento de partidos – se passariam pouco mais de cinco anos, tempo suficiente para seu meteórico enraizamento na sociedade brasileira dos anos 1930. Nesse período, o integralismo faria dois importantes congressos – Vitória (1934) e Petrópolis (1935) – que acabariam por nortear a ação política do movimento. Nesse contexto, o integralismo se expande por todo território nacional, formando núcleos tanto nas grandes cidades, quanto nos mais afastados rincões. Em mensagem dirigida aos chefes provinciais datada de agosto de 1935, Plínio Salgado informa estar a AIB organizada em 548 municípios e contar com 400 mil adeptos.¹ Em 1936, também segundo fontes oficiais (integralistas), este número teria chegado próximo a um milhão.² Ainda preso a números, em 1937 a AIB mantinha “*mais de 3.000 escolas de alfabetização, 1.000 ambulatórios médicos, lactários*”, além de consultórios dentários, farmácias, bibliotecas e locais para prática de esporte.³ Apesar dos aparentes exageros todos os dados apresentados são sem dúvida alguma significativos.

Em seu processo de maturação o integralismo absorveu movimentos autoritários reivindicantes de valores como ordem, anticomunismo, nacionalismo, espiritualidade, entre outros. De início, a própria Ação Integralista reivindica o *status* de doutrina, cuja razão de ser estaria no compromisso de introjetar o sentimento nacionalista na população brasileira pouco patriota. Aos poucos o movimento vai ganhando uma feição mais partidária, oficialmente assumida em 1935, quando esta efetivamente transforma-se em partido, com vista a disputar as eleições seguintes.

¹ BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu Et. Alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001 apud CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Tese de Doutorado. Niterói. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2005, p. 119.

² CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 34.

³ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa* op. cit. p. 120.

A trajetória da AIB contou também com desfiles, comemorações e eventos públicos em geral, aliás, mais do que nunca, a ocupação de espaço na cena pública foi uma característica marcante do integralismo. Com certeza essa sua vocação pela ação pública influenciou alguns dos pesquisadores que transformaram os “camisas-verdes” em seu objeto privilegiado de pesquisa. Outro ponto que contribuiu para consolidação do movimento como um campo de investigação acadêmica foi o justificável enquadramento deste entre o grupo de movimentos fascistas atuantes naquele contexto. Todo o interesse delegado ao fascismo (fenômeno europeu) reverteu-se para o integralismo.

É Hélió Trindade quem primeiro dedica um estudo sistematizado ao movimento, até então somente visitado por uma literatura não comprometida com preceitos acadêmicos. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*, propõe-se a ser um estudo voltado a pensar AIB, não só como construção ideológica, mas fundamentalmente como movimento político de massas. Ao enveredar por este percurso, Trindade provou, com sucesso, ser o integralismo um elemento crucial para o entendimento da conjuntura da primeira presidência de Getúlio Vargas. A riqueza de sua exposição ainda hoje segue pautando debates relativos à doutrina. Ora concordando e enriquecendo suas análises, ora interpretando-as de outra maneira, o fato é que o texto de Trindade é sempre citado e tratado como referência para o tema. No que se refere a essa dissertação não será diferente. Recorrerei ao autor constantemente, não só pelos serviços prestados a pesquisa acadêmica na compilação de fontes relativas ao tema, mas, sobretudo, pelo fato deste ter se proposto a pensar a AIB como movimento político.

As indagações fundamentais do estudo de Trindade resumem-se a duas: a primeira refere-se “*as condições históricas que explicam o itinerário ideológico do Chefe e o nascimento do integralismo*”; a segunda procura pensar “*a natureza*” do “*movimento ideológico que se torna, nos anos 30, o primeiro movimento de massa no Brasil*”.⁴ A execução do trabalho delineou um livro dividido em três partes, onde respectivamente são analisados “*a evolução ideológica do chefe*”, a relação dos componentes do movimento com o fascismo e com as mudanças políticas ocorridas ao

⁴ TRINDADE, Hélió. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974, p. 2.

longo das décadas de 1920 e 1930 e o próprio “*conteúdo fascista do integralismo*”.⁵ Por ser muito abrangente, pecaria pela generalidade se me propusesse nesta introdução a simplesmente resenhar seu texto. Assim sendo, me deterei a três pontos capitais de sua conclusão: primeiro, a afirmativa de estar o integralismo entre os movimentos fascistas surgidos naquele contexto; segundo, o ecletismo de sua ideologia, incorporada do “*pensamento autoritário brasileiro*” e com influência de outros sistemas ideológicos, entre os quais o integralismo lusitano e os próprios fascismos de matriz alemã e italiana; terceiro, a importância do nacionalismo, do espiritualismo e do anticomunismo na conformação de uma unidade para o movimento.⁶ A tais pontos será dedicado espaço no segundo capítulo dessa dissertação, quando estiver ocupado em pensar a formação do integralismo.

Seguiu a Trindade a pesquisa de José Chasin, transformada em livro em 1978. Ao contrário do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fartamente mencionado, Chasin ganha pouco destaque neste trabalho. Especialmente devido a minha opção interpretativa de não corroborar com a tese central de seu trabalho que em síntese desacredita ser o integralismo um fascismo. Essa leitura, segundo o autor, adviria da não compatibilidade do fascismo com sociedades marcadas por um capitalismo de tipo tardio. Este considera a AIB um movimento de extrema direita e reacionário, mas não o associa ao fascismo europeu, pois este só poderia existir em determinado estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista, muito além do Brasil naquele contexto.

Em minha opinião, a dificuldade maior de seu texto está – como posteriormente anunciou Trindade – na tentativa de pensar um movimento político – heterodoxo, enraizado na sociedade brasileira dos anos 1930 e com pelo menos três contribuições intelectuais fundamentais (Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale) – a partir somente do material bibliográfico produzido por seu chefe Plínio Salgado.⁷ A isso, soma-se uma não concordância com o método do autor no que corresponde à reflexão

⁵ TRINDADE, Hégio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 3 e 4.

⁶ TRINDADE, Hégio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 279.

⁷ TRINDADE, Hégio. *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III; o Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991, p. 310.

sobre o papel do conceito no trabalho histórico, neste caso o conceito de fascismo, destacado por Antônio Candido no prefácio de seu próprio livro.⁸

Sem maiores relações com a minha proposta de estudo, mas sem dúvida componente desse corpo bibliográfico pioneiro, no que concerne aos estudos do integralismo no Brasil, aparece o livro *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista* de Gilberto Vasconcelos. Sua referência principal foi a Teoria da Dependência, que o fez ver o integralismo como reprodutor de uma ideologia que nada mais era que “*a expressão do ‘estágio evolutivo do pensamento burguês na periferia’, exprimindo a contradição de uma burguesia que, embora subordinada economicamente, começa a se apegar à ideologia do desenvolvimento nacional*”. Por assim ser, o integralismo destacou-se dos demais fascismos não pelo irracionalismo em si, pelo corporativismo, espiritualismo ou nacionalismo literário, mas fundamentalmente pela “*falácia autonomística em relação às nações capitalistas hegemônicas, cuja gênese é inimaginável sem o contexto da dependência estrutural*”.⁹ Como esse estudo se apresentará focado na ação política do movimento – portanto, distante da proposta do texto citado – não será travada nenhuma polêmica em especial com este autor. Ainda mais porque seu trabalho não acrescenta nenhum grupo de novas fontes, o que poderia justificar uma observação mais detida sobre seu estudo.

Completo esse introdutório quadro bibliográfico apontando as principais interposições de Marilena Chauí nos seus *Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira* de 1978. Como Chasin, Chauí também parte do arcabouço teórico marxista, porém diferentemente deste autor, centrado no movimento enquanto corpo de idéias, seu objetivo é “*compreender como e por que o integralismo tornou-se uma proposta política capaz de converter a AIB em um agente social e político bem*

⁸ “*Negando que seja possível aplicar ao Brasil, sem mais aquela, conceitos extraídos de outros contextos históricos e sociais, o nosso autor se engrena numa linha de pensamento que prefere salientar a diferença brasileira, não a continuidade cultural em relação às matrizes européias. A sua argumentação apresenta o que há de melhor nesta linha, mas também alguma coisa de que ela tem de menos seguro, levando a certo perigo de particularização que pode comprometer o entendimento adequado dos fatos, porque impede o retorno dialético dos conceitos*”. CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 1ª Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 16.

⁹ VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 57.

sucedido durante um certo momento da história do Brasil”.¹⁰ Ou seja, como o discurso integralista mobilizou uma aguerrida militância e convenceu outros tantos simpatizantes sobre a pertinência de seu projeto.

É bem verdade que autora, até chegar a esta problemática, remonta todo um debate acadêmico referente ao avanço da hegemonia burguesa, por certo, corrente na segunda metade dos anos 1970. Opto por não reproduzi-lo, para não tornar muito longa essa exposição. No entanto, em resumo, suas críticas versam sobre o caráter demiúrgico do Estado, presente na literatura contemporânea, bem como a ausência de uma burguesia nacional constituída e de uma classe operária madura, a presença de uma classe média urbana de difícil definição histórico-sociológica e a incapacidade das classes do período de produzir uma ideologia propriamente dita, entre outros decorrentes dessas opções.¹¹

A pouca precisão dos agentes atuantes leva a subestimação da luta de classes, sem dúvida, presente naquele contexto. A ideologia inerente às disputas entre e intraclasses, *“representação recíproca e contraditória que as classes sociais constroem de si mesmas e das outras durante o processo histórico (...) tende a permanecer na sombra”*.¹² Essa inquietação movimenta a autora na busca pelo destinatário do discurso integralista. A quem a ideologia integralista em verdade se dirigia.

Após desempenhar tal análise, Chauí concluiu ser o discurso integralista destinado à classe média urbana. *“E não o faz apenas dessa forma tácita, invocando valores tradicionalmente imputados a ela”* também *“a convoca explicitamente, e não somente para que venha cerrar fileiras na qualidade de militante, mas sim para que venha constituir-se como vanguarda política”*. Entretanto, a questão persiste: por que o discurso encontrou ressonância? A autora aponta que o papel desempenhado pelo integralismo só foi significativo, isto é, o seu discurso só “pegou” porque havia de fato um conflito social em curso. Neste sentido, considerando o caráter historicamente

¹⁰ CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978, p. 39.

¹¹ CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular* op. cit., p. 19 a 21.

¹² CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular* op. cit., p. 29.

reacionário da classe média, esta adentra na cena política dos anos de 1930, transvertida de integralismo, e atua como “*ponta de lança para repressão exercida contra o proletariado (...) por motivos diferentes, o autoritarismo e a ditadura surgem para dominantes e classe média integralista como freio indispensável quando se tem em mira obter a paralisia operária*”.¹³

A valorosa exposição da autora não diminui a necessidade de apontar algumas discordâncias, sobretudo em relação à forma como esta avalia a composição da militância da AIB. Mas, no fundamental, corroboro com sua proposta interpretativa, que se esforça em alocar o movimento no contexto da luta de classes do Brasil dos anos 1930. Ao negar o tão propalado exotismo do integralismo, Chauí cria o nexo entre as mudanças de origem econômica (produção e reprodução de riquezas) geradas pelo avanço das relações de mercado burguesas e a expressão política representante de um dos segmentos envolvidos nessa dinâmica, tão necessária para a compreensão de movimentos políticos.

Este ciclo historiográfico não esgotou as perspectivas de análise sobre o integralismo, pelo contrário, com tais pesquisas abriram-se novas possibilidades de análise que, em geral, tenderam a tratar do movimento valorizando a conjuntura regional em que atuou.¹⁴ A validade desses trabalhos enuncia-se na possibilidade de uma análise mais precisa dos núcleos integralistas espalhados pelo território nacional, destacando, por certo, as peculiaridades de suas formações.

Outra gama de trabalhos se dedicou a pensar a ideologia integralista, dando continuidade, portanto, às publicações de José Chasin, Marilena Chauí e Gilberto

¹³ CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular* op. cit., p. 108.

¹⁴ Jocênio Parente pensando a Ação Integralista Brasileira do Ceará procurou relacionar seu surgimento à atuação da Legião Cearense do Trabalho, agremiação política já consolidada naquele contexto. Concomitantemente preocupou-se explicar as relações do movimento com as forças políticas regionais do Estado. PARENTE, Jocênio C.. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza: UFC Edições, 1999. Também comprometidos com um enfoque regional estão os trabalhos de BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992; MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, Terra e Liberdade: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; POSSAS, Lidia Maria Viana. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus Assis), 1992.

Vasconcelos, pioneiros nesse enfoque. Destes sublinho a pesquisa de Ricardo Benzaquen Araújo, que analisou o pensamento de Plínio Salgado à luz do conceito de totalitarismo.¹⁵ O corrente nessa literatura foi o destaque de um intelectual – Gustavo Barroso¹⁶, Miguel Reale ou o próprio Plínio Salgado –, onde se procurou aferir as nuances de seu pensamento. Em outros também se buscou assimilar aspectos específicos do movimento como a intolerância, o anti-semitismo, entre outros, e suas relações com a ideologia integralista.¹⁷

Uma característica comum a todos esses trabalhos foi a preferência por pensar o integralismo no período em que este se organizou como Ação Integralista Brasileira. No máximo, o que se viu até o final da década de 1990, salvo os títulos publicados por Edgard Carone¹⁸, foram estudos limitados aos anos 1932-37, que, por vezes, retornavam aos anos anteriores com o objetivo de explicar a formação do movimento. Por sinal, este foi um fator que levei em conta quando da escolha do recorte da pesquisa. Desde os primeiros contatos com a bibliografia sobre o assunto percebi a ausência de estudos que contemplassem o integralismo durante o Estado Novo.

Mesmo com o recente desenvolvimento de pesquisas focadas nesse recorte temporal, este ainda continua muito pouco estudado, e por isso, constantemente refém de generalizações, quando não de imprecisões de caráter empírico. Não é difícil se verificar, sobretudo em coletâneas, a teoria substituindo o arquivo ou congêneres. Por outro lado, até mesmo os pesquisadores voltados a explicar o movimento em períodos que não o Estado Novo, a título de breves comentários sobre o contexto ditatorial, reincidem nas mesmas falhas interpretativas por aportarem seus estudos em fontes,

¹⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

¹⁶ MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

¹⁷ CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2004.

¹⁸ Edgard Carone, mesmo que brevemente, parece ter sido realmente o único que se dedicou a pensar o integralismo na dinâmica política do Estado Novo. É bem verdade que seu texto fica limitado as fontes produzidas pelas lideranças integralistas e estadonovistas, o que não invalida totalmente suas afirmações. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. Os demais dedicaram um espaço tão reduzido ao integralismo no Estado Novo que não os considero componentes de tal bibliografia.

leituras e conclusões de pesquisadores como Hélio Silva e o próprio Edgar Carone, que a muito já deveriam estar sendo rediscutidos. Este texto se propõe preencher parte dessa lacuna.

Na última década, porém, três trabalhos em especial vieram se contrapor a essa lógica. Dois desses tomaram o Estado Novo como recorte privilegiado, são eles: a dissertação de mestrado de Maria Elisa W. Guimarães e a tese de doutorado de Giselda Brito Silva. Ambas a partir de pressupostos e recortes diferentes procuraram pensar a movimentação integralista se valendo de fontes produzidas pela polícia, pela imprensa regional e pelos próprios integralistas.¹⁹ Saindo assim da trivialidade dos registros oficiais do movimento. A dissertação aqui apresentada levará em consideração as hipóteses e conclusões porventura levantadas por essas pesquisas, ressaltando-as quando achar necessário.

Já a tese de Gilberto Grassi Calil, apesar de dedicar espaço considerável ao Estado Novo, priorizou o integralismo no pós-1945 sob o rótulo de PRP (Partido da Representação Popular). Figura, mesmo após alguns anos desde sua defesa, como um estudo inovador e de grande valia para delimitação de um movimento que inegavelmente extrapolou os marcos legais. A quantidade de informações bibliográficas e empíricas faz de seu texto uma verdadeira enciclopédia (no bom sentido) do integralismo. Também por esse motivo, como as pesquisas de Giselda Silva e Maria Elisa Guimarães, travarei um constante diálogo com seus pressupostos, hipóteses e descobertas.

Uma proposta investigativa para o integralismo

Nicolau Maquiavel, lá pelos idos do século XVI, quando da montagem do compêndio dirigido a Lourenço de Médicis, pela primeira vez expôs a noção de um Estado organizador da sociedade, na forma como hoje conhecemos. É sabido que a obra

¹⁹ Maria Elisa Guimarães dedica-se ao integralismo no Rio de Janeiro, relatando as relações deste com o Estado Novo. GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Giselda Brito Silva, a partir de um corpo teórico advindo da Análise do Discurso de matriz francesa, pensa a exposição dos integralistas na imprensa pernambucana, no contexto anterior e posterior ao golpe de 1937. SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

tinha como finalidade guiar as ações de um novo tipo de príncipe que, preocupado em garantir sua condição absoluta, deveria estar atento aos condicionantes da manutenção de seu poder. Na visão do intelectual florentino, para tal empreitada, era necessário ao monarca colecionar qualidades como sutileza, astúcia, coragem e frieza. Por essa maneira de conceber o papel do monarca, o poder e o Estado, Maquiavel, com justa razão, é considerado o pai da Ciência Política Moderna.

O que aparenta certa trivialidade, historicizando seu texto, ganha um caráter puramente inovador. Maquiavel se dedica a pensar a realidade concreta, e este é o ponto de inflexão de seu pensamento. Sua regra metodológica para entender o mundo é “*examinar a realidade tal como ela é e não como se gostaria que fosse*”, explica-se assim a ênfase que concede à *verità effettuale* ou à verdade efetiva das coisas. Por proceder dessa maneira, o pensador italiano rompe com a tradição idealista de Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino até então hegemônica, filiando-se a uma outra tradição inaugurada por “*historiadores antigos*”, como Tucídides, Tácito, Políbio e Tito Lívio.²⁰ A contribuição ao pensamento político moderno está sintetizada na sua idéia de ordem, que longe de parecer algo natural, ou mesmo “*a materialização de uma vontade extraterrena*”, significa algo construído a partir da ação humana na luta contra o caos e barbárie. A primordialidade da ação humana imputada por Maquiavel o faz entender a política como o “*resultado de feixes de forças, provenientes das ações concretas dos homens em sociedade, ainda que nem todas as suas facetas venham do reino da racionalidade e sejam de imediato reconhecíveis*”.²¹ Força, que não corresponde somente à brutalidade, à violência, mas também à sabedoria ou à “*utilização virtuosa da força*”. O príncipe não é simplesmente o mais forte – Maquiavel lembra que essa condição apenas lhe permite a conquista do poder –, é na verdade o mais virtuoso. É este o traço que faz dele capaz de manter o domínio adquirido. Dessa forma, o poder, advindo da natureza humana, ganha uma originalíssima definição.²²

Há um *continuum* explicativo inaugurado por Maquiavel, que passa por Marx e que recebe sugestivas complementações em Gramsci, que deve ser reverenciado. Em ambos são as ações humanas que conduzem as transformações da realidade. Também

²⁰ WEFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1995, p. 17.

²¹ WEFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política* op. cit., p. 18.

²² WEFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política* op. cit., p. 22.

em ambos, a realidade, com toda sua concretude, é o ponto de partida e o ponto de chegada. O pensador florentino assumiria que por mais que possa conhecer o passado, ainda continuava impossível prever as ações humanas devido a sua infinidade de formas. Sobre a realidade – produto primordial da ação humana – Marx se posiciona:

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica.²³

Como se pode verificar, tanto Marx, quanto Maquiavel se propõem a pensar um mundo em que o homem e os acontecimentos derivados de suas ações são fundamentais para apreensão da realidade. Essa continuidade explicativa ganha maior nexo com o revigoramento operacionalizado por marxistas, entre eles, Gramsci, opositores da intelectualidade que dominou as discussões sobre o marxismo após o falecimento do autor clássico. É de fato Gramsci que nos faz observar melhor a seqüência analítica que liga o intelectual do século XVI ao pensador-militante do século XIX. Com relação a Marx, do qual se considera um autêntico seguidor, as citações são fartas. Seus pressupostos são o ponto de partida para a dialética análise da luta de classes na Itália das três primeiras décadas do século XX. Sabe-se que o intelectual sardo, ao contrário do autor alemão, prioriza o estudo da dominação de uma classe sobre as demais, ou seja, se dedica, sobretudo, às relações de poder nas sociedades de classes. Já Maquiavel ganha a preferência deste autor por ter, em sua época, ensinado que a política “*tem sua autonomia, obedece a leis próprias, que não podem derivar da moral tradicional, mas que inclusive fundam uma nova moral (...) cuja finalidade é a coletividade estatal*”.²⁴ A importância de Maquiavel em Gramsci fica exposta na série de notas dedicadas ao seu pensamento ao longo dos seus cadernos de prisão.

Mas a leitura do materialismo histórico, apoiada nos clássicos, realizada por Gramsci, nem de perto alcançou a notoriedade dos “intérpretes oficiais” do marxismo da primeira metade do século XX. É por isso que, se não bem explicado, poderá causar algum estranhamento a apresentação de um Marx não esquemático, não excessivamente economicista, que, mesmo sem priorizar a política, não retirou desta a importância

²³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 12.

²⁴ GRUPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 73.

enquanto fonte de reflexão. Joseph Fontana nos mostra que há um Marx que se deve relevar quando se trata de política. É, com absoluta certeza, um Marx diferente daquele pintado pelas cores do dogmatismo. De fato, a vasta coleção de obras, reconhecidas suas particularidades, acabaram contribuindo para que a ocorrência de apropriações indevidas ou mesmo distorções de seu pensamento. Há de se reconhecer também que no *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política de 1859*, o autor exprimiu uma formulação esquemática de sua visão de história, onde a política cumpria somente um papel secundário, sendo ação humana pouco decisiva para a transformação da realidade. Não desmerecendo a qualidade retórica do texto de 1859, este só se fez “canônico” por obra dos seus seguidores socialistas, sobretudo, após seu falecimento. Visto que não faltaram textos cuja organização analítica terminantemente refuta quaisquer tentativas de elevação do *Prefácio* à categoria de visão marxista da história. Cito, a título de exemplo, o capítulo vinte e quatro do *Capital – A chamada acumulação originária* –, bem como as *Cartas Russas*, “*não enviadas e que seriam silenciadas pelos ‘marxistas’ durante anos*”.²⁵

Fontana atribui a figuras como Paul Lafargue, Kautsky, Plekhanov, Antonio Labriola, entre outros, o ônus da conversão do materialismo histórico de “*método de análise da realidade*” em uma “*doutrina científica*”. Na sua perspectiva, até Engels teria participado da “*codificação*” do “*marxismo*”.²⁶ No entanto, não resta dúvida de que a definição dos tipos de textos clássicos a serem divulgados foi fruto de uma escolha prévia, em muito determinada pelas contingências impostas e pelas tarefas políticas colocadas a esses intelectuais dirigentes do movimento operário ou dos partidos herdeiros do marxismo, e que esta visão fossilizada das sociedades não foi a única a ser absorvida das obras de Marx. Este deixara espaço para as ações humanas, e por certo, para as contingências, tomadas como pontos decisivos para configuração da realidade a ser estudada.

Avançar sobre a historiografia marxista me faria fugir demais do meu objetivo que é apenas detalhar a leitura historiográfica que me fez optar por tais pressupostos teórico-metológicos. Por isso, mesmo ciente da possibilidade de incorrer em generalizações – justamente por não considerar intelectuais com contribuição relevante

²⁵ FONTANA, Joseph. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 212.

²⁶ FONTANA, Joseph. *A história dos homens* op. cit., p. 218 e 219.

– cruzarei boa parte da produção marxista do século XX. Aterrizo na sua segunda metade, no qual destaco a leitura do materialismo histórico feita por Louis Althusser. Sabe-se que o intelectual francês não era historiador – era filósofo –, entretanto, a influência sobre os historiadores a ele contemporâneos, faz desse marxista uma referência quando se propõe a pensar a “evolução” do materialismo histórico. Classifico Althusser como o principal intelectual divulgador do *marxismo dogmático* do pós-segunda guerra, e conseqüentemente, a principal influência dos historiadores marxistas que enveredaram por este percurso epistemológico. Nos seus *Aparelhos Ideológicos de Estado*²⁷ estabeleceu os marcos do estruturalismo de feição marxista que, “*amparado por uma cobertura filosófica de aparência respeitável, converteu-se na forma dominante de difusão do marxismo*”. Seu interesse pela história justificava-se na pouca propriedade em que os historiadores utilizavam os conceitos advindos do marxismo, decidiu, então, “*reestruturar a disciplina a partir da pura reflexão filosófica, num exercício de meta-teoria*”.²⁸ Fontana alerta que não foram poucos os que se dispuseram a seguir uma linha de interpretação marxista oposta àquela de caráter doutrinal, caracterizada por uma “*interpretação de mundo estabelecida e fechada, numa ‘sociologia’ ou numa teoria da história que já possuía todas as respostas*”.²⁹

Thompson, a quem presto particular deferência, se encarrega de apontar os limites dessa literatura:

O absurdo de Althusser está no modo idealista de suas construções teóricas. Seu pensamento é filho do determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico. Postula (mas não procura “provar” ou “garantir”) a existência da realidade material (...). Postula também a existência de um mundo (“externo”) material da realidade social, cuja organização determinada é sempre, em última instância, “econômica” (...). É tarefa de Althusser realçar o conhecimento que ele tem de si mesmo, bem como rejeitar várias impurezas ideológicas que cresceram nos silêncios de seus interstícios. Ele se movimenta dentro do círculo não só de sua própria problemática, mas também de procedimentos autoperpetuadores e auto-elaboradores. Esta é (aos olhos de Althusser e seus seguidores) exatamente a virtude dessa prática teórica. É um sistema fechado dentro do qual os conceitos circulam interminavelmente, reconhecem-se e interrogam-se mutuamente, e a intensidade de sua repetitiva vida introversiva é erroneamente tomada por uma “ciência”.³⁰

²⁷ ALTHUSSER, Louis P.. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

²⁸ FONTANA, Joseph. *A história dos homens* op. cit., p. 316 e 317.

²⁹ FONTANA, Joseph. *A história dos homens* op. cit., p. 318.

³⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 1981, p. 20 e 21.

De nada valeu o esforço de Thompson e de outros³¹ em procurar corrigir o caminho tomado como “verdadeiro” por sinceros pesquisadores marxistas, adeptos das regras metodológicas desenvolvidas por Althusser. Pois, quando lá pelos finais dos anos 1980 a reformulação dos paradigmas da disciplina histórica começou a tomar vulto, esta não poupou o “marxismo vulgar”, entendido como a única versão do marxismo. Este movimento, como tudo em historiografia, não foi linear, muito menos repentino. Foi sim um desdobramento de um demorado processo de saturação dos paradigmas estruturalistas até então hegemônicos. Maria Bonifácio, acompanhada de vasta bibliografia, remonta detalhadamente as minúcias desse processo que, em geral, preocupava-se com: o lugar da história nas ciências humanas; as relações da história com as demais disciplinas das humanidades; e o fazer do historiador e suas peculiaridades.³²

O retorno da história política foi uma das variáveis desses novos tempos. Bonifácio, defensora de uma história política desvinculada dos grandes esquemas teóricos, desenvolverá uma severa crítica ao método dos *Analles*, sobretudo de sua versão *história das mentalidades*.³³ Definido o estruturalismo como principal alvo de críticas, era de se esperar que o retorno da história política, e de tudo aquilo que projetava como método compatível ao trabalho do historiador, descartasse de imediato o método marxista de apreensão da realidade, acusando-o de negligente, especialmente

³¹ Fontana cita uma lista de pesquisadores marxistas que não se renderam aos ditames da interpretação “oficial” do marxismo. “*As tentativas mais importantes de renovação durante o período entre-guerras seriam obra de quatro grandes teóricos marxianos: Lukács, Karl Korsch, Antônio Gramsci e Walter Benjamin*”. Também cita os historiadores marxistas britânicos Hobsbawm, Thompson, Christopher Hill, Raphael Samuel, entre outros. FONTANA, Joseph. *A história dos homens* op. cit., 320 e 327.

³² BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, p. 22-57.

³³ Sobre o método da *nova história*, os detalhes da crítica: “*Desaparecidos os sujeitos, os factos e acontecimentos e a velha ordem temporal que fornecia o ‘molde da narração’, a narrativa fica sem nada para contar. Em vez dela, o novo historiador procede por análise e demonstração. Ele deixou de ter a pretensão de contar o que se passou, ou mesmo o que se passou de importante, na história da humanidade; o seu horror ao empirismo dos ‘factos’ e o seu culto científico das idéias preconcebidas (conceitos) levam-no a rejeitar a história-período, a reconstituição do vivido, em lugar dos quais oferece um produto intelectualmente superior, a saber, uma interpretação do vivido através de uma teoria ou idéia. O facto histórico não é mais a irrupção de um acontecimento importante que fura o silêncio do tempo, mas um fenómeno escolhido e construído, e cuja regularidade permite que ele seja notado e estudado através de uma série cronológica de dados idênticos, comparáveis entre si a intervalos determinados*”. BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 29.

em relação à complexidade das ações humanas. E assim ocorreu. Em um longo capítulo introdutório, no seu livro *Apologia da História Política*, a autora, referência nesse tipo de crítica, aponta as mazelas de tais pressupostos que, ao final, desfiguraram a disciplina histórica.

É bem verdade que anos antes, e com alguma notoriedade, René Remond já havia apostado todas as fichas na reformulação da disciplina, fruto do esgotamento de modelos que desmereciam a importância do político frente à realidade. Segundo o intelectual francês, “*a experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia*”, e a importância das relações internacionais na vida dos Estados “*lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais*”. Contribuindo assim para creditar ao político “*consistência própria*”, ou seja, *que dispunha mesmo de certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social*”.³⁴

Não resta dúvida da pertinência desse debate, justamente pelo enfoque que este trabalho se propõe a dar às relações políticas durante o Estado Novo. Mas, em que medida a dissertação que aqui apresento se corresponde com os critérios teórico-metodológicos da renovada história política? De que forma a política é pensada?

Para René Remond, história política seria um campo de investigação que – em condições de igualdade frente aos demais (histórias social, econômica, cultural, entre outras) – define “o político” como um espaço autônomo e carregado de uma estupenda diversidade. Nas suas palavras: “*as escolhas políticas não são o simples decalque das relações de forças entre categorias socioprofissionais*”, pelo contrário, “*seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e*”, sobretudo, “*uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da idéia que fazem do interesse superior da coletividade nacional*”.³⁵ Bonifácio, mais precisa, define a explicação em história política como o ato de “*imputar as causas dos acontecimentos aos sujeitos – indivíduos ou grupos – que, agindo, os provocam*”. E complementa: “*essencialmente,*

³⁴ REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 23.

³⁵ REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). *Por uma história Política* op. cit., p. 24.

mas não exclusivamente, as circunstâncias, a sorte ou a coincidência também moldam a vida de homens que (...) sabem dos seus actos, mas ignoram o seu destino".³⁶ A prática historiográfica retirada desse pressuposto faz com que o pesquisador avance para além da simples compreensão do processo. "*Na explicação dos acontecimentos por 'imputação causal' (expressão metodológica que traduz o protagonismo do sujeito na história)*", reforça: "*o papel que desempenharam, a medida de liberdade que tiveram, têm de ser avaliados em conjunto com a força da necessidade e com a força do acaso*".³⁷

Com relação à definição de Remond, acompanho a crítica de Bonifácio que acusa o autor francês de "*considerar a política, enquanto fenómeno estudável, sob a forma padronizada e repetitiva das suas manifestações legais-institucionais*", ou seja, "*delimitada onde se inscrevem as instituições e se desenrolam os processos formais que constituem o sistema político (partidos, governos, parlamentos, eleições, actos legislativos, etc.)*". Portanto, "*como uma prática social formalizada desprovida de sujeito*".³⁸

Já sobre a proposta de história política de Maria Bonifácio, entre algumas ressalvas, a acompanho no essencial. Começo, no entanto, discutindo sua concepção de política:

Idéias, decisões, projetos e vontades concebidos por sujeitos concretos, individuais ou coletivos, consonantes ou concorrentes entre si, que se manifestam como ação; esta ação desenrola-se em todos os domínios da existência social e tem por objeto direto ou indireto a organização da vida em sociedade – da polis, portanto; **no cerne de tudo quanto respeita a organização da vida em sociedade encontra-se a luta pelo poder**, a resistência ao poder, o exercício do poder e a definição das relações entre comando e obediência.³⁹

Inspirada em Max Weber, a autora traduz com competência o fundamental da política. Pressuposto que, como vimos, contribuiu para a delimitação da história como

³⁶ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 99.

³⁷ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 110.

³⁸ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 71.

³⁹ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 71. (Grifos do autor)

campo de saber e a história política como um dos enfoques possíveis de seu estudo. A relevância de um sujeito concreto que age disputando projetos na sociedade incorpora-se a noção de *processo* buscada em Giambatista Vico, formando assim o núcleo teórico da sua proposta de história política. A respeito da idéia de processo:

O que está contido na idéia de processo é a noção de que as acções humanas desencadeiam reacções em cadeia, constituídas por outras tantas acções cujas conseqüências os respectivos autores, por conseguinte, não controlam nem prevêem. E os homens, que aparecem soberanos no acto de fazer, surgem afinal enredados numa teia de acontecimentos que baralha e desfaz os seus cálculos, e que apenas conseguem impor alguma – maior ou menor – orientação.⁴⁰

Maria Bonifácio anuncia que a história política – e por que não a própria disciplina história (a autora afirma que toda história detém um pouco de história política) – “*insere-se na tradição interpretativa do Verstehen, inaugurada por Vico no século XVIII e celebrada pelo romantismo alemão como o único processo cognitivo apto a desvendar o Zusammenhang de cada época*” e “*a revelar a originalidade (...) de cada Volk*”. Tradição que teria inspirado “*o individualismo metodológico de Georg Simmel e a sociologia compreensiva de Max Weber*”. O detalhe – e este é o aspecto que discordo – é que por trás dessa tradição “*está uma ontologia: tais regularidades não se fundam em nenhuma ordem transcendente, seja ela a Sociedade (Durkheim), a Humanidade (Comte), a História (Marx), ou ainda a modernização, as estruturas (...)*”.⁴¹ Com tais expurgos a autora limitou a história política praticamente a Max Weber, não abrindo espaço para o materialismo histórico de Marx por exemplo.

Em minha opinião, o interessante da concepção de Bonifácio está mais na reafirmação da relevância do sujeito como elemento que age em acontecimentos e em processos históricos – concepção inspirada em Vico e remodelada por Hannah Arendt⁴² –, do que exatamente na sua noção de política, apesar de não considerá-la de toda insatisfatória. Foi essa primeira opção metodológica (sujeito protagonista da história) que acatei como pressuposto e que procurei desenvolver na realização dos capítulos componentes dessa dissertação. No entanto, no que se refere a sua idéia de política e a

⁴⁰ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 88.

⁴¹ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 102.

⁴² ARENDT, Hannah. Le concept d'histoire. In: *La crise de la culture*. Paris, Gallimard, 1972, p. 85 apud BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX* op. cit., p. 88.

inadaptabilidade dos pressupostos marxistas ao estudo de uma história em que o político figure com espaço relevante, tenho lá minhas objeções. Em seguida procurarei esmiuçá-las, continuando a apontar para minhas opções teórico-metodológicas.

Como anteriormente defini a proposta desse tópico é trazer alguns dos mecanismos que influenciaram a condução desse trabalho, ou seja, que funcionaram no máximo como uma possibilidade investigativa (dentre tantas) para o estudo do movimento integralista. O primeiro recorte investigativo se dá na aceitação de uma definição de política de viés marxista, em especial a configurada por Antônio Gramsci. Na obra do autor italiano, a política ganha dois sentidos: o que poderíamos chamar de “amplo” e restrito”. Em sua acepção ampla, política *“identifica-se praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos”*.⁴³ Numa acepção restrita, aparece *“como o conjunto de práticas e objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados”*.⁴⁴ É esta última que mais interessa a essa reflexão. Na opinião de Gramsci a política (acepção restrita) tem caráter histórico. *“Ela surge no tempo, já que só existe política quando há governantes e governados, dirigentes e dirigidos, uma divisão que (...) tem sua matriz última na divisão da sociedade em classes e, portanto, num fato que nem sempre existiu”*. Gramsci não crê numa política inata ao homem, como uma vontade natural de poder.⁴⁵ Portanto, diferentemente de Bonifácio – porém, não tão em oposição – parto dessa definição para pensar a política e, portanto, para pensar e os integralistas no Estado Novo. Nesse sentido, tomo a história política como o estudo da atuação dos sujeitos individuais e coletivos que, em determinadas condições históricas, disputam o poder, e naturalmente o controle do Estado – a partir de projetos de poder preconcebidos e em constante reformulação.

O segundo pressuposto da história política de Maria Bonifácio que contesto é a tentativa de ligar a filosofia de Vico a Weber, incompatibilizando-o com o método

⁴³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90.

⁴⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* op. cit., p. 93.

⁴⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* op. cit., p. 94.

investigativo marxista. Para isso recorro a Thompson a fim de nuançar a fragilidade desse argumento.

Antes de qualquer coisa, é salutar citar que o autor inglês vê Vico na posição de precursor do materialismo histórico, proposição que de imediato não se compatibiliza com a interpretação da autora. Esta condição lhe é dada pela sensibilidade que demonstra ao pensar a realidade e oferecer às ciências humanas a idéia de história como *processo*. Fórmula conceitual que expus citando Bonifácio e que em Thompson denota “*uniformidades de costumes (...), as regularidades das formações sociais e as análises não como necessidades sujeitas a leis, nem coincidências fortuitas, mas como pressões modeladoras e diretivas, articulações indicativas de práticas humanas*”.⁴⁶ É válido destacar que a *lógica do processo*, é a ante-sala da *lógica histórica* por ele formulada. Remeter-me-ei a isso mais a frente. Por ora, e é nesse sentido que aqui argumento, ressalto que o entendimento da história como processo não nega a possibilidade de haver regularidades apreensíveis por métodos ou modelos que se comprometam a buscar e a respeitar a realidade dos fatos. Abrindo ao gênio humano a missão, extremamente necessária, de refletir apuradamente sobre tais processos para que aí assim, em compasso com o conhecimento previamente adquirido – inclusive modelos –, se possa construir o conhecimento sobre a realidade estudada. O fundamental em Vico e na sua idéia de processo é o protagonismo da ação humana nos eventos históricos.

Essa relação entre o empírico e a linguagem de apreensão do empírico (o conceito) parece acima de tudo entreter o intelectual marxista inglês. Com relação à herança do autor, Thompson insinua: “*Vico conseguiu, de maneira notável, manter em suspensão simultânea, sem contradição evidente, uma heurística hegeliana, marxista e estruturalista (variante Lévi-straussiana)*”.⁴⁷ Portanto, sua filosofia não estaria tão distante do materialismo histórico de cariz marxista como supõe Bonifácio. Noutro trecho, reportando-se mais uma vez a noção de processo, seria enfático: “*este é o ponto do qual deve partir todo pensamento histórico sólido*”.⁴⁸

⁴⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 99.

⁴⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 98.

⁴⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 100.

Nesse instante, contando com a providencial intervenção de Thompson, Marx retoma seu espaço como formulador de um valoroso método de apreensão da realidade, abandonando dessa forma, a pecha de simples “*fundador de uma ordem transcendente*”, como imputara Bonifácio.⁴⁹ Feitas tais considerações, é oportuno afirmar que reconheço essa dissertação como uma proposta investigativa vinculada à história política, a despeito das delimitações conceituais inferidas por ambas as referências (Remond e Maria Bonifácio) citadas, e a partir a definição por mim exposta.

Só para que não parem dúvidas, devo retomar sinteticamente no que consistiu até agora esse esforço de formulação dessa proposta investigativa para o integralismo. Imbuído de pensar o movimento como um agente coletivo da conjuntura política do Estado Novo – esse ponto ficará mais evidente logo à frente –, centralizei minhas reflexões no político, ou em um tipo de história que privilegia a política, a concebendo como portadora de certa autonomia e em relação direta e recíproca com as esferas econômica, cultural, social, entre outras. Estas, então, levaram-me à tradição explicativa inaugurada por Maquiavel e que Gramsci é herdeiro, bem como para os debates que envolveram a reorganização do campo investigativo denominado *história política*. De Gramsci, trago o método marxista, bastante enriquecido por suas contribuições, e depurado de configurações deterministas. Da renovada história política, entre algumas discordâncias, me valho das reflexões sobre o papel do sujeito na história, da definição de política, da delimitação do campo de investigação (história política) e também do alerta em relação à pobreza explicativa dos modelos esquemáticos.

Voltemos ao integralismo. Héglio Trindade, em texto do final dos anos 70, destaca as diversas abordagens possíveis para o estudo do integralismo. Entretanto, chama atenção para importância da definição do nível em que a análise está sendo proposta.⁵⁰ Assim, procurava se defender das críticas direcionadas a sua tese de doutorado (amplamente citada neste trabalho), conduzidas, sobretudo, por José

⁴⁹ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 102.

⁵⁰ TRINDADE, Héglio. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* op. cit., p. 316.

Chasin.⁵¹ Ou seja, se a proposta “*limita-se ao discurso ideológico*”, (...) *as fontes de referência serão essencialmente os escritos ideológicos ou doutrinários*”. Porém, se o objeto de estudo é o movimento político, “*além da ideologia do qual ele é porta-voz*”: “*o campo analítico deve abranger também a organização, a origem social dos dirigentes e militantes, a relação entre o partido e a sociedade no qual está inserido*”, a fim de que “*sua configuração capte as diferenças de uma organização política complexa*”.⁵² É nessa segunda proposta que o estudo de Trindade se enquadra, e é desta, também, que esta dissertação se aproxima. Pois como ele, procuro pensar o integralismo como um movimento político portador de um projeto de sociedade e com reais ambições de poder.

Entretanto, a dissertação que apresento tem um enfoque diferente do ofertado por Trindade quando da apresentação da sua tese de doutoramento. Naquele trabalho, o autor optou por “enfrentar” o tema em âmbito nacional, concluindo que este como produto final, assumira formas homogêneas. Em minha opinião, esta parece ter sido a maior fragilidade de seu estudo. Cheguei a essa conclusão, não por investir nesse tipo de pesquisa, mas por analisar boa parte da historiografia que incursionou por integralismos regionais, e que em boa medida apresentaram peculiaridades, que, por vezes, acusam um movimento com perspectivas dissonantes.

É significativo ressaltar que, apesar de focar somente a movimentação integralista no Rio de Janeiro, não considero esta dissertação como um típico trabalho de história regional, este pensado como campo sólido e bastante difundido de pesquisa histórica. Isto porque, nunca é demais lembrar que o Rio de Janeiro, no contexto dos anos 30 e 40, era a capital do Brasil, portanto caixa de ressonância e ambiente privilegiado para disputas políticas de caráter nacional. Não foram poucos os registros de integralistas que trocaram sua cidade natal pela ação mais “orgânica” na capital, além disso, Plínio Salgado – o chefe – passava parte considerável de seu tempo no Rio de

⁵¹ “*A que se reduziu, então, a proposta metodológica de Trindade, que se propunha, como referimos, a combinar dois planos analíticos: o histórico e o psico-sociológico? O primeiro não ultrapassa o aspecto de uma cronologia comentada, propício às versões do que se tem chamado de história “évènementielle”, que, de fato, exclui a explicação científica, limitando-se a uma simples enumeração factualista, onde as propriedades dos eventos são ressaltadas (...) sempre por critérios duvidosos*”. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardiô* op. cit., p. 44.

⁵² TRINDADE, Héglio. *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* op. cit., p. 316.

Janeiro. No mais, confrontos políticos, grandes mobilizações – como a de “apoio” ao Estado Novo – e os golpes de março e maio de 1938, todos com influência direta sobre o movimento a nível nacional, tiveram lugar no Rio de Janeiro e contaram com o protagonismo da militância da capital. Atestando assim minha observação.

Portanto, o fato de não pretender desenvolver um trabalho de porte nacional, diferencia essa dissertação da pesquisa de Trindade. Por outro lado, é exatamente nesse mesmo ponto, que a aproxima das recentes interpretações que se propuseram a entender o integralismo, em primeiro lugar, regionalmente, para, enfim, contribuir para a explicação do movimento no seu aspecto nacional. Um trabalho que repense o integralismo (movimento político) a nível nacional, com a solidez interpretativa do autor que o fez no início dos anos 1970, está por vir.

No que concerne à pertinência do recorte, é preciso registrar que a pesquisa sobre a ação política integralista no Rio de Janeiro até então teve pouca audiência entre os historiadores. Há um estudo que se foca na memória de integralistas⁵³, outro que se refere a confrontos entre integralistas e comunistas em Petrópolis,⁵⁴ outro que trata dos confrontos entre os integralistas e Vargas,⁵⁵ quando da implantação do Estado Novo e só. Estes em comum mantêm também a perspectiva de pensar o movimento a partir de seus militantes, dos mais simples aos mais destacados. Esta dissertação procura caminhar nessa direção. Privilegia o militante integralista intermediário (dirigentes regionais, locais, de bairro) atuante durante o Estado Novo, não por achá-los mais importantes que seus dirigentes “superiores”, mas por perceber que estes carecem de atenção específica, ao contrário dos intelectuais proeminentes, em muito contemplados com pesquisas.

A propósito, militante é aqui tomado como aquele que se engaja por livre e espontânea vontade em algum projeto, pelo simples entendimento que existe uma

⁵³ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Memória e integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2002.

⁵⁴ MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, Terra e Liberdade: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

⁵⁵ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação*. op. cit..

realidade a ser modificada. Por vezes, mas não necessariamente, nuança sua atuação uma espécie de síntese conceitual absorvida por intermédio de um partido (sentido restrito) ou organização mobilizadora de valores e concepção de mundo. Ocorrem em movimentos políticos em geral variados estágios de militância ou comprometimento, no caso integralista não foi diferente. Entretanto, a despeito dessa característica implícita a todo tipo de militância política, tomo tal definição como sinônimo de adepto, componente, ou seja, participe em qualquer grau, da estrutura das organizações que trato nesse trabalho.⁵⁶

É bem verdade, e já me referi a isso anteriormente, ao se dispor a compreender o integralismo nunca se poderá abrir mão de incorporar ao estudo a base ou militância do movimento, em algumas situações, até mesmo, seus simples simpatizantes. Senão a análise correrá sério risco de se mostrar oca. No entanto, mais do que uma opção, este posicionamento acaba criando outras possibilidades de análise. E, com certeza, faz com que um estudo sobre o integralismo fique bem mais trabalhoso. Trindade o fez, com dados discutíveis, porém quase irrefutáveis frente à indisponibilidade de novos empreendimentos deste tipo. O autor lança mão de quadros estatísticos de todo tipo, referentes aos adeptos do movimento. Apesar dessa não ser minha proposta específica, discutirei algumas de suas conclusões no segundo capítulo, em especial, a uniformidade ideológica atestada a seus adeptos. Isto só foi possível a partir de um trabalho de compilação de dados fornecidos por pesquisas de âmbito regional, que oportunamente tive a chance de travar contato. De toda maneira, muita coisa há a se fazer ainda.

Definidos o recorte temporal e geográfico e a opção por entender o integralismo privilegiando seus militantes de base, resta-me acrescentar uma prévia reflexão a respeito do papel desempenhado pelo integralismo na sociedade dos anos 30 e 40, reflexão essa que estará acompanhada de definições de caráter conceitual, condizentes à classe e ao fascismo.

Este trabalho acompanha a bibliografia que aponta a Ação Integralista Brasileira como um movimento fascista. E entendo dessa forma, muito mais pela ação que desenvolveu e sentimentos que mobilizou, do que pelas flagrantes aproximações de caráter organizativo e indumentário com o fascismo “original” de matriz européia. Ao

⁵⁶ De maneira bastante genérica esta definição inspira-se no verbete “militância”. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 762.

longo do texto apresentarei dados que desenharão um movimento pautado numa forte hierarquia, internamente autoritário e umbilicalmente influenciado pela ação de um líder carismático. Este fato em especial – o propalado mimetismo integralista – acabou sendo interpretado como falta de substância política. Como se fosse possível desmerecer a importância política de um movimento aparentemente enraizado em todas as regiões brasileiras.

O sucesso, mesmo que repentino, do fascismo no Brasil está necessariamente ligado à disputa por projetos de sociedade. Marilena Chauí, como aponteí, avaliou como um processo de acirramento da luta de classes, cujas expressões públicas de maior destaque seriam a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. Sendo a primeira, representante dos setores mais pauperizados, e que hegemonizada pela classe operária, organiza-se a critério da atuação do Partido Comunista Brasileiro. Já a Ação Integralista constituir-se-ia como representante de setores médios que, inseridos na disputa em questão, tomavam partido pelo lado dos dominantes na luta contra a expansão operária, mostrando com isso toda sua face reacionária.

É reducionismo apontar o integralismo como um movimento pequeno burguês, pois, sobretudo no interior, teria alcançado parcelas da população não de classe média. Entretanto, não resta dúvida que um dos projetos que mais mobilizava os adeptos do integralismo era aquele de caráter reacionário. Por outro lado, como terei a oportunidade de citar, outros tantos elementos foram mobilizados para incorporação do militante: a etnicidade, o catolicismo, as disputas políticas locais, entre outros. Isto posto, para que percurso essa dissertação aponta?

Creio que seja impreciso definir o integralismo, pensado a nível nacional, como um movimento reacionário, e em conformidade com as classes dominantes. O mais seguro é se valer da conjuntura regional na qual o movimento se formou e atuou. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a configuração do movimento aponta para uma militância não necessariamente de classe média, porém efetivamente engajada na luta (ideológica e bélica) contra comunismo, não o partido em sentido estrito, mas os setores envolvidos com a mobilização de trabalhadores pobres.

De toda forma, ressalto que um pressuposto básico dessa pesquisa foi procurar entender o integralismo como este foi, e não como gostaria que tivesse sido. Assim, procurei trazer as contradições do movimento como um fator a ser investigado e não

como uma prática dissonante de um conceito estático previamente concebido, vide o terceiro capítulo. Nesse instante, cabe citar a lição deixada por Thompson:

O reducionismo é um lapso na lógica histórica por meio do qual os eventos políticos ou culturais são “explicados” em termos da afiliação de classe dos atores. Quando uma conexão, ou relação causal, se estabelece entre esses eventos (na “superestrutura”) com uma certa configuração de interesse de classe (na “base”), então se pensa que exigências de explanação histórica – ou pior, de avaliação – sejam satisfeitas caracterizando-se essas idéias ou eventos como burgueses, pequeno-burgueses, proletários etc. O erro do reducionismo não consiste em estabelecer essas conexões, mas em sugerir que as idéias ou eventos são, em essência, *o mesmo* que o contexto causal; que as idéias, crenças religiosas ou trabalhos de arte podem ser reduzidos (como se reduz uma equação complexa) aos “reais” interesses de classe que expressam.⁵⁷

Não resta dúvida, que o integralismo tem haver com classe⁵⁸, ou mais precisamente com classe média, no sentido de defesa de uma dada condição material, medo de proletarização etc.. Porém, este fato não poderá ser entendido como a única dinâmica condutora das ações de seus militantes. A meu ver, existiam muito mais coisas envolvidas. De fato, esse debate não encontrará maior ressonância nas páginas seguintes, isto porque, a própria condição desfavorável no pós-1937, criou outras prioridades, como a reorganização do movimento e a luta contra a repressão. No entanto, tais colocações se faziam necessárias para que não restassem dúvidas quanto a meu posicionamento em relação a movimentos políticos. Pois, se é verdade que não se pode explicar expressões políticas através da afiliação de classe, também não deixa de ser uma verdade que a explicação de movimentos políticos passa pela condição material de seus protagonistas.

Assim sendo, desvio-me das definições mais elementares sobre o fascismo, sobretudo as que o definem como um movimento de classe média, quase sempre,

⁵⁷ THOMPSON, E. P.. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 159.

⁵⁸ Aqui também cabe a primorosa definição de classe do autor: “Classe é uma formação social e cultural (freqüentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento”. THOMPSON, E. P.. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* op. cit., p. 169.

manipulado pelas classes dominantes.⁵⁹ Opto por não partir de um conceito (até porque, a configuração de diversos tipos de fascismos, prejudica a formulação de conceitos não elásticos), mas por uma definição de caráter mais abrangente, que modela e inspira mais do que delimita. É de Robert Paxton que retiro uma boa caracterização do fenômeno:

O fascismo não repousava na verdade de sua doutrina, mas na união mística do líder com o destino histórico de seu povo, idéia essa relacionada às idéias românticas de florescimento histórico nacional e de gênio individual artístico ou espiritual, embora, em outros aspectos, negasse a exaltação romântica da criatividade pessoal desimpedida. O líder queria levar seu povo a um campo mais elevado da política, campo esse que podia ser experimentado de forma sensual: o calor de pertencer a uma raça agora plenamente consciente de sua identidade, destino histórico e poder; o entusiasmo de participar de uma vasta empreitada coletiva; a gratificação de deixar-se submergir numa onda de sentimentos coletivos e de sacrificar as próprias preocupações mesquinhas em favor do interesse grupal; e a emoção do domínio.⁶⁰

No mais, a dinâmica do fascismo brasileiro irá incorporar outros elementos, descartando os menos presentes. Definido tais pressupostos, seguirei na trilha de Thompson e de seu particular método histórico que chamou de *lógica histórica*.

Sobre as fontes, conceitos e escrita da história

Thompson afirma que a pesquisa em história não pode ser confundida com o tipo de pesquisa desenvolvida nas chamadas ciências experimentais, pois essas, diferentemente das que tem o ser humano como matéria prima, não contam nas suas reflexões com as contingências próprias da vida cotidiana. Essa comparação também vale para lógica inferida pelo filósofo, que por se agarrar às essências humanas, se distanciaria de um segundo ponto fundamental para o trabalho do historiador: a temporalidade dos fenômenos históricos.⁶¹ Em vista disso, o autor, alicerçado por uma discussão sobre a fragilidade de conceitos analíticos estáticos, defende ser o historiador detentor – ou pelo menos deveria sê-lo – de uma lógica própria, organizada a partir da peculiaridade de seu ofício. Que a define como:

(...) um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo

⁵⁹ CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular* op. cit..

⁶⁰ PAXTON, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 59.

⁶¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 48.

produzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (...); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador todo o tempo. (...) É, porém, dizer que essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo (...); É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: *não* (...) a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira.⁶²

É nessa lição metodológica que me inspiro para praticar a dialética relação entre conceitos (ou literatura especializada) da temática em questão e material empírico, coletado no esforço de pesquisa.

Com relação às fontes utilizadas na dissertação, foram verificados e selecionados documentos de três diferentes matrizes: documentos pessoais, correspondências, registros policiais, documentos oficiais, fragmentos da imprensa, entre outros arquivados no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas; dossiês policiais, inquéritos e a documentação administrativa da polícia do Distrito Federal lotados no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro); os processos abertos no Tribunal de Segurança Nacional, as comunicações ativa e passiva do Ministro da Justiça, relatórios sobre presos políticos e as correspondências do arquivo pessoal de San Tiago Dantas encontrados no AN (Arquivo Nacional). Com destaque para os dossiês policiais referentes às organizações integralistas, a documentação de caráter pessoal de San Tiago Dantas e processos do Tribunal de Segurança Nacional envolvendo integralistas.

A respeito dos processos e das diligências policiais houve uma preocupação especial em não se referendar interpretações policiais ou processuais sobre os integralistas. A fórmula encontrada foi o cruzamento de dados. Entendi que procedendo dessa maneira, a imprecisão ou a falsa impressão estariam em muito diminuídas. De toda forma, creio que o pior caminho seria renegá-las, como se estas efetivamente nem existissem. É salutar lembrar que, muito do que se sabe sobre, por exemplo, a ação golpista promovida em maio de 1938, teve como base os processos instaurados no Tribunal de Segurança Nacional, cuja leitura inspirou o livro de Hélio Silva *Terrorismo*

⁶² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 49.

em Campo Verde,⁶³ ressaltar-se, citado como obra referência sobre o episódio. Portanto, não havia como se desvencilhar do compromisso historiográfico de retomar tais processos e retirar-lhe novas impressões, caso as houvesse. Foi com esse intuito que me propus a incorporar tais fontes produzidas por órgãos repressores.

Apesar de menos comuns na dissertação, as documentações pessoais não poderão passar despercebidas, justamente pela especialidade de sua natureza. Com relação a estas, esse trabalho considerará as indicações de Ângela de Castro Gomes, sobretudo, no que se refere ao poder de “enfeitiçar” o historiador, quando do seu trato. Nestes casos, corroboro com a autora:

(...) está descartada *a priori* qualquer possibilidade de saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (...) Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo.⁶⁴

Em relação à utilização de materiais retirados da imprensa da época (sobretudo jornais e revistas), se atentar-se para a importância desses órgãos como espaço de comunicação, com poder de dar “*visibilidade a determinadas experiências, memórias e histórias*”, ao transformar “*certos assuntos e personagens em notoriedade, definindo “o enfoque e a duração das notícias*”. Para tratar da imprensa “*é preciso indagar sobre o modo como os jornais constituem formas de olhar e narrar o acontecido e de fixar uma posição entre outras possíveis*”.⁶⁵ Sobre toda a documentação, cabe ainda negar o puro empirismo, reafirmando a idéia de diálogo constante destas com os pressupostos teórico-metodológicos.

⁶³ SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 373.

⁶⁴ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

⁶⁵ MACIEL, Laura A.. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880\1920. In: FENELON, Déa R. et alii (org.) *Muitas Histórias, Outras Memórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 26.

Thompson enfatiza: “*são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência*”.⁶⁶ A questão, então, é posta sob a forma de um diálogo entre conceito e evidência. Esta relação materializa o conhecimento histórico. “*Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico*”.⁶⁷ Assim pensarei os conceitos de fascismo, polícia política, nacionalismo, subversão, assimilação, entre outros e os apontamentos de Hélgio Trindade, Giselda Silva, Gilberto Calil e dos demais pesquisadores que oportunamente citarei. Tomando como objetivo último deste texto explicar a realidade dos anos ditatoriais, parti do concreto e o retomei quantas vezes achei necessário, para que não pesasse dúvidas em relação às conclusões. Não sendo possível escrever história sem *modelos guias*,⁶⁸ não resta dúvida que a formulação de novos modelos está inerente ao trabalho do historiador. A explicação do ocorrido, mesmo em grau parcial, não deverá estar submetida a construções teóricas externas, por mais bem intencionadas que sejam. Assim, os conceitos marxistas aqui utilizados só o foram porque considere *“mais adequados à explicação que outros”*, ou seja, *“porque melhor suportam o teste da lógica histórica”*.⁶⁹

Por último, resta falar da maneira como o conhecimento histórico, fruto de longa e detida reflexão, ganha o papel. A história definida como processo relega a narrativa à fórmula mais apropriada de sua escrita. É o que Maria Bonifácio procura demonstrar. Menos preocupado em explorar a conclusão da autora de *“que toda a verdadeira*

⁶⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 50.

⁶⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 54.

⁶⁸ “Um modelo é uma metáfora do processo histórico, indicando suas partes significativas, a forma pela qual estão inter-relacionadas e a forma pela qual mudam. Por um lado, a história se mantém irreduzível: permanece sendo tudo o que aconteceu. Por outro, **a história não se torna história até que haja um modelo**”. THOMPSON, E. P.. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 155. (Grifos do autor)

⁶⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* op. cit., p. 55.

história possui necessariamente um estatuto narrativo".⁷⁰Contento-me em explicar os motivos de um trabalho essencialmente narrativo. Por isso, somente aduzo o aspecto fundamental da exposição da autora, que é a complexidade da realidade a ser entendida. Nela, aponta, *"reinam lado a lado liberdade, acaso, causas e fins"*.⁷¹

A narrativa de um fato se mostra competente porque *"convoca essas causas heterogêneas em simultâneo, facultando a sua inteligibilidade conjunta"*. Fornece a obra uma possibilidade de *"visão global dos acontecimentos"*, em outras palavras, *"permite-nos 'apreendê-los juntos' através de uma espécie de 'juízo sinóptico'"*.⁷² A visão de conjunto conseguida através do *"realinhamento retrospectivo do passado"*,⁷³ com incursões sincrônicas sucedendo incursões diacrônicas (ou ao contrário), fornecem ao trabalho do historiador a segurança da verificação da hipótese e das necessárias conclusões.

Portanto, desvencilhado de uma narrativa linear, criticada acertadamente pela historiografia ao longo do século passado, procurarei narrar episódios, acontecimentos e ocasiões, que elevados a fatos históricos, reconheci como indispensáveis à inteligibilidade do papel que os integralistas desempenharam durante o Estado Novo.

O primeiro capítulo terá como limites os meses anteriores ao golpe de 1937 e os meses posteriores à revolta integralista de maio de 1938. Em princípio, a proposta era incorporar parte dessa discussão à própria introdução, iniciando minhas indagações sobre o tema a partir da fundação das organizações integralistas em 1938. Entretanto, o estudo da militância integralista demandava uma compreensão mais apurada das relações destes com o Estado Novo, a respeito da conjuntura de deflagração do golpe. Algumas impressões correntes sobre o processo precisavam ser contrastadas a

⁷⁰ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 116.

⁷¹ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 116.

⁷² BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 116.

⁷³ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português* op. cit., p. 117.

documentação produzida pela própria militância ou que ao menos se referia a ela. Foi o que procurei fazer.

Dessa forma, polemizarei a respeito da afirmativa de ter a militância integralista apoiado integralmente o golpe e do papel político assumido por Plínio Salgado nessa conjuntura. Além disso, procurarei incorporar ao conhecimento sobre a temática, informações referentes ao caráter organizativo dos integralistas, tomando a documentação contida nos processos de número 600 e 606. Por último, refletirei sobre os resultados do golpe para integralistas e Estado Novo.

O segundo capítulo, bem mais robusto – e não poderia ser diferente –, se preocupará em pensar a ação da militância integralista no interior de organizações, fundadas por integralistas no período que compreendeu aproximadamente de agosto de 1938 a janeiro de 1942. É bem verdade que antes de começar a tratar deste contexto, retomarei a formação do integralismo, tanto como ideologia, como movimento político, por justamente perceber um nexo entre a atuação dos adeptos do movimento antes de 1937 e durante o Estado Novo. Em seu fundamental o capítulo estará voltado a pensar como os integralistas – nesses espaços – enfrentaram a condição de desfavorecimento político, ocasionada pela dificuldade de rearticulação pública, potencializada pela campanha anti-integralista imposta pelo regime.

O terceiro capítulo se restringirá aos integralistas opositores ao regime. Tratou-se da maneira como a repressão aos integralistas foi implementada, e a reação destes frente à atitude restritiva deste governo. A passagem dos integralistas pelos tribunais e prisões do Estado Novo nos serviu de matéria-prima para o estudo desta ala do movimento, pouquíssimas vezes mencionada pela historiografia. Optou-se por retomar a formação desses setores opositores e avançar sobre as motivações que fizeram assumir a condição de opositores.

No quarto capítulo, após retomar algumas questões relacionadas ao nacionalismo, expostas primeiramente no segundo capítulo, dedicarei-me a continuar refletindo sobre como se desenvolveram as relações entre os integralistas e o Estado Novo. Nesse sentido, abriu-se espaço para os “camisas-verdes” que ao longo do regime ditatorial se integraram, ou na versão mais utilizada, foram *assimilados* pelo Estado Novo. O capítulo também contemplou reflexões referentes ao papel desempenhado pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social; para as estratégias de reorganização

do movimento; e para o contexto de guerra mundial e suas implicações no que diz respeito ao integralismo.

Integralistas: articulações e luta política na implantação do Estado Novo

O capítulo aqui proposto se preocupará em assimilar os fatores decisivos que envolveram a atuação da militância integralista no contexto de implantação do Estado Novo. Em vista disso, os marcos cronológicos da pesquisa terão como baliza os meses anteriores ao golpe de novembro e o primeiro trimestre após a tentativa de golpe integralista em maio de 1938, período que entendo como crucial para a consolidação do novo regime. Neste ínterim, abordarei as duas tentativas de golpe promovidas por integralistas e suas implicações na conjuntura em questão, bem como a ação propagandística do Estado Novo no que se refere à temática *integralista subversivo*.

1.1 - Do golpe ao golpe: esboço de uma narrativa dos fatos

A trajetória dos integralistas no Estado Novo necessariamente deve retroceder aos dois meses que antecederam ao golpe de novembro de 1937. Isto porque data desse período o início das negociações entre Plínio Salgado e alguns dos seletos dirigentes integralistas com Francisco Campos, Eurico Gaspar Dutra e o próprio Getúlio Vargas, relativa à manobra política que visava assegurar a permanência de Vargas no governo para além do período definido na constituição de 1934. Numa outra frente o capitão do exército Olímpio Mourão Filho também tomou parte no episódio ao produzir um documento denominado Plano Cohen, que a princípio era apenas uma simulação de um golpe comunista, e que acabou se transformando, por força da ação propagandística do governo, no documento base para a implantação do Estado Novo.

No que concerne a narrativa dos fatos a versão de Edgard Carone e de outros estudiosos de que Plínio Salgado teria “trabalhado” para a instauração da ditadura sem o consentimento de alguns de seus companheiros mais próximos e de toda a base social integralista continua prevalecendo.⁷⁴ Essa interpretação em muito se deve a carta de Plínio Salgado, datada de janeiro de 1938, destinada a Getúlio Vargas na qual o líder integralista admite que já teria tido conhecimento do movimento político em questão e

⁷⁴ CARONE, Edgard. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977, Coleção Corpo e Alma do Brasil, p. 17.

que cumprira todas as determinações de Francisco Campos, elemento que negociava por parte do governo, sobre o sigilo da operação golpista. Os acordos sigilosos de Salgado se materializaram nas ações colaboracionistas do líder integralista para com o governo. Stanley Hilton cita que em artigo do periódico “A Offensiva” de 2 de outubro de 1937, posterior a decretação do Estado de Guerra, Salgado defendeu a atitude tomada pelo governo justificando que “*seria impossível proteger o país dentro do sistema constitucional vigente*”.⁷⁵ O chefe integralista procurava convencer seus correligionários que “*prestigiar o chefe da nação e as forças armadas*”era o dever de todo “camisa-verde”.⁷⁶

Ainda na carta destinada a Vargas, Salgado revela o entusiasmo que sentiu após se encontrar com o ditador. Rememorando aqueles dias afirma: “*Eu tinha impressão de que se iria formar um partido único; que o integralismo seria o cerne desse partido; que, além desse partido, existiria uma vasta organização da juventude*”.⁷⁷ Seguro da situação, o chefe organiza o desfile de 1º de novembro, nas suas palavras, uma atitude de apoio “totalmente desinteressada”. Segundo Hilton, essa narrativa, que ressalto, construída *a posteriori*, está longe do acontecido. O chefe “*compartilhava das apreensões de seus auxiliares e, seguindo os conselhos do General Cavalcante, resolveu organizar um desfile integralista em massa*”.⁷⁸ O que demonstra que Plínio Salgado se articulava politicamente pleiteando melhor condição na mesa de negociações com o governo antes de instaurada a ditadura, e que por isso não se furtou em apresentar sua principal “arma”: uma massa unida e obediente sob seu comando. No entanto, a opção colaboracionista acabou prevalecendo, e esta é reafirmada no discurso pronunciado na Radio Mayrink Veiga: discurso esse “*de uma lealdade a toda prova, de uma abnegação completa, de uma fraqueza rude, de uma clareza doutrinária que não admite dúvida.*”⁷⁹

⁷⁵ HILTON, Stanley. *O Brasil na crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, p. 47.

⁷⁶ A Offensiva, 2 de outubro de 1937 apud HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional* op. cit. p. 47.

⁷⁷ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas apud SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 373.

⁷⁸ HILTON, Stanley. *O Brasil na crise internacional* op. cit., p. 49.

⁷⁹ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas apud SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*.op. cit., p. 373.

Na leitura de Hilton sua falta de ousadia e liderança permitiu que a iniciativa ficasse nas mãos do governo, o que acabou sendo fatal para o movimento. Também se reportando àqueles acontecimentos Maria Elisa W. Guimarães cita que dois dias após o desfile os integralistas participaram de um evento, noticiado no jornal “A offensiva”, em apoio ao Presidente da República, tendo usado a palavra diversas figuras de proeminência, inclusive Miguel Reale.⁸⁰ O que esse corpo de informações bibliográficas e primarias nos permite pensar é que de fato os integralistas, como meses depois afirmou Salgado, ajudaram a criar o clima do golpe nas manifestações públicas organizadas por suas lideranças. Sem desmerecer o papel de Mourão Filho na concepção do Plano Cohen, foi Plínio Salgado o representante do sigma que efetivamente participou das articulações do golpe, que como foi possível demonstrar conduziu tais articulações de maneira sigilosa e sem maiores explicações a expressivos setores do movimento. Entendo que sua relevância nos preparativos do golpe esteve muito mais em neutralizar a ação do movimento, que poderia efetivamente causar empecilhos para realização do golpe, do que na coadunação de forças em seu apoio. Consumado o golpe, Plínio Salgado ainda cumpriria um papel relevante na sua consolidação.

Justificando a deflagração do golpe Vargas aponta que “*nos períodos de crise (...) a democracia de partidos*” não oferece crescimento e progresso, pelo contrário “*subverte a hierarquia, ameaça a unidade da pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil*”. A nação estava em perigo afirmava o ditador. A salvação da nação estaria sintetizada no Estado Novo. O novo regime seria o contraponto ao caos e a desordem que se encontrava o Brasil em 1937. Na nova ordem se restauraria “*a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: (...) dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com o que possa sobrepor-se as influências desagregadoras internas ou externas (...)*.”⁸¹ A argumentação de Vargas se aproxima consideravelmente das aspirações políticas do programa da AIB, e apesar do integralismo não ter sido citado no discurso da noite do

⁸⁰ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; 1999, p.157.

⁸¹ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*, Vol., V, p. 29-32 apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit.,p. 12.

dia 10 de novembro, algumas manifestações de apoio ao golpe imediatamente começam a ganhar publicidade em alguns núcleos integralistas. Em nota o jornal integralista paulista “A Ação” parabeniza Vargas pelo ocorrido afirmando que este se encontra prestigiado “*pelo exército, pela Marinha e pela Ação Integralista Brasileira (...) que nesta hora se congregam num mesmo espírito de nacionalismo*”.⁸² No entanto, a apatia da maioria dos militantes traduzia a incerteza que ainda invadia a base do movimento.

Na versão de Salgado, “*o primeiro sinal de que não estávamos sendo tratados com confiança, eu tive na noite de 9 de novembro*”, pois não houve um aviso prévio de que o golpe se aproximava. No entanto, “*a maior de todas as surpresas*” foi o discurso de Vargas, “*fiquei completamente convencido de que estávamos alijados desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o integralismo ou para os integralistas*”.⁸³ O chefe integralista, após um período de ansiedade, passa a impressão de decepção com o desenrolar dos fatos.

É considerável a documentação produzida por Plínio Salgado enquanto agente da trama política em questão. O mesmo não podemos dizer dos centenas de milhares de membros da AIB pelo Brasil, que apenas esparsamente aparecem produzindo entendimentos sobre a conjuntura de instauração do golpe. Em vista disso, julgo ser um questionamento válido interrogar até que ponto se pode considerar que os integralistas de fato aguardavam ações mais concretas de Getúlio com relação à AIB, no que se refere a um lugar de destaque na nova ordem. O que em alguns trabalhos aparece como uma verdade consolidada, nesse texto procuro ver muito mais como uma questão a ser pensada. Entretanto, esta ainda se interliga a outra de maior abrangência: como os integralistas pensavam a “Revolução de 30”, seus dirigentes e o próprio Vargas?

Mantereí a ordem das questões. Porém, desde já advirto que esse é um caminho intrincado a se percorrer, não só pela multiplicidade de conjunturas regionais no qual se organizara o integralismo, mas especialmente pela dificuldade de aferirmos a posição de boa parte de sua militância que contava com pouco espaço nos órgãos oficiais e de maior circulação da doutrina.

⁸² A Ação, 11\11\1937 apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit., p. 194.

⁸³ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas apud SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Op. cit., p. 374.

Não são poucos os registros de investigações promovidas pela polícia política de Vargas contra o integralismo durante o período constitucional. Registros esses atualmente arquivados em forma de dossiês temáticos.⁸⁴ É bem verdade que houve um crescimento significativo dessas investigações, em compasso com a ampliação da repressão ao movimento durante o Estado Novo, principalmente no Rio de Janeiro, núcleo articulador da revolta de maio de 1938. Entretanto não podemos deixar passar despercebida a constatação de que havia toda uma ação policial no sentido de monitorar a atuação dos integralistas, justamente num período de cooperação com os mesmos na luta contra o “inimigo comunista”.⁸⁵

Giselda Silva, atenta a esse fato, se preocupou em mostrar como que, apesar dos elogiosos discursos dedicados a AIB, Vargas por meio de sua polícia reprimia os integralistas. A autora entende que esses discursos não condiziam com “*as informações registradas pela sua polícia política nos meses que antecederam ao golpe*”. Cita que “*o número de informes e partes policiais que marcavam as comunicações entre o secretário da SSP-PE e as delegacias do interior do Estado, antes de 1937*”, provavelmente “*reencaminhadas para o chefe de polícia do Rio de Janeiro, sugerem que Getúlio deveria ter conhecimento das atividades interpretadas pela sua polícia como ameaça à ordem*”.⁸⁶ Dessa maneira, a partir do momento em que o integralismo se apresentou como força política de considerável inserção social e com aspiração de poder alavancou-se o interesse do governo em observar de mais perto suas ações, o que levou, por vezes, a repressão. Contraditório, Vargas, publicamente, “*negava que vigiava e até que perseguia integralistas*”⁸⁷, em contrapartida afinava seu discurso de união dos nacionalistas no combate ao comunismo. Por certo, a atitude de Vargas está longe de representar uma crise ideológica do ditador ou mesmo um ludibriamento momentâneo, causado pela incerteza advinda de sua dificuldade em entender o

⁸⁴ A documentação atualmente está organizada da seguinte maneira: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política, Série: integralismo.

⁸⁵ O processo 822 do Tribunal de Segurança Nacional evidencia uma cooperação entre integralistas e getulismo durante o período constitucional. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 822, An 303-2004.

⁸⁶ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. p. 134.

⁸⁷ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit. p. 132.

integralismo. Sua atitude, ambígua, compunha um corpo de instrumentos próprios de um exímio articulista agindo num tumultuado jogo político. É dessa forma que a literatura especializada se expressa, é dessa forma que também entendo. Então, onde estará o problema?

Antes de colocá-los devo dizer que a conjuntura pernambucana apresentada por Giselda Silva se soma a do distrito federal e a de outros estados. Na Bahia, Juraci Magalhães é inimigo do integralismo. No sul, a ação governamental, movida por um caráter nacionalista contra imigrantes, muito destes membros dos núcleos da AIB, gerava constantes conflitos.⁸⁸ Publicamente o discurso era de união nacional, mas as ações da polícia não conseguiam camuflar o estado de alerta do governo para com os “camisas verdes”. Sabedores dessa condição, a massa integralista, por justa razão, desconfiava dessa boa relação propagandeada pelo governo. De fato, se tomarmos uma palavra para sintetizar a relação entre integralismo e getulismo esta seria “ambigüidade”. Que, somada à indecisão, contradição, insegurança, imprecisão e desconfiança passavam a compor o léxico dos contatos entre as duas forças políticas.

Talvez o problema na leitura desse processo esteja num certo maniqueísmo que tem como origem as análises produzidas pelos próprios opositores da Ação Integralista Brasileira em meio a Era Vargas, mas que persiste em alguns trabalhos acadêmicos. Nestes subestimou-se a capacidade de ação política de seus militantes, em contrapartida se valorizou demais a competência política de Vargas e Francisco Campos.⁸⁹ No meu entender, os adjetivos que, implicitamente ou explicitamente, são utilizados para se referirem aos integralistas no período, como: “iludidos”, “inexperientes”, “bando grotesco” (Werneck Sodré), “intelectuais neurastênicos” (Sérgio Buarque de

⁸⁸ A respeito da ação governista contra “camisas-verdes” Stanley Hilton relata os seguintes fatos: “Juracy Magalhães, governador da Bahia, era um dos mais dedicados adversários do partido. Em novembro de 1934 seu secretário de segurança emitira ordens proibindo qualquer membro ativo da polícia estadual de pertencer à AIB. (...) Ultrajado com um incidente de tiroteio numa cidade gaúcha, o governador Flores da Cunha já proibira desfiles integralistas no Rio Grande do Sul, e dera ordens para a polícia revistar ‘severamente’ qualquer pessoa vestindo uniforme integralista. (...)”. HILTON, Stanley. *O Brasil na crise internacional* op. cit., p. 29 e 30.

⁸⁹ Expondo esse processo José Nilo Tavares diria: “Vargas, por outro lado, premido muito mais pela indefinível situação internacional, do que pela conjuntura nacional, de relativa calma assegurada pela repressão, não cogita em romper entendimentos com a direção integralista, procurando manter, dentro do **manobrismo** que lhe é peculiar, cordões passíveis de **manipulação**, no momento necessário”. TAVARES, José Nilo. *Conciliação e Racionalização política no Brasil: ensaio de história política*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 221.

Holanda)⁹⁰, entre outros, podem ter muita serventia para luta política conjuntural, mas tem muito pouca eficácia para a análise histórica. Pelo contrário, ao se menosprezar a ação política dos integralistas, interditam-se valiosas explicações relativas à instigante temática que é o desenvolvimento do fascismo no Brasil.

Feitas as respectivas ressalvas, o que procuro demonstrar é que havia uma expressiva parcela dos integralistas, reflexo de disputas anteriores, que viam o governo com desconfiança, e, portanto, muito provavelmente não se surpreenderam com a quebra do acordo, para eles secreto, de Plínio Salgado com Getúlio Vargas e as suas conseqüências posteriores. Reitero que a política de Vargas com relação aos integralistas era marcada pela ambigüidade: elogiava-se o movimento publicamente, atuava-se em operações conjuntas – especialmente contra o comunismo, intercambiavam-se seus intelectuais, mas concomitantemente investigava-se, reprimia-se, denunciava-se seu extremismo. O reflexo da ambigüidade de Getúlio era a desconfiança, em menor ou maior grau, de parte da base integralista que também se articulava publicamente modificando discursos e ações na medida em que a conjuntura se modificava. Desse modo, não pactuo com as interpretações que sobrevalorizam a perspicácia de Getúlio Vargas em detrimento de certa, digamos assim, “inocência” dos integralistas no jogo político. Por certo, não desmereço a habilidade de Vargas, apenas condiciono o desenrolar desse processo político a diversos agentes que, em posições diferenciadas e em graus variados, agiram nesse contexto de instauração do Estado Novo e de meia ruptura entre integralismo e governo.

O fato é que a menção do governo ao integralismo de reconhecimento deste como base teórico-filosófica do Estado Novo não chegou a existir, pelo menos no sentido esperado por Plínio Salgado e seus correligionários mais próximos. Pelo contrário, a decretação, em dois de dezembro, do fechamento de todos os partidos, inclusive do Partido Integralista, era o inverso da pretensão do chefe Salgado. Mas o que a documentação nos permite perceber é que este cumpre os acordos antes firmados, e não recua mesmo com a decepção em 10 de novembro e com indecisão do governo nas semanas posteriores. Diria Salgado rememorando as conversações com Getúlio:

⁹⁰ HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1975, p. 141 e 142 apud CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 32.

Perguntou, o Sr. Getúlio, si esta reunião seria realizada imediatamente (se refere ao encontro com integralistas); respondi-lhe que não: só depois da publicação dos decretos, ordenando o fechamento dos “partidos” e permitindo a organização da sociedade, por mim pleiteada, é ainda, depois de organizada esta sociedade, é que eu iria ouvir as opiniões dos demais próceres do integralismo. O Sr. Getúlio, concordou, e aplaudiu a minha prudência, achando, que si a reunião fosse realizada antes, poderiam mudar de opinião (...)⁹¹

Retornando a questão da possível expectativa do movimento em relação ao Estado Novo, o que se atesta mais uma vez é que há uma fragilidade na explicação corrente no que compete à base integralista. Se os acordos entre Plínio e Getúlio foram secretos, o que garantiria a militância do movimento, levando em consideração a atitude ambígua do governo, que a doutrina estaria numa situação melhor na nova ordem que se inaugurava?

A explicação que julgo plausível está no papel assumido pelo chefe do integralismo, quando este começa a se posicionar publicamente a favor do golpe. Será Plínio Salgado que irá fornecer as garantias de que os integralistas teriam acesso ao poder no Estado Novo incentivando, por conseqüência, um tipo de expectativa na militância que, diga-se de passagem, terá vida curta na medida em que os acontecimentos forem se sucedendo e as promessas forem deixando de ser cumpridas. Edgard Carone já havia observado este fato. Afirma que “*grande parte dos integralistas estão determinados a aceitar o novo estado*”, pois este traduz “*o fim do liberalismo*” e persegue “*tenazmente o movimento das esquerdas, também “aparentemente representa a implantação de certas idéias integralistas – a do corporativismo, por exemplo*”. No entanto, acrescenta o autor que “*certos adeptos nos Estados, não aceitam passivamente o novo domínio de fato: primeiro, poucos são os que sabem que Plínio se compromete com Getúlio Vargas (...) e, também, poucos estão a par da carta reservada que o Chefe Nacional manda ao ditador*”.⁹² Por esse motivo, concordo com Carone quando aponta para uma divisão do movimento nos momentos posteriores a instauração do golpe entre os que, devido à proximidade de propostas e ação de Plínio Salgado, vislumbravam um lugar de destaque para o integralismo no Estado Novo e os que achavam estranho “*o fato de que um regime que nasce*” prestigiado pelos integralistas, “*e que traduz,*

⁹¹ Dossiê de 01/07/1940, Pasta 4, série: Integralismo, fundo: Polícia Política, APERJ.

⁹² CARONE, Edgard. Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Bertrand, 1988; Coleção Corpo e Alma do Brasil, p.198.

*segundo os chefes, parte da ideologia de seu partido, os perseguir tenazmente, dissolvendo os núcleos, proibindo a sua propaganda e fechando os seus jornais”.*⁹³

Derrotado momentaneamente na tentativa de fazer do integralismo a principal força política na nova ordem, Plínio Salgado passa a reunir todos os esforços na constituição da Associação Brasileira de Cultura, fórmula encontrada para garantir o funcionamento da AIB após a proibição das organizações partidárias. Esta seria uma *“sociedade cultural (...) com a qual, os integralistas pudessem continuar os seus beneméritos empreendimentos”*. De acordo, *“o Snr. Getúlio, achou justas as minhas ponderações, e prometeu, dar plenos poderes ao Campos, para elaborar um decreto, facilitando aos partidos que tivessem (...) organizações de assistência e educação, a se transformarem em sociedades civis”*. No entanto, a situação em nada se modificará, também tais negociações não resultarão em ganho político para Salgado. E mesmo tendo saído *“o decreto permitindo a transformação dos ‘partidos’ em sociedades civis (...) primeira surpresa: os cartórios não queriam registrar a sociedade. Estavam orientados pelo Campos”*.⁹⁴

Toda idéia de homogeneidade e de disciplina, amplamente valorizadas por trabalhos acadêmicos baseados na documentação oficial produzida pela AIB, passam a ser questionadas a partir de janeiro de 1938, e da maneira mais contundente, nas palavras do próprio Plínio Salgado: *“O integralismo, arrebatadas as comportas da hierarquia, através da qual chegava, de chefe em chefe, a minha orientação, é hoje uma ebulição, um complexo que me atormenta”*.⁹⁵ Um estudo sobre o integralismo deve levar em consideração tais declarações. O documento em questão é a carta de 28 de janeiro. Nesta o chefe integralista é didático. Narra os acontecimentos e o desenrolar da negociação, como se Vargas não estivesse a par desta, até a conjuntura de janeiro e suas *“Conseqüências fatais”*. Longe de ser um documento escrito ao vento das aspirações momentâneas, constituído de improvisações retóricas e com a informalidade típica, a

⁹³ CARONE, Edgard. Estado Novo (1937-1945). Op. cit p. 198.

⁹⁴ “Exposição feita por Plínio Salgado sobre as Dermaches para o fechamento do integralismo”. Pasta 4, série: Integralismo, fundo: Polícia Política, APERJ.

⁹⁵ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas apud SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde* op. cit., p. 381.

carta, que muito pouco tem de carta, é um documento produzido intencionalmente para a posteridade: “*um documento para a história do Brasil*”.⁹⁶

Não é a primeira vez que o chefe chama a atenção para a difícil posição que enfrentava dentro do movimento, mas com certeza é a primeira vez que explicita a incapacidade de controlar as ações políticas de seus comandados. Coloca que “*milhares de integralistas (...) não querem abrir mão das exterioridades de seu culto*”. Há ainda os que se “*desesperam*” e os que “*revoltados contra a campanha dos jornais, em plena vigência da censura, contra o integralismo, desgarram-se dos quadros do antigo movimento, não acreditando na sinceridade do governo*”. Reveladora, a missiva traz pelo menos dois pontos importantes a serem considerados: o primeiro se refere ao próprio Plínio Salgado. O que, de acordo com os trechos citados, a princípio, pode ser pensado como um atestado de derrota, um pedido de clemência, em nossa avaliação exprime muito mais a ação deliberada de um articulista político interessado em definir uma melhor condição no processo em questão. Corroborando com a proposta interpretativa que venho defendendo, descarto a inocência, a inexperiência e o devaneio delegados ao chefe. Na carta Salgado apresenta uma estratégia política quando expõe ao governo as condições que este enfrentaria com a perda de sua liderança frente aos integralistas. Mas do que tentar salvar o integralismo, Salgado procura salvar-se a si próprio como figura influente no regime recém instaurado. O segundo ponto é como os integralistas aparecem na carta. Bem diferente do que poderia supor-se: uma massa manobrada por um chefe onipotente – o que se verifica é uma militância viva e preparada para defender seu integralismo.

O cenário indicado por Plínio acabou por se consolidar, como o evento de maio de 1938 veio a comprovar. Carone cita que pequenas manifestações de rebeldia integralista teriam ocorrido em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul ainda em 1937. Subversões que ganham mais substância, inclusive com tiroteios e apreensão de armamentos, em janeiro de 1938 no Distrito Federal e em Niterói. Há também o primeiro levante integralista de março que, frustrado, acabou por alertar o governo sobre a tentativa de articulação de setores do movimento, para a efetiva tomada de poder e prisão de autoridades. Ainda segundo Carone houve, em março, um grande número de

⁹⁶ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas apud SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde* op. cit., p. 382.

prisões “*nestes dias só no Rio e Estado do Rio são presos mais de 600 pessoas*”.⁹⁷ Rememorando esses fatos, especialmente o “Golpe de Março”, fica evidente o total despreparo dos amotinados e a precária/amadora organização do evento. O que não diminui sua importância, quando se objetiva compreender a relação dos integralistas com o governo e a própria dinâmica interna do movimento.

São os oficiais da marinha que tomam a dianteira do movimento, prendem oficiais legalistas e partem para postos de ataque previamente acordados. Depondo sobre o ocorrido o Tenente da Marinha Jatir de Carvalho Serejo explicita o espontaneísmo da ação desses militares:

Penetrando no edifício do Ministério da Marinha, usando o telefone interno (...) solicitamos (...) transmitisse ordem do Diretor do Curso de Educação Física (...) ao Sargento de serviço (...) para enviar a sua lancha ao Arsenal, desde que precisava lá comparecer a fim de reaver sua carteira esquecida em seu uniforme. (...) No cais dos Mineiros, com uns seis Guardas-Marinha, tomamos a lancha (...). Convenientemente armados, todos, demos início à nossa missão: determinamos que os marinheiros (...) se armassem e fossem guarnecer alguns pontos da ilha (...).⁹⁸

Pelo conjunto da obra fica difícil imaginar que o governo esteve, em algum momento, temeroso com um golpe integralista de natureza armada. Tanto é verdade que mesmo depois de 11 de março a segurança no Palácio Guanabara não ganhou grandes incrementos, como ficou provado na facilidade com que os revoltosos de maio invadiram-no. Isso talvez explique o pouco empenho do governo nas investigações sobre o episódio em março. O fato é que totalmente desarticulado o “Golpe de Março” ainda deixava muito a desejar no que concerne aos interesses do governo em utilizá-lo como um elemento discursivo eficaz no combate ao integralismo, tanto na esfera pública, quanto para dentro do movimento, junto aos milhares de militantes e simpatizantes da doutrina.

Não quero supor que Getúlio, estrategicamente e com argúcia proveniente de sua mente brilhante, arquitetou golpes contra si para que os resultados posteriores lhe favorecessem, como se estivéssemos exibindo um folhetim de qualidade duvidosa, como o encenado cotidianamente no horário nobre da televisão brasileira. Se assim fosse estaríamos contribuindo para a manutenção de um discurso personalista que combatemos ao longo desse texto. Além, é claro, de estarmos prestando um desserviço

⁹⁷ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 200.

⁹⁸ SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde* op. cit. p. 151.

ao ofício do historiador com elucubrações fantasiosas e despropositadas. O que proponho a pensar é o fato de que deflagrado o evento de março não houve uma ação repressora contundente, o que a meu ver, além de apresentar o olhar sobre o integralismo, também aponta para uma estratégia muito mais afeita ao diálogo do que a repressão, por parte do governo, em relação aos “camisas-verdes”, ou pelo menos, na articulação de ambas. O “Golpe de Março” da maneira como se desenvolveu, apresentou muito mais as deficiências do movimento do que sua força de articulação. Ajudou mais a criar cisões do que a unificá-lo. Apesar de não ter produzido vitoriosos, para mim o que ficou bastante evidente foi a conduta dos agentes em disputa.

Da parte integralista ficou demonstrada a desarticulação de seus militantes e a divisão da doutrina. Do lado do governo tenho a impressão de que este compreendeu o integralismo mais cedo que se supunha. Se o integralismo, enquanto partido, poderia ser descartável, como força política componente do arco de alianças do Estado Novo, o mesmo não se poderia falar-se de sua numerosa militância. O que fica nublado, pela repressão ao integralismo, é a ação persuasiva do governo em relação aos seus militantes. De toda forma, a explanação da ação vencedora, que sublinho nesse tópico, ganhará mais substância no desenvolvimento dos demais capítulos. O que por ora é importante ressaltar é que a complacência do governo com os integralistas, em março, somada ao pouco crédito dado a possibilidade de um movimento golpista serão primordiais para a execução do golpe em maio.

Enfim, é chegada a hora do golpe que entrará para história como integralista, apesar de contar com a participação de proeminentes lideranças políticas nacionais não integralistas. Tratado em alguns poucos trabalhos acadêmicos, sobre o episódio, ao longo da segunda metade do século XX, produziu-se algumas interpretações. Que em geral, procuraram responder a questões do tipo: como se desenvolveu o processo que levou à tentativa de golpe? Quem teria organizado e participado do levante? Que fatores teriam sido fundamentais para o fracasso do movimento?

Em vista das propostas, ganharam espaço nessa literatura os depoimentos de Severo Fournier (comandante do ataque ao Palácio Guanabara), Belmiro Valverde (integralista articulador do levante), Plínio Salgado, Tenente Júlio Nascimento (integralista componente da guarda do palácio), General Castro Jr. e outros personagens que no calor dos acontecimentos ou *a posteriori* construíram versões do episódio, quase

sempre mutáveis, e condicionadas às demandas do contexto no qual eram produzidas. É o que afirma, por exemplo, Gilberto Grassi Calil que pensando o levante coloca que “Belmiro Valverde por diversos anos sustentou a versão integralista de que o fracasso do movimento se devia à ‘precipitação’ de Severo Fournier, mas mudou seu relato ao romper com o integralismo nos anos 50”. Também Plínio Salgado, num primeiro momento (1938), negou que tenha existido uma revolta integralista, porém, numa versão posterior (1953), assume a condição de chefe do movimento.⁹⁹

Hélio Silva, no início dos anos 70, dedicou um estudo específico sobre o golpe de maio de 1938. Procurou relatar de maneira mais próxima à realidade o desenrolar dos acontecimentos. Apesar de, em minha opinião, sobrevalorizar as versões de alguns dos envolvidos com o episódio, seu estudo teve méritos de ter sido composto de um corpo documental bastante amplo. Fundamental para sua conclusão: o que houve em maio de 1938 foi um movimento heterogêneo, que se articulou “*utilizando elementos das classes armadas, antigetulistas ou filiados ao integralismo*”. Que vitorioso “*constituiria uma junta militar que, seguindo o modelo clássico, prometeria eleições, logo que tivesse saneado a política*”.¹⁰⁰ Já Carone julga improvável que os objetivos dos revoltosos integralistas fossem somente a restituição da carta constitucional de 1934. O que efetivamente motivava sua ação era a ascensão ao poder via golpe de Estado.¹⁰¹ Tratarei ambas as interpretações como problemáticas a se pensar.

Fracassado o movimento são abertos no Tribunal de Segurança Nacional os processos 600 e 606, entre outros, contra os acusados de terem projetado ou participado do levante. Atento a esse fato Hélio Silva se utilizou desses processos para demonstrar como havia sido planejadas e executadas às ações no dia 10 de maio. Em vista da presente pesquisa consultei os referentes processos, porém com outro objetivo: apreender a posição dos integralistas envolvidos no levante. Que setores do integralismo participaram desse episódio? Que fatores foram decisivos para o envolvimento de parte da militância numa tentativa de golpe? São questões que

⁹⁹ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro; O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa* [Tese de Doutorado]. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 171.

¹⁰⁰ SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde* op. cit., p. 79.

¹⁰¹ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* op. cit., p. 202.

proponho. Nesse sentido, destaco o processo 600 que trata dos ataques promovidos às residências de diversas autoridades, este se apresenta especial por contar com uma gama de depoimentos de integralistas envolvidos em tal empreitada. É dele que retiro o depoimento de Eduardo Pacheco Andrade, chefe do núcleo integralista de Marechal Hermes, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Coloca Pacheco Andrade que concorda com a atitude dos integralistas revoltosos *“e assume a responsabilidade de sua atitude”*.¹⁰² Sobre a ação da militância a entende *“como um movimento, em desagravo da dignidade ofendida e do menosprezo com que foi tratada a Ação Integralista Brasileira, após ter sido dispensada toda sua dedicação ao movimento feito pelo governo em novembro do ano passado”*.¹⁰³ Na mesma linha, afirma Geraldo Tavares Labão, que *“não se conformava com o decreto referido (que trata do fechamento dos partidos políticos) “e procurou entendimento com o chefe da região justamente para trocarmos idéias sobre a reorganização (...) dos elementos integralistas que não concordavam com a sua extinção”*.¹⁰⁴ No sentido oposto, Júlio de Moraes afirma:

(...) que não tinha motivos para aplaudir esse movimento, porque a nova constituição elaborada e promulgada em dez de novembro, contém setenta por cento dos princípios em que foi educado por seus pais o declarante; que, nessas condições não era possível o declarante dar sua aprovação aos meios de que se utilizaram alguns integralistas desviados, contrariando os princípios do sigma e as doutrinas pregadas pelo ex-chefe nacional.¹⁰⁵

A história do integralismo ganha uma abrangência maior quando nos propomos a pensar seus militantes de base. Pois, cada depoimento enfoca pontos específicos da história do levante e do próprio movimento. Cada depoimento traz uma história de militância, de aproximação com integralismo, de entendimento da realidade, de relação com o governo, de relação com o chefe, em resumo, cada depoimento traz consigo uma experiência dentro do integralismo. No entanto, essa diversidade, parcialmente exposta, ganha unidade na ação conjunta de participação no golpe em maio de 1938, junto a mais de outra centena de “companheiros”. É importante observar que a citação, desses

¹⁰² Depoimento de Eduardo Pacheco Andrade. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 333-2003, folha 600-989.

¹⁰³ Depoimento de Eduardo Pacheco Andrade. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 333-2003, folha 600-989.

¹⁰⁴ Depoimento de Geraldo Tavares Labão. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 332-2003, folha 600-98.

¹⁰⁵ Depoimento de Júlio de Moraes. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 331-2003.

poucos depoentes integralistas, não se dá de forma aleatória, parte de um critério simples: selecionamos aqueles que, nos seus depoimentos, expressaram algum tipo de opinião sobre a conjuntura, sobre o episódio, sobre o integralismo. O que devido à escassez dos depoimentos com esse perfil nos faz necessariamente recorrer a uma análise mais qualificada.

É impossível produzir um modelo para a ação humana, mesmo em se tratando de movimentos onde a hierarquia cumpre um papel central. Depoimentos tão dispares são observados entre os participantes do mesmo projeto de tomada de poder. Enquanto Júlio de Moraes nega terminantemente sua participação no golpe alegando, que não teria motivos para tal, na medida em que suas idéias se coadunavam às propostas do Estado Novo, Geraldo Labão e Eduardo Pacheco Andrade não só assumem que agiram para depor Getúlio Vargas, como expõem seus motivos. O depoimento de Labão deixa exposto seu caráter golpista, já que ainda em março, havia colaborado com o levante integralista “*convocando uma turma para dez e onze*”.¹⁰⁶ Considerando esses fatos, mesmo declarando que “*desde o fechamento do integralismo, afastou-se inteiramente de qualquer atividade*”, sua condenação é pedida e aceita pelo TSN. Labão aparecerá novamente na documentação do TSN em 1942, quando entrará com um pedido de livramento condicional, que será negado em sentença de 16\07\1942. Sobre Pacheco Andrade o que é possível afirmar é que atuou na vanguarda da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, não cumprindo totalmente a pena que lhe foi imposta. O que essas trajetórias apresentam é uma prática que será constante na ação do governo em relação aos integralistas, ou seja, tomando-se os objetivos políticos do regime agia-se de maneira diferenciada com cada um dos setores da militância do movimento.

A peculiaridade, do também condenado Julio de Moraes, está na originalidade de sua argumentação. Este adianta dois argumentos que passaram a ser comum nos manifestos posteriores de Plínio Salgado: a idéia de que o Estado Novo é a materialização do ideário integralista e que o levante de maio foi acionado por integralistas “*desvairados*”, na perspectiva do chefe, “*desorientados*”.

De fato, são poucos os que se comprometem. O que deve ser relativizado se levarmos em consideração a situação de depoente que, evidentemente, acaba inibindo os

¹⁰⁶ Depoimento de Geraldo Tavares Labão. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 332-2003, folha 600-98.

acusados de envolvimento no episódio. A grande maioria nega terminantemente a participação no golpe. É o caso de Joaquim da Rocha Gomes, integralista pertencente ao núcleo de Botafogo, que convidado por outro integralista “*respondeu (...) que não contasse com seu apoio*”. Pois, “*segundo sua opinião a constituição promulgada em novembro do ano passado, esposara vários pontos pelos quais se batia o integralismo*”.¹⁰⁷ Braz Neri, apontado por muitos como aliciador integralista, inclusive por Rocha Gomes, expõe que deixou de ser integralista em setembro de 1937.¹⁰⁸ E que como Dyhlo Guardia, a partir daí, “*abandonou de vez qualquer convívio com os elementos da extinta ação*”.¹⁰⁹ Mesmo assim, na noite do golpe, Guardia, membro do núcleo do Andaraí, conta que recebeu um telefonema para que comparecesse a Praça Sans Pena, mas não foi. O mesmo teria se processado com Jeferson Luiz Barroso, datilógrafo da Secretaria Nacional de Organização Política, mas diferentemente de Guardia, foi ao encontro marcado, mesmo não sabendo do que se tratava, se deslocando, inclusive, de carro para pontos de ação.¹¹⁰ Outros como Ed de Aguiar e Gil de Queirós Matoso admitem ter sido membros da doutrina, mas não sabiam do levante. Gil Matoso complementa ainda “*que si é verdade que seu nome está incluído na relação dos que deveria assaltar aquela unidade militar (Batalhão de Guardas), foi feito a sua revelia*”.¹¹¹

A afirmação de Gil Matoso não pode ser totalmente desconsiderada, muitos são os indiciados que reclamam não saberem nada sobre o golpe, e por isso, desconheciam o motivo de suas detenções. Observando o alto número de excluídos dos inquiridos, não é difícil imaginar que muitos dos acusados o foram, por figurarem como pertencentes a núcleos integralistas, e em vista disso por já estarem fichados na polícia, foram presos sem terem sido investigados. Como os processos referentes ao golpe tinham um cunho político e não só simplesmente criminal-investigativo, não era do interesse do governo chegar apenas aos envolvidos no golpe, mas neutralizar futuras ações de oposição ao Estado Novo, articuladas por integralistas.

¹⁰⁷ Depoimento de Joaquim da Rocha Gomes. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 331-2003.

¹⁰⁸ Depoimento de Braz Neri. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 331-2003.

¹⁰⁹ Depoimento de Dyhlo Guardia de Carvalho. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 330-2003.

¹¹⁰ Depoimento de Jeferson Luiz Barroso. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 330-2003.

¹¹¹ Depoimento de Gil de Queiroz Matoso. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 331-2003.

Não compõe os objetivos deste trabalho, aferir a “verdade” dos fatos, e muito menos avaliar a culpabilidade de um ou de outro militante, no entanto é muito difícil dar crédito aos depoentes que afirmam que, como Rubens Limonge Loures, abandonaram o integralismo, logo após seu fechamento e não mais entraram em contato com os antigos companheiros, a não ser na noite de 10 para 11 de maio.¹¹² Até mesmo por ter se passado tão pouco tempo do fechamento da doutrina até maio de 1938. Por esse motivo, a afirmação de Luiz Antônio Cordeiro, membro do núcleo de Inhaúma, como a de outros citados, de que mesmo convidado não participou do evento¹¹³ é um indício de que havia uma rede de contatos em via de consolidação envolvendo diversos núcleos, que se opunham ao Estado Novo. Parece, portanto, estar enganado Hélio Silva quando entende que a tentativa de golpe “*não foi planejada nem dirigida nem realizada pelos integralistas*”.¹¹⁴

Não foram poucos os integralistas que estiveram a par do golpe, visto que, se quase a totalidade nega que tenha participado do golpe, um número considerável admite, pelo menos, um contato com outro integralista no dia 10 de maio ou nos dias anteriores ao episódio. A infinidade de depoimentos nos desencoraja a proceder uma análise biográfica sobre os participantes do golpe. Análise essa que seria bastante elucidadora no que se refere ao reconhecimento do tipo de militância que integrou o movimento até 1937, um contraponto fundamental para os dados oficiais da AIB e para o discurso da polícia política. Contudo, focado no nosso recorte e nos objetivos desse trabalho tais dados asseguram algumas indicações sobre a participação integralista no levante e maio de 1938.

A primeira indicação é que participaram integralistas de diversos núcleos da capital federal e de Niterói. A segunda é que no plano de ação constava que cada núcleo ficaria responsável por um alvo (residência do Gal. Dutra, do Gal. Góes Monteiro, de Filinto Muller e outros). Um terceiro ponto importante a se considerar é que o levante envolveu tanto antigos quadros do movimento, quanto integralistas recém egressos na doutrina.

¹¹² Depoimento de Rubens Limonge Loures. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 331-2003.

¹¹³ Depoimento de Luiz Antônio Cordeiro. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 331-2003.

¹¹⁴ SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde* op. cit., p. 148.

Sobre o que poderia ter levado essa militância a agir, entendo que sua principal motivação tenha sido o descontentamento com o governo, reflexo da proibição de funcionamento do integralismo e da repressão desencadeada até o momento, que ressaltamos, ficou longe da submetida após maio de 1938. Além disso, pode-se somar a desconfiança sobre a condição de articulador político assumida por Plínio Salgado, fruto de sua inoperância evidenciada no fato de que em nenhum momento durante o Estado Novo rompeu com Vargas, mesmo o integralismo estando cada vez mais à margem do poder. O próprio Salgado colabora com essa percepção em documentos como a própria “Carta de Janeiro de 1938”, que teve alguma circulação nos meios integralistas, onde assume sua falta de prestígio junto a Vargas.

Para Carone, “*em maio, verifica-se melhor conjugação de ação entre as diversas correntes oposicionistas e integralistas*”.¹¹⁵ “O grupo dos liberais” – como ficaram conhecidos esses oposicionistas – era composto de líderes como Flores da Cunha, Euclides de Figueiredo, Otávio Mangabeira, Gal. Castro Jr. e outros. Do lado integralista “*é Belmiro Valverde o encarregado dos contatos, planos e ligações com outras correntes partidárias*”.¹¹⁶ Em relação a Plínio Salgado, fruto de suas várias versões, há uma dificuldade de aferir sua real participação no episódio. No entanto, suas declarações pouco posteriores não deixam dúvida sobre sua condição recalitrante. O fato é que, mesmo Plínio Salgado tendo tido conhecimento do golpe, este não assumira sua liderança, se assim o fizesse muito provavelmente o movimento ganharia uma consistência maior no seio da militância.¹¹⁷

Uma possível motivação para a militância está nas idéias que circulavam pouco antes do golpe nos meios integralistas. Em seu depoimento, Inácio João Berrondo, militante do núcleo da Penha, deixa transparecer o tipo de argumento utilizado por Francisco Caruso Gomes para convencê-lo a participar do levante. Este cita que frente aos sucessivos revés sofridos pela doutrina resolveu “*desinteressar-se de todo do integralismo*”, no entanto Caruso “*não permitia tal atitude da parte do declarante,*

¹¹⁵ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* op. cit., p. 202.

¹¹⁶ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* op. cit., p. 203.

¹¹⁷ Um fato inusitado é a interpretação totalmente vaga de Edgard Carone sobre o papel desempenhado por Salgado no episódio em maio de 1938: “*Por sua vez, Plínio Salgado ou deu ordens para a conspiração, ou ela se desencadeia, em grande parte, sem seu controle ou exatamente contra a sua vontade*”. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* op. cit., p. 203.

afirmando-lhe sempre que o declarante iria ver que o exército e a marinha, que também estavam descontentes com o governo, iriam fazer uma revolução”, que com o apoio do integralismo “iria dar-lhe maior desenvolvimento; que por tal motivo, o declarante não conseguiu afastar-se do integralismo”. O que o depoimento de Berrondo expressa, e que deve ser deferido, é a iminência de um golpe que contaria com o apoio de uma significativa parcela das forças armadas, e que seria impetrado com relativa facilidade, caso os integralistas participassem. Motivos suficientes para que um integralista militante de primeira hora que, “durante todo tempo em que o integralismo era sociedade legal, desenvolveu desassombrada atividade”, procurado, não tivesse dúvida quanto a sua participação no levante.¹¹⁸

Frente a essa tão categórica afirmação, atento aos vocábulos utilizados, não poderia perder a oportunidade de reiterar minha atenção sobre essas fontes. Provavelmente o termo “desassombrado” não tenha sido expressado por Berrondo, bem como alguns outros termos citados em outros momentos desse texto. O que não nos inibiu em citá-los como componente do discurso dos depoentes integralistas. De fato, o que temos não passa de uma interpretação do funcionário “técnico” especializado em tal função. Contudo, conhecendo um pouco da dinâmica policial, que terei oportunidade de tratar com maior atenção no decorrer desse trabalho, é um tanto quanto ingênuo legar uma dita imparcialidade a esse profissional, ressaltando-se inclusive o contexto ditatorial vivido. Em nenhum momento tive dúvida da validade das fontes, como possíveis esclarecedoras da atuação da militância no episódio, porém, também em nenhum momento ousei pensá-las como relatos fiéis da posição dos integralistas, ou mesmo de suas convicções como militantes.

Por fim, ainda refletindo sobre a participação da militância integralista no levante, recorro ao depoimento de Francisco Antunes. Afirma o acusado que “*nunca foi integralista*”, apesar de conhecê-los. Que em fins de abril teria sido convidado “*a tomar parte num movimento revolucionário, para deposição do governo, que seria substituído por uma junta e da qual seria chefe o Gal. Castro Jr.*”. Segundo Antunes o convite não foi aceito no primeiro momento, porém com a invocação “*do nome de Severo Fournier, a quem o declarante está ligado por laços de amizade*” se mostrou interessado,

¹¹⁸ Depoimento de Inácio João Berrondo. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 332-2003.

marcando um encontro que contava com a presença de outros integralistas.¹¹⁹ O que nos chama atenção é a articulação de integralistas e não integralistas na preparação e execução do golpe. Um vestígio que corrobora com as leituras que apresentam o golpe de maio como um amplo acordo, sem definições programáticas para o exercício do poder, entre integralistas, em absoluta maioria, e setores oposicionistas, por diversos motivos, descontentes com a implantação do regime ditatorial em novembro de 1937.

1.2 - Um quadro e sua moldura: aspectos da repressão a integralistas e a construção do consenso autoritário

A narrativa segue tratando da repercussão do golpe fracassado. Sem surpresas, já adiantando uma constatação: o governo sobrevalorizou o episódio para opinião pública, focando-o especialmente na participação dos integralistas. No entanto, sua atuação não ficou restrita ao discurso vitimado, a prática autoritária foi exercida como de praxe: com prisões, perseguições e ameaças. Havia-se fornecido, momentaneamente, carta branca para o combate ao integralismo no Brasil. O que procurarei tratar nas próximas páginas será das conseqüências para os integralistas da mal sucedida tentativa de golpe em maio. Concomitantemente, investirei na hipótese de que houve uma ligação direta entre essa ação (repressiva e discursiva) contra “camisas verdes” e a busca de um consenso público para o estado ditatorial recém instaurado. Iniciarei tratando da repressão.

Garantir que houve uma efetiva repressão ao integralismo, se não bem explicado e muito bem documentado, pode alavancar uma série de refutações ensaiadas e bibliograficamente setorizadas. Explico. É bastante maduro na historiografia o campo de investigação que privilegia o estudo da esquerda e do movimento operário no Brasil. Pela ótica da luta de classes ou não, o que esses estudos em geral tratam é da ação, organização, da luta, dos dirigentes, dos programas de uma massa de trabalhadores, que passa a ganhar maior vulto, ainda na Primeira República, com o avançar da industrialização. Noutro extremo, atenta-se para a atuação da burguesia – seus agentes e suas agências. Na Era Vargas a temática ganha outros contornos, por contar com uma ação estatal mais incisiva e programada, em relação ao mundo do trabalho. Fruto disso privilegiou-se, não com pouca razão, a ação do regime inaugurado em 1930, quando este se propôs a enquadrar a parcela da classe trabalhadora organizada que se opunha,

¹¹⁹ Depoimento de Francisco Antunes. Arquivo Nacional, TSN, Proc. 600, An 330-2003.

por definição ideológica, ao seu projeto de sociedade. Ação que ganha visibilidade na repressão, censura e intervenção dos sindicatos mais combativos e na construção de um aparato ideológico que se alicerça em dois pilares fundamentais: o trabalho e o nacionalismo. Os integralistas – traçado esse cenário investigativo, com problemas prioritários a solucionar – até aparecem com algum destaque. Cumprem o papel de propagandadores de um discurso autoritário/nacionalista que secunda os esforços do governo na produção de um ambiente propício à implementação de medidas autoritárias.

Indubitavelmente essas definições sobre o integralismo estão corretas, entretanto, o que não se pode perder de vista, e é para isso que chamo atenção, é que havia um projeto de poder em curso pelo lado dos integralistas, que necessariamente os diferenciava do projeto aliancista.¹²⁰ Se os integralistas foram marginalizados no contexto de implementação do Estado Novo, não foram porque assim o desejaram. Mas porque, frente às várias possibilidades, a dinâmica da luta política assim se desenhou. Ponto não muito considerado, visto que ainda causa certo desconforto trazer à baila às relações entre governo e integralistas – que como veremos explicitam alguns embates – principalmente, devido à predisposição teórica em defini-los como aliados.

Feita essa observação, um sinal de alerta acende. O cuidado em dosar as palavras – mais do que o rigor que um trabalho acadêmico exige – se apresenta como uma necessidade, pois corre-se o risco da má compreensão. O que precisa ficar bastante claro é que quando trato da repressão a integralistas não ousou compará-las em dimensão ou alcance com as operadas contra comunistas e sindicalistas. As tomo apenas como um problema histórico a ser pensado: primeiramente por que de fato ocorreram prisões, penas e restrições a integralistas e por isso devem ser explicadas; em segundo lugar por que julgo importante analisá-las quando se tem por objetivo entender a atuação do movimento em meio ao Estado Novo. Pactuado a importância do período na história do Brasil é um dever dos historiadores investirem na sua complexidade. Creio que seja possível contribuir com o tema, delimitando o tipo de ação do regime em relação aos integralistas. Definir o lugar dos integralistas nos planos do Estado Novo parece ser um bom começo.

¹²⁰ Aqui, refiro-me a Aliança Liberal.

A repressão aos integralistas somada a uma investida contra a doutrina como um todo, ganha maior vigor quando nos referenciamos em dada literatura que pensando o projeto integralista e getulista os definiu como sendo pertencentes a matrizes teóricas diversificadas. Alfredo Bosi, num inestimável texto sobre as raízes ideológicas do grupo político vitorioso em 1930, nos apresenta argumentos de grande valia para pontuar tais diferenças. Digredindo sobre a história do positivismo, o autor pontua que Saint-Simon idealizava lá pelos idos do século XIX, uma sociedade que, no futuro, se constituiria como *“uma espécie de Nação-Estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo”*.¹²¹ Seu argumento estaria marcado por uma noção de desenvolvimento, apreendido, neste caso, como progresso material e social. Para o estabelecimento desse sistema *“seria indispensável instaurar uma economia planejada que regulasse o desenvolvimento da nação”*.¹²² Expor o pensamento de Saint-Simon e Comte tem como propósito asseverar que em se tratando de modelos de pensamento intervencionista foi do industrialismo em primeiro e do positivismo em segundo *“que fluiu uma primeira vertente ideológica voltada para retificar o capitalismo mediante a proposta de integração das classes a ser cumprida por uma vigilante administração pública dos conflitos”*.¹²³ A incorporação desses postulados acabou moldando a política gaúcha, como bem apresenta Bosi em pelo menos *“quatro adaptações fundamentais de positivismo pelo PRR”*. Com destaque para *“socialização de serviços públicos”* ¹²⁴, a proteção ao mercado interno e para o papel assumido por Borges de Medeiros, principal executor de tais medidas, que preocupado com a questão social se posicionava como protetor de sindicatos em greves, o que mais tarde o qualificaria como um líder paternalista.¹²⁵ A riqueza do texto ultrapassa o aspecto regional, e esse é o ponto que efetivamente nos interessa. Na medida em que, nas palavras de Bosi *“o ideário reformista, comum aos tenentes e aos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense, irá fundamentar o programa da Aliança Liberal vitoriosa*

¹²¹ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 274.

¹²² BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização* op. cit. p. 274.

¹²³ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização* op. cit., p. 282.

¹²⁴ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização* op. cit., p. 289.

¹²⁵ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização* op. cit., p. 295.

em outubro de 30”¹²⁶, pode-se refutar a interpretação de que o Estado varguista teria tido como corpo de idéias fundamental o fascismo.

Já a Ação Integralista Brasileira entendo que se constituiu como um movimento fascista. Entretanto, reconheço que não faltam análises que negam o caráter fascista do integralismo.¹²⁷ Apesar de tais interpretações, levando em consideração o próprio conceito de fascismo que tomo como referência¹²⁸, acato as indicações de Héglio Trindade quando insere o integralismo no universo dos movimentos fascista:

O integralismo seria um movimento fascista em função da composição social dos seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional.¹²⁹

Reafirmadas por Rosa Cavallari, Gilberto Vasconcelos e por Gilberto Calil, que complementa:

Foi ele, sem dúvidas, um movimento essencialmente contra-revolucionário, apesar de eventuais proclamações anticapitalistas, estruturado como movimento de massas com uma organização interna centralizada e autoritária, com uma ideologia fortemente anticomunista, antiliberal e ultranacionalista e voltado à construção de uma nova estrutura política abertamente ditatorial.¹³⁰

O quadro geral da implementação do fascismo na Europa, traçado por Robert Owen Paxton, nos serve de referência no que concerne aos embates entre fascistas e

¹²⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização* op. cit., p. 280.

¹²⁷ “Encontramos pelo menos três percursos distintos de negação do caráter fascista do integralismo: sua classificação como movimento que realiza uma síntese entre ‘autoritarismo’ e ‘tradicionalismo católico’ (Francisco Martins Souza); sua análise a partir do conceito mais amplo de totalitarismo, diluindo a especificidade do fenômeno fascista (Ricardo Benzaquen Araújo); e sua compreensão como uma reação tradicionalista antimodernizante (José Chasin)”. CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro* op. cit., p. 148.

¹²⁸ “O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza”. PAXTON, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 358 e 359.

¹²⁹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo - Rio de Janeiro. p. 12 apud CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro* op. cit., p. 155.

¹³⁰ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro* op. cit., p. 158.

facções autoritárias. Cita o autor que “*de modo geral, nenhum tipo de regime conservador bem estabelecido ofereceu condições favoráveis para que os fascistas alcançassem o poder*”.¹³¹ Nesse mapeamento, chega até a citar o Brasil como exemplo. “*Ou eles (regimes autoritários) reprimiram o que viam como fomentadores de desordem ou apropriaram-se das causas fascistas e de seus seguidores*”.¹³² Saliento que seguramente o impedimento da aplicação dos ideais fascistas no Brasil não ocorreu sem embates políticos. E mesmo que o caminho mais comum tenha sido o da assimilação, esta não se processou sem justificáveis confrontos.

Portanto, caminho para o entendimento de que é possível pensar em repressão a integralistas, ressaltando, novamente, que esta, na conformação do poder ditatorial, cumpria uma função diferente da empregada contra forças de esquerda em geral. Restamos agora esmiuçar como se desenvolveram tais práticas repressivas.

Recorro mais uma vez aos processos instaurados contra os integralistas no Tribunal de Segurança Nacional. A criação do TSN data de 11 de setembro de 1936, quando promulgada a lei n. 244, logo, anterior ao Estado Novo. Sua instauração tem como objetivo prover o regime de meios para combater, com mínima legalidade, seus opositores mais bem articulados, envolvidos ou não, no episódio revolucionário de 1935. Inicialmente a dita lei “*estabelecia a transitoriedade do TSN, posto tratar-se de um órgão especial da Justiça Militar limitado ao período de vigência do Estado de Guerra*”.¹³³ Este “*funcionava exclusivamente no Distrito Federal onde deveriam ser remetidos todos os processos que envolvessem os crimes cominados no artigo 3º, ainda não julgados*”.¹³⁴ Até o Estado Novo “*as decisões seriam tomadas por maioria de votos e delas caberia recurso ao Supremo Tribunal Militar*”, o que caracterizava o TSN como órgão de 1ª instância.¹³⁵ No entanto, com a deflagração do golpe o governo

¹³¹ PAXTON, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo* op. cit., p. 186.

¹³² PAXTON, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo* op. cit., p. 186.

¹³³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa (Orgs). *O Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 276.

¹³⁴ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982, p. 47.

¹³⁵ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus* op. cit. p. 47.

“transforma-o em órgão autônomo de justiça especial, desligado, portanto, da justiça militar”. Os recursos passaram a ser julgados somente por esse tribunal.¹³⁶

Os integralistas tiveram a maior parte de seus julgamentos enquadrados na segunda conjuntura. Existem registros de inquéritos movidos durante o período constitucional, porém suas motivações não fazem referência à temática da subversão como os instaurados no Estado Novo. É com o processo 595, correspondente a tentativa de golpe de março de 1938, que se inaugura esta modalidade de “delito”, na ótica do regime. No entanto, este não se compara a robustez dos processos 600 e 606, entre outros, criados para julgar a tentativa de golpe em maio do mesmo ano. Neles, centenas de “camisas verdes”, especialmente da capital, serão julgados e condenados a penas que variavam de sete meses a dez anos de prisão. Há dados ainda mais significativos. Tratando do que chamou de “Fase Verde” do TSN, Reynaldo Campos menciona *“que a repressão policial foi implacável e perto de 1500 pessoas foram detidas, entre integralistas, simpatizantes e adversários de Vargas”*.¹³⁷

Campos aponta que *“as penas foram severíssimas e, tanto os integralistas quanto seus companheiros de empreitada tinham condições de defesa piores do que a de seus adversários comunistas do passado”*, haja visto a própria condição dos julgamentos apresentada.¹³⁸ Baseado no relatório policial componente do processo 600, e considerando o poder concentrado na polícia do Distrito Federal, creio que seja possível aferir com segurança, a ação do regime em relação aos acusados. Nesse documento o Delegado Alberto Tornaghi pede a condenação, em variados artigos, de nada menos que 144 processados, enquanto julga inocente apenas 9 integralistas. Número que ganha maior consistência quando se considera os registros de livramentos condicionais concedidos a integralistas nos anos de 1941 e 1942, bem como os mapas de detidos dos respectivos anos e dos posteriores. Por exemplo, *“a relação dos condenados recolhidos aos diversos presídios desta capital sob o controle da DESPS (Delegacia Especial de Segurança Política e Social) e a disposição do Ministério da*

¹³⁶ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus* op. cit. p. 47.

¹³⁷ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus* op. cit., p. 89.

¹³⁸ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus* op. cit., p. 90.

Justiça”,¹³⁹ sem data, mas com referência a entradas de presos até agosto de 1943, assegura que um número considerável de integralistas, muitos deles militares, condenados pela tentativa de golpe em maio de 1938, cumpriram suas respectivas penas. Nesse sentido, nada mais significativo do que o documento datado se 9 de setembro de 1938 que informa a Antônio Pereira Braga – Juiz do Tribunal de Segurança Nacional – a situação de parte dos envolvidos no episódio de maio.

Atendendo a solicitação constante do ofício de V. ex, nº 1598 c.a., de 6 do corrente, informo que se acham presos e recolhidos a Casa de Correção os seguintes acusados: Belmiro Valverde, Severo Fournier, Euclides de Oliveira Figueiredo, Edgar May, Frederico Lisboa Shimidt (entre outros) (...) encontram-se foragidos Raimundo Barbosa Lima, Francisco Caruso Gomes, Jair Tavares, Lauro Barreira (...).¹⁴⁰

Nos capítulos posteriores farei uma análise mais detida da situação dos integralistas nas prisões políticas do Estado Novo. Por ora, o que deixo consignado é que a prisão de integralistas não foi uma ficção, não obstante também não se configurou como uma exceção. É bem verdade, e terei a oportunidade de demonstrar em seqüência, não foi constante, pelo contrário, a ação repressora foi pontual e o que concluo é que veio a responder a uma dada conjuntura de ação golpista do movimento, conjugada, aos também circunstanciais objetivos políticos do regime em meados de 1938.

Os aspectos da repressão desenvolvida contra a militância integralista da capital correspondem a um capítulo de uma história até então muito pouco contada. Em geral, pode-se justificar tão pouca atenção levando-se em consideração a aplicação com que atuou a ditadura estadonovista no combate ao inimigo comunista, sempre pensado de forma ampla. Talvez, seja por isso, que a história da intervenção dos integralistas no Estado Novo, e necessariamente de suas relações com o governo, tenha sido deixada em segundo plano, quando se objetivava entender as relações de poder, os agentes e os inimigos dos representantes do Estado instaurado em 1937. A princípio quando foi colocado o desafio de buscar compreender o tipo de intervenção que tiveram os integralistas no pós 1937, logo me veio à imagem, posteriormente reafirmada na documentação, de um grupo de militantes que pensavam o integralismo como corpo de idéias sólido em condição de ser implantado e por consequência digno de ser defendido.

¹³⁹ “Relação dos condenados recolhidos aos diversos presídios desta capital sob o controle da DESPS e a disposição do Ministério da Justiça”. Arquivo Nacional, Ij1 1376, Pasta: Correspondência sobre presos políticos (Polícia Civil, 1944).

¹⁴⁰ Arquivo Nacional, TSN, Proc. 606, An 044-2004, folha 606-993.

As condições de defesa da doutrina, que chegou até a significar a fatalidade da brutal prisão em Ilha Grande para alguns, se apresentou para nós, desde o início, como uma história digna de ser contada. As cartas, não tão numerosas, porém significativas, de integralistas ou ex-integralistas presos – isso não teria tanta importância se a polícia política não acreditasse – recolhidas ao longo da pesquisa, nuançavam a dor e as privações desses indivíduos, e por isso, reforçavam ainda mais a necessidade de uma dedicação maior à temática. Nesse ínterim, uma questão ganhava espaço: a que vinha significar a acusação de golpistas e a posterior condenação e prisão desses homens? Que interesses comprometiam o governo a causa repressora? Para nossa satisfação a questão se ampliava. Não bastava somente entender em quais circunstâncias políticas os integralistas foram derrotados, mas o que significava sua derrota para a ordem vigente.

Dias depois da tentativa de golpe, no diário pernambucano “Correio da Manhã”, Carlos Maul lançava um artigo com o seguinte título: “*Um quadro e sua moldura*”. Seu texto, que trata do golpe, aquela época, recém desferido pelos “camisas verdes”, capta elementos discursivos de uma difundida interpretação para o golpe.

Início pela idéia de que o golpe deflagrado era, na verdade, uma repetição dos fatos ocorridos em 1935. Coloca Maul, que apesar das “*exterioridades diferentes na forma e na cor, (...) o fundo era o mesmo, eram as mesmas as ambições e seriam idênticos os efeitos da prática*”. As ações e as respectivas facções, retirando-lhes “*as tonalidades e a indumentária*”, em tudo se aproximavam. Os trechos citados são mais do que suficientes para deduzir que o autor está comparando a atuação dos integralistas a de comunistas. Mesmo assim, as dúvidas que pudessem persistir se dissipariam na categórica afirmação: “*Foice e Martelo e Sigma se equivalem*”.

A segunda idéia perceptível no artigo é o exotismo de ambas as doutrinas: “*Na nossa história, na história das nossas formações facciosas não há exemplo que os identifique com o mundo americano. Tudo que nelles é essencial é transatlântico (...)*”. Na terceira noção, implícita a primeira, se manifesta o brasileiro ordeiro, pacato e leal, indiferente por natureza “*a própria ferocidade da tática (...)*” da ideologia exótica. A quarta traz consigo a desqualificação do integralismo como ideologia nacionalista. Todo o aparente bem intencionado discurso dos “camisas verdes” constituía apenas uma urdida carapaça, como subentende o texto abaixo:

O partido organizado sob o pretexto de difundir uma ideologia regeneradora de costumes e arvorando a legenda sem novidade que se constituiu a base da nossa sociedade política, era de dupla face: exibia-se como pioneiro da ordem em desfiles espetaculares, e na sombra articulava os elementos da desordem e da confusão para facilitar o assalto. As manifestações públicas de respeito às armas da nação, ao Hynno, eram paradoxalmente, sarcásticas, porque seu ritual era importado. Continências, saudações, juramentos, gritos, tinham o seu símile nos ritos estranhos.¹⁴¹

Em dado momento, a ferocidade dos insultos cedia espaço para um conto nacionalista romântico que dentre outras coisas se encarregaria de centralizar na ação do herói todas as virtudes da vitória, bem como todos os empecilhos encontrados pelos agentes golpistas derrotados. Dele separamos passagens de puro lirismo:

As árvores escondem nas suas copas as lâmpadas da iluminação pública atenuando-lhes a intensidade da luz. De longe em longe, o passo de um retardatário que recolhe, batendo forte na calçada, quebra aquele socego. Depois, de novo o isolamento absoluto, o silencio... Um céu de chuva aumenta a penumbra do arvoredo e o casario como se esconde nos parques. E no fim da rua o domicílio do Chefe de Estado participa da quietude do ambiente.¹⁴²

De súbito o chefe de Estado aparece na trama, vítima e herói se encontra no mesmo personagem. Vítima dos “*punhais, arma branca da covardia*” e “*dos infames que pretendiam matá-lo supondo-o dormindo*”; bravo “*na atitude de presidente que acompanhado dos seus defendeu seu lar e as prerrogativas do cargo, avançando para os assaltantes*”.¹⁴³

Minha intenção não era exatamente fazer uma análise pormenorizada do texto, mas me senti impelido a pelo menos apresentá-lo apontando suas características essenciais. No entanto, julgo significativo ressaltar que da forma como foi construída a narrativa o que se evidencia é um caráter totalmente pró-Vargas, situação que não se constitui como uma novidade frente ao contexto de imprensa regulada.

O que pode parecer uma exceção acaba por constituir-se a regra. A tônica do mês de maio passa a ser, então, a utilização, por parte do regime, da imprensa na divulgação de uma versão do episódio que sobrevaloriza a vitória do governo.

¹⁴¹ “Um quadro e sua moldura”, Correio da Manhã, 19/05/1938. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 1938.05.13.

¹⁴² “Um quadro e sua moldura”, Correio da Manhã, 19/05/1938. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 1938.05.13.

¹⁴³ “Um quadro e sua moldura”, Correio da Manhã, 19/05/1938. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 1938.05.13.

Concomitantemente esta mesma imprensa passa a produzir um discurso justificativo das medidas repressivas impostas a todos os “traidores da pátria”. Parte do governo todo um incentivo no que diz respeito a notícias, informações, detalhes sobre o episódio e sobre os acusados. O resultado imediato é um misto de comoção e indignação que acaba por invadir os diversos setores da sociedade. É oportuno notar que o texto citado, como fora concebido, trabalhava no sentido de construir imagens negativas sobre o episódio de maio e conseqüentemente sobre os integralistas. Por isso, atendia diretamente aos interesses do regime, no que concerne a formular uma versão para os fatos onde os “camisas verdes” aparecessem como subversivos – portanto, em dissonância com o ordeiro espírito brasileiro e no lado oposto dos “verdadeiros” nacionalistas.

A repressão ao movimento, em nenhum momento, constituiu-se como a principal forma de retaliação do governo ao integralismo, mesmo porque, os revoltosos constituíam prioritariamente setores localizados na capital federal, significativos, contudo, uma minoria em âmbito nacional. Entendo que foi na construção de uma dada narrativa, e o texto de Carlos Maul é singular nesse sentido, que o governo investiu suas fichas; explorando naturalmente a dificuldade de articulação do movimento e a desinformação conseqüente, tratou de dar uma maior abrangência ao episódio, nacionalizando-o. Não se falava em setores subversivos do movimento, mas do integralismo subversivo, minimizava-se também a presença de liberais, em se tratando do golpe havia um único culpado: o integralismo.

A conseqüência da dupla ação do Estado Novo sobre o integralismo foi uma ainda maior desarticulação do movimento a nível nacional. As medidas repressivas (interrogatórios, prisões, condenações) atingiram em cheio os setores opositores que mais contundentemente combatiam o regime, provocando um isolamento destes dentro da própria doutrina. Os efeitos da prática discursiva foram mais abrangentes. A doutrina além de ilegal ganhava a alcunha de antipatriota, o que acabou por causar uma crise de consciência em setores não participantes do episódio, que repito, desinformados e desorientados, se viram cada vez mais desalentados com relação ao futuro do movimento.

Porém, como enunciamos, o ataque ao integralismo significava muito mais do que o dismantelamento de sua estrutura organizativa, por mais que isso já constituísse

um investimento de relevância considerável. Que outros fatores moviam o governo na difusão de um discurso antiintegralista é a questão que colocamos.

Refletindo sobre a produção de um discurso antiintegralista, justamente nos meses posteriores ao golpe de 1937, Giselda Silva deixa boas indicações sobre como a tentativa de golpe em maio foi flagrantemente redimensionada. Inicialmente teve o cuidado de expor depoimentos de figuras envolvidas no episódio, que como demonstrou, apesar dos diferentes olhares, convergiam para o latente amorismo das ações. O que corrobora com o entendimento de que não havia temor de uma ação armada com grandes conseqüências capitaneada por integralistas, o que justificaria somente a prisão de algumas lideranças. No entanto, o governo ampliou os efeitos do evento construindo um aparato discursivo antiintegralista. Objetivava-se difundir uma idéia de perigo integralista. Em seqüência, utilizando o instrumental teórico da Análise do Discurso, a autora evidencia a articulação de Getúlio no sentido de “*converter o ataque ao governo*”¹⁴⁴ a seu favor, traduzindo-o num ataque a toda sociedade. Baseado em inúmeros outros documentos a autora também identifica algumas das características desse discurso. Destaco duas, ambas expostas no artigo de Carlos Maul: a idéia de que “*o passado é ressuscitado para lembrar a vitória de Getúlio sobre a intentona comunista, de modo a reforçar sua imagem*”¹⁴⁵ e a “*tentativa de evidenciar a falsidade*” de seus discursos, “*sendo em seu lugar colocado o discurso nacionalista do Estado Novo como verdadeiro defensor de tais idéias*” completa o quadro.¹⁴⁶

Ao lado do interesse de justificar para sociedade sua resposta repressiva ao levante integralista, o regime objetivou justificar-se a si próprio, ou pelo menos, reforçar, com a materialidade dos fatos de maio, os argumentos utilizados na instauração do Estado Novo. O governo investiu na recuperação da idéia de uma crise política generalizada – que necessariamente precisava ser combatida para evitar a própria degeneração na nação – tendo por fim garantir um consenso público para o

¹⁴⁴ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit. p. 282.

¹⁴⁵ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit. p. 286.

¹⁴⁶ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit. p. 288.

estado ditatorial. Ao criar uma equivalência entre as incursões golpistas apontou para o mesmo dilema de novembro de 1937: “*entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização*”.¹⁴⁷ Quem corria risco era o Brasil. A crise, que a decretação do Estado Novo veio a combater ainda estava na ordem do dia e medidas deveriam ser tomadas; estavam dados os elementos para a ampliação do aparato repressivo. Em 18 de maio, de súbito, outorga-se uma lei que, entre outros exageros, legaliza a pena de morte em tempos de paz.¹⁴⁸

Art. 2º Caberá pena de morte nos seguintes crimes:

1 – tentar submeter o território da Nação, ou parte dele, à soberania de Estado estrangeiro;

5 – tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da ditadura de uma classe social;

9 – atentar contra a vida, a incolumidade ou a liberdade do Presidente da República.¹⁴⁹

O cenário traçado demonstra que a iniciativa, fracassado o levante, passou a estar nas mãos do governo que não poupou esforços para convertê-lo num ganho político imediato. O quadro, diferentemente do que Carlos Maul insiste em construir, ganharia uma moldura edificante. Pois, com a repressão a integralistas e a construção de um discurso de combate ao extremismo exótico nos meses posteriores ao golpe, acabou-se por atingir em cheio o que ainda restava de organização no integralismo. Nesse ínterim, há um fortalecimento do regime com a ampliação do consenso de sua necessidade imediata. O fracasso integralista significaria ainda a derrota de um grupo político que manipulava elementos indispensáveis à ideologia estadonovista: o nacionalismo e o anticomunismo.

¹⁴⁷ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*, Vol., V, p. 29-32 apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit.,p. 12.

¹⁴⁸ “Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social” (Lex, Legislação Federal, 1938, p. 156-162) apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit.,p. 38.

¹⁴⁹ “Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social” (Lex, Legislação Federal, 1938, p. 156-162) apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit.,p. 39.

Organizações Integralistas: o fascismo na retaguarda



Panfleto “Palavra de Ordem do Apollo Sport Club”; Dossiê sem data; Pasta 8; “Apollo Sport Club”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Palavra de Ordem do Apollo Sport Club

Em torno da candidatura de Hercília de Andrade para “Princesa dos Estudantes”

Está lançada oficialmente pelo Apollo Sport Club a candidatura de Hercília de Andrade, distinta aluna do Colégio Paulo de Frontin, como séria concorrente a título de “Princesa dos Estudantes”. Convém esclarecer: este concurso não é um concurso de beleza, não tem cunho judaizante do culto da beleza física das concorrentes: este concurso, segundo a concepção que lhe empresta o Apollo Sport Club, é um concurso onde ficará revelada a “Princesa dos Estudantes” sob o ponto de vista do valor moral, das virtudes cívicas e das qualidades pessoais. Além disso, a candidatura de Hercília de Andrade encontra apoio e sympathia entre os componentes do Apollo Sport Club, porque a nossa querida candidata declarou em carta publicada pela imprensa que, se for a vencedora, o prêmio a que terá direito — um lindo automóvel — ela o entregará a uma associação das famílias empobrecidas.¹⁵⁰

Em 1940, o sentimento de significativa porção dos antigos membros do Partido Integralista era de total desalento. As prisões, perseguições e repreensões sofridas

¹⁵⁰ Panfleto “Palavra de Ordem do Apollo Sport Club”; Dossiê sem data; Pasta 8; “Apollo Sport Club”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

havam se traduzido em duro golpe na moral dessa ala dos “camisas verdes”. Ao mesmo tempo, outro grupo, não menos significativo, atuava desde os meses finais de 1938, no sentido de promover uma mínima reorganização do movimento no Distrito Federal. Para tal objetivo, ao longo de boa parte do Estado Novo, desempenharam ativa movimentação em organizações por eles fundadas. É em vista desse panorama que o panfleto acima citado ganha sentido.

A história do Apollo Sport Club, fundado em sete de outubro de 1939, está umbilicalmente ligada à história do integralismo no Rio de Janeiro. Seu quadro de sócios, frequentadores e fundadores eram “simpáticos” às idéias do partido, naquele momento, extinto. O panfleto anunciando o apoio à candidatura de Hercília de Andrade, se não deixa clara a posição pró-integralista, pelo menos, explicita os valores que seriam tomados como referência – em destaque, as virtudes cívicas – para a escolha da candidata. Por certo, a doação anunciada pela concorrente é um fator de grande monta para se aferir a opção do *Apollo*, isto porque o prêmio teria como destino a Associação de Famílias Empobrecidas, também fundada por integralistas e disposta a auxiliar integralistas.

As histórias do Apollo e da Associação de Famílias Empobrecidas se entrecruzam, bem como de tantas outras entidades atuantes no Rio de Janeiro, fundadas e frequentadas por integralistas. Num sentido restrito, é pensando nesses espaços que este capítulo será desenvolvido. Cada uma dessas entidades irá desempenhar um tipo de atuação específica, porém todas terão em comum a presença, senão total, pelo menos majoritária, de integralistas. No caso do Apollo Sport Club tudo indica que este se constituiu como a principal entidade esportiva integralista do período em funcionamento no Rio de Janeiro, a despeito da atuação de outras organizações com o mesmo perfil que, no decorrer do texto, teremos a oportunidade de citar.

Além de conferências realizadas aos domingos na sua sede social¹⁵¹, Rua do Propósito nº 20, o clube ainda sedia-se para festas, como a “*de entrega de diplomas aos alunos do Colégio Andrade*”,¹⁵² outro espaço de atuação integralista. Havia lugar ainda para homenagens a personalidades como Gustavo Barroso e Getúlio Vargas, prestações

¹⁵¹ Conferência “Presépio e Calvário”; Dossiê de 23/12/1940; Pasta 8; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

¹⁵² Dossiê de 20/01/1941; Pasta 4; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

de serviços médicos e festas de caráter recreativo, como a “*magnífica noite dançante (...) e concurso da Jazz Apollo*”.¹⁵³

A importância desses “espaços verdes” ultrapassa a confecção de uma narrativa que incida somente sobre os pormenores das intervenções promovidas por tais organizações, apesar de julgá-las essenciais para a apreensão da realidade do movimento integralista no Rio de Janeiro. Um estudo consistente sobre a atuação das organizações integralistas no Estado Novo deve comportar uma análise que apreenda e conecte a ação dos sujeitos individuais e coletivos dispostos a intervirem na sociedade defendendo projetos. Isto porque, é importante realçar: “*o que aparece na vida pública só se entende por dentro examinando as vaidades e as veleidades dos seus atores*”.¹⁵⁴ Procurar entender “*que desejos e pensamentos habitaram o cotidiano e que idéias e paixões animaram os gestos dos atores*”¹⁵⁵ envolvidos no processo, parece a meu ver, indispensável à boa prática historiográfica. Pressuposto que deverá ser entendido como implícito às problemáticas que serão desenvolvidas sobre essas entidades.

Sobre esse ponto, Robert Paxton, se reportando mais especificamente ao clássico fascismo europeu, adverte que “*para entender plenamente como funcionavam esses regimes, temos que descer ao nível das pessoas comuns e examinar as escolhas corriqueiras feitas por eles em sua rotina diária*”.¹⁵⁶ Que, em se tratando do fenômeno fascista brasileiro, indica a importância premente de pensar não só a ação de seus principais ideólogos – boa parte das vezes limitada às produções bibliográficas mais significativas – mas, sobretudo, a difusão da doutrina na militância local/regional, e a ação política decorrente desta. Espero, com isso, que o estudo sobre a dinâmica dessas entidades proporcione um olhar mais apurado sobre setores do movimento dificilmente

¹⁵³ Notícia do Jornal Gazeta de Notícias; Dossiê de 09/04/1942; Pasta 8; Série: Integralismo; fundo: Polícia Política; APERJ.

¹⁵⁴ BOSI, Alfredo. O tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 25.

¹⁵⁵ BOSI, Alfredo. O tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História* op. cit., p. 26.

¹⁵⁶ PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 34.

visualizados em dados estatísticos, ou mesmo, nas imprensas oficiais do partido, majoritariamente reservada para suas lideranças.¹⁵⁷

Em vista disso, neste capítulo, reafirmo minha opção por desenvolver um estudo que privilegie a militância do movimento, focando, especialmente, as organizações por eles fundadas. Entretanto, para melhor visualizar os aspectos da atuação no contexto do Estado Novo, primeiramente, esta narrativa procurará retroceder à formação ideológica do movimento, onde terei a oportunidade de evidenciar que o integralismo emergiu num contexto de difusão de idéias antiliberais, constituindo-se a partir de um amplo e disputado processo de fusões de grupos de estudo e movimentos autoritários atuantes no início da década de 1930. Heterogeneidade ideológica não resolvida no período de funcionamento legal, que, por consequência, produzirá no seu interior correntes com posições políticas distintas. A divisão no movimento ganha maior clareza com o desmantelamento das instâncias deliberativas do partido, após o decreto de dois de dezembro de 1937. A proibição da circulação de seus órgãos de imprensa também contribuiria para uma ainda maior divisão, pois era esta que, de certa forma, garantia a unidade do movimento. Tomado este quadro, setores do movimento passaram a buscar na fundação de entidades como o Apollo Sport Club e a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, esta última, em especial, um caminho viável para a intervenção na cena pública. Frente a esse cenário, as questões que coloco são: que leitura da conjuntura esses setores fizeram para que, menos intensa a repressão, se posicionassem no sentido de criar tais organizações? Como se condicionou a atuação dos “camisas-verdes” nesses espaços? Qual o significado da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa para o movimento do Rio de Janeiro?

2.1 – O Integralismo nos anos 30

2.1.1 – O ambiente intelectual do entreguerras: o integralismo em formação

O integralismo como ideologia acabou se constituindo através do acúmulo teórico de seus intelectuais mais proeminentes em compasso com as experiências destes frente à conjuntura do final da Primeira República e início do primeiro governo de

¹⁵⁷ “Os jornais do interior, aqueles que chegavam até o militante mais distante, eram organizados de modo a reproduzir os jornais maiores, editados nos grandes centros onde se concentrava a elite dirigente do Movimento. No caso, São Paulo e Rio de Janeiro”. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 79.

Getúlio Vargas. “*A transformação das idéias no Brasil do após-guerra está no centro da problemática política de Plínio Salgado*”¹⁵⁸, tornando-se fundamental para a construção do aparato doutrinário da Ação Integralista. Seu despertar para os problemas do país aconteceu junto ao engajamento de setores intelectuais que materializaram suas inquietações na fundação de periódicos nacionalistas como a “Revista Brasil” (1916), “Braziléa” (1917) e a “Gil Blas” (1919). Que, não obstante, nos anos 1920, ganharam um cunho mais mobilizador com a fundação, por Antônio Celso, da “Ação Social Nacionalista”, entidade que reunia mais de 50 associações cívicas inspiradas nos ideais nativistas.¹⁵⁹ Este nacionalismo dos anos 20 como bem definiu Trindade não se mostrou “*unidimensional, uma vez que, partindo de uma atitude profundamente antiportuguesa, exalta as virtudes cívicas e militares, incorporando também uma dimensão econômica e antiimperialista*”. Do modernismo esse nacionalismo, sem rótulos definidos, ainda incorporaria “*a exaltação pelo retorno às origens do povo brasileiro*”.¹⁶⁰

Todo esse ambiente nacionalista ganharia um tom mais público nos eventos, que ao longo da década de 20, se construíram reivindicando mudanças profundas na forma de pensar o Brasil. Seja a partir do eixo estético-político da Semana de Arte Moderna, ou do eixo político-intervencionista das revoltas tenentistas, o que se observa, e por esta pesquisa é tomado como relevante, é que muitos dos dirigentes do estado inaugurado em 1930, bem como os futuros integralistas, chegam à maturidade intelectual justamente nesse contexto de efervescência nacionalista. A biografia de Plínio Salgado é emblemática nesse sentido. Paulista, desde jovem passou a compor as fileiras do Partido Republicano Paulista, no qual chegou a exercer um mandato de deputado estadual. Fato que não o impediu de participar, contraditoriamente, da Semana de Arte Moderna – movimento, a princípio, de contra-ordem oligárquica. Seu engajamento no Grupo Verde-Amarelo – caracterizado pela defesa de um nacionalismo de matriz ufanista – ocorre em concomitância com a sensação de desalento em relação à política tradicional dominada pela oligarquia cafeicultora paulista. Plínio, que inicia sua trajetória de escritor em 1926, se destacará posteriormente pela centralidade na difusão e

¹⁵⁸ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974, p. 19.

¹⁵⁹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 22 e 23.

¹⁶⁰ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 26.

estruturação da Ação Integralista Brasileira. Entretanto, neste contexto, ainda se apresentava como mais um dos representantes da vaga intelectual “reformadora”.

José Luis B. Beired insere Salgado, bem como os intelectuais mais influentes do integralismo, como pertencente ao amplo campo por ele denominado “intelectuais autoritários”. Composto por figuras de monta como Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo, Francisco José de Oliveira Vianna, Francisco Campos, Antonio José do Azevedo Amaral, entre outros. A partir desse recorte procura apreender essa significativa parcela da intelectualidade brasileira atuante no entreguerras realocando-os em três pólos aglutinadores: Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, por exemplo, comporiam o pólo “cientificista”. Sobre este, explica o autor: “*tal ideologia legitimava o papel tutelar do Estado com relação a sociedade, justificava a hipertrofia estatal e defendia a direção do Estado por uma elite política e intelectualmente esclarecida.*”¹⁶¹ Destacava-se, da mesma forma, a visão orgânico-corporativa da sociedade, a visão paternalista-autoritária do conflito social, o princípio da não-mobilização da sociedade, o objetivismo tecnocrático e a tese “*de que o Estado autoritário consistia numa espécie de ‘leviã benevolente’, que ao mesmo tempo zelava pela sociedade e a corrigia*”.¹⁶²

O segundo pólo seria formado pelos intelectuais católicos Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo. “*Acirradamente nacionalista e antilusitano, via no catolicismo a principal base da tradição brasileira*”, que, nos anos 20, “*era vista como ameaçada por ‘ismos’ – cosmopolitismo, liberalismo, comunismo, materialismo e outros – que contrariavam os desígnios de Deus*”. Seus representantes entendiam que a ação política deveria se proceder basicamente de duas maneiras: “*A Ordem e o Centro Dom Vital respondiam a primeira ação, voltada para a espiritualização da nação*”. Em concomitância, “*por meio da Liga Eleitoral Católica (...) devia-se agir sobre o Estado, de modo a poder conservar à nação as suas características cristãs*”.¹⁶³

¹⁶¹ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 37.

¹⁶² O autor alerta que tais elementos foram assinalados por Bolívar Lamournier. BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem* op. cit., p. 38.

¹⁶³ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem* op. cit., p. 39.

A terceira e última foi o integralismo: *“corrente intelectual da época foi também a mais radical agrupação política de direita dos anos 30”*. Que apesar das *“divergências entre os dirigentes integralistas a respeito dos fundamentos teóricos da ideologia do movimento”*, produziu um consenso em questões centrais como *“a crítica ao liberalismo, à democracia, ao comunismo e ao capitalismo”*, isto porque, *“representavam o avanço do materialismo e da ciência (...) O capitalismo era criticado em suas dimensões monopolista, internacional e financeira”*, já o comunismo e o liberalismo, por promoverem a desordem. Na versão integralista, o nacionalismo cumpria um papel central sendo manipulado nos planos político, econômico e cultural. A concepção espiritualista da vida completaria esse quadro ideológico. Esta supunha *“a hierarquia natural e moral como fundamento da autoridade”* e a percepção do *“Estado Nacional como a expressão jurídica, política e moral da nação”*.¹⁶⁴

O amplo quadro apresentado por Beired, apesar de brevemente exposto, permite que façamos três considerações importantes para se pensar a formação do integralismo: a primeira, já parcialmente averbada, diz respeito à tese de que o integralismo teria um lugar em meio à efervescência das idéias autoritárias. O que tomando os argumentos do autor fragiliza a opção em pensar as idéias da doutrina como miméticas, portanto estranhas a realidade brasileira das décadas de 20 e 30.¹⁶⁵ Em vista disso, entendo que o integralismo nasce enraizado à dinâmica do processo político brasileiro e é resultado do acúmulo teórico de lideranças, que, apesar de militarem em movimentos diversos e distantes geograficamente, tinham em comum a busca pela promoção de uma “nova ordem”. A síntese desse projeto acabou por materializar-se na fundação da Ação Integralista Brasileira. Em segundo lugar, também considero a cuidadosa aproximação dos projetos proposta pelo autor. Mesmo sem desmerecer as diferenças ideológicas e programáticas dos três pólos, havia pontos em que os projetos se entrecruzavam. Deste modo, completa que *“unânime na recusa da liberal-democracia e do socialismo”*, nas palavras de Beired, *“a direita nacionalista elaborou e militou em prol de um conjunto de propostas alternativas cujo traço essencial foi o entendimento de que as transformações do mundo levariam a humanidade a uma outra fase de civilização, a nova ordem”*. Pensando o Estado como espaço privilegiado de mudança, *“o objetivo*

¹⁶⁴ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem* op. cit., p. 42.

¹⁶⁵ VASCONCELOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira: a análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

era instaurar um novo regime político em que” este “fosse ao mesmo tempo corporativo, autoritário, intervencionista e nacionalista”.¹⁶⁶ Estas, portanto, seriam as convergências do campo autoritário brasileiro no entre-guerras. De fato, essa aproximação dos projetos também nos permite supor – e oportunamente seremos mais precisos em relação a isso – que para o militante médio tanto quanto para o simpatizante, ambos ao nível do senso comum¹⁶⁷, serão tênues ou quase imperceptíveis os contornos que separam tais correntes ideológicas – o que é potencializado, inclusive, pelo freqüente intercâmbio de idéias. Nesse sentido, é possível presumir por que desativadas as instâncias oficiais garantidoras da hierarquia (jornais, revistas, boletins informativos, os núcleos e os demais espaços de reunião), a fidelidade a doutrina, de parte considerável de seus adeptos, acabasse durando muito pouco. Por último, destaco a também averbada afirmação de que o integralismo se constituiu como um amálgama intelectual, assimilando movimentos de direita atuantes em diferentes regiões brasileiras. Para afirmar o ecletismo da doutrina o autor toma emprestada a definição de Héglio Trindade para o movimento:

O movimento integralista teve uma ideologia eclética, que, enraizada num nacionalismo telúrico, no messianismo místico de uma nova raça mestiça e incorporando os grandes temas do pensamento autoritário brasileiro anterior, se fundiu numa nova síntese que incorporou o tradicionalismo social religioso do integralismo português e do salazarismo, o corporativismo do fascismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nacional-socialista.¹⁶⁸

Preciso nesse tópico, Trindade se refere mais detalhadamente a essas associações, que extrapolam o campo ideológico. A composição política que deu origem a AIB, além do grupo capitaneado por Salgado a frente do jornal “A Razão”, contou também no plano intelectual com publicações como as Revistas *Hierarquia* e *Estudos Políticos e Sociais*, ambas encampadas por alguns futuros dirigentes integralistas do Rio de Janeiro. No plano político inúmeros movimentos de inspiração fascista antecederam ao integralismo. Parte significativa dos componentes da *Ação Social Brasileira*, da *Legião Cearense do Trabalho*, do *Partido Nacional Sindicalista* e do movimento monarquista *Ação Imperial Prationovista* viriam a participar da AIB. “Com exceção da Legião Cearense que teve uma penetração regional importante, estes

¹⁶⁶ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem* op. cit., p. 103 e 104.

¹⁶⁷ Aqui me refiro aos integralistas não muito ambientados a produção teórica sistematizada da doutrina.

¹⁶⁸ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 279.

movimentos” se apresentaram como organizações que reuniram somente “*um pequeno grupo de indivíduos*”, portanto, “*com audiência pública restrita*”. Porém, não há como desprestigá-los totalmente, pois sua “*relevância é ter precedido e reforçado a convergência ideológica de direita*”.¹⁶⁹ Dito isto, naturalmente corroboro com a perspectiva de Trindade que conclui ser a “*fundação da AIB, em 1932*”, um fato não isolado, creditando a Salgado a ação no sentido de procurar integrá-los.¹⁷⁰

Em resumo pode se dizer que são três os eixos (pensados a partir das reflexões de Beired) centrais para entendermos a formação do integralismo: primeiro, a doutrina nasce enraizada à dinâmica do processo político brasileiro; segundo, para o militante médio, tanto quanto para o simpatizante eram tênues os contornos que separavam as correntes ideológicas autoritárias (da forma como foram definidas pelo autor); terceiro, o integralismo se constituiu como um amálgama intelectual, pois assimilou diversos movimentos de direita atuantes no período. Estes eixos deverão ser levados em conta quando se propõe a pensar a ação da militância na Ação Integralista Brasileira e no período posterior em que esta estará proibida de atuar.

Ainda sobre a formação do integralismo, falta tratar da influência do componente ideológico que o singulariza perante aos demais movimentos autoritários do período: o fascismo. Objeto de vasta literatura, o Fascismo teve na Itália sua primeira experiência no poder, fator que desempenhou uma importância fundamental para difusão de suas principais bandeiras. Com o desenrolar dos anos o fascismo passou a chamar cada vez mais a atenção da intelectualidade brasileira. Neste ínterim suas idéias também começam a ser difundidas com maior frequência no Brasil. “*Este fato se constata pela presença nas livrarias de uma abundante literatura sobre o fascismo italiano e o novo Estado português*”.¹⁷¹ Por certo, será entre os intelectuais fundadores da AIB que seus ideais terão um alcance mais imediato, se constituindo, em seguida, como o modelo inspirador para a ação política da doutrina. Em cartas redigidas enquanto tutor de um jovem na Itália, Plínio Salgado não escondia sua admiração pelo regime de Mussolini. Segundo Trindade, este ratificaria essa posição publicamente em

¹⁶⁹ Sobre esse assunto ver Héglio Trindade, p. 103 a 116. TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 103.

¹⁷⁰ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 98.

¹⁷¹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 97.

artigo na revista *Hierarchia* de março/abril de 1932.¹⁷² As sucessivas vitórias fascistas, especialmente na Alemanha com Adolf Hitler, transformaram o fascismo em algo muito mais poderoso do que uma ideologia. Nesse sentido, os partidos alemão e italiano passaram a inspirar movimentos pelo mundo todo implicados na luta pelo poder.

Apesar do *Manifesto de Outubro de 1932* não fazer referência ao fascismo, não foram poucas as vezes, nos três primeiros anos de funcionamento da AIB, que verificamos reverências a este nas imprensas do movimento. “*Em agosto de 34, a organização da juventude fascista na Itália, aparece como modelo para a organização da juventude integralista*”.¹⁷³ Em outubro, respondendo a acusação de corresponder a uma simples cópia do fascismo europeu, os dirigentes integralistas reagem nas páginas da *A Offensiva* afirmando a singularidade do Integralismo frente ao seu congêneres europeu: “*pois o movimento aceita ‘muitas soluções internacionais da doutrina sem perder de vista o elemento nacional onde ela é chamada a operar’*”.¹⁷⁴ Todo esse entusiasmo na defesa do fascismo, só irá ganhar maior comedimento no período seguinte à promulgação da Lei de Segurança Nacional, fruto do acirramento da luta política, e da acusação de ser uma espécie de “extremismo de direita”. O que segundo Maria Guimarães “*não fazem desaparecer as referências elogiosas ao fascismo e ao nazismo*”.¹⁷⁵

2.1.2 – AIB como movimento político: observações pertinentes sobre sua ideologia e sobre seus componentes

Aqui não pretendo desenvolver uma análise aprofundada sobre as diferentes correntes ideológicas atuantes na estrutura da doutrina. Proponho apenas continuar um estudo panorâmico sobre esses grupos, que ancorado na bibliografia especializada, além de produzir um histórico de sua composição, me encaminhará para algumas conclusões sobre a situação política e ideológica no interior da doutrina.

¹⁷² “Como eu vi a Itália”, publicado em março/abril, Revista “Hierarquia”, 1932 apud TRINDADE, Héliog. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 75.

¹⁷³ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 36.

¹⁷⁴ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 36.

¹⁷⁵ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 38.

Reconheço na Sociedade de Estudos Políticos (SEP) o embrião da Ação da Integralista Brasileira, “o centro de reflexão ideológica de onde vai nascer o manifesto (...) de 1932”.¹⁷⁶ A partir da SEP, “Salgado retoma contatos com o grupo de intelectuais do grupo do Rio”. Em seguida, “sua ação ideológica se estende ao Norte do país, atingindo os Estados de Minas Gerais e do Ceará”.¹⁷⁷ Com Olbiano Mello, o contato revelou a convergência de pontos de vista, que acabou por fazer Salgado convidá-lo a “aderir a iniciativa de São Paulo”.¹⁷⁸ Já com o Severino Sombra a disputa se mostrou mais presente, pois ambos os movimentos estavam em ascensão. Entretanto frente a aproximação de dirigentes da Legião Cearense do Trabalho (especialmente Jeovah Motta e Hélder Câmara), Salgado ratifica sua hegemonia, marginalizando qualquer possibilidade de Sombra abrir algum tipo de concorrência com relação a liderança da AIB. Em verdade, a SEP constituiu-se como um eficaz aparelho (re)produtor de visões de mundo, de característica aglutinadora, espaço privilegiado de debate e intercâmbio com os até então dispersos movimentos fascistas e autoritários que atuavam no início dos anos 1930, e, por isso, fundamental para o amadurecimento, e o posterior lançamento, ainda em 1932, do manifesto fundador da Ação Integralista Brasileira.

Fundada a AIB, setores da intelectualidade aderem ao seu projeto, outros tantos variam entre discretos e entusiasmados apoios. A escalada inicial de 1932 adentra pelo ano seguinte ainda com pouca notoriedade e em fase de estruturação. No entanto, em 1934, quando realizado o primeiro congresso integralista em Vitória (ES), os camisas-verdes dariam sua primeira prova de mobilização. Em compasso com o crescimento do movimento amadurece uma imprensa, estendida a dezenas de periódicos, que assumirão a dupla missão de ganhar novos adeptos, bem como de doutrinar os já pertencentes às *fileiras do sigma*.¹⁷⁹

Pesquisas recentes indicam para uniformidade desses impressos a nível nacional. Entretanto, esta constatação não pode ser considerada indício de homogeneidade. Pelo

¹⁷⁶ TRINDADE, Hégio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 116.

¹⁷⁷ TRINDADE, Hégio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 120.

¹⁷⁸ TRINDADE, Hégio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 120.

¹⁷⁹ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)* op. cit.. Especialmente o segundo capítulo.

contrário, como aponta Rosa Cavalari, havia um desmedido esforço em controlar o que era publicado, provando ser a homogeneidade um objetivo e não um fato.¹⁸⁰ O que fica cada vez mais evidente é que as regiões brasileiras com inserção da AIB reproduziam seu próprio integralismo, consequência por certo dos tipos de intelectuais que aderiram a esta no momento de sua formação, principalmente em estados que já contavam com movimentos autoritários atuantes como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Pernambuco.¹⁸¹ Situação que podemos verificar ao avaliarmos a motivação de seus componentes para a entrada na AIB, bastante variável dependendo da região.¹⁸²

Não obstante, além de Plínio Salgado, não posso deixar de considerar a importância intelectual, doutrinária, dirigente e militante de Gustavo Barroso e Miguel Reale, ambos reconhecidos como ocupantes da posição logo posterior a do chefe na hierarquia integralista. Barroso ganhará publicidade devido ao caráter anti-semita de suas obras, já Reale se dedicará a pensar o corporativismo, fórmula ordeira para diluição do conflito entre capital e trabalho no *Estado Integral*. O fato é que todos os três contribuíram para redação dos manuais doutrinários que davam forma ao *integralismo*: este no singular. No entanto, o que não pode se perder de vista é que neste momento havia ainda posições, no mínimo, diferenciadas sobre pontos chave da doutrina. O papel que deveria ser desempenhado pelo Estado pode ser tomado como exemplo:

A formação católica de Salgado leva-o a valorizar mais a reforma do homem do que a do Estado; Reale, **ao contrário**, vindo do marxismo, coloca o Estado no centro de suas preocupações. O Manifesto de Salgado atribui a Deus a condução do destino

¹⁸⁰ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)* op. cit. 85.

¹⁸¹ CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*. São Paulo, Annablume, 1999.

¹⁸² Focada na atuação da AIB em Pernambuco, Giselda Silva aponta que “foi basicamente pela campanha antiliberal e anticomunista, associada a um projeto político de Estado forte, implantado por uma revolução espiritualista cristã que o integralismo mais se aproximou dos católicos e penetrou nas famílias tradicionais”. Assim, enfatiza a peculiaridade do integralismo pernambucano. SILVA, Giselda Brito. A ação integralista brasileira e a ditadura de Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, Antônio Costa. *O Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 205. Noutro pólo Carla Brandalise nos informa da realidade do movimento no Rio Grande do Sul: “um elemento fundamental para a implantação do movimento integralista nas zonas de colonização foi o fator étnico-cultural. Contrariamente ao apontado por estudos anteriores, a questão da identificação dos imigrantes alemães e italianos e de seus descendentes com os países de origem contribuiu para formar uma expectativa favorável ao integralismo”. BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do sul*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

dos povos, enquanto que a idéia subjacente no Abecedário de Reale é que ao Estado cabe essa função. Na realidade, os modelos do Estado propostos pelos dois teóricos do integralismo fundamentam-se **sobre bases diferentes**. Para Salgado, ele resulta da organização dos grupos naturais dentre os quais o mais importante é a família, enquanto que para Reale, a base da construção estatal é a organização sindical. Poder-se-ia qualificar o primeiro modelo de *Estado familiar-corporativo* e o segundo de *Estado sindical-corporativo*.¹⁸³

Trindade ainda complementa: “*Barroso prefere a expressão ‘Estado social-totalitário’*”.¹⁸⁴ Em vista disso, esta pesquisa tende a aceitar a hipótese de que uma *síntese ideológica* ainda não havia se processado, algo compreensível na medida em que o integralismo, como descreei, constituiu-se como um amálgama de projetos de poder, o que é potencializado inclusive por uma recentíssima estruturação. Isto é, apesar do esforço de suas lideranças, que tomavam a *síntese ideológica* como uma tarefa necessária para a chegada ao poder, ela efetivamente não se procedeu. Não levar em conta a diversidade ideológica do integralismo, a meu ver, tende a comprometer um trabalho sobre o tema. É o que ocorre, por exemplo, com José Chasin que limita-se a pensar o movimento única e exclusivamente a partir da produção bibliográfica de Plínio Salgado, argumentando que este teria sido o seu “chefe indiscutível”.¹⁸⁵ Mesmo concordando com a afirmação do autor que apresenta Plínio Salgado como a principal referência teórica e política do movimento, ainda considero limitada, e conseqüentemente generalizante, a possibilidade de procurar compreender o movimento apenas pautado em Salgado, pressupondo-o como único capaz de influenciar as ações da doutrina.

Recentemente, em trabalho dedicado a pensar as possíveis diferenças programáticas entre Plínio Salgado e Miguel Reale, Alexandre Pinheiro Ramos definiu como integralismo-totalitário e integralismo-conservador as respectivas propostas do chefe nacional e do chefe da doutrina, admitindo, portanto, a coabitação de duas propostas no mesmo movimento.¹⁸⁶ Nesse mesmo trabalho o autor abre espaço para

¹⁸³ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 218.

¹⁸⁴ BARROSO, Gustavo. Estado social-totalitário integral. In: *Integralismo em Marcha...* apud TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 218.

¹⁸⁵ CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma da regressividade no capitalismo hiper tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

¹⁸⁶ RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Integralismo entre a família e o Estado: Uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Olbiano Melo, intelectual com presença garantida entre os formuladores do corporativismo no Brasil, dando uma complexidade ainda maior para o movimento. Não obstante, caberia citar San Tiago Dantas, Hélio Vianna, Raimundo Barbosa Lima, Raimundo Padilha, Jeová Mota e outros mais, que mesmo assumindo uma posição menos destacada como doutrinadores, apresentaram-se como lideranças indiscutíveis.

De qualquer forma creio que qualquer tipo de investimento no sentido de definir os limites da diversidade de idéias que circularam entre os adeptos da doutrina necessitaria de um maior comprometimento em pesquisa específica. Por ora, o que procurei compartilhar foi o meu particular interesse em delimitar as composições políticas e ideológicas que se mobilizaram no interior do integralismo. Percebi que alguns trabalhos introjetavam a perspectiva homogeneizadora propagandeada pelos órgãos de divulgação oficiais da doutrina. Por isso, achei necessário apontar para outro percurso interpretativo, mesmo porque, o aparato empírico que detenho (pautado nas posições políticas de dirigentes intermediários do movimento e o que defini como base) não me deixa muitas alternativas. Porém, as conclusões a que chego, não diminuem o papel do integralismo no cenário dos anos 30 ou mesmo invalidam o seu projeto de poder, pois, é possível pensar em um quadro de idéias centrais, que não chegam a se apresentar como uma doutrina compacta, a ponto de anular diversidades relevantes, mas que foram capazes de se constituir como projeto político. O que somente procurei demonstrar foi as interfaces desse projeto. No mais, o que configurou-se como a ideologia integralista entendo que aos poucos foi sendo sistematizada no jornal *A Offensiva* e nos livros *Abecedário do Integralismo* e *O que é Integralismo*, além de similares produzidos com a finalidade de oferecer ferramentas argumentativas a seus componentes.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Héglio Trindade tem outra opinião. No subitem *Homogeneidade da propagação ideológica* afirma que “de uma maneira global, o grau de homogeneidade ideológica dos integralistas é bastante elevado”. TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 268 e 269. Chega a essa conclusão, por se valer de entrevistas (questionários, somente) realizadas com integralistas à época de produção de sua tese. Gostaria de realçar que, mesmo entendendo esses dados como pertinentes, os observo ainda muito aquém do que se necessitaria para ministrar tão categórica afirmação, por dois motivos principais: o primeiro refere-se a pouca quantidade de entrevistas para um movimento de tamanha amplitude. Em segundo lugar, tendo duvidar da eficácia dos métodos utilizados na construção do material. Mesmo porque, não observei nenhuma reflexão com relação a nuances próprias da coleta do material. Reflexões que avançam sob o título de história oral, e que muitos benefícios traz a prática historiográfica. Provavelmente, seus dados, se disponibilizados, seriam muito mais úteis para entender o

Reconhecido esse aspecto de pouca uniformidade ideológica no movimento, o que falar dos componentes da base, chefes de núcleos rurais e urbanos, simpatizantes e dirigentes intermediários? Será possível garantir destes uma lealdade ao integralismo, ainda heterogêneo, e com pouca capilaridade entre seus componentes? Tendo a crer que sim. Por certo, não havia dúvida entre a grande maioria dos adeptos da necessidade do movimento, e que o integralismo estivesse na vanguarda pela defesa de determinados valores, que aqui chamaremos genericamente de “conservadores”. O que não é possível garantir, e a análise da relação do chefe com os demais integrantes da doutrina nesse sentido se mostra elucidativa, é que a massa aderente ao movimento, ou mesmo parte significativa dela, estivesse tão afinada com o integralismo de Plínio Salgado a ponto de traduzi-la em ações políticas assim que este a mobilizasse. De toda forma, essa hipótese merece uma argumentação mais sólida.

Em se tratando dos movimentos fascistas em geral é consenso na literatura especializada que a figura do chefe cumpra uma importância central, e o integralismo não foge a regra. Seguindo os objetivos de um trabalho de história política, aqui interessa aferir pontualmente como se procedeu à implementação dessa pedra de toque do fascismo no caso brasileiro. Em outras palavras, que embates envolveram a “consolidação” da figura de Plínio Salgado como “incontestável” chefe do movimento?

Após apresentar os mecanismos criados pela direção do movimento com o objetivo de tornar o poder de Plínio Salgado indiscutível, Hélió Trindade chama atenção para as falsas conclusões que as análises desses estatutos podem levar. Pressupõe com isso que a relação entre o chefe e sua base não correspondeu necessariamente às definições centralizadoras expostas nos estatutos da AIB. Por isso questiona: “*Até que ponto sua ação concreta correspondeu à realidade de seu poder legal e à imagem transmitida por seus adeptos e pela propaganda?*”¹⁸⁸

Avalia o autor que “*a interpretação que se desprende dos testemunhos e documentos integralistas é que, apesar de todo poder formal, Salgado era, na realidade, um chefe pusilânime*”. Chega a essa conclusão confrontando “*a imagem oriunda dos militantes*” localizados na base do movimento e “*os julgamentos de*

integralismo nos anos 1960 e 1970, do que o movimento dos anos 30. TRINDADE, Hélió. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 130, nota de rodapé nº 1.

¹⁸⁸ TRINDADE, Hélió. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 168.

dirigentes e colaboradores próximos sobre seu comportamento como dirigente da AIB”¹⁸⁹. Em seguida apresenta elementos que comprovam a pusilanimidade de Salgado: a concentração de poder legal (Artigo 7 – É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar os atos do Chefe Nacional)¹⁹⁰; e dois episódios de contestação a autoridade do chefe: no primeiro, após um breve desentendimento com Gustavo Barroso o chefe “*teatralmente*” se demite. E o segundo, a *Carta de Natal* (1935), quando o próprio Salgado “*reconhece sua incapacidade de dominar seus partidários*”.¹⁹¹ Tomadas tais fontes, a análise do autor se encaminha para uma explicação que atribui às qualidades pessoais de Salgado, ou mais exatamente a escassez delas, o ônus pela falta de controle sobre a militância integralista: “*Tal precaução decorre em parte da necessidade de compensar psicologicamente a impressão de fragilidade de sua estatura, pequena e franzina*”. E pelo temor da “*liderança de certos dirigentes integralistas mais capazes para a ação política*”.¹⁹²

Está correto o autor quando afirma que “*obviamente um chefe que se imponha aos seus liderados não tem necessidade de definir, em todos os detalhes, o domínio de sua competência e, sobretudo, de criar mecanismos que impeçam que sua autoridade seja posta em causa*”. Na minha opinião, definir o chefe integralista como pusilânime é válido, porém nos limita a um aspecto do problema, a questão fundamental entendo que é política, no sentido que Maria Bonifácio apresenta, e que outra vez mais recupero: “*luta pelo poder, a resistência ao poder, o exercício do poder e a definição das relações entre comando e obediência*”.¹⁹³ Frente a isso, nossa hipótese sobre as dificuldades de Salgado de legitimar-se como chefe avança para além da noção de sua possível personalidade frágil, bem como sobre a própria idéia de ambição política de algumas lideranças integralistas, ambas esboçadas por Trindade. Ela se fundamenta num

¹⁸⁹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 169.

¹⁹⁰ E ainda: “*Artigo 8 – É vedado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício de sua função, assim como dar opiniões sem haver para isso a necessária solicitação; Artigo 9 – Para os integralistas a pessoa do chefe é intangível*”. *Monitor Integralista*, ano V, n. 22, 7 de outubro de 1937, p. 5-6 apud CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)* op. cit., p. 53.

¹⁹¹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 170.

¹⁹² TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 169.

¹⁹³ BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, P. 71.

fragmento do mesmo documento utilizado por Trindade: a Carta de Natal. Nesta, Salgado expõe:

Examinei a minha criação e inquietei-me. Não temo os inimigos nem as adversidades, porém temo os meus próprios adeptos. Porque eles, na exaltação revolucionária, poderão perder aquilo que é fundamento do nosso ideal: a consciência de nós mesmos, perderão o conceito da autoridade, como eu a quero, e a concepção do Chefe, como é necessária a uma Nação Cristã.¹⁹⁴

O documento evidencia uma face do movimento que não pode passar de forma alguma despercebida, sob o risco de expulsarmos a ação humana da história; que é a tensão interna própria de movimentos que ultrapassam a militância ideológica, se conformando como atores políticos de ampla penetração social (no caso do integralismo materializado em diversos núcleos) e com pretensões claras de intervir na sociedade com um projeto efetivo de tomada de poder. É essa tensão que faz com que o chefe publicamente, ao final de 1935, assumia sua incapacidade de controlar a atividade militante de uma parcela dos camisas-verdes. Uma tensão produzida a partir dos anseios de uma base que atua, por vezes, a despeito das posições políticas do chefe.

Concluo este segundo item reafirmando alguns pressupostos fundamentais para seu desenvolvimento posterior, que se preocupará exclusivamente a pensar os integralistas organizados durante o Estado Novo. A meu ver, tende ao insucesso um estudo que sobrevalorize a doutrinação do filiado a AIB, reconhecendo que esta inclusive se processou como fruto de uma bem sucedida síntese ideológica. E, principalmente, que a força desta doutrinação tenha marginalizado todo e qualquer tipo de ação setorial no interior do movimento. Discordo das duas proposições: a síntese ideológica não se procedeu e isto é atestado pela própria constituição da doutrina, cuja formação eclética teve a influência constante e significativa de alguns intelectuais, reconhecendo-se por certo a hegemonia de Salgado. No que concerne ao garantido sucesso da doutrinação na base de filiados do movimento, também tenho minhas restrições, já que havia ainda em 1937 muitas formas de se pensar o integralismo. Entendo que foram os organismos oficiais que produziram essa aparência uniforme de idéias e ação, que ganha contornos mais ilusórios por se tratar de um movimento de perfil notadamente autoritário/hierárquico. Nesse sentido, a dinâmica das tensões políticas anterior (como procurei apresentar) e posterior ao golpe de 37 subsidia minha suposição. Isto porque, se houvesse ocorrido com sucesso esta *síntese ideológica* a

¹⁹⁴ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 170.

condição da doutrina no contexto do golpe seria muito mais favorável. Nos ajuda também a entender esse processo o fato de que após o golpe se produzirão livremente no seio do movimento pelo menos três leituras diferenciadas da conjuntura, todas arvorando-se milimetricamente de acordo com os preceitos doutrinários do integralismo, mesmo estando o chefe declaradamente tomando partido por uma.¹⁹⁵ Ou seja, pensando o integralismo como uma formação doutrinária em processo, e por isso com desigual penetração na militância, e acrescentando todas as explícitas diversidades regionais, é que conseguimos explicar os fatos posteriores marcados pelo sucessivo enfraquecimento da doutrina. A doutrinação não foi tão eficaz como normalmente se supõe, ela estava em curso, e até antes do golpe em 1937 já teria sofrido um revés fruto da guinada eleitoral em 1936. Sem essa consideração se torna inexplicável a derrota cabal sofrida pelos camisas-verdes com o desfecho do golpe em 1937, a não ser que continuemos recorrendo à propalada sapiência de Vargas, contrastada pela impotência/inoperância de Plínio Salgado.

2.2 - Conjuntura de fundação das Organizações

O quadro político instalado a partir da tentativa frustrada de golpe, em maio de 1938, extrapolou em muito a esperada repressão aos elementos que dela participaram. Os impactos na doutrina como um todo foram inestimáveis, a desarticulação, em um prazo relativamente curto, atingiu a grande maioria dos núcleos espalhados pelo território nacional. Retomando as reflexões sobre a conjuntura de meados de 1938, interessa nesse item pensar que fatores teriam levado setores do movimento a fundar organizações nos moldes do *Apollo Sport Club* e da *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa*.

Mesmo considerando a importância do golpe de maio para o futuro do integralismo, o fato é que desde a instauração do Estado Novo, o movimento vinha acumulando sucessivas derrotas, muitas dessas resultado das opções políticas de seus mais graduados dirigentes – em especial Plínio Salgado –, como procurei apontar no capítulo anterior. Porém, não há dúvida de que – mesmo levando em conta que muitas dessas opções tenham se mostrado atos de pura ingerência – foi, a meu ver, a própria dinâmica interna do movimento, caracterizada pela pouca homogeneidade ideológica e

¹⁹⁵ Neste capítulo tratarei de uma dessas correntes políticas: a que optou pela atuação em entidades, que freqüentadas por integralistas, mantivessem a esperança de retorno do movimento a cena pública. Já as outras duas correntes tratarei no terceiro e no quarto capítulo.

política (materializada em disputas internas), que se conformou como o principal ingrediente da desarticulação da doutrina. É bem verdade, e é nisso que investirei a seguir, que outras circunstâncias dos primeiros anos do Estado Novo se somam a trajetória de heterogeneidade, configurando o ambiente de fragmentação, no qual tem início, por iniciativa de pontuais setores da militância da capital federal, a fundação de organizações empenhadas em rearticular novamente o movimento.

A primeira dessas circunstâncias parece ter sido a assimilação de ordem natural, reflexo da identificação ideológica, ocorrida após o fechamento da AIB em dezembro de 1937. Em páginas anteriores, afirmei a necessidade de diferenciarmos o projeto fascio-integralista, do levado a frente pelo grupo liderado por Vargas. Na minha leitura, estas diferenças produziram embates no campo do discurso, bem como enfrentamentos de ordem policial. No entanto, frisei que concretamente muito do projeto integralista estava contemplado na carta constitucional de 1937, e nas ações governamentais advindas de seu cumprimento, entre as quais: “*a defesa da superação do ‘atraso’ da República Velha (...); da superação da regionalização através da centralização do poder; de um estado forte e intervencionista; do corporativismo em superação a luta de classes; e do nacionalismo*”.¹⁹⁶ Também propus ser fundamental uma atenção maior a questão da formação da militância, constituída a partir de um amálgama de movimentos de direita e estendida a uma também heterogênea base de adeptos, aproximada a partir de valores diversos e variáveis de região para região como: catolicismo, anti-comunismo, ordem, disciplina, entre outros. Valores que estavam no centro do ordenamento ideológico do Estado Novo. Em vista desse quadro, não causa surpresa que, descartada a possibilidade de manutenção da Ação Integralista Brasileira, houvesse uma migração destes para o getulismo, já pensado como a opção político-ideológica possível, e porque não, necessária para o resguardo de tais valores. Nessas condições, entendo que se possa falar em uma *assimilação natural* dos integralistas pelo Estado Novo, em parte incentivada pelo próprio posicionamento de Plínio Salgado, que apoiou o golpe em 1937, e por “livre iniciativa” fechou o integralismo.

Em verdade, a tese da assimilação, da maneira como coloquei, a princípio, pode parecer abrangente o suficiente para dar conta da desarticulação do movimento. No entanto, entendo que esta deve ser problematizada, principalmente se considerarmos um

¹⁹⁶ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 226.

aspecto da formação do movimento que continuo a recorrer: sua heterogeneidade político-ideológica. Além, é claro, da centralidade da ação humana na dinâmica de qualquer processo histórico que faz com que os integralistas interpretem o momento de maneiras diferenciadas. Por isso, a *assimilação natural*, apesar de relevante, não explica totalmente o processo. Para esse estudo, esta estaria mais relacionada a setores do movimento atuantes no interior, locais nos quais os conflitos políticos tendiam a ser mais amenos, onde também a doutrinação integralista teria avançado pouco. De qualquer forma, esta última seria uma hipótese a se investir em outra oportunidade. Por ora cabe afirmar que a desarticulação deriva de outras motivações, que continuarei abordando.

O segundo fator surge da constatação de que a possibilidade de incorporação de parte dos adeptos do integralismo, que por identificação ideológica passariam a apoiar, e em alguns casos, servir como quadros no Estado Novo, era vista ainda como insuficiente para os objetivos imediatos do governo. Além do mais, o que garantiria ao getulismo que, passado a indignação popular, criada, é bem verdade por sua máquina de propaganda, relativa ao golpe de maio, o integralismo não pudesse retornar como força política considerável, pleiteando, inclusive, espaço no Estado Novo? Era um risco por demais perigoso a se correr. Em vista disso, principalmente nos meses posteriores ao golpe, o governo passou a investir no ataque ao integralismo, mobilizando, para isso, diversos canais de comunicação como: notícias detalhando a ação integralista no golpe¹⁹⁷, artigos em jornais, editoriais, discursos de figuras públicas, intelectuais, entre outros. O objetivo era solapar a fidelidade à doutrina acelerando a assimilação dos camisas-verdes por parte do Estado Novo.

Para expor os pormenores desta empreitada getulista poderia retomar o artigo “Um quadro e sua moldura”, de Carlos Maul, onde, no capítulo anterior, iniciei os questionamentos sobre os objetivos do governo no que se refere à derrota do integralismo. Porém lanço mão de outra fonte produzida no mesmo contexto.

¹⁹⁷ “Um pormenor interessante da recente tentativa dos ‘camisas cor de capim’ é que nos punhaes apprehendidos na residência do Sr. Plínio Salgado, a polícia verificou que tinham sido gravados nos respectivos cabos daquellas armas o nome de algumas pessoas que deveriam ser massacradas”. “O movimento integralista recentemente jugulado”. *Jornal Pequeno*: Recife, 19 de março de 1938 apud SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma* op. cit., p. 297.

Em nota relativa ao citado evento de maio, a Associação Brasileira de Imprensa imprimia uma série de ataques ao integralismo. Antes, porém, não se furtou a promover a importância do regime e de Vargas que, nessa versão, “*corporificou os velhos anseios patricios de disciplina, de ordem, de paz e de segurança doméstica e abriu ao país o caminho iluminado para a sua afirmação moral, intelectual e econômica entre os povos cultos do mundo*”.¹⁹⁸ Tom que se faz corrente em todo o texto sempre buscando relacionar Vargas ao destino da nação. Desse emaranhado de argumentos, o que se mostra muito significativo é a tentativa de ligar o evento ocorrido em 1935, no qual foram protagonistas os comunistas, ao evento de maio de 1938, empreendido “somente” por “camisas verdes”. Citemos os dois trechos em que tal proposta fica objetivamente clara:

(...) o Sr. Getúlio Vargas, nas filas de vanguarda dos soldados brasileiros, expôs o peito às balas dos sicários vermelhos que tentaram manietar-nos para a entrega dos nossos pulsos às algemas sinistras do Komitern. Com as forças viças da nação, com as classes armadas e com o povo, subjulgou então os inimigos da pátria. E agora não foi menos varonil ao enfrentar os sicários verdes que na calada da noite ensaiaram repetir neste pedaço a scena da matança dos huguenotes (...).

Assim como hontem, na defesa da integridade e na honra nacional repelliram os **extremistas da esquerda**, enfrentamos hoje, sem vacilações, os **extremistas da direita**. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos: e encontraram igual repúdio na opinião pública”.¹⁹⁹

Dou seqüência a minha argumentação recuperando uma vez mais as exposições de Giselda Silva sobre a investida discursiva do governo contra o integralismo na conjuntura de Pernambuco. Conta a autora que era ambíguo o relacionamento de Getúlio com o integralismo: não se declaravam publicamente aliados, porém atuavam constantemente junto na “cruzada anticomunista”.²⁰⁰ No entanto, no interior do próprio governo, na medida em que o integralismo foi ganhando destaque na cena pública nacional, cada vez mais passou-se a discutir que papel o referido movimento deveria desempenhar no estado autoritário em voga. Da parte de Azevedo Amaral – um dos principais intelectuais do novo estado –, pelo contrário, o integralismo não deveria

¹⁹⁸ Nota da Associação Brasileira de Imprensa, 19/05/1938. Doc: GV c 1938.05.13; Pasta: Getúlio Vargas; FGV\CPDOC.

¹⁹⁹ Nota da Associação Brasileira de Imprensa, 19/05/1938. Doc: GV c 1938.05.13; Pasta: Getúlio Vargas; FGV\CPDOC. (Grifos do autor)

²⁰⁰ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. 132.

desempenhar papel algum, visto que este era “*uma ameaça ao novo regime*”, o ideólogo ainda o definiria “*como um movimento extremista, tão perigoso quanto o comunismo*”. No mais, acusaria a doutrina de ser um “hospedeiro” de comunistas, “*em conseqüência da repressão policial desencadeada após 1935*”, que “*fez com que muitos extremistas (comunistas) passassem para o lado integralista, acreditando que encontrariam algum tipo de proteção contra a repressão*”.²⁰¹ Não resta dúvida de que esta avaliação de Azevedo Amaral é por demais discutível, contudo o que é fundamental registrar é a argumentação antiintegralista presente em seus textos. Nesse sentido, também argumentava Amaral Peixoto, interventor no Rio de Janeiro. Ao pronunciar-se a favor de Getúlio, “*desqualificou o discurso integralista, apontando a atitude de 11 de maio como prova da negação dos valores nacionalistas que os integralistas haviam jurado defender*”.²⁰² Entretanto, a fala do interventor, em se tratando da investida do governo na assimilação de integralistas, toca num ponto crucial: a idéia de que somente seus dirigentes seriam culpados pelos descaminhos do movimento, e que a maioria expressiva de seus adeptos (sua base) teria sido, em verdade, ludibriada. Observemos a fala do interventor no discurso em maio de 1938.

No Sigma, nem a tradição nem a ordem nem a manutenção do equilíbrio social eram fatores substanciais de existência e predicação. **Os seus orientadores, não direi todos os seus adeptos**, os que objetivavam com ânsia inescrupulosa era o poder embora alcançado a preço de sangue da família brasileira e do desmoronamento do nosso edifício social.²⁰³

A sutil diferenciação que por nós é exposta se torna figura de linguagem comum nas investidas posteriores do governo. É esse o aspecto do discurso getulista que abre espaço para a assimilação. Processo que para mim se deu com relativo sucesso, tomando, por certo, como comparação, a inserção e o significado do integralismo na

²⁰¹ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit., p. 190. Giselda Silva, alicerçada pelo referencial conceitual da Análise do Discurso, denomina de “efeito metafórico” a estratégia getulista de criar uma relação entre a “intentona comunista” e a “intentona integralista”. Conceito este tomado como “*um fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual*”. SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit., p. 211.

²⁰² SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit., p. 212.

²⁰³ “Discursos de Amaral Peixoto sobre o partido único” (27 de maio de 1938). In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL Roberto. *Os discursos de Amaral Peixoto*. Textos Políticos da História do Brasil. Vol. 5 apud SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* op. cit., p. 213. (Grifos do autor)

política brasileira antes e depois do Estado Novo.²⁰⁴ A ação do governo nesse sentido, como se poderá verificar a seguir, foi contínua, como aparece bem exposto no jornal baiano “O Imparcial” de novembro de 1942:

A posição dos antigos elementos pertencentes ao partido integralista, no panorama atual da política nacional, constitui um dos assuntos mais importantes, dos que preocupam os brasileiros em geral. É, na verdade de grande relevância, conhecer-se o **pensamento daqueles** que ontem, **levados por sincero desejo de lutar pela causa social foram colhidos nas malhas da retórica integralista**, assumindo diante da vida e da morte, um compromisso de fidelidade a um homem e a um credo, de natureza totalitária.²⁰⁵

É dessa forma que neste contexto, com argumentos bem melhor articulados, que o governo investirá sobre a base integralista. Por certo, dedicarei um espaço maior a hipótese da assimilação dos integralistas no quarto capítulo, que terá como tema central as disputas políticas envolvendo governo e integralismo. Isto posto, nos cabe ressaltar que o nosso objetivo, tanto em apresentar a flagrante manipulação discursiva antiintegralista do governo após a tentativa de golpe em maio, quanto a saída assimilacionista que culpava somente os dirigentes pela “subversão”, era ilustrar o ambiente em que convencionou-se, entre os dirigentes do movimento não envolvidos com o golpe, a fundação de entidades programadas para reorganizar o movimento.

O terceiro fator delimitador do ambiente político de 1938 foi a repressão imposta pelo governo aos “camisas-verdes”. No capítulo anterior apontei para o fato de que a própria formação ideológica dos intelectuais estadonovistas criava diferenças significativas em relação ao integralismo, que em parte justificava a opção do governo em alijá-lo do acordo político sintetizado no Estado Novo.²⁰⁶ É que o reflexo imediato dessa opção foi, além do discurso anti-integralista que apresentamos, a repressão, a partir do momento que esta reuniu em torno de si o consenso necessário para sua implementação na luta contra o “extremismo de direita”. Refletindo sobre a maneira

²⁰⁴ Esta constatação leva muito em conta a pesquisa Gilberto Grassi Calil sobre o papel desempenhado na política brasileira pelo Partido da Representação Popular, reconhecidamente o agrupamento político herdeiro do integralismo. Pesquisa que socorreu a historiografia quando esta desprezava totalmente a importância dos integralistas na defesa da ordem burguesa no pós-1945. Entretanto, e creio que não há muitas dúvidas com relação a isso, o auge do movimento, ou seja, com pretensão e condição a tomada de poder, foi na conjuntura dos anos 30.

²⁰⁵ Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha (2).

²⁰⁶ Citei, inclusive, a bem posta proposição de Robert Paxton quando aponta para o fadado insucesso de movimentos fascistas em regimes autoritários.

como esta se processou, aponte para o fato de que extrapolaram-se os limites da investigação policial, que, em vez de ficar circunscrita somente aos participantes do episódio da madrugada de 10 para 11 de maio de 1938, investiu-se indiscriminadamente sobre uma camada significativa de militantes considerados potenciais suspeitos de terem participado do evento. A repressão no mês de maio por si só já criaria percalços a setores que procurassem a reorganização da doutrina, isto porque aos olhos dos investigados e presos, mesmo que posteriormente tenham sido retirados dos processos, era desalentador ser confundido com um subversivo (nunca é demais lembrar que a pecha de subversivo era legada ao comunista). Irreparáveis, portanto, eram os impactos da ação repressiva estadonovista, inúmeros “camisas-verdes” nunca mais voltariam a participar de algum tipo de movimento político. Entretanto, a repressão conformou-se como uma prática contínua, multiplicando as dificuldades para a reorganização da doutrina. Neste ínterim, ainda como um fator correlato que não deve ser desprezado e que contribuiu significativamente para desarticulação/enfraquecimento da doutrina: o temor da ação policial. Ela por si só afastava qualquer intenção de reorganização.

O último dos condicionantes importantes para se compreender a conjuntura política no qual acabaram se desenvolvendo as organizações integralistas parece ser a posição de Plínio Salgado entre os anos de 1938 e 1940. Edgard Carone defende que o que se viu após maio de 1938 foi “*a repressão contra uns e a representação da farsa contra os maiores*”, dentre esses Plínio Salgado. O autor leva em consideração que entre as prisões e condenações realizadas não constavam os nomes de figuras como Gustavo Barroso, Miguel Reale, Raimundo Padilha entre outros. Ainda segundo sua interpretação, Vargas demorou a agir contra Salgado, foi “*preciso haver a existência de pequenos boatos, de que os liberais estariam se unindo novamente aos integralistas*”, para que o ditador tomasse uma atitude. E quando a tomou deu-lhe todas as garantias, inclusive, garantindo ao chefe integralista uma mesada, pelo tempo que permanecesse a serviço do governo em Portugal. Sobre este ponto é enfático: “*os manifestos e atitudes dos chefes integralistas parecem continuar a ser independentes, mas, de agora em diante Plínio só lança Manifestos e toma atitudes depois de consultar Getúlio Vargas*”.²⁰⁷ Por estar muito bem documentada a linha de interpretação de Carone me parece convincente. Talvez seja fruto de certa dose de exagero garantir que Salgado

²⁰⁷ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977, p. 208.

tenha assumido uma atitude totalmente subserviente a Vargas chegando a consultá-lo sobre todos os seus passos políticos. Porém, creio que feita uma leitura atenta sobre seu posicionamento o que fica transparente é uma atitude do chefe, muito mais afeita ao diálogo, do que ao conflito com o ditador. Entretanto, o que para nós interessa no momento é menos avaliar se esses fatos apresentados por Carone condizem com a realidade, mas, sobretudo delimitar os efeitos das ações políticas de Salgado na militância do movimento.

Desde maio de 1938, a relação do chefe com os demais adeptos da doutrina ganhava novos tons. Muito já se havia perdido em organização com o decreto de dois de dezembro, porém, como se sabe, a partir dessa data o chefe passara a ser um cidadão clandestino. Desse momento em diante o contato do chefe com a militância se dará de duas formas: através de contatos e cartas pessoais – muitas, é bem verdade, ultrapassavam o âmbito do privado, circulando em mais de duas mãos. De qualquer maneira, é de se supor que mesmo considerando a difusão das cartas, estas ficavam ainda restritas a um núcleo bastante reduzido de “camisas-verdes”; e manifestos lançados esporadicamente. Apesar da possível difusão das cartas de Salgado, entendemos que a rigor foram somente os manifestos que desempenharam a função de manter o chefe em contato com a base. Base, diga-se de passagem, pensada de modo ampliado, correspondendo desde o militante filiado a um núcleo do subúrbio do Rio de Janeiro, passando pelos núcleos dos estados do nordeste, chegando às colônias imigrantes do sul, ou seja, militantes dos mais diferentes matizes. Esta constatação deve ser considerada quando se pretende esboçar como as posições políticas de Plínio Salgado contribuíram significativamente para a desarticulação do movimento.

No entanto, início pela documentação de origem pessoal (passiva e ativa) produzida por Salgado. No âmbito privado, o “chefe” mantém contato freqüente com os integralistas no Brasil, suas diretrizes giram o tempo todo em torno da colaboração do movimento com o Estado Novo, colaboracionismo que se traduz em um *“nobre e patriótico silêncio acerca dos assuntos políticos do Brasil”*. Na carta a Raimundo Barbosa Lima a eclosão da guerra aparece como o argumento que vem a se somar as dificuldades do governo no combate ao comunismo, não deixando muita margem de ação para os que se julgavam realmente brasileiros. Nesse sentido, o dever do integralista patriota era *“o de não concorrer de qualquer forma, para o enfraquecimento da Nação; (...) agora, que no panorama no mundo se define, de modo*

mais preciso,” polarizado “*na lucta da civilização chirstã contra a barbárie bolchevista*”.²⁰⁸ Anterior a isso, em documento de fevereiro de 1939, este endereçado a João Carneiro da Fonte (Delegado de Ordem Política e Social), o dirigente máximo do integralismo já propagandeava sua opção colaboracionista de “*pacificação dos espíritos, esquecimento de prevenções e união nacional*”, no intuito de “*aplainar os duros caminhos*” a serem percorridos pelo Sr. Presidente da República.²⁰⁹ A continuidade dessa posição política se atesta na carta destinada a Raimundo Padilha, sublinhe-se bem no contexto de fundação da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. Seu conteúdo versa sobre algumas resoluções tiradas após a visita do Gal. Francisco José Pinto (Chefe do Gabinete Militar de Vargas) a Lisboa. Segundo o “chefe” a missão do General era propor uma cooperação dos integralistas para com o Estado Novo, sua resposta teria sido pronta e imediata: “*respondi-lhe que estava disposto a tomar parte no governo do Brasil, dentro dos meus pontos de vista já manifestados em 1937, 1938 e 1939*”.²¹⁰ O âmbito dessa colaboração seria definida através de negociações específicas presididas, pelo lado “verde”, por Gustavo Barroso. Salgado se manifestará dessa forma outras tantas vezes – os destinatários e remetentes ultrapassam as dezenas – porém julguei importante selecionar as missivas que tinham como destinatários duas das mais importantes figuras do movimento do Rio de Janeiro, justamente para que pudéssemos apreender o cálculo político do chefe, que procura inicialmente tecer um largo consenso entre as lideranças proeminentes, para em seguida se dirigir à base do movimento. O conteúdo dessas cartas reforça a posição de Salgado exposta nos documentos públicos que lançarei mão a seguir.

²⁰⁸ Carta a Raimundo Barbosa Lima, 09/12/1939. Doc: GV c 39.12.09/1; Pasta: Getúlio Vargas; FGV\CPDOC.

²⁰⁹ Carta ao Delegado de Ordem Política e Social João Carneiro da Fonte, 06/02/1939. Doc: GV confid. 39.02.06; Pasta: Getúlio Vargas; FGV\CPDOC.

²¹⁰ Ressalte-se que estamos atentos a discussão proposta por Hélió Trindade na coleção História Geral da Civilização Brasileira sobre a fidedignidade dos documentos (cartas, manifestos, entre outros) que compõem a coletânea de textos lançada nos anos 1950 por Plínio Salgado. Apesar de serem bem justificadas as preocupações do autor (segundo pesa sobre estes documentos o fato de terem sido revisados, digo, modificados) creio que o aporte de outros textos, dois deles expostos, nos desviem de possíveis descaminhos empíricos. Carta a Raimundo Padilha, 20/08/1940. SALGADO, Plínio. *Integralismo Perante a Nação*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S. A., 1955, p. 155 a 158.

O *Manifesto de Maio* é o documento redigido na conjuntura da ida de Plínio Salgado para o exílio em Portugal. Seu objetivo é nitidamente traçar rumos para o movimento que, a partir daquele momento, não poderia mais contar com a presença de seu chefe, pelo menos era essa a perspectiva para os próximos anos. A atmosfera de dispersão e “subversão” tornava imprescindível a palavra do chefe, isto se as lideranças dos “camisas-verdes” ainda nutrissem algum tipo de expectativa sobre a atuação ativa do integralismo na cena política do Estado Novo. Nesse sentido, é importante lembrar o projeto de *assimilação* em curso. Um ponto que nos chama atenção é a maneira como Salgado se reafirma propositadamente como chefe do movimento antes de imprimir-lhe um tom orientador, eis o trecho que essa situação se mostra transparente: “*Ensinei-vos a fé em Deus, o amor a pátria, o ideal da unidade nacional, a prática das virtudes cristãs; o culto dos heróis brasileiros e dos episódios militares da nação (...)*”. Noutro trecho complementa “*isso foi o que vos ensinei*”, e, (...) em suma, “*constitui a essência do vosso e do meu pensamento*”. Por isso, “*julgo oportuno orientar todos quantos comungam comigo em tais idéias*”.²¹¹ O que, na minha interpretação, não deixa margens para outros caminhos possivelmente propostos por outros dirigentes.

Dessa forma, estabeleço uma linha de continuidade com o raciocínio por mim imprimido no primeiro capítulo no que concerne ao papel de Plínio Salgado como agente político. Pois, a idéia de colaboracionismo não deve ser entendida como sinônimo de covardia, inexperiência, entre outros adjetivos atribuídos ao chefe, que pouco contribuem para se entender realmente seu papel político na conjuntura. Ela deve ser compreendida como a saída do chefe frente ao desprestígio político que se avizinhava. Visto que o processo em curso indicava a assimilação, nada mais produtora que a adesão ao Estado Novo viesse sob a ordem do chefe e não à sua revelia. Olhando o manifesto por esse ângulo podemos atentar para a pouca ingenuidade (como normalmente se supõe) do dirigente integralista. Seus passos eram muito bem medidos, o que não quer dizer, evidentemente, que estavam dadas as garantias de sucesso. Entretanto, nessas alturas poderia surgir a seguinte dúvida do leitor: tomada essa interpretação estaria se invertendo os papéis, seria então Plínio o astuto e Vargas o tolo? Por certo que não. Para mim a questão central está muito mais em aferir as opções

²¹¹ Manifesto de Maio, Folha da Manhã, 16/05/1939 apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 462 a 465.

políticas desses agentes com interferência no processo, do que avaliar as qualidades pessoais de ambas as lideranças autoritárias.

Feito o parênteses, o manifesto endossa a posição que retive na leitura das cartas: *“recomendo-lhes, na hora presente, que se abstenham de quaisquer agitações subversivas e de manifestações de caráter político, perturbadoras da ordem pública”*. O argumento número um manipulado para orientar no sentido da colaboração era a situação de um possível conflito mundial. Por isso, questionava Salgado: *“e, agora, que o mundo está ameaçado por tenebrosas catástrofes (...) pergunto-vos se, em sã consciência, poderemos perturbar a ordem interna, criando dificuldades à confraternização nacional em torno dos supremos interesses da Pátria comum?”* Responde que não. Justifica-se alertando a seus partidários que se *“promovemos agitações, corremos o risco de sermos acusados, no futuro, como responsáveis pela desunião de brasileiros”*. O manifesto é rico em trechos que o chefe teme pela situação do integralismo ante a opinião pública: *“é preciso que a história tenha notícia, um dia, de que, neste momento, soubemos olhar, acima de tudo, a Nação, cujos máximos problemas dizem respeito aos impositivos da defesa nacional”*. Fecha o documento conclamando a abstenção política: *“conservai-vos vivos e ativos, pacíficos e trabalhadores, ordeiros e vigilantes, calmos e despertos, para tudo das ao Brasil quando ele vos pedir”*.²¹²

O fato é que, junto aos demais condicionantes, a posição de Salgado freava mais do que incentivava a rearticulação do movimento, mesmo que esta se condicionasse a uma atuação pouco explícita e ligada a clubes e entidades educacionais, aparentemente sem grandes pretensões de poder. Perfazia-se, portanto, um ambiente totalmente desfavorável à reorganização do integralismo. Tendo a considerar que a posição de Plínio Salgado encontrou ressonância na grande maioria dos adeptos da doutrina, que atenderam ao chamado do chefe, senão colaborando com Vargas, pelo menos não agindo no sentido de criar-lhe empecilhos. No entanto, contraposições surgiram, e a por si só fundação dessas entidades, na capital federal (é bom que se reafirme palco do levante de maio), já sinalizava para um caminho diferente do proposto por Salgado. Se atentarmos para a movimentação integralista durante o Estado Novo verificaremos que,

²¹² Manifesto de Maio, Folha da Manhã, 16/05/1939 apud CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit., p. 462 a 465.

primeiramente nascem socorros mútuos, entre outras organizações de menor expressão, na seqüência são criadas entidades esportivas – como o Apollo Sport Club – e a partir de 1940 passa a funcionar a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, para mim a mais bem estruturada entidade atuante no período. Ou seja, numa linha evolutiva no que concerne a complexidade das entidades. Isto posto, cabe refletir de que maneira parte da militância, descontente com os rumos impostos por Salgado, viam a conjuntura.

Para determinados segmentos da militância do Rio de Janeiro o papel que o integralismo ainda poderia cumprir ultrapassava, muito, a proposta difundida por Plínio Salgado. As opções colocadas eram inúmeras, entretanto dois entendimentos se somaram para que estes direcionassem seus esforços na fundação de organizações diferenciadas do até então típico modelo fascista de intervenção (pautado no simbolismo e nas grandes mobilizações): o descontentamento com a proposta colaboracionista de Plínio Salgado e a convicção de que havia espaço, mesmo com toda a adversidade, para uma (comedida) intervenção na cena pública. Os aspectos dessa consciência se traduzem em duas situações características da sua prática nos citados espaços: a corrente vinculação ao integralismo seja através de frases, gestos e nas comemorações; e a estratégia de não enfrentamento, tomada por seus dirigentes como prioritária para a manutenção das organizações.

Na reunião da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa de 16 de janeiro de 1941 “o sargento da Polícia Militar de nome Leopoldino, informou, que, os integralistas, pretendem, no próximo dia 22, comemorar o aniversário de Plínio Salgado com a missa em ação de graças (na catedral) e uma festa na SDP Filhos de Talma”.²¹³ Noutra, realizada em abril, “Antônio Bretas fez a saudação integralista”.²¹⁴ Os relatos policiais parecem um bom começo para se constatar a pouca disposição da militância em não criar divergências entre os patriotas, como propunha Salgado no “Manifesto de Maio”. Que ganha maior consistência quando tomamos outro relato, este de uma festa preparada para a comemoração do aniversário do Imperador Pedro II, onde é declarado publicamente que, naquele momento, “também se estava prestando uma homenagem ao

²¹³ Dossiê 16/01/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²¹⁴ Dossiê 03/04/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Presidente Getúlio Vargas”, informação esta “*não muito bem recebida*”.²¹⁵ Nesse sentido, citamos outra reunião da mesma entidade:

Cruzadeiros! Acabamos de ouvir a palavra do cruzadeiro Jaime Ferreira e do acadêmico Emerson Parentes, sobre a vida do grande Alberto Santos Dumont, exemplo que nos anima a admirar esses pássaros metálicos! O companheiro falou em Icaro, que, colou ao corpo, de cera, as suas de penas, e, que, não ouviu os conselhos de seu pai, para não subir muito alto, porque, o calor do sol derreteria a cera. Icaro esqueceu os conselhos. **Estes mesmos conselhos não modificam o nosso pensamento integral com o frio ou com a alta temperatura, saímos mais integralistas de nossas concepções.**²¹⁶

Sem querer avançar pelo imprevisível terreno das ilações, o trecho acima se apresenta por demais dúbio. Fala de um pai que aparentemente deu um conselho desestimulante a seu filho, que não o acatou, em seguida o orador liga esta passagem ao momento experimentado pelo integralismo. Por sinal, muito próximo da situação de descontentamento que acima expomos. Estaciono nesse patamar, para que não avance baseado em suposições muito vagas. De toda forma, deixo consignado que duas situações ficam evidentes: o ambiente de desconfiança que pairava sobre tais reuniões e, principalmente, que o integralismo sempre esteve de alguma maneira no centro do debate.

Numa outra direção estava a preocupação em não ultrapassar os limites da discricção. Comedimento era a palavra chave para seus dirigentes nesse reinício de movimentação. Nesse sentido, salienta a informação policial que “*Raimundo Padilha aconselhou muita cautela com as manifestações extemporâneas e fora de propósitos*”.²¹⁷ Registrando as articulações da Cruzada, o investigador acredita que “*durante aquele mês*”, a entidade pretende “ *mascarar a sua verdadeira atividade, sob a forma de uma propaganda intensa de brasilidade, a qual deve coincidir com a reabertura do período de aulas*”.²¹⁸ Em mais um relato cita o policial que “*os atuais responsáveis pelo integralismo temem que a polícia efetue prisões durante as festas*”, devido ao comportamento pouco inteligente de certo número de companheiros, podendo “*por terra toda a obra que já edificaram*”. O Prof. Andrade – uma liderança do

²¹⁵ Dossiê 03/12/1940. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²¹⁶ Este trecho, segundo o investigador da DESPS, foi reproduzido na íntegra. Dossiê 24/07/1941. Pasta 7; Série: integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

²¹⁷ Dossiê 31/07/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²¹⁸ Dossiê 16/01/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

movimento – vai mais além, *“teme que o Cel. Cotta”* – naquele contexto presidente da Cruzada –, *“devido a sua maneira de falar, seja impedido de irradiar (pelo DIP), e, seja detido, si protestar contra essa deliberação”*.²¹⁹

Colocado dessa maneira cumpro meu objetivo de apontar como a prática dentro desses espaços reúne elementos que nos conduzem a afirmação de que o integralismo não só continuava vivo, como poderia impor-se, num futuro próximo, como ator de relevância na cena política. No que concerne a minha argumentação, procurei não ser prolixo, pois são inúmeras as situações em que se mostra nos eventos dessas entidades a total ligação com o integralismo e, ao mesmo tempo, em tantas outras se verifica a preocupação com a externalização desses sentimentos pró-integralistas, ou seja, o quanto dado posicionamento poderia prejudicar os “verdadeiros” objetivos (organizativos) da militância.

Por fim, a título de rememorar algumas de minhas reflexões retomo a questão precípua: que fatores teriam levado setores do movimento a fundar organizações nos moldes do Apollo Sport Club e da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa? De fato, a conjuntura dos primeiros anos do Estado Novo exerceu influência capital na maneira como se reconfigurou o movimento no novo regime. Em se tratando desta, concluí – após sintética exposição – que o período se fazia desfavorável para qualquer tipo de entidade que vislumbresse a reorganização do movimento, mesmo que nos tímidos marcos impressos nos primeiros eventos. Para isso, elenquei quatro fatores que sintetizavam esse contexto, digamos, inóspito: a assimilação de ordem natural de parte significativa dos integralistas pelo Estado Novo; a assimilação induzida pelo governo através do amplo investimento propagandístico; a repressão e suas conseqüências para a reorganização; e por último a posição colaboracionista de Plínio Salgado. Entretanto, a constatação de dada conjuntura, por mais que necessária, não resolvia a questão, mesmo porque outras possibilidades estavam colocadas. Em vista disso, nos empenhei-me em avaliar como tais setores percebiam a conjuntura. Então, a partir da atuação militante em reuniões e eventos em geral concluo que também os integralistas, notando as dificuldades, entendiam que o contexto era nitidamente desfavorável, e que por isso era necessária toda cautela. Não se deveria partir para um enfrentamento direto e explícito, por mais que em alguns momentos este fosse inevitável. Deveria se aproveitar as

²¹⁹ Dossiê 30/05/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

brechas surgidas, entre elas: a própria diminuição da repressão; e fundamentalmente a lei que dispunha sobre o fim dos partidos, que no seu artigo 4º declarava: “*Aos partidos políticos compreendidos no art. 1º é permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que o não façam com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos*”.²²⁰ O tipo específico de estruturação e o modelo comedido de atuação dessas entidades são explicados a partir desses condicionantes, que ganham forma mais consistente com a convicção compartilhada de que havia espaço para o integralismo na política brasileira, para além do sentido colaborador apontado por Plínio Salgado.

2.3 – Em defesa do Integralismo

A história do fascismo no Brasil não se encerra na Ação Integralista Brasileira, porém dela não pode separar-se. É extensa a literatura que a considera – diga-se de passagem, com elementos de sobra – o mais atuante movimento fascista do Brasil, e quiçá da América Latina. Por isso que interar-se das suas formas de estruturação como movimento de massas é ao mesmo tempo enriquecer nossa compreensão sobre o fenômeno fascista. No entanto, não faltam publicações, algumas delas inclusive já fartamente citadas que, dentre outros objetivos, se imbuíram de apresentar a dinâmica interna da AIB, bem como sua ideologia e componentes como exemplos cabais de um projeto fascista. Em Héglio Trindade a natureza fascista do integralismo se atesta a partir dos seguintes elementos: “*o integralismo seria um movimento fascista em função da composição social dos seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional*”.²²¹ Retomo o estudioso dos fascismos para fixar minha linha de ação. Cita o autor que “*embora o estudo da ideologia fascista auxilie na elucidação do princípio e do fim, ele é bem menos útil quando se trata de entender as fases médias do ciclo fascista*”. Sua preocupação estaria no fascismo enquanto agente político com vistas a disputar, conquistar e exercer o poder, em suma, o que, como ator político, veio a significar? A amplitude de tal proposta investigativa aparece em compasso com uma indicação de cunho

²²⁰ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)* op. cit., p. 27.

²²¹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 218.

metodológico, que compactuando, reproduzo: “*a procura pela definição perfeita, reduzindo o fascismo a uma sentença cada vez mais precisa, parece calar as perguntas sobre sua origem e trajetória de desenvolvimento*”²²²

Nessa terceira parte o texto objetivamente tratará da gestação de um projeto de poder paralelo ao hegemônico em curso. Este não significou, e nem poderia significar considerando seus idealizadores, um projeto contra-hegemônico²²³, mas, sem dúvida, garantia uma alternativa para os adeptos do movimento não contemplados com o Estado Novo. Dado projeto passou a ser desenvolvido no interior de inúmeras entidades fundadas após o fracasso da tentativa de golpe em maio de 1938. Em vista disso, pensando a AIB como a entidade fascista de maior expressividade no Brasil, quando me proponho a refletir sobre a ação dos “camisas verdes” durante o Estado Novo, creio estar contribuindo para compreender o fascismo enquanto fenômeno político.

2.3.1 – Entidades Auxílio e o retorno dos integralistas a cena pública no Estado Novo

Os meses finais de 1939 correspondem no âmbito internacional ao início da Segunda Guerra Mundial, o que para os fins desse texto não pode ser desconsiderado. A até o momento avassaladora vitória nazista na Europa continental levantava interrogações sobre o futuro da política internacional. No Brasil a posição oficial do governo era não declarar apoio para nenhum dos dois lados. Por isso não eram desprezíveis as chances de se avançar em acordos com a Alemanha nazista, inclusive revendo a posição do governo em relação ao fascismo no Brasil. Por certo, a delineada conjuntura surtiu efeito nas relações entre integralistas e governo.²²⁴ Internamente o período é marcado pelo arrefecimento da repressão aos integralistas, que em intensidade menor continuariam a ser investigados, porém já se veriam em melhores condições de

²²² PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do Fascismo* op. cit., p. 36.

²²³ Tomando-se hegemonia na forma apresentada por Antônio Gramsci, ou seja, “*algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer*”. GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p. 3. o contra-hegemônico se qualifica como um movimento político (em sentido amplo) que se contrapõe a essa realidade, atuante, em boa parte das vezes, no interior de uma situação hegemônica, e ganhando maior visibilidade nas crises de hegemonia.

²²⁴ GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas, influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

se organizarem. Ambos os fatores, pelo menos, em parte, nos ajudam a compreender a fundação, por exemplo, do *Apollo Sport Clube*, que nasce com uma estrutura muito precária, ocupando apenas um andar de um edifício na Rua do Propósito nº 20, no centro do Rio de Janeiro, mantendo, por isso, seus eventos de maior expressão em outros espaços. Em verdade, mesmo em plena atividade, o clube não chegou a possuir um espaço fixo, sendo obrigado a mudar sua sede diversas vezes por causa do temor dos proprietários desses imóveis da ação da Polícia Política.

A pouca expressividade de seus eventos se manifesta na proporção de registros policiais dos seus dois primeiros anos de atividade. São raros os dossiês investigativos datados nos anos de 1939 e 1940. Porém, em 1941, estes passam a ser mais frequentes, ganhando substantivo incremento nos seus meses finais, quando do fechamento da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, outra atuante organização integralista do período. Em geral, os registros policiais se concentram quase sempre no relato de reuniões e conferências, como a que deveria ser “*pronunciada pelo Padre Elpidio Cotias sob o tema ‘Presépio e Calvário’*”.²²⁵

Tudo leva a crer que a investigação policial até 1940 se dedicava substancialmente a entidades de socorro mútuo, já atuantes, logo após as primeiras prisões advindas da tentativa de golpe de maio de 1938. Num dado dossiê de outubro de 1939 o investigador relata como operava o *Socorro Verde*, entidade fundada na intenção de auxiliar integralistas detidos. Segundo o policial, “*todas as importâncias apuradas com a venda dos ‘tickets’ são entregues a Sr^a Hilda Ribeiro, a Rua Sete de Setembro, 84, 2º andar, que em troca fornece os referidos talões*”. Informa ainda, que “*a escritora Rosalina Coelho Lisboa também está envolvida na arrecadação de donativos*” e acusa o “*Sr. Luis Brizola*” de ser “*um dos principais elementos*” da citada entidade.²²⁶ Segundo as investigações, o Socorro Verde contava inclusive com uma sede na Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro), onde também funcionava uma sucursal da revista *Caderno da Hora Presente*, responsável por publicações de caráter integralista “*como o ‘Poema da*

²²⁵ Dossiê 23/12/1940. Pasta 8; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²²⁶ Dossiê 11/10/1939. Pasta 6; “Socorro Verde”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Fortaleza de Santa Cruz e a propaganda do livro *'A vida de Jesus'*", ambos de Plínio Salgado.²²⁷

A utilização do mesmo espaço por mais de uma entidade será uma das marcas da movimentação dos integralistas nesse contexto, posto que havia um clima de instabilidade motivado pela sempre presente possibilidade de fechamento da entidade. Atentos a estes percalços, a militância integralista da capital, conscientemente, apostava em mais de um espaço de atuação. Por conta disso é que podemos explicar a existência de outras duas organizações atuantes no auxílio a integralistas. São elas: a *Associação Feminina de Encarcerados* e a *Associação de Famílias Empobrecidas*. Ambas também estiveram sob o olhar atento da polícia.

Conta o investigador em seu relatório que *"senhoras e senhoritas pertencentes a organização AFÉ (Associação Feminina de Encarcerados), reúnem-se, em dias indeterminados"*. Sua função é *"obter donativos e passar bilhetes de benefício, para festas e instituições de caridade, escolares e desportivas, revertendo (...) uma porcentagem de 20 a 40%"* para outros fins. O próprio Ministério da Justiça contribuiu com a associação, que a princípio fora criada para indistintamente *"dar auxílio material e espiritual a família do encarcerado"*, mas que na prática auxiliava somente *"os presos integralistas e suas famílias"*.²²⁸ Provavelmente a fundação da AFÉ foi a solução encontrada pela direção do movimento no Rio de Janeiro para que os integralistas obtivessem acesso ao financiamento público e com isso pudessem auxiliar um número máximo de próceres, isto tudo da forma mais discreta possível. No entanto, não posso desconsiderar a conivência do governo no referente à ação da AFÉ, principalmente após a constatação da Polícia Política de que agia pautada nos interesses do partido acusado de "subversão".

Entretanto, além de ter exercido um papel crucial para o movimento, o Socorro Verde foi mais perene do que as demais "entidades auxílio". As principais formas de financiamento eram *"tombolas, sorteios, rifas, convites e entradas para festas"*.²²⁹ O Clube Guanabara sediou boa parte dos eventos, que para além do primeiro objetivo,

²²⁷ Dossiê 05/11/1939. Pasta 6; "Socorro Verde"; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²²⁸ Dossiê 05/11/1940. Pasta 6; "Socorro Verde"; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²²⁹ Dossiê 29/04/1941. Pasta 6; "Socorro Verde"; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

ainda criava uma oportunidade de encontro e planejamento de ações coordenadas dos integralistas no Rio de Janeiro. Já em 1941, em contínua aceleração organizativa do movimento, realiza-se nesta entidade desportiva “*uma festa, promovida pela AFE (Auxílio as Famílias Empobrecidas) a qual, estiveram presentes mais de 600 pessoas*”. Marcada pela presença das lideranças integralistas da capital como Raimundo Padilha, Jaime Ferreira da Silva, Dr. Eduardo Pacheco Andrade e outros, a festa, como de praxe, serviu para tratar da “*situação financeira da AFÉ*”. Segundo os investigadores da polícia, “*Brizola (Jorge Pinheiro Brizola), referindo-se ainda a AFÉ, declarou, que, esta associação, no ano passado, conseguiu arrecadar quase 750 contos, e, que, este ano devido a liberdade que a polícia está dando deverá conseguir importância superior*”.²³⁰ Informação que comprova que o movimento continuava, naquele momento, em plena ascensão. A venda de retratos ou algo de valor sentimental que lembrasse o chefe também era comum.²³¹ A própria Maria Amélia Salgado, filha de Plínio Salgado, participou da campanha do “Socorro Verde” reproduzindo fotografias do chefe, posteriormente vendidas.²³²

No entanto, em algum momento que não consigo precisar ao certo, os donativos deixam de ser repassados para os presos e passam a ter como destino Plínio Salgado. Fato que me coloca algumas questões que, considerando a documentação observada, não consigo, a princípio, responder: o que teria desviado essas divisas do seu destino original? Teriam sido as dificuldades financeiras de Salgado? O que tenho absoluta certeza é que muitos integralistas continuaram detidos após o desvio e seguido encerramento das atividades do “Socorro Verde”, não justificando desse modo sua desmobilização.

Mesmo não podendo ser consideradas como reprodutoras do projeto integralista, as “entidades auxílio” elencadas cumpriram um papel relevante num contexto de total desarticulação do movimento. Noutro aspecto, pode-se dizer que estas fundaram as bases para reorganização do movimento em entidades com estratégias que ultrapassavam em muito o simples socorro a integralistas debilitados. A ação das

²³⁰ Dossiê 14/06/1941. Pasta 6; “Socorro Verde”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²³¹ Dossiê 10/07/1940. Pasta 6; “Socorro Verde”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²³² Dossiê 15/07/1940. Pasta 6; “Socorro Verde”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

entidades auxílio poderíamos concluir, constituiu-se como a primeira fase da reorganização do movimento no pós-maio de 1938.

Nesse mesmo contexto, as investigações policiais constataam o aparecimento de outras entidades majoritariamente freqüentadas por integralistas. É o caso, por exemplo, da publicação *Cadernos da Hora Presente*, onde pelo menos dois terços dos envolvidos, “já estavam fichados” na polícia, “tendo alguns deles, ocupado cargos de destaque na extinta AIB”.²³³ Também segundo a polícia a publicação, editada em São Paulo, já teria na capital federal oitocentos assinantes, e “o dinheiro obtido com a venda desses livros (os “Cadernos” e a “Vida de Jesus”, o último tendo Plínio Salgado como autor), por intermédio do Sr. Ruy Arruda, é enviado ao Sr. Plínio Salgado”.²³⁴ Ambas as publicações aparecem inseridas na tentativa “de obter fundos para socorrer as famílias de integralistas presos”. O mais relevante em minha concepção é a afirmativa do investigador de ser os *Cadernos* “editado com autorização das autoridades”, mesmo contando com “versos, contos e editoriais, etc..., muitos dos quais escritos pelo Sr. Plínio Salgado”. O que aponta para certa complacência do governo em relação a setores da intelectualidade integralista, mesmo estando estes num evolutivo processo de reorganização. Interessante também é a forma como era distribuída a dita revista, sempre anexada “a uma carta com instruções e assinada do próprio punho de Plínio Salgado (...) e a um pequeno boletim de propaganda”.²³⁵ Compiladas tais fontes, os *Cadernos da Hora Presente*, se mostram como um esforço intelectual de setores do integralismo, que preocupados com a dispersão de seus componentes, buscavam garantir, através de publicações específicas e restritas a determinados círculos, uma linha de ação conjunta frente às dificuldades de organização, setores esses, tomando a própria rede de contatos, ainda muito próximos a Salgado.

Noutro pólo, outra entidade de perfil oposto aos *Cadernos* se articulava. Em reunião acompanhada pela polícia, Edgard Lisbôa Lemos declarou aos presentes que “tinha como objetivo organizar uma legião de integralistas, destinada a punir pessoas,

²³³ Dossiê 09/03/1940. Pasta 8; “Cadernos da Hora Presente”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²³⁴ Dossiê 08/02/1940. Pasta 8; “Cadernos da Hora Presente”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²³⁵ Dossiê 01/05/1940. Pasta 8; “Cadernos da Hora Presente”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

que, de alguma forma, insultassem o integralismo ou seus adeptos”. Esta denominar-se-ia *Flexas Verdes* e seria composta de “12 companheiros (...) e que, por meio de sorteio, serão indicados para aplicar castigos (surras, assassinatos, etc...) aos inimigos da doutrina verde”.²³⁶ A organização contaria com a presença de José Queiroz Muniz²³⁷, figura que desenvolvia intensa atividade pró-movimento na capital federal, e com a anuência de Raimundo Barbosa Lima²³⁸, exilado no Uruguai, e componente de um dos mais aguerridos setores de oposição a Vargas dentro do integralismo. No entanto, o *grupo de combate* ficou apenas na esfera das intenções, como bem demonstra um dossiê de dezembro do mesmo ano, pois os “organizadores (...) resolveram dissolvê-la” frente a “campanha movida” por alguns órgãos de imprensa.²³⁹ Os *Flexas Verdes*, em verdade, são o resultado das tensões, ainda muito latentes em 1940, envolvendo integralistas e seus inimigos (comunistas, liberais e nesse momento o próprio governo), e o fato deles não terem tido sucesso na sua articulação não diminui a presença da utilização da violência como forma de ação política comum em projetos fascistas de tomada de poder. Porém os diferencia das ambições, de cunho mais ideológico, expostas nos *Cadernos da Hora Presente*.

O negativo para o movimento é que, com este fato, os integralistas retornavam às páginas dos jornais como promotores de atos de violência, justamente num momento onde se buscava recuperar o espaço perdido na cena pública após maio de 1938. Por esse prisma, é possível explicar o porquê da falta de apoio dos próprios “companheiros” para proposta que, como assinali, foi prontamente abortada. Estava cada vez mais claro a militância da capital federal que a violência causava mais ônus do que acrescentava à organização do integralismo. Sendo assim, o que se constituirá como prática mais comum será a organização de eventos de caráter público, a princípio se desviando da temática política nacional, e quase sempre colocando os integralistas em contato com setores conservadores não integralistas. É o que observamos no relato policial da

²³⁶ Dossiê 09/12/1940. Pasta 8; “Cadernos da Hora Presente”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²³⁷ Contra este será instaurado um inquérito por emitir expressões integralistas no enterro de Alcides Cardoso Guimarães. Notação: 83; Série: Dôssies; Fundo: DESPS; APERJ.

²³⁸ Chefe provincial da Guanabara, militante de participação ativa na tentativa de golpe em maio de 1938.

²³⁹ Dossiê 16/12/1940. Pasta 8; “Cadernos da Hora Presente”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

conferência do integralista Zolachio Diniz, patrocinada pelo *Grêmio Literário Farias Brito*. Após “pedir desculpa pelo atraso, e dizendo, que, havia chegado àquela hora, porque, era um disciplinado soldado de Deus, da Pátria e da Família”, palavras frisadas pelo investigador, “fez uma análise retrospectiva de sua vida materialista, declarando que, apesar de ser católico-romano de origem, sempre foi anti-clerical e, que, hoje, como cristão espírita, pode compreender o significado da palavra Fé”.²⁴⁰ O contato com esses setores não integralistas, neste caso de fé espírita, de forma alguma inibiu Zolachio Diniz de marcar posição reproduzindo, propositadamente, palavras que o relacionasse ao integralismo, muito comum em eventos organizados por integralistas.

Outro aspecto marcante da intervenção dos integralistas no Rio de Janeiro foram as festas de cunho beneficente, da maneira como expomos anteriormente. Além de clubes como o *Guanabara*, os relatórios policiais acusam eventos do mesmo naipe em instituições educacionais como os colégios *Andrade* e *Paulo de Frotin*. Comuns serão, também, as festas que cumpriam a função apenas de reforçar laços comunitários, como a “Noite do Riso”, organizada pelo humorista Renato Rocha no Penha Club que, de acordo com a polícia, contou com considerável presença de integralistas.

A descrição dessas festividades, das entidades de auxílio, dos grupos de assalto e demais meios de intervenção de “camisas verdes” ajudam a apreender os parâmetros da rearticulação integralista, ativa na construção de “simples” redes de solidariedade, que não primordialmente atuavam como local de ação política *stricto sensu*. Num momento de total dispersão, a integração, o contato, a manutenção das relações de amizade conformavam-se como fundamentais para o movimento, e os dirigentes dessas organizações tinham consciência disso, por isso, de maneira nada aleatória, havia todo um investimento maciço em eventos, ao olhar dos menos atentos, despreziosos. O integralismo, após um processo de ininterrupta ascendência desde sua fundação, voltava a um estágio anterior a da formação doutrinária, ou seja, a etapa onde se buscava meramente garantir reuniões de pessoas simpáticas a valores como disciplina, ordem, nacionalismo e hierarquia – integralistas preferencialmente – que malgrado a corrente ação policial, se dispusessem a participar de novas formas de ação política em meio à conjuntura ditatorial. Nesse sentido, o fortalecimento do *Apollo Sport Club* justifica-se

²⁴⁰ Dossiê 16/12/1940. Pasta 23; “Grêmio Literário Farias Brito”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

quando a partir de certo momento passou a amadurecer a idéia de centralizar as ações num clube controlado e freqüentado majoritariamente por integralistas.

O retorno dos integralistas à cena pública se mostrava uma tarefa que demandava acuidade de exímios estrategistas políticos, posto que um passo em falso poderia acabar significando o retorno à clandestinidade. Frente a isso, as dificuldades a serem superadas eram ainda muito próximas daquelas vivenciadas ao final de 1938. A primeira delas era a incessante ação policial que, apesar de não agir com a mesma voracidade vista contra comunistas, não poupou esforços para denunciar a seus superiores as manobras integralistas no Rio de Janeiro.²⁴¹ As intimidações, pedidos de retratação, os constantes e necessários requerimentos para funcionamento e o convívio com investigadores contribuía em alto grau para a dificuldade em organizar os eventos. Somando-se a isso estava o ataque ideológico (acusação de extremismo de direita e fascismo) no qual o integralismo continuava sendo alvo, sempre acompanhado, nesse momento, de um particular investimento na tentativa de convencer setores do movimento a aderir ao Estado Novo: o caminho natural para os “verdadeiros” nacionalistas. O exílio de Plínio Salgado, primeiramente pautado na omissão frente à proposta de reorganização da doutrina, evoluindo posteriormente para o colaboracionismo com o governo, completava o quadro de dificuldades enfrentadas nesse primeiro surto organizativo dos anos de 1939 e 1940.

2.3.2 – Apollo Sport Club e Cruzada Juvenil da Boa Imprensa como “redes de solidariedade”

Um fator que caracteriza o fascismo brasileiro é a sua estrutura para-estatal. Passado aproximadamente dois anos de sua fundação, no Congresso Integralista de Vitória se estabelece a estrutura organizacional da AIB, complementada *a posteriori* no Congresso de Petrópolis em 1936. Nestes é moldada toda uma complexa estrutura que comportava tanto órgãos executivos como os Departamentos de Finança, Propaganda e Doutrina, entre outros, quanto organismos consultivos como o Conselho Nacional, a Câmara dos Quarenta e a Câmara dos Quatrocentos, todos controlados por Plínio Salgado. O emaranhado de departamentos, secretarias, órgãos provinciais criados e em

²⁴¹ São inúmeros os relatórios policiais, em todos os níveis (delegados e investigadores), que tratam das articulações integralistas, parte deles utilizou-se na composição da narrativa desse capítulo, outra parte, lançaremos mão quando estivermos tratando das disputas políticas que envolveram governo e “camisas verdes”.

outras situações desmobilizados atestam que a doutrina passava por um processo de estruturação. Por exemplo, “o Conselho Técnico Nacional substitui o antigo Estado Maior, mas as atribuições dos quatro setores permanecem as mesmas das seções”.²⁴² Em vista disso, com frequência, muitas dessas iniciativas não tiveram prosseguimento, ficando somente no campo das propostas, o que efetivamente não desmerece a complexidade do projeto de sociedade em curso: testava-se na organização interna da doutrina os mecanismos de poder que seriam postos em prática logo que conseguida a tomada do Estado.

Um dos órgãos que mais se destacou por sua atividade foi a Secretaria de Educação, principalmente após ter herdado do Departamento de Milícias a função de organizar a juventude integralista. Os Plinianos, como eram chamados, tiveram núcleos espalhados em todo o Brasil, a sua constituição se apresenta como um dos elementos do que Trindade definiu como *socialização ideológica*, ou seja:

(...) mecanismos e atividades destinadas à transmissão de valores, símbolos e estilos de comportamento compatíveis com a concepção de sociedade e Estado integralistas. Estes agentes de socialização ideológica articulam-se entre si para assegurar o aprendizado político-ideológico dos militantes, desde o nascimento do futuro integralista até a idade adulta, através de um complexo de rituais e instrumentos de formação intelectual, moral, cívica e física.²⁴³

Tomando meu objetivo, a *socialização ideológica* aparece como mais um elemento que delimita a prática militante do integralismo. Poderá se elencar inúmeras formas de *socialização* do aderente como: palestras, desfiles, confraternizações, eventos (batizados, casamentos, formaturas) e rituais dos mais diversos – entre os quais, a saudação “Anauê” – realizados em escolas, hospitais, na sede do núcleo da cidade ou da região. Meu entendimento é que os “agentes socializadores” poderiam até cumprir a longo prazo, com bastante êxito, a função de “transmitir valores, símbolos e estilos de comportamento compatíveis com a concepção de sociedade e Estado integralistas”, como descrito por Trindade. Porém, no plano imediato, em verdade, alguns desses agentes se firmaram, com eficácia, no papel de construir “redes de solidariedade”, por disponibilizar aos simpatizantes e recém adeptos da doutrina serviços como saúde, educação formal, cursos de alfabetização, lactários, entre outros.²⁴⁴ A inserção desses

²⁴² TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 180.

²⁴³ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 188.

²⁴⁴ TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* op. cit., p. 187.

agentes na sociedade como um todo se expressa nos seguintes dados: a AIB mantém “mais de 3.000 escolas de alfabetização, mais de 1.000 ambulatórios médicos, centenas de lactários, numerosos gabinetes dentários e farmácias, centenas de campos de esporte, centenas de bibliotecas”.²⁴⁵ Essas atividades de integração permeavam cotidianamente a vida do militante da AIB. Reportando-se ao caso gaúcho Fausto Irschlinger afirma: “os integralistas formaram times de futebol, um grupo de capoeira, uma equipe de cavalaria, grupos de xadrez, damas, dominó e pingue pongue (...) constituíram a orquestra integralistas, promoveram lutas de boxe”.²⁴⁶ Por certo, nesses espaços relações de amizade, de afetuosidade em geral, se formaram, e, com certeza, foram decisivas para o crescimento da doutrina, principalmente nas cidades do interior.

Este último ponto, muitas das vezes tomado como secundário, chamou minha atenção justamente quando passei a contactar as práticas integradoras, e a sua importância, para os integralistas atuantes na capital durante o Estado Novo.

Em seguida terei a oportunidade de demonstrar que uma linha de continuidade evidencia-se entre a prática militante integralista na AIB e as práticas da militância atuante na conjuntura do Estado Novo. A estruturação de entidades como a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa* e o *Apollo Sport Club*, guardadas as devidas proporções, as identifica por consequência ao modelo de atuação imprimido pelo Partido Integralista, em sua fase legal. Como verificamos, a conjuntura ditatorial criara um ambiente de atuação diferente do vivenciado no período constitucional. No entanto, o chamado pensamento integral, ou seja, o corpo doutrinário (em formação) difundido por iniciativa de seus intelectuais, bem como as práticas e experiências vividas no seio da doutrina, continuavam a ser o norte estratégico da ação da militância alocada nesses espaços. O jogo político se modificava, contudo, a estratégia, a visão de mundo, os valores, numa palavra, o projeto, permanecia o mesmo.

²⁴⁵ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa* op. cit., p. 119. Muito provavelmente os dados apresentados estão superdimensionados, porém mesmo se considerarmos um quarto desses números, este já seria por demais significativos.

²⁴⁶ IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo Verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001, P. 108 apud CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa* op. cit., p. 122.

Vencidas as primeiras dificuldades, a própria fundação das organizações já se constituía como um avanço importante para o movimento. No entanto, na medida em que a conjuntura possibilitava um volume maior de contatos, os reflexos eram percebidos diretamente na organização das entidades e na dimensão dos eventos. Dessa forma, o *Apollo Sport Club* (1939) e a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa* (1940) constituíram-se como os principais investimentos políticos da militância integralista do Rio de Janeiro. Atestamos este fato baseado em três condicionantes principais: pela perenidade de suas atividades durante o Estado Novo, por sua penetração na militância e pela amplitude de seus eventos. Como venho afirmando, é lá pelos últimos meses de 1940 que os integralistas, recentemente rearticulados, se julgaram aptos a enfrentar a difícil tarefa de reafirmação do integralismo como projeto. Não por acaso, em outubro deste ano é que se funda a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa* entidade cujas ações estavam voltadas, prioritariamente, para disputa político-ideológica. Desse período em diante, *Cruzada* e *Apollo* cumprirão a seguinte missão: garantir a formação de uma ampla rede de contatos para o movimento na capital federal, aproximando antigos militantes e simpatizantes. É procurando identificar as estratégias de ambas as entidades, bem como sua importância para o movimento, que concluirei esse tópico.

O *Apollo*, como já apontei, teve como primeira sede a Rua do Propósito nº 20 (Bairro da Saúde). No entanto, a dinâmica da luta política fez com que o clube se visse obrigado a ter que constituir sede em outros dois endereços: Rua dos Inválidos nº 5 e Rua do Lavradio s/n. Essa instabilidade se mostra presente também na composição de sua diretoria, que ao longo dos anos contou com diversos dirigentes, dos quais podemos destacar: Jader Araújo de Medeiros, Alpiniano Gomes de Araújo, Felix Henrique Penciará, Júlio Pinheiro e Manuel de Souza Camargo. Destes, cabe ainda um destaque especial a figura de Jader Medeiros Araújo que, pela ativa movimentação, confirmou-se como o principal dirigente do *Apollo*, até ser destituído, segundo informações do dossiê policial de 16/09/1942.²⁴⁷ A princípio, a destituição de Jader Araújo da condição de presidente teria ocorrido devido questões pessoais, especificamente pelo fato de ser amante da associada Clélia Viana, o que o indispsôs com parte dos associados, que entenderam que este agia “*em desacordo com a orientação moral e integralista do*

²⁴⁷ Dossiê 16/09/1942. Pasta 8; “*Apollo Sport Club*”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Apollo".²⁴⁸ Situação que, de minha parte, levanta uma série de interrogações. Um ponto significativo da biografia do principal articulador do *Apollo* é o processo movido contra este no Tribunal de Segurança Nacional em abril de 1939, que o acusava de distribuir boletins subversivos junto a outros dois integralistas Serafim Lacerda e Luiz Gonzaga Marques, também indiciados. O resultado do processo acabou sendo a absolvição de Jader Araújo e a condenação dos dois outros envolvidos no caso. Tendo a considerar que ambos os fatos, a saída de Jader Medeiros da presidência do clube e sua estranha absolvição, estejam interligados, podendo ser explicados a partir da apreensão das concepções políticas, pró-Plínio Salgado do “camisa-verde”. Tratarei desses episódios nos capítulos posteriores. Por ora interessa evidenciar que Jader Araújo em conjunto com outros “companheiros”, objetivando organizar parte dos integralistas da capital, fundou uma entidade de fim aparentemente esportivo, que contava, segundo os estatutos aprovados em Assembléia geral em 27 de Junho de 1941, com uma “Caixa de Auxílios Mútuos” bastante atrativa para integralistas, na instável conjuntura dos anos 1940.

A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, que inicia suas atividades em setembro de 1940, apesar de cumprir no organograma integralista uma função diferente da projetada para o *Apollo*, em algumas situações, como terei a oportunidade de apresentar, atuou paralelamente no sentido de reconstruir uma rede de contatos entre os integralistas da capital. A CJBI teve como primeiro endereço à Rua do Ouvidor nº 27, no centro do Rio de Janeiro, local onde já funcionava a revista infantil *Rataplán*, mais tarde a *Cruzada* irá constituir sede própria na Rua do Rosário nº 55 a. A diretoria da CJBI contava na sua fundação com a seguinte composição: Presidente – Julio Cezar de Melo e Souza; Primeiro Vice-presidente – Dr. Mauricio Limbo de Abreu; Segundo Vice-presidente – Cel. Dr. Sebastião Fontes; entre outros. No entanto, apesar de não aparecer na listagem oficial, seu principal articulador acabou sendo o Capitão reformado do Exército Jaime Ferreira da Silva. “Ceguinho”, como era “carinhosamente” chamado pelos companheiros, anterior à fundação da *Cruzada*, já dirigia o programa radiofônico *Rataplán em Revista*, irradiado todas as quintas-feiras na emissora Guanabara²⁴⁹, logo que a revista, estreante em 1939 – especializada em literatura infantil, e também organizada

²⁴⁸ Dossiê 16/09/1942. Pasta 8; “*Apollo Sport Club*”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁴⁹ Dossiê 04/10/1940. Pasta 8; “*Apollo Sport Club*”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

por integralistas – passou a divulgar seu projeto educacional pelo rádio. Jaime Ferreira da Silva, segundo os relatórios da Polícia Política, era membro da AIB, onde atuou especialmente no Jornal “A Offensiva”²⁵⁰. Em pesquisa realizada nas listas de componentes tanto das Câmaras dos Quarenta e Quatrocentos, quanto na listagem de dirigentes regionais e de núcleos da Guanabara e do Distrito Federal seu nome não está presente, o que não o coloca entre os integralistas mais graduados, pelo menos no período de funcionamento da Ação Integralista. Parece ser justamente durante o Estado Novo que Jaime da Silva começará a ganhar status no seio do movimento, chegando, inclusive, a ser o único vereador integralista eleito para a Câmara do Distrito Federal em 1946.

A denominação das entidades já de alguma maneira delimita os objetivos implícitos a sua fundação. Enquanto o *Apollo* era projetado como clube, espaço de confraternização, de amenidades e da prática esportiva, a *Cruzada*, para além do sentido religioso, mais precisamente de luta e disputa entre bem e o mal que o termo comporta, era ainda *Juvenil*, ou seja, procurava inserir-se nos debates sobre conteúdos escolares (ideologia), e da *Imprensa*. O somatório de significados a relaciona ao campo da literatura infantil. Campo que já era preenchido desde 1939 pela revista *Ra-ta-plan* também fundada por integralistas, e que será igualmente alvo de nossas reflexões. Certo é que, malgrado as intenções político-organizativas do integralismo no Distrito Federal, havia entre os sócios da *Cruzada* todo um interesse em relação à educação infanto-juvenil, pois como afirmava o Gal. Pedro Cavalcanti, sócio benemérito da CJBI, “*as leituras que ora estão sendo apresentadas aos menores pelos suplementos dos nossos jornais e outras revistas atuais, deseducam em vez de educar as crianças*”.²⁵¹

Na minha opinião os objetivos do *Apollo* eram de outra natureza, ao que parece, menos comprometido com o debate político. O que não diminui sua importância para a organização do movimento. Atentemos para essa situação: “*O Colégio Andrade está preparando a mocidade, que, levará avante, o ideal da nossa geração adulta interrompida pelos inimigos da pátria*”, discursava Aristóteles Cunha. Com a formatura naturalmente chegava-se aos pais dos alunos que compunham a platéia, pois estes já

²⁵⁰ CARVALHO, José Batista de. Apresentação. In: *A Verdade sobre o Integralismo*. Edições GRD, São Paulo, 1996, p. 9.

²⁵¹ Dossiê 02/12/1940. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

convencidos de que a melhor educação para seus filhos estaria sintetizada em valores como a disciplina, hierarquia e a moral cristã, valores esses pregados pela entidade educacional. Que orgulhosos ficaram quando por volta das “15:40 hs chegaram ao referido clube, dois pelotões de alunos e alunas (...) trajando calças, saias e casquetes verdes, comandados por dois sargentos (um músico e outro de infantaria)”.²⁵² Note-se que, ao emprestar sua sede para a realização da festa de entrega de diplomas do *Colégio Andrade*, se configurava no clube todo um ambiente para exposição de idéias. Em março, ocorre outra festa na sede do clube, entre as apresentações, verifica-se a “representação de uma peça, pelos alunos do Colégio Andrade”.²⁵³ A capilaridade dos eventos aqui ligeiramente mostrados não permite que tratemos a ação do clube como irrelevante para os objetivos das lideranças integralistas, principalmente considerando-se a conjuntura desfavorável de 1941. No *Colégio Andrade* e também no *Apollo* o risco que se poderia correr com a entrada de elementos “não iniciados” era visto como desnecessário. Esta preocupação das lideranças de ambas as entidades aparece exposta em alguns relatos policiais. Nesse sentido, conscientes desse fato, fez parte da estratégia de ambos os dirigentes criar *redes de solidariedade*, pensadas, a princípio, para um público restrito.

Todavia, a ação do clube não se restringia a organização de festividades, por mais que esse fato já se constituísse como uma contribuição impar na rearticulação do movimento. Os estatutos aprovados em junho de 1941 reproduzem satisfatoriamente a ambição de seus dirigentes. A título de exemplo, destacarei os três trechos mais substanciais do capítulo XIII, que trata da “Caixa de Auxílios Mútuos”. O primeiro ponto apresenta como finalidade “auxiliar pecuniariamente os seus associados, quando impossibilitados de trabalhar por motivo de moléstia ou **quando privados de sua liberdade** por motivos que não os desabonem”; a terceira finalidade consistiria em “prestar assistência médica e **judiciária** aos associados, por intermédio do Serviço Médico e Judiciário do *Apollo*”; e a quarta “criar e manter uma escola para os associados e pessoas de suas famílias inscritas na caixa”.²⁵⁴ De início, neles, é latente a preocupação com os órgãos repressores do Estado Novo. Mas, para além disso, a

²⁵² Dossiê 20/01/1941. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁵³ Dossiê 10/03/1941. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁵⁴ Estatutos do Apollo Sport Club. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (grifos do autor)

própria idéia de mutabilidade pressupõe a tentativa de construção de uma *rede de contatos*, da maneira como propus, quase sempre se confundindo com uma rede ativa de solidariedade. Não tenho fontes para afirmar se o auxílio judiciário realmente efetuou-se. Porém, o olhar atento para os eventos do Apollo atestam o cumprimento de parte de seu programa. Na ata da reunião, realizada em 20 de agosto de 1941, na sede do clube, consta que “foi entregue ao menor, paralitico, Jorge Soares, um par de muletas, oferecido pela Caixa de Auxílios Mútuos do Apollo”, fruto do sucesso de uma campanha beneficente promovida pelo clube. Aproveitando a assistência, Júlio Pinheiro, membro da diretoria do clube, “em breves palavras” expôs “que, o exemplo ali estava patenteado, e que os portadores de defeitos físicos teriam um bálsamo amenizador de seus sofrimentos”, mas, sobretudo, “os fracos de espírito de brasilidade encontrariam no Apollo S. C. e nas pessoas de seus dirigentes, uma vontade férrea e a resolução inabalável de trabalhar pelas necessidades da humanidade e para o engrandecimento do nosso querido Brasil”.²⁵⁵ De fato, se poderia colocar em dúvida a estratégia agressiva do representante da diretoria no evento, no entanto o que para esta pesquisa fica nitidamente demonstrado é a tentativa, nada despropositada, de se valer de um evento aparentemente beneficente para marcar posição, neste caso, em relação à questão nacional, e, com isso, divulgá-lo a simpatizantes (potenciais sócios). Outro ponto do programa onde seus dirigentes despenderam significativa energia foi na promoção de confraternizações. Observa-se festas de todos os tipos, desde a que homenageava o Club de Regatas Vasco da Gama²⁵⁶, as que contavam com representações teatrais²⁵⁷. Muitas delas, inclusive, realizadas em outros espaços que não a sede do clube:

O departamento social do Apollo SC tem o grande prazer em comunicar ao seu seletto quadro social que fará realizar no próximo domingo, dia 16 do corrente, uma elegante tarde dansante, com início marcado para as 17 hs, nos confortáveis salões do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro, sito a Avenida Rio Branco, nº 114, 1º andar.²⁵⁸

A festa no Sindicato dos Bancários seria de proporção considerável, visto que sua divulgação ganhou espaço na imprensa do Rio de Janeiro. Da mesma forma é o que

²⁵⁵ Dossiê 21/08/1941. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁵⁶ Dossiê 15 e 16/03/1941. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁵⁷ Dossiê 10/03/1941. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁵⁸ Fragmento do Jornal “A Notícia”. Sem data. Dossiê 12/11/1941. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

se sucede na festa promovida em abril de 1942, com ampla divulgação na imprensa da capital:

Não tem descansado o Apollo Sport Club em proporcionar ao seu vasto quadro social festas que tem marcado época nos anais do querido clube da Avenida Mém de Sá. Para o próximo domingo, dia 12 do corrente, mais uma magnífica noite dansante foi organizada pelo Departamento Social, que será o concurso da “Jazz Apollo” e se prolongará das 20 às 24 horas.²⁵⁹

Mais um Baile no Apollo

Suntuoso baile será levado a efeito nos amplos salões do Apollo E. C. (...) às 3 horas da manhã no sábado, dia 18 do corrente. Para maior brilhantismo dessa festa que será promovida pelo departamento social a “Apollo Jazz” já está organizando um repertório das melhores músicas para dansa.²⁶⁰

A expressiva maioria dos eventos ocorria na própria sede do Apollo e ficavam restritos aos seus próprios sócios, por isso não poderia passar despercebida a organização de um evento com significativa exposição na imprensa carioca. É este modelo de atuação caracterizado pela procura por um espaço na cena pública que também chamou-me atenção. A participação de Hercília de Andrade no concurso de “Princesa dos Estudantes”, cujo panfleto iniciei este capítulo, é paradigmático em relação a intervenção que propunha o Apollo, pois evidencia a importância da transformação do clube em referência pública e ao mesmo tempo velada, para antigos partidários do integralismo. Mesmo que o evento ou concurso não tratasse de política *stricto sensu*, como se viu, no panfleto, buscava-se ideologizar o debate afirmando: *“este concurso não é um concurso de beleza (...) este concurso (...) é um concurso onde ficará revelada a ‘Princesa dos Estudantes’ sob o ponto de vista do valor moral, das virtudes cívicas e das qualidades pessoais”*.²⁶¹ No mais, outros exemplos poderiam ser aduzidos. Entretanto, suponho que as fontes apresentadas tenham dado conta de demonstrar que, em meio ao aspecto aparentemente trivial da ação dos integralistas no Apollo, estava entre as prioridades de seus dirigentes a integração dos “camisas verdes” em específicas entidades, em que seus contatos desviassem ao máximo da condição de clandestinos. Isto posto, por certo, acredito que estaria incompleta uma história que se

²⁵⁹ Fragmento do Jornal “Gazeta de Notícias”. Sem data. Dossiê 09/04/1942. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁶⁰ Fragmento do Jornal “Vanguarda”. Sem data. Dossiê 18/04/1942. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁶¹ Panfleto “Palavra de Ordem do Apollo Sport Club”; Dossiê sem data; Pasta 8; “Apollo Sport Club”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

propusesse a tratar dos integralistas no Estado Novo que não levasse em conta a atuação desta entidade esportiva.

Finalmente, complementa esse modelo específico de atuação frente ao movimento a própria *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa*. Apesar de estar menos imbuída em criar espaços de socialização, não foram raras as ações e eventos em que esse tenha sido o enfoque, a que identifico serem inerentes aos objetivos do *Apollo*. É nesse sentido que se insere a divulgação no diário *Gazeta de Notícias* dos cursos de taquigrafia e xadrez oferecidos pela Cruzada: “*prosseguindo no seu programa educativo, com o qual procura tornar o Brasil cada vez mais forte pela cultura e civismo de sua mocidade, a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa acaba de criar um curso de taquigrafia e outro de xadrez*”.²⁶² O aspecto público da notícia ultrapassa o oferecimento de determinado serviço a sócios e simpatizantes, esta ocupa-se concomitantemente em associar, para a opinião pública, a entidade à defesa do sentimento nacionalista. Refletirei sobre esta hipótese no último capítulo dessa dissertação, me basta por enquanto evidenciar que a CJBI de fato cumpria, em menor escala, tal função socializadora para o movimento. Vejamos outro exemplo:

(...) aproveito ainda a oportunidade, para comunicar-vos que o Departamento Médico, inaugurado dia 13 (domingo), acha-se em pleno funcionamento, com o seguinte horário: Clínica Médica – Dr. Waldemar Cotta 2º, 4º e 6º às 13: 00 hs; Pediatria – Dr. Dias Gomes 3º e 5º e sábados às 14:30 hs; Pediatria – Dr. Fernando Monteiro 2º, 4º e 6º às 15 hs (...) Dr. Severino Rezende 3º, 5º e sábados, às 14:30 hs – Certo de vosso completo apoio a esses programas cívicos, saúdo-vos, cordialmente, com o pensamento voltado para os supremos interesses de nossa pátria querida.²⁶³

As contradições existentes no interior do *Apollo* e mesmo a luta política que engendrou suas atividades serão temas que desenvolverei no quarto capítulo, por ora creio que tenha sido possível compreender que mesmo os mais despropositados eventos promovidos pelo *Apollo* cumpriam a função imediata e necessária de integração dos antigos filiados do Partido Integralista. Não obstante, o que também nos ajuda a entender esse particular modelo de intervenção é pensarmos o clube como o complemento de um encorpado projeto de reorganização político-ideológico sintetizado na fundação da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, assunto do próximo tópico. Por fim, é

²⁶² Fragmento do jornal “*Gazeta de Notícias*”. Sem data. Dossiê 18/05/1941; Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁶³ “Circular nº 5, 18/07/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

importante não perdermos de vista a linha de continuidade que marca a atuação desses integralistas nessas entidades. Se a construção de todo um aparato para-estatal marcou a intervenção da Ação Integralista Brasileira a definindo como um movimento fascista, com o *Apollo* e a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa* não foi diferente, estas entidades, tanto na sua prática, quanto no seu projeto, como veremos adiante, se mostraram, com seu típico modelo de intervenção, um dos desdobramentos do fascismo no Brasil.

2.4 – Integralismo e Estado Novo: hegemonia e disputa política

Nessa altura do capítulo, após apresentar a formação do integralismo, a composição da militância e sua prática antes e durante o Estado Novo, cabe-nos compreender o significado da intervenção dos “camisas-verdes” nesta que, na minha opinião, constituiu-se como a mais bem estruturada organização integralista atuante no pós-37. A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, para além de um ambiente propício a difusão das estratégias políticas circunstanciais, consagrou-se como espaço privilegiado para a gestação de um novo projeto integralista, projeto este mais condicionado à realidade da clandestinidade imposta pela ditadura estadonovista. Que tensões políticas foram cruciais para sua fundação? Que leitura da conjuntura faziam seus dirigentes que acabou se conformando determinante para a fundação/atuação destes nesta entidade? O que representou a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa para o movimento na conjuntura do Estado Novo? São questões que desenvolverei ao longo desse tópico.

A literatura de inspiração marxista, por certo, contribuiu de maneira significativa para o entendimento do processo iniciado na vitória política do grupo capitaneado por Getúlio Vargas, também denominada “Revolução de 30”. Com competências, enfoques e resultados variados, passando por Bóris Fausto e Francisco Werfort entre outros²⁶⁴, cuja leitura apontou para um movimento heterogêneo formado por setores pouco influentes durante a Primeira República e para um “Estado de compromisso” consumado como resultado do exercício do poder nos anos subseqüentes; chegando a Nelson Werneck Sodré defensor da opção que faz de “outubro de 30” a Revolução Burguesa do Brasil. Todos partiam do pressuposto marxista de que a principal função

²⁶⁴ SOLA, Lourdes. O Golpe de 1937 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. 10ª Edição. São Paulo: Difel, 1978. CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

do Estado é assegurar a manutenção e a reprodução da divisão social, garantindo assim que os interesses de uma classe específica (dominante) se impusessem sobre as demais classes.

Avalio que o instrumental marxista, especialmente de viés gramsciano, presta um valioso auxílio quando da resolução das questões acima propostas. Antonio Gramsci – creio que não necessite de longa apresentação – se provou intelectual engajado na Itália do entreguerras, militou no PCI (Partido Comunista Italiano), onde alcançou o seu mais prestigioso cargo: Secretário Geral. Apesar de já contar com uma significativa produção intelectual advinda de sua militância no PCI, foi durante o longo período em que esteve na prisão fascista que produziu a sua mais importante contribuição a teoria marxista, editado no Brasil sob o título de os *Cadernos do Cárcere*. Gramsci, atualmente, está longe de ser uma novidade para pesquisadores e intelectuais brasileiros, a pelo menos quatro décadas suas reflexões, amplamente divulgadas, permeiam explicações das mais variadas sobre a sociedade brasileira (algumas já citadas), conseqüência da riqueza de sua produção teórico-conceitual, *sendo difícil encontrar no campo social (das ciências humanas até a arte e a literatura), para qual não tenha dado uma rica contribuição.*²⁶⁵ A vastidão e complexidade dos conceitos por ele criados, ou naturalmente enriquecidos, desautoriza-me a simplesmente comentá-los a guisa de uma suposta introdução ao seu pensamento. Com certeza se assim procedesse estaria oferecendo superficialidade aonde só se pode retirar complexidade. Isto posto, o que na seqüência do texto pretendo apresentar são específicos eixos conceituais que julgo necessários para a compreensão da atuação dos integralistas em determinada situação histórica.²⁶⁶

Se a grande descoberta de Marx e Engels consistiu na “*afirmação do caráter de classe para todo fenômeno estatal*” – constatação que os levaram a romper com o paradigma hegeliano pautado na autonomia do Estado frente a sociedade²⁶⁷ –,

²⁶⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.) *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 15.

²⁶⁶ Ficaram de fora de nossa breve exposição conceitos centrais para entender seu pensamento como: revolução passiva, correlação de forças, guerra de movimento, guerra de posição, partido, catarse, entre outros.

²⁶⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 123.

considera-se o enriquecimento promovido pelo pensador italiano, no que concerne a este mesmo conceito de Estado, a sua mais profícua contribuição a teoria política, e conseqüentemente ao marxismo. Por certo, não há como descolar a apurada percepção do autor sobre os mecanismos de dominação das *classes possuidoras* sem levar em conta a conjuntura na qual desenvolvia sua atividade política e concomitante exercício intelectual. Período, diferentemente do experimentado por Marx, marcado pela maior “*complexidade do fenômeno estatal*” e intensificação dos processos de participação política, inclusive, de trabalhadores urbanos “*com a formação de grandes sindicatos e de partidos de massa*”.²⁶⁸ Essa experiência histórica o fez perceber que nas sociedades de capitalismo desenvolvido a dominação burguesa se processava para além da ação coercitiva promovida pelo aparelho policial-repressivo estatal, como Marx assim havia definido. Nesse sentido, ganhava maior atenção a sociedade civil, que em Gramsci passa designar o espaço de onde parte a dominação de uma ou mais frações de classes (ou grupos) sobre as demais. Toda essa elucubração surge em conjunto com o enriquecimento do conceito de Estado formulado por Marx, que na acepção de Gramsci ganha o sobrenome “ampliado” ou “integral”. Nessa original concepção de Estado buscou-se “*dar conta da compreensão de como as classes dominantes organizam seus interesses, nas sociedades complexas em que vivemos, de modo a exercerem sua dominação da forma a mais ampla possível*”.²⁶⁹ O Estado, no paradigma gramsciano, se fixaria em “*dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’*”.²⁷⁰ A dominação, nesse sentido, se daria de forma combinada a partir desses dois planos: através do Estado (sentido estrito) também denominado *Estado Coerção*, que por contar com o monopólio legal da repressão e da violência (pura e simples e simbólica²⁷¹) – materializado nos aparelhos policial-militar –, exerceria a função repressiva no combate aos inimigos de classe ou

²⁶⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 124.

²⁶⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Hegemonia e Revolução Passiva: conceitos de Gramsci e história do Brasil Republicano*. Comunicação apresentada no V Simpósio Nacional Estado e Poder: Hegemonia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, outubro, 2008, p. 2.

²⁷⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 20.

²⁷¹ No que concerne a violência simbólica perpetrada pelo Estado ver MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania*. In: Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 1, p. 94-125.

descontentes com a distribuição do poder; e junto a *sociedade civil*, ou seja, através do deferimento de determinadas normas sociais divulgadas pelo “ *conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão da ideologia*” dominante, “*compreendendo partidos políticos e a organizações culturais (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação), etc*”.²⁷²

O conceito de *sociedade civil*, da maneira como aqui é apresentado, difere daquele comumente associado aos clássicos do século XIX. Marx reconhece como *sociedade civil* “*o conjunto das relações econômicas constitutivas da base material*”, enquanto que para Gramsci a mesma terminologia diz respeito “*a esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através da hegemonia, obter o consenso*”.²⁷³ A centralidade da *sociedade civil* no contexto da dominação de um grupo social, como inferido por Gramsci, incide diretamente sobre a estratégia política a ser tomada pelo proletariado, defendida pelo autor. Isto posto, conclui-se que o conceito de *sociedade civil* (lugar da expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de luta de classes)²⁷⁴ se apresenta como chave para se entender a concepção gramsciana de *Estado Ampliado*, pois é nesta em que se opera a hegemonia. E no que consistiria a Hegemonia em Gramsci?

Como venho afirmando, para o autor, a classe dominante exerce seu poder não só através dos aparelhos coercitivos, mas também através de uma visão específica de mundo, isto é, por uma filosofia, uma moral, costumes, um senso comum. Nesse sentido, podemos falar em uma situação hegemônica quando uma classe ou fração de classe consegue a partir tanto das agências do Estado, quanto em espaços da sociedade civil (associações, clubes, entidades educacionais, etc) , produzir consensos, ou seja, garantir consentimento – adesão espontânea – para determinado projeto e/ou visão de mundo, mesmo que esse se oponha aos interesses (materiais) fundamentais das demais classes, “*isso sem abrir mão dos instrumentos coercitivos de que dispõe o Estado*”.²⁷⁵

²⁷² COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* op. cit., p. 127.

²⁷³ BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 40.

²⁷⁴ SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.) *Gramsci, a vitalidade de um pensamento* op. cit., p. 55.

²⁷⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Hegemonia e Revolução Passiva: conceitos de Gramsci e história do Brasil Republicano* op. cit., p. 2.

A hegemonia se estabeleceria na “*combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados*”.²⁷⁶ Portanto, a construção da hegemonia exige todo um compromisso interclasses, a superação de interesses tidos como particulares e a necessidade para congregar as várias frações de classe aliadas. A partir da superação desses entraves, na medida em que a vontade coletiva avança e vai delineando uma nova consciência, concretizada na prática política, podemos pensar numa experiência hegemônica.²⁷⁷

A complexidade do argumento gramsciano nos ajuda a pensar a trajetória de um grupo social dominado, portador de um projeto de poder, em meio a uma dada situação hegemônica. Em Gramsci, cabe “*a classe dominada, antes da tomada do poder, assegurar sua hegemonia, lançando-se à conquista da ‘sociedade civil’ no campo da superestrutura, para ‘atomizar’ o bloco intelectual e destruí-lo, antes mesmo que a luta entre na fase política e militar*”.²⁷⁸ Reflexão que ganha exemplaridade no contexto da Revolução Francesa:

Gramsci demonstra que a burguesia, antes de abrir as hostilidades no plano político e militar, desenvolve uma dura batalha ideológica contra a aristocracia, batalha já prefigurada pela reforma e que se generalizou na época do século das Luzes: a mais engajada das classes dominadas desenvolve o combate contra a classe dirigente tradicional no terreno ideológico e desagrega seu bloco intelectual, antes de se apossar da sociedade política.²⁷⁹

Pensemos a partir de agora, com as ferramentas conceituais formuladas por Gramsci, a conjuntura do Brasil dos anos 30 e 40. É corrente na historiografia que trata do período, delimitar outubro de 1930, como o momento culminante de um processo gestado ao longo da década anterior, que teve como resultado mais significativo o deslocamento da tradicional oligarquia paulista (em boa parte produtora de café ou envolvida no seu negócio) do centro do poder. Nesse ínterim, os seguimentos sociais

²⁷⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

²⁷⁷ SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.) *Gramsci, a vitalidade de um pensamento* op. cit., p. 46.

²⁷⁸ MACCIOCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 129.

²⁷⁹ MACCIOCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci* op. cit., p. 129.

envolvidos no golpe, – “*oligarquias agrárias não-exportadoras e segmentos de classe média civis e militares – não tiveram condições, individualmente, de legitimar o novo Estado*”. Em outras palavras, “*nenhuma das frações de classe envolvidas na ‘revolução’ conseguiu (...) impor seus interesses particulares como expressão dos interesses gerais da Nação*”.²⁸⁰ Pactuada heterogeneidade das forças que participaram do assalto ao Estado, a polêmica se inicia quando os pesquisadores procuram explicar as características do Estado surgido a partir desse evento. Como a proposta da dissertação é delimitar a intervenção dos integralistas na cena política do Estado Novo, não priorizei o debate historiográfico. Ou seja, me preocuparei muito mais em apresentar as aproximações, do que as assentadas polêmicas. Isto posto, nos concentrar-me-ei de forma resumida em duas leituras, que alicerçadas no referencial gramsciano (esta sim minha opção), se dedicaram a questão.

Coube a literatura do *final dos anos 1960/início dos anos 1970* fixar a “Revolução de 30” como um movimento que aglutinava grupos sociais até então alijados do poder durante a Primeira República. Segundo tais pesquisadores, redefinida a composição do novo Estado:

(...) abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para essa situação. Embora os limites da ação o estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes (...)²⁸¹

Esse Estado ainda se caracterizaria pela mudança nas relações com a classe operária, sintetizada no conceito de populismo. Agente político principal, com relativo grau de autonomia, este se apresenta como um incentivador capital para o desenvolvimento industrial, “*no marco do compromisso*”. Enfim, “*as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia em relação ao conjunto da sociedade*”.²⁸²

²⁸⁰ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 14.

²⁸¹ FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 150.

²⁸² FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história* op. cit., p. 151.

O Estado gerado a partir de 1930 “*teria por característica o precário equilíbrio entre as forças sobre as quais se fundara*”, o resultado prático seria um Estado que “*se moveria numa difícil margem de compromissos entre os interesses distintos – quando não antagônicos – que caracterizavam a instabilidade dos rearranjos realizados*”. Nesse sentido, “*o permanente clima de conflitos só seria neutralizado a partir da implantação do (...) Estado Novo*”.²⁸³ Ao longo das décadas posteriores esta versão, com méritos, classificou-se como a mais prestigiada interpretação da realidade política da “Era Vargas”. Entretanto, nesse mesmo período, fruto do movimento comum da própria produção historiográfica, alguns de seus pressupostos e formulações passaram a ser rediscutidos. Nesse ínterim, surgiram outras propostas interpretativas que se propuseram a tratar o tema sob outro ponto de vista. Entre esses trabalhos encontra-se o de Sônia Regina de Mendonça.²⁸⁴ Segundo a autora, ao contrário do que se entendia²⁸⁵ (está se referindo a fragilidade do empresariado nacional), foi relevante o papel desempenhado pelo “empresariado doméstico” no rearranjo de poder após 1930. Vai mais além. Assume que durante tal década gestou-se um projeto industrialista que comportava pelo menos três linhas de ação complementares entre si: “*a luta pela participação efetiva no aparelho de Estado – em conselhos técnicos e comissões; a construção de um discurso próprio que o igualasse às demais classes produtoras e, por fim, a elaboração preliminar de um verdadeiro programa industrialista*”.²⁸⁶ No que compete a esse discurso o que ficava claro, segundo Mendonça, era a apropriação das categorias do discurso produzido pelos teóricos autoritários, que a partir desse momento passam a figurar como suporte do programa defendido pelos empresários nacionais. Dessa sobreposição, temas como Estado forte promotor da integração do mercado interno e Estado intervencionista protetor da indústria nacional, passaram a integrar o

²⁸³ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 16.

²⁸⁴ Para além da qualidade do texto da autora, optamos por esta, e não por Luiz Werneck Vianna – tomado como um balizador nas discussões sobre o Estado no pós-30 –, primeiramente por alocarmos ambos os autores na mesma linha interpretativa, o que a nosso ver desembocaria numa prolixidade desnecessária; em segundo lugar, por compreendermos, que para os objetivos desse texto, as reflexões de Sônia Mendonça sobre o nacionalismo apresentam-se mais instigadoras.

²⁸⁵ A autora nesse item procura travar um debate com pesquisadores como: Fernando Henrique Cardoso e Warren Dean.

²⁸⁶ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 19.

próprio discurso dos líderes industriais.²⁸⁷ Frente a isso, para autora, é flagrante a convergência entre as posições “industriais” e “autoritárias”, especialmente no que diz respeito à intervenção estatal. Nessa perspectiva, foi a partir dessa condição de proximidade que se “*permitiu ao empresariado brasileiro tornar-se um ator estratégico no esquema de alianças que favoreceu a consolidação do novo regime, ainda que*”, frise-se, “*não tivesse detido a hegemonia deste processo*”.²⁸⁸ Com isso, conclui que a “*ideologia industrialista da burguesia*” não se configurou “*de modo pleno e acabado*”, ficando a cargo do Estado “*a tarefa de executar a modernização da economia*”.²⁸⁹

Retorno a Boris Fausto que, num artigo datado de março de 1988, tratou uma vez mais dos temas correlatos: Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial. Sobre a composição do Estado no pós-30, assunto que prioritariamente vem cadenciando meu interesse, enfatiza que a revolução de 1930, concretizada ao longo da década e nos eventos posteriores, não representou a hegemonia da fração industrial da classe dominante²⁹⁰. Mas admite que, após a derrota em 1932, esta passa a se aproximar, como as demais elites, do governo federal. O autor não cita de que tipo de aproximação está se referindo, pressuponho que seja através da ocupação de cargos no executivo e do oferecimento de demandas específicas da classe para os dirigentes do novo Estado. Por outro lado, em outra direção, adverte que a “Bancada classista dos Empregadores” eleita para assembléia constituinte atuou – diferentemente do que os até então recentes trabalhos apontavam – não alinhada aos interesses específicos de sua classe, ou seja, mais afinada as demandas paulistas, exemplo cabal da sua pouca “consciência de classe”.²⁹¹ No entanto, o próprio autor não descarta a possibilidade de que a acumulação industrial tenha sido favorecida pela legislação corporativista, por mais que esta não

²⁸⁷ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 20. Ver também DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil* op. cit., especialmente capítulo 2.

²⁸⁸ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 21.

²⁸⁹ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 22.

²⁹⁰ FAUSTO, Bóris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: Novos Estudos (CEBRAP). São Paulo, nº 20, março, 1988, p. 24.

²⁹¹ FAUSTO, Bóris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: Novos Estudos (CEBRAP) op. cit., p. 26.

tenha sido promovida pela burguesia nacional²⁹² e que esta – aproximando-se neste ponto de Luis Werneck Vianna – “*atenuou e corrigiu o projeto em curso, contra a burocracia dos ideólogos totalitários, centrada em temas grandiloqüentes como grandeza nacional, vontade nacional e ordem corporativa*”.²⁹³

O que para esta pesquisa pareceu aproximar as propostas de Sônia Mendonça e Boris Fausto (especialmente no segundo texto) foi que, partindo do pressuposto de que o Estado não é um ente que paira sobre a sociedade, isto é, reproduz os conflitos originados nesta²⁹⁴, ambas as correntes interpretativas caminham para o entendimento de que apesar da burguesia não ter assumido o poder, esta atuou junto ao Estado defendendo seus interesses. Não por acaso – ambos admitem –, que com larguíssima sobra, foi a mais beneficiada com suas medidas.²⁹⁵

A dinâmica da disputa política que pretendi retratar não poderia de forma alguma negligenciar a uma discussão sobre a composição do Estado no pós-1930, justamente o Estado, que no recuo das ações integralistas, travará contato com os setores do movimento que buscavam uma reorganização. Pareceu a mim um tanto quanto vago o delimitar apenas como autoritário, sem que com isso procedêssemos, mesmo que brevemente, uma reflexão sobre a dinâmica da luta de classe e as disputas intraclasse que envolveu o período. Deste modo, devo concluir que o processo hegemônico em curso (tomado no sentido gramsciano) – levado a frente pela fração dominante industrial – me parece a lição fundamental deixada pelos textos aqui citados, independente destes terem assim se posicionado. Malgrado a autonomia do Estado, a

²⁹² FAUSTO, Bóris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: Novos Estudos (CEBRAP) op. cit., 30.

²⁹³ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 149 apud FAUSTO, Bóris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: Novos Estudos (CEBRAP) op. cit., 31.

²⁹⁴ Neste sentido, “*o Estado não é o comitê executivo de uma classe por maior que seja a significação econômico-social desta; mas que também não dispõe de autonomia ilimitada, sendo levado a atender aos interesses de classe, seja no sentido da mudança seja no sentido das barreiras opostas à sua intenção de mudar*”. FAUSTO, Bóris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: Novos Estudos (CEBRAP) op. cit., 25.

²⁹⁵ Nas palavras de Fausto: “*(...) a aceitação da premissa de que a burguesia industrial não promoveu o estabelecimento da legislação trabalhista não implica necessariamente negar as relações entre a implantação das medidas e a acumulação industrial*”. FAUSTO, Boris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: Novos Estudos (CEBRAP) op. cit., p. 30.

leitura *a posteriori* retirada desse processo alimenta a idéia de que a burguesia industrial saiu vencedora. A implementação do projeto corporativista pelo Estado Novo justifica essa minha perspectiva.

Sobre o corporativismo, pode se dizer que ao longo dos últimos trinta anos configurou-se como tema predileto de inúmeros trabalhos científicos, porém ainda hoje suscita polêmicas quanto ao que veio a corresponder no quadro político do Estado Novo. Uma significativa parcela dos pesquisadores empenharam-se em pensá-lo a partir do eixo Estado – classe operária – burguesia, e sua relação com a industrialização brasileira no período em questão, dessas discussões cunharam-se conceitos, por vezes antagônicos, como populismo e trabalhismo, entre outros. Tomado por esses debates, porém atento aos limites dessa dissertação, devo alertar que caminharei em outra direção. Seguindo meu objetivo precípua, o que me interessa no projeto corporativista não é exatamente a expropriação econômica (ou a medida desta) imposta a amplas parcelas do proletariado urbano (apesar de reconhecê-las), mas o investimento do governo para transformá-lo em projeto hegemônico. Especialmente a investida governamental direcionada aos integralistas e a resposta por ela gerada. Ou seja, centrados nos limites desse contexto, procurarei dar conta da proposição gramsciana que define o avanço hegemônico como uma sincronia entre *direção* e *domínio*. *Direção* em relação aos possíveis aliados e *domínio* no que se refere aos grupos antagônicos. Em se tratando dos integralistas, tomando a própria correspondência de projetos, creio que a idéia de busca da *direção* político-ideológica por parte do governo melhor expresse as relações destes com o Estado Novo.

As organizações integralistas, como apontei anteriormente, se constituíram num ambiente totalmente desfavorável. No entanto, na medida em que o Estado Novo se consolidava a imagem do integralista subversivo – por mais que o governo insistisse na sua manutenção – paulatinamente se dissipava, o que foi bem aproveitado pelos seus dirigentes da capital, que de uma maneira ou de outra, passaram a ampliar os espaços de atuação e os eventos deles provenientes, imprimindo-lhes progressivamente um teor mais político-ideológico. A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa é o ponto chave desse processo, pois é a partir de seus eventos que se externa a gestação do projeto integralista em nova versão.

Jaime Ferreira procura sintetizar o *projeto cruzadeiro* da seguinte forma: “*é necessário, fazer uma grande obra de educação do povo, por que, como disse o ilustre General Góes Monteiro, a segurança nacional, depende de um exército e uma Armada poderosa, que, só poderão ter suas bases sólidas apoiadas em uma população civil educada, amando sua terra e seus homens*”.²⁹⁶ Nessa mesma direção falou uma das oradoras da reunião em 16 de janeiro de 1941: “*as crianças, na América, tem orgulho das estrelas de sua bandeira, pois, notam a marcha progressiva e em linha reta, que a sua prática desenvolve*”, diferentemente do Brasil onde “*o brasileiro, não tem esse entusiasmo pela sua pátria*”. Porém, não obstante, complementa que ainda em tempo “*a Cruzada foi organizada, com o fim de despertar, na criança nacional o amor patriótico*”.²⁹⁷

Os intentos educacionais se materializam na forma como se realizam os eventos – quase cotidianos – promovidos pela entidade. “*Alguns milicianos da ‘Cruzada’ exaltaram a personalidade do Barão do Triunfo*”, relatava o investigador.²⁹⁸ Ainda em janeiro, “*várias crianças, inclusive o filho de Padilha, falaram sobre Marcílio Dias*”.²⁹⁹ Em abril, a homenageada seria Ana Néri,³⁰⁰ mês que se concedia um destaque especial a Tiradentes. Chegava-se inclusive a convidar “*os amigos e admiradores de Joaquim Silvério dos Reis (o traidor de Tiradentes) a assistirem*”, no dia seguinte, “*a missa pelo eterno descanso de sua alma, que, será realizada no altar mor da Igreja da Candelária*”.³⁰¹ Na reunião que contou com um “*belíssimo estudo da vida do Gal. Osório*”, proferido pelo acadêmico Dail de Almeida, foram interpretados ainda “*por crianças e alunos do ‘Colégio Andrade’ poesias e números de canto (canções militares)*”.³⁰² O hino nacional, nesta, bem como nas demais reuniões, fechava o evento.

²⁹⁶ Dossiê 03/12/1940. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁹⁷ Dossiê 16/01/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁹⁸ Dossiê 22/01/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

²⁹⁹ O investigador se refere ao filho de Raimundo Padilha ex-chefe provincial. Dossiê 30/01/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

³⁰⁰ Dossiê 18/04/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

³⁰¹ Dossiê 18/04/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

³⁰² Dossiê 26/05/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Creio que não seja difícil perceber que o tom dos eventos, para além do referencial educacional, contenha uma forte carga de nacionalismo, que se expressa na não aleatória escolha dos homenageados. O que vai ao encontro da proposta de Jaime Ferreira, quando este aludia a certa *educação cívica* para guiar o trabalho da entidade. Essa proposta se confirma nos eventos mais expressivos organizados pela Cruzada: a *Semana Santos Dumont* e o *Mês de Caxias*. Atentemos em seqüência para o calendário e a programação de ambos os eventos:

(...) 23 de julho: – sessão, às 20 horas, na sede da CJBI (...); 27 de julho: Romaria, às 10 hs, ao túmulo de Alberto Santos Dumont, no cemitério S. João Batista; 30 de Julho: sessão solene de encerramento da “semana”, às 20 hs, na Escola Nacional de Música, sendo convidados a falar (...) sendo o principal orador da noite o ilustre e conceituado oficial superior do Estado Maior do nosso Exército, o Tte. Cel. Ignácio José Veríssimo (...).³⁰³

(...) dia 10 de agosto – início das comemorações, na séde, às 10 horas da manhã; dia 17 de agosto – sessão solene na sede social, às 20 horas precisamente, focalizando-se os grandes soldados do Brasil; dia 24 de agosto – reunião cívica no Largo do Machado (Praça Duque de Caxias), às 10 horas da manhã, para a qual serão convidadas todas as corporações militares e estabelecimentos de ensino, devendo o Tenente Coronel Pereira Cotta (*Presidente da CJBI*) ler a saudação dos “Cruzadeiros” ao invicto Caxias. Os jovens “Cruzadeiros”, já uniformizados, concentrar-se-ão na sede, de 8 às 9 horas da manhã; dia 30 de agosto – espetáculo cívico-literário, na sede dos Filhos de Talma, que oferecem esta festa ao mês de Caxias da CJBI (...); dia 7 de setembro – Sessão magna de encerramento do “Mês de Caxias”, festejando-se com o maior entusiasmo e vibração a nossa maior data nacional.³⁰⁴

Por essa documentação é que começarei a refletir sobre o papel desempenhado pela organização no Estado Novo. Para a *Cruzada Juvenil* o nacionalismo estava no centro das atenções, por certo a experiência doutrinária adquirida nos tempos de Ação Integralista competiu para que o nacionalismo, de base ufanista, preponderasse no programa dos eventos e reuniões citadas. No entanto, outros dois elementos convergiram para que se caracterizasse essa modalidade de intervenção: a repressão ao movimento, incluindo a proibição de exposição de símbolos e uniformes e o “clima nacionalista” impulsionado pelo próprio Estado Novo na implantação do projeto corporativista.

Retomando a problemática do corporativismo, saliento a interpretação de Eli Diniz que, focada no rearranjo político do Estado Novo, chama atenção para o lugar

³⁰³ Circular nº 5, Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1941. Dossiê 22/07/1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

³⁰⁴ Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 1941. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

ocupado pela burguesia industrial. Para a autora é notória a guinada rumo ao poder, empreendida por esta fração de classe, no interior do bloco dominante. “*Dentro do clima de dissidências e desencontro de orientações que marcaria o arcabouço ideológico do novo esquema de poder o **industrialismo** (...), ao lado de outros grupos, se constituiria num dos atores fundamentais do pacto político*”. Nesse sentido, afirma que toda a execução do programa estadonovista comportava o projeto econômico (hegemônico) da burguesia industrial. “*A expansão econômica seria sustentada por duas correntes convergentes: o pensamento autoritário*” (encaminhado por intelectuais como Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Vianna) “*e o pensamento industrialista, responsável (...) pela redefinição do papel da indústria na economia*”.³⁰⁵ Isto posto, o Estado Novo pode ser pensado “*como o período em que essa fração da burguesia empreende a conquista de um espaço maior do bloco dominante*”.³⁰⁶ Coube a outras pesquisas apresentar as marcas da consolidação da posição burguesa industrial no âmbito das políticas públicas do novo Estado.³⁰⁷

A dissertação de Heloísa Helena de J. Paulo é bastante competente no que concerne a destacar os canais de difusão da ideologia do Estado Novo³⁰⁸ voltada para a

³⁰⁵ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil* op. cit., p. 54.

³⁰⁶ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal*. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado), Niterói, 1986, p. 11.

³⁰⁷ A respeito do conceito de ideologia, tomo emprestado às proposições de Gramsci sublinhadas por Guido Liguori: “*a ideologia, em Gramsci, é a representação da realidade própria de um grupo social. Um sujeito individual tem uma visão própria do mundo, que não é só sua, mas também do grupo social qual faz parte; ou, muitas vezes sincreticamente, participa de várias visões de mundo. As ideologias são ‘o terreno em que os homens se movem’. Os sujeitos coletivos são definidos pelas ideologias. Sem ideologia, não há sujeito. A ideologia é o lugar de constituição da subjetividade coletiva, mas também – da individual, no âmbito da luta hegemônica. (...) São o resultado da luta hegemônica e do choque entre as classes, mas também da parcialidade do ponto de vista do ator social e da sua demanda intrínseca de identidade. Ao mesmo tempo, são organizadas e difundidas, são articuladas em aparelhos, ‘trincheiras e casamatas’, são reelaboradas, adaptadas, propagadas, e não só – como Gramsci lembra – pela imprensa, pelo mundo editorial, pela escola, pelos ‘círculos e clubes’ de variado tipo, mas também pela indústria cultura e, diríamos hoje, pelos mass media, pela enorme expansão da nova dimensão internacionalizada da música, pelo costume e consumo sexuais (...)*”. LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci* op. cit, p. 94 e 95.

³⁰⁸ A propósito da ideologia estadonovista, a reboque do viemos propondo no desenrolar do texto, corroboramos com a observação de Ângela de Castro Gomes: “*O Estado Novo não pode ser caracterizado como apresentando uma doutrina oficial compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar as diversidades relevantes. Ao contrário, o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo eclecismo em suas propostas, o que não impede que encontre em seu seio conjunto de*

juventude. Aponta a autora que o sistema ideológico do novo Estado apresenta “*seus pressupostos de forma interligada, objetivando uma visão de conjunto e coesão de sua proposta*”. Nesse quadro, “*a elaboração de um ideal de ‘nação’ é acompanhado da valorização da noção de trabalho, de uma concepção corporativista da sociedade e uma idéia específica de progresso*”.³⁰⁹ É neste último ponto que a questão da juventude se insere. A expressão do progresso é a juventude brasileira, “*ela é a grande promessa de um amanhã para o Estado Novo*”.³¹⁰ Ainda sobre o jovem, Maurício B. A. Parada capta os motivos que condicionavam a ação do Estado Novo:

Se a questão do trabalhismo estava marcada pelo estabelecimento de uma aliança que sustentasse as condições de governabilidade no presente, as referências aos jovens estavam associadas à sustentação do regime no futuro. Sua inserção no imaginário político do Estado Novo se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como um recurso, uma reserva política que deveria ser cuidada. Se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis pelas “ameaças” à segurança da nação fazendo revoluções, as massas do futuro deveriam ser cuidadas e disciplinadas para não apresentar estes desvios e vícios.³¹¹

Pensamento muito comum entre os gestores dos Estados Nacionais entre os anos 1900 e 1945.³¹² O Estado Novo não poupou esforços para incluir no seu projeto o jovem brasileiro, destarte a ideologia estadonovista possuiria exatamente duas formas de se fazer presente no cotidiano da juventude do período: através do Departamento de Imprensa e Propaganda (na qual eram atribuídas as funções de censurar, divulgar a ideologia do Estado Novo, produzir materiais de apoio ao regime, entre outros) e através do sistema educacional.³¹³

idéias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político”. GOMES, Ângela M. C. A *Invenção do Trabalhismo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 189.

³⁰⁹ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 13.

³¹⁰ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 17.

³¹¹ PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando Corpos e Criando a Nação: Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares no Estado Novo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro, 2003, p. 89.

³¹² PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando Corpos e Criando a Nação: Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares no Estado Novo* op. cit., p. 93.

³¹³ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 20.

A diretriz industrial está presente na maneira como a educação passa a estar organizada. “As reformas do ensino objetivam criar duas categorias de jovens: os que aprenderão as técnicas do trabalho manual e os que pensarão numa sociedade futura”.³¹⁴ Os primeiros seriam preparados para a reprodução do capital em sentido estrito. A estes a autora explica que incidiam “as leis que introduziam o ensino técnico-profissional no país, a Lei Orgânica do ensino Industrial, de 1942, e a Lei Orgânica Comercial, de 1943”.³¹⁵ Já no segundo grupo, os jovens seriam preparados para no futuro agirem como agentes da hegemonia, em outras palavras, produtores e reprodutores do *consenso nacionalista* (tomado na perspectiva estadonovista, e por isso englobando as composições próprias de um Estado ainda não hegemonizado), ou seja, mantenedores da ordem vigente. Portanto, não menos importantes para o projeto em curso. “Para eles se destina a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942 (...) destinada à formação de uma elite intelectualizada, a lei privilegia o ensino das ‘humanidades’ e o encaminhamento dos jovens aos cursos superiores”.³¹⁶

O mais interessante, no que compete a esse trabalho, está quando a autora descreve no que consistia o modelo de educação programada especialmente para esse jovem do segundo grupo. *O nacionalismo*, como se pode supor, “transforma-se no principal tema de disciplinas como a História e a Geografia”. Soma-se ainda, “a educação moral e cívica (...) presente na vida escolar desde as aulas de canto orfeônico até as solenidades de hasteamento a bandeira nacional”.³¹⁷ Sobretudo, cabe destacar:

Referenciam-se os grandes vultos da História Brasileira. Personagens, como Caxias, são tomados como “heróis nacionais”. A história ensinada nos estabelecimentos de ensino retoma o culto ao herói, o personalismo. Abundam biografias dos grandes nomes ligados aos marcos históricos do Brasil: o descobrimento, a independência, a proclamação da República e a Revolução de 1930.³¹⁸

³¹⁴ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 20.

³¹⁵ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 20.

³¹⁶ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 22.

³¹⁷ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 23.

³¹⁸ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 23

Enfim, “*exalta-se a pátria no seu contorno físico, em suas riquezas, seu posicionamento e grandeza geográfica. A geografia do Brasil estuda os elementos naturais e confirma as possibilidades futuras do país*”.³¹⁹ São nesses marcos que os dirigentes do Estado Novo pretendem desenvolver na consciência dos jovens brasileiros a importância do regime.

Não será preciso grande esforço para atentar para similaridade do modelo proposto pelo Estado Novo e o perfil dos eventos levados a cabo fundamentalmente pela Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. De qualquer forma, nunca é demais citar o estatuto da Cruzada Juvenil no seu artigo segundo:

São seus fins:

a) Difundir por todos os meios, a boa leitura, isto é, que trace as novas gerações sadios **rumos espirituais, cívicos e morais**, bem como os princípios de defesa da saúde, **alicerce do revigoramento da raça**.

b) Promover reuniões, conferências, espetáculos teatrais, visitas a monumentos e a lugares históricos, procurando **familiarizar a criança com a vida dos grandes homens da história do Brasil**.³²⁰

A dinâmica política (pouco amistosa para fundação de organizações cuja referência doutrinária fosse o integralismo) que teve o cuidado de apresentar se distancia de qualquer interpretação que se encaminhe a definir esta similaridade como um reflexo da assimilação desses militantes pelo Estado Novo. Pois, sendo assim, não haveria como explicar o porquê do enfrentamento de tantas dificuldades (repressão, apostasia dos antigos partidários), para simplesmente “trabalhar” pelo novo Estado, se os caminhos, nesse contexto, estavam abertos (inclusive com postos na máquina estatal) para os que assim procedessem, e acompanhassem as lideranças já nesse momento governistas, como Hélio Silva, San Tiago Dantas e Miguel Reale. Por isso, reafirmo que, apesar dos pontos de convergência entre os modelos, o que mobilizava os dirigentes dessas entidades era a busca de uma saída alternativa que recolocasse o projeto integralista novamente na disputa.

Em verdade, o que se verificava era que o Estado Novo – como aos pais – chegava também, com uma forte carga nacionalista, ao jovem “camisa-verde”, em boa

³¹⁹ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 23.

³²⁰ Estatuto da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. Pasta 7; Fundo: Polícia Política; Série: integralismo; APERJ. (Grifos do autor)

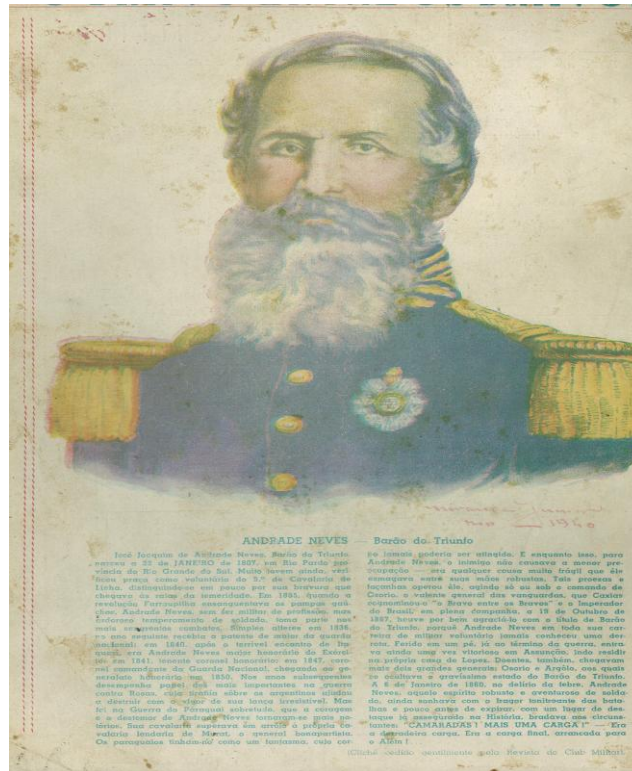
parte pertencente à classe média³²¹, convocando-o a se tornar o sustentáculo do regime no futuro. Esse, portanto, para os integralistas, se constituía como o grande desafio a se enfrentar. Nesse quadro, a princípio, a movimentação tinha um caráter mais reativo, do que ativo, ou seja, barrar o avanço do governo sobre a *juventude pliniana*, ou melhor, sobre o que dela havia sobrado. Nesse ínterim, a ala integralista que trabalhava na perspectiva da reorganização, mais do que simplesmente reagir, antevê um fértil campo ainda em disputa: a educação de crianças e jovens. Assim, combinado ao esforço de reorganização, experimenta-se uma nova forma de intervenção: funda-se a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. É a partir dessas condições que explicamos a opção por uma organização, se bem que não exclusivamente, voltada para a juventude.

Para que se fixe essa nossa reflexão é vital recordar que os setores que compuseram estas organizações, o fizeram por entender que havia alternativas de intervenção para além do colaboracionismo proposto por Salgado. Era partindo da certeza de que havia espaço ativo para o integralismo na política brasileira que esses setores fundaram tais organizações. O fato novo que canaliza nossas atenções para a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa é a contabilidade política operada no seio dessa entidade, que consciente da correlação de forças desfavorável, opta por marcar posição como reprodutora do ideal nacionalista. Em verdade, remontando o contexto dos primeiros anos do Estado Novo, a investida ideológica por parte do governo, voltada especificamente a camisas-verdes (de todos os seguimentos e faixas etárias), necessitava de uma resposta imediata, que nos marcos da legalidade, garantisse espaço para que a doutrina continuasse mantendo a formação do militante. Portanto, nada mais natural que este tipo de nacionalismo – preso ao passado, desvinculado das disputas do presente e aparentemente conformado a proposta do Estado Novo – monopolizasse a condução dos eventos promovidos pela CJBI.

Nesse ponto, é oportuno registrar o papel concomitante desempenhado pela revista *Ra-ta-plan*. A revista pelo que consta foi criada em 1939, sua ligação com o integralismo está expressa no seu próprio nome: *Ra-ta-plan* é um poema de autoria de Plínio Salgado. Apesar de não contarmos com informações sobre seus fundadores, a diretoria, em 1940, estava composta por Jaime Ferreira (fundador da Cruzada) e Carlos

³²¹ Aqui não temos a intenção de simplificar o integralismo definindo-o como um movimento de classe média, apenas constatar que a AIB reuniu dentre seus quadros consideráveis parcelas desse segmento social.

Coelho Lousada. Ambos também assumiam a função de principais articulistas da revista, que além de histórias (contos) voltadas para o público infante-juvenil, também comportava artigos pautados por assuntos como: disciplina, moral, civismo, marcos históricos, educação e culto a heróis nacionais, sempre alicerçados por uma considerável carga de nacionalismo ufanista. Na figura que segue, aparece o verso da revista homenageando o Barão do Triunfo.



Revista Ra-ta-plan, 15 de agosto de 1941. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

O panfleto distribuído em 23 de abril de 1940 dá a exata noção da angústia que permeava os dirigentes da revista. “Hoje é dia de São Jorge, padroeiro das classes armadas”, colocava a comunicação, “as quais compete defender a integridade da nação brasileira. Hoje, é, um dia em que se deve pensar e meditar muito mais no futuro de nossa pátria”. Em seguida, indaga: “a quem cabe construir e garantir esse futuro”? Na seqüência aponta a solução: “(...) às crianças e aos jovens que terão sobre os ombros os destinos do Brasil de amanhã”. É significativo ressaltar que o panfleto destina-se a angariar fundos para sustentação financeira da revista, campanha essa de nome muito sugestivo: “Cruzada da Boa Imprensa Juvenil”. No mais, o panfleto deixa consignados os objetivos a serem alcançados com a revista: “é justamente porque

desejamos ardentemente que esse Brasil de amanhã seja grande, feliz e respeitado – criamos Ra-ta-plan, uma revista que traça novos rumos à formação espiritual e moral da nossa juventude”.³²² Os fragmentos do panfleto acima citados reforçam minha perspectiva sobre o tipo de intervenção que esta ala do movimento estava condicionando seus esforços. Passemos a outros exemplos.

Num artigo sem data, provavelmente redigido em 1941, Jaime Ferreira chamava atenção para “*certa revista estrangeira que, como tantas outras, vive a sistematicamente a deprimir-nos e a ridicularizar-nos, revelando o mais completo desconhecimento de nossa formação histórica*”, um verdadeiro acinte na concepção do articulista. O ponto culminante estaria da seguinte declaração, supostamente presente na revista: “*‘Brasileiro é mesmo brasileiro. É incapaz de matar ou morrer ... O que em outras terras exigiria de nossa parte sacrifício de sangue, no Brasil se conquistará facilmente com dinheiro’...*” Daí em diante, o ufanismo, em linguagem infantil, passa a conduzir o texto. Jaime Ferreira clama, – “*e você brasileiro*”, o que fará? “*De pé, em atitude varonil bradará com firmeza para esses escribas mercenários e desonestos: ‘se vocês pensam assim, não custa experimentar, e verão que o brasileiro de hoje saberá honrar o sacrifício daqueles que com o próprio sangue realizaram a unidade e soberania intangível de sua pátria’*”. E continua: “*como são ignorantes esses rabiscadores de insultos (...) não pode ser apenas ignorância, deve haver também má fé*”. Termina a argumentação numa longa citação sobre os feitos de “*nossos heróis nacionais*”: “*então eles não conhecem a firmeza de um Manuel Beckman, de um Bernardo Vieira de Melo, de um Felipe dos Santos, de um Silva Xavier (...)*”.³²³

A mesma organização argumentativa aparece noutro artigo, também redigido por Jaime Ferreira da Silva, na *Ra-ta-plan*, só que tratando apenas do “herói” Francisco Camerinho ou “*voluntário paisano*”. Sucedendo a biografia do homenageado, Ferreira da Silva apresenta as “ações heróicas” que faziam a história de Camerinho digna de lembrança. Assim conta: “*ao arrebentar a Guerra do Paraguai, o jovem inflamou-se, todo o seu sêr respirou o mais sadio ardor patriótico e foi com a maior espontaneidade que se alistou em um dos corpos que deviam seguir para o sangrento teatro de*

³²² Panfleto de 23 de abril de 1940. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

³²³ SILVA, Jaime Ferreira da. *Brasileiro é mesmo brasileiro*. Revista Ra-ta-plan, sem data. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

operações”. E nesse sentido segue descrevendo as façanhas do “herói pátrio”. O corte ideológico, para além da escolha do tema e da forma como este é contado, está fundamentalmente nas “lições a se tirar” da história, e no que essas lições podem e como devem ritmar as concepções da juventude naquela conjuntura. Como nesse fragmento: “*só um pensamento o domina e empolga – a idéia de que o Brasil tem que ser defendido, seja quais forem as circunstâncias e as dificuldades, com sacrifício até da própria vida*”, que seriam os valores a serem absorvidos, por isso, destacados na conclusão: “*Brasileirinho! Guardai esse exemplo, e se um dia nosso Brasil for enganado, ofendido ou humilhado, saibamos honrar o nome desses que, como Camerinho, escreveram com o próprio sangue o sentido eterno da bravura de nossa gente e de nossa Pátria!*”.³²⁴

Dou por fim esta breve exposição citando outros dois artigos da revista, que sob outro viés, explicitam a ideologia dessa ala do integralismo. O primeiro trata do tema “Disciplina”. Não é novidade que a disciplina se apresente um elemento muito valorizado no interior de movimentos políticos hierarquizados, e o integralismo é um cabal exemplo. Disciplina e obediência eram valores ressaltados na formação *pliniana*, “*estes desempenhavam um papel fundamental, na medida em que eram entendidos como condição sine qua non para a obtenção da ordem espiritual e moral, indispensáveis ao Movimento*”.³²⁵ Justifica-se, portanto, a continuidade desse tipo de pressuposto na formação dos jovens *cruzadeiros* e (ou) nacionalistas leitores da *Ra-ta-plan*. O fragmento a seguir exprime o que se entendia por disciplina:

A disciplina é a capacidade de saber obedecer e de saber mandar. Obedecer voluntariamente, sem murmurações. Obedecer conscientemente, pela percepção clara dos múltiplos problemas da vida, compreendendo que é necessário, é honroso e dignificante executar, sem discutir as ordens dos nossos superiores hierárquicos, principalmente quando a serviço de uma causa justa e sob o comando de um verdadeiro chefe.³²⁶

³²⁴ SILVA, Jaime Ferreira. *O centenário de Camerinho*. Revista Ra-ta-plan, sem data. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

³²⁵ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)* op. cit., p. 52.

³²⁶ Revista Ra-ta-plan, sem data. *Disciplina*. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ, p. 20.

O segundo texto trata especificamente da educação brasileira, o título, “O educador eleva-se até a criança”, servia de fio condutor para o debate sobre o papel da escola, dos pais e do professor na educação das crianças e jovens. Afirmava Coelho Lousada – autor do artigo – que “*o educador não desce à criança; eleva-se até ela no seu papel de guia e plasmador do caráter infantil*”. Sobre a função dos responsáveis na educação de seus filhos Lousada é enfático: “*orientar desde o berço as tendências e as vocações legítimas dos filhos é um dever principal e inalienável que nenhuma abastança justifica transferir*” para outros. Principalmente se a criança ou jovem for da elite, pois “*a abastança cria obrigações novas porque o filho do abastado está muito mais perto de vir a deter cargos de mando ou de administração e para isso deles se deve exigir melhor têmpera*”. É nesse ponto que fica evidenciada a disputa por consciências que venho tratando, pois o jovem preparado para se tornar o gestor do projeto estadonovista no futuro é o mesmo que está no centro das atenções do artigo de Coelho Lousada. Como afirmei, era ponto pacífico entre os dirigentes da *Cruzada* e da *Ra-ta-plan* que um investimento todo especial (referenciado na doutrina) deveria ser dedicado ao jovem (futura elite dirigente) – genericamente, de classe média – para que este continuasse mantendo vínculos com o pensamento integralista, pois, como alerta o articulista “*a alma infantil é uma placa virgem sujeita a impressionismos daninhos ou edificantes. Estes ou aqueles podem permanecer indeléveis. Cumpre favorecer os segundos e preservá-las dos primeiros*”.³²⁷ Com absoluta certeza, em se agregando outras questões, também outras observações poderiam ser aduzidas a minha leitura, que neste caso se pautou apenas em caracterizar os pontos mais significativos do discurso da revista que evidenciassem o projeto dessa ala do movimento. Para concluir, a construção gráfica exposta na imagem abaixo é uma valiosa ferramenta para apreensão do tipo de material que estamos lidando.

³²⁷ LOUZADA, Coelho. O educador eleva-se até a criança. In: Revista Ra-ta-plan, outubro, 1941. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.



Revista Ra-ta-plan, 15 de agosto de 1941. Pasta 11; “Ra-ta-plan”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Portanto, concluo que a revista, sem causar alarde, incidia sobre o que, naquela conjuntura, começava ganhar espaço como um frutífero campo em disputa: a juventude brasileira. O que para nós se evidencia é que a revista *Ra-ta-plan* e a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa* faziam parte do mesmo projeto de rearticulação integralista, atuando em novas condições. Nesse sentido, ambas as entidades se posicionavam na tentativa de preencher o espaço deixado pela ação doutrinário-pedagógica antes ocupada pelo Departamento Nacional de Doutrina e pela imprensa oficial do partido. Por priorizarem esse aspecto passaram a atuar – articuladas na sociedade civil – como ativas agências difusoras de ideologia, divulgadoras de dada cultura, organizadoras de determinada concepção de mundo, ou o que na acepção gramsciana definiu-se como *Aparelho Privado de Hegemonia*. A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa se articulou como entidade juvenil por entender que este era um campo fértil para se inserir na cena pública. Por suceder a revista, a *Cruzada* se constituiu como o passo posterior na execução dessa estratégia, daí o destaque que demos a suas ações, pois, se a revista manteve-se nos limites da reprodução de dada visão de mundo, e dos valores nela contida, a *Cruzada*

unificava a luta ideológica à articulação política. Noutra perspectiva, a primeira serviu de trampolim para a segunda.

Na seqüência, deixo a literatura infantil um pouco de lado, e concentro-me novamente no nacionalismo apregoado pela *Cruzada Juvenil*. Nas páginas anteriores delimito em três os fatores que conduziam a entidade para o nacionalismo ufanista: o modelo levado à frente pela *Ação Integralista* (majoritariamente ufanista); a repressão ao movimento, que limitava os elementos de intervenção na esfera pública; e a luta contra a investida do governo (nacionalista) sobre a base do movimento. Encaminhando-se para o bloco final de reflexões deste item procurarei apreender as características fundamentais do *consenso nacionalista* gestado pelo Estado Novo, para na seqüência delimitar os confrontos, entre Estado Novo e integralistas (organizados nessas entidades), que sua implementação acabou produzindo.

Tomado o corporativismo “*como um amplo projeto de reordenamento da sociedade*”, apoiado “*inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano*”, que cujo objetivo é “*neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras*”,³²⁸ é que podemos entender o porquê do investimento em propaganda feito pelo governo para que o nacionalismo se reafirmasse como uma verdade consentida pelo conjunto da sociedade. Entretanto, posso afirmar que este é somente um dos fatores que fazem com que o nacionalismo destaque-se como idéia-força durante o Estado Novo. Não seria exagero afirmar que todos os agrupamentos políticos (entre esquerdas, direitas e centros) de expressão que atuaram no interregno do primeiro governo Vargas manipularam em alguma medida o sentimento nacionalista, isto é, cederam espaço a este no seu programa, seja de reforma ou de revolução. Ou seja, a despeito do Estado Novo já havia um grande apelo ao sentimento nacional. Diante disso, o sentimento nacionalista manuseado pelo Estado Novo deve ser qualificado. Em outras palavras, que características o singulariza frente aos demais nacionalismos? Uma dica importante é a composição política do Estado Novo – com destaque para o bloco industrial – que junto à intelectualidade autoritária e as demais frações da burguesia participantes do governo materializaram na fórmula corporativista a garantia da manutenção de seu poder. Nesse sentido, o nacionalismo apregoado pelo

³²⁸ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª Edição. Campinas: Papirus, 1986, p. 18.

Estado Novo continha a expressão do projeto corporativista e de todos os interesses que este vinha a defender.

Ângela Gomes afirma que os dirigentes/intelectuais estadonovistas acreditavam estar contribuindo para um momento revolucionário na história do Brasil que, no entender destes, poderia ser definido como uma *democracia social*. Período marcado por toda uma maneira diferente de pensar povo, de conceber a nacionalidade.

A proposta de fundação de um novo Estado, “verdadeiramente nacional e humano” é a grande tônica do discurso político dos anos do pós-37. A importância e a grandeza desta proposta lhe conferiram, na ótica de seus defensores, o estatuto de um novo começo na história do país. A fundação de uma ordem política consentânea com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro significava um autêntico redescobrimto do Brasil.³²⁹

Para esses intelectuais era preciso “*retomar a nossa formação histórica*”, continuar “*a construção de nossa nacionalidade*”. Pautava-se, portanto, “*uma tarefa integradora de nossa realidade física – de nossa terra – e de nosso homem, ambos abandonados e incompreendidos*”.³³⁰ Portador de valores europeizantes, o liberalismo, desconhecia a verdadeira dimensão do Brasil, “*preferindo explicações simplistas baseadas na inferioridade da raça e do caráter nacional*”, quando na verdade o caminho a ser trilhado deveria ser o do “*reconhecimento do povo brasileiro, com suas necessidades e potencialidades*”. Povo “*cheio de virtudes ignoradas*”, que “*guardava em seu subconsciente, as tradições mais puras do país*”.³³¹ Ao Estado Novo cabia “*identificar e construir o verdadeiro espírito da nacionalidade que se encontrava no inconsciente coletivo do povo*”.³³²

A ruptura com regime liberal anterior, no entanto, não colocava em risco a defesa da ordem e da autoridade, pontos nodais para o prosseguimento “*do próprio curso da evolução normal do país*”, levava-se a risca o lema gravado na bandeira nacional. Em vista disso, toda e qualquer manifestação política que descambasse para a esfera do conflito, isto é, que promovesse a “desordem”, era vista como obstáculo ao progresso e, por isso, sinônimo de antipatriotismo. Nessa definição, enquadrava-se, por

³²⁹ GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 191.

³³⁰ GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 193.

³³¹ GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 194.

³³² GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 195.

exemplo, o movimento operário organizado pelo lado dos trabalhadores – principal expoente do conflito entre capital e trabalho. Nesse contexto, a ameaça anarquista, tão presente na Primeira República, deveria ser controlada, voltava-se as atenções para o descontentamento popular, para a chamada *questão social*.³³³ Isto posto, se a preocupação com o mundo do trabalho constituiu-se como uma das marcas do regime que se inaugurava, conseqüentemente esta estaria presente também no discurso nacionalista propagandeado pelo novo Estado. Pelo menos é nesse sentido que Marcondes filho se manifesta: “*se a colaboração entre capital e trabalho já era grande, deve tornar-se intensa. Se o espírito conciliativo era uma intenção, precisa transformar-se em hábito. Já afirmei (...) que todo pensamento dedicado à discórdia é um pensamento roubado a nação*”.³³⁴ Noutro trecho retirado da revista Cultura Política, braço ideológico do regime, encontra-se a seguinte definição: “*Trabalhar não é simplesmente um meio de ‘ganhar a vida’, mas sobretudo um meio de ‘servir a pátria’*”.³³⁵

O Departamento de Imprensa e Propaganda era o responsável pela produção de materiais destinados a intermediar a relação do regime com a sociedade. Suas sessões davam conta de todas as áreas da produção discursiva (rádio, cinema, teatro e impressos). De posse desse campo de ação, o D.I.P. se encarregou de difundir a ideologia estadonovista. Produzindo uma argumentação própria ou censurando as opiniões contrárias ao regime³³⁶, este órgão se mostrou fundamental para manutenção do consentimento em que o Estado Novo passou a se equilibrar. Sobrepondo jornais e revistas, “*sua atuação diária mais constante é sentida no controle de um dos veículos de comunicação mais atuantes na época, o rádio*”.³³⁷ Seus censores passam a estar espalhados pelas estações de transmissão para garantir o cumprimento das diretivas do

³³³ GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 193.

³³⁴ Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, n. 97, setembro de 1942, p. 372 apud GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 237.

³³⁵ Figueiredo, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política*, n. 21, novembro, 1942, p. 220 apud GOMES, Ângela M. C. *A Invenção do Trabalhismo* op. cit., p. 239.

³³⁶ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 28.

³³⁷ PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal* op. cit., p. 28.

regime. Portanto, é a partir do D.I.P. que se constata o movimento do governo no sentido de fazer do nacionalismo uma ferramenta eficaz para “*integrar os discursos governamentais e a justificar suas próprias realizações*”. Ou seja, referendava-se um *consenso* sobre o nacionalismo buscando-se “*mobilizar cada vez mais amplos setores sociais no sentido de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo*”. No bojo desse processo, como é próprio da formação de *consensos*, solucionava-se os problemas particulares dos grupos gestores do Estado Novo. Em verdade, podemos dizer que o nacionalismo se mostrava somente a “ponta do iceberg”, a partir dele é que se chega a outros tantos *consensos*, todos envolvidos – eufemisticamente – pelo manto dos “problemas nacionais”.³³⁸

Entretanto, nunca é demais alertar que o nacionalismo reproduzido no D.I.P. de maneira alguma expressava uma ideologia unívoca e cristalizada. Ele se constituiria muito mais como um amálgama de nacionalismos, reflexo de projetos paralelos levados a cabo pelos grupos participantes do bloco de poder que compunham o Estado Novo. Nesse contexto, o que estava em jogo era a própria idéia de nação, em vista disso:

(...) os conceitos de nação, nacionalismo e nacional seriam alvo da disputa dos grupos sociais diversos que compunham o “compromisso”. Cada qual procurava imprimir-lhe as suas marcas, resultando tal embate na polarização entre duas correntes principais de pensamento. De um lado, alinhava-se a concepção totalitária dos burocratas e ideólogos oficiais do Estado Novo; de outro, situava-se a vertente autoritária que correspondia que aos interesses da burguesia industrial.³³⁹

A dada disputa que marcou a implementação desse nacionalismo de Estado a partir de 1937, não resume os grupos que estariam envolvidos na disputa do conceito de nação, pois como anteriormente indiquei no seu cerne a *idéia nacionalista* não era contestada, pelo contrário, era compartilhada pelos diversos grupos políticos atuantes naquele contexto. No que concerne ao movimento integralista, como não é novidade, o nacionalismo era a *idéia-força* central, por isso – principalmente após a dissolução do partido –, como buscamos demonstrar, a ação do governo passou a voltar-se, não aleatoriamente, aos camisas-verdes, para que em nome do nacionalismo estes passassem a participar do arco de sustentação política necessário ao novo regime, e porque não, viessem até, em casos específicos, compor as fileiras do Estado Novo. Se retomarmos o

³³⁸ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 36.

³³⁹ MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento* op. cit., p. 37.

conceito de *consenso* – no seu sentido marxista-gramsciano – este indica adesão espontânea a dado projeto de sociedade e (ou) incorporação de determinada visão de mundo de um grupo social por toda uma sociedade. Portanto, neste caso, o que estava se processando, e em parte significativa dos “núcleos verdes” acabou se concluindo, era a vitória de uma específica concepção de nacionalismo sobre a concepção antes a serviço do projeto integralista.

Por ser historicamente construído, todo consenso sintetiza na sua forma vitórias e (ou) derrotas de grupos sociais (antagônicos) atuantes na esfera pública, ou seja, algum grupo ou classe beneficia-se dele mais que os demais. E de fato o que naquele contexto acabou se evidenciando foi que o Estado Novo garantiu e ampliou seu arco de alianças ao manusear, com relativo sucesso, o sentimento nacional ao seu favor, convencendo diversos setores que compunham o amplo campo “conservador” que ele, o Estado Novo, seria o único capaz de garantir a ordem, isto é, uma saída razoável para a questão social. Ou numa perspectiva mais romantizada: a única força política capaz de garantir “o bem do Brasil”. Isto posto, o quadro delineava-se da seguinte maneira: para classe operária agia-se no sentido do *domínio*, da repressão, do controle sobre suas atividades, da perseguição de suas principais lideranças, da paralisia política, enquanto que para potenciais aliados, entre eles, os integralistas, oferecia-se a participação, destarte impunha-se a *direção*.

O interessante da dialética implícita a todo *consenso* é o ambiente que acaba se constituindo com a sua criação. Que se por um lado faz com que os grupos pouco articulados, ou momentaneamente desarticulados, como era o caso do integralismo, se vejam numa condição desfavorável politicamente, e inviabilizados enquanto projeto. Por outro, esse mesmo *consenso*, em determinadas condições (como a posta nos anos de 1940 e 1941), se mostra uma válvula de escape para a desarticulação enquanto grupo político, e mais do que isso uma sobrevivência ao projeto (por certo noutros parâmetros). Creio que essas considerações sejam fundamentais para se entender o tipo de intervenção dos integralistas na Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, voltada ao jovem, porém pautada num nacionalismo de matriz ufanista. Foram conscientes do papel que cumpria o nacionalismo que os integralistas fundaram tal entidade.

Do processo aqui descrito, o que se pode concluir é que havia uma disputa ideológica em curso entre governo e setores do integralismo. É bom que não se perca de

vista a heterogeneidade do movimento, bem como o desmantelamento da sua estrutura interna causada pelo posicionamento político do seu dirigente maior, para que se possa atentar para condições postas nos três primeiros anos do Estado Novo e compreender porque uma não desprezível ala do integralismo da capital (organizada nas entidades aqui citadas), a partir de dada leitura da conjuntura – que atentava para a assimilação de integralistas incentivada pelo governo a partir do argumento patriótico – “bancou” – consciente da possibilidade de utilização do nacionalismo como estratégia político-ideológica, independentemente da reorganização do movimento e dos conseqüentes embates com o governo – o lançamento da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. Um bem articulado Aparelho Privado de Hegemonia nacionalista/ “juvenil”. Primeiro passo para o prosseguimento – numa nova versão – do projeto integralista de sociedade.

2.5 - Conclusão

Ao longo do capítulo procurei pensar a atuação de setores do movimento integralista da capital organizados em entidades, dos mais diferentes matizes, fundadas logo que fracassada a tentativa de golpe em maio de 1938. Essa investida investigativa se mostra pertinente quando submetida a um objetivo de maior envergadura que é a tentativa de definir os marcos da intervenção dos integralistas na cena política brasileira durante todo o período ditatorial. A título de uma melhor compreensão de minha proposta reforçarei resumidamente algumas dessas conclusões.

Em primeiro lugar concedi importância à pouca uniformidade do integralismo especialmente devido a dois motivos: por este ter se constituído como um amálgama intelectual, por certo com predominância do fascismo europeu, e por ter tido um tempo relativamente curto de maturação. Concluí que o período de atuação legal não foi suficiente para que se processasse uma síntese ideológica que servisse como ponto de partida para as tarefas postas pela conjuntura política de implantação do Estado Novo. O que é muitas vezes visto como incapacidade dirigente de Plínio Salgado é por mim entendido como flagrante insipiência político-doutrinária.

Um segundo ponto que procurei frisar foi a conjuntura adversa no qual se fundaram, no Estado Novo, entidades integralistas. Período marcado pelo avanço do governo sobre a base integralista, pela repressão e pelo colaboracionismo de Plínio Salgado. A documentação nos mostrou que os dirigentes integralistas estavam conscientes das dificuldades a serem transpostas, mas só as enfrentaram a partir da

convicção que havia espaço para o integralismo na política brasileira, para além do sentido colaborador defendido por Plínio Salgado. Noutros termos, as entidades foram fundadas a revelia do chefe constituindo-se como uma saída genuinamente militante para a conjuntura adversa.

Em seguida delimito em três os modelos de entidades fundadas por integralistas nesse contexto: os socorros mútuos (*Socorro Verde*, *Associação feminina de Encarcerados*, entre outros); as entidades formadoras de redes de solidariedade (*Apollo Sport Club* e a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa*); e as voltadas para a disputa ideológica *stricto sensu*, no qual destaquei a *Cruzada Juvenil da Boa Imprensa*. Todas, na medida de suas capacidades, atuaram no sentido de reorganizar os integralistas da capital federal.

Por último, busquei empreender um estudo centrado quase exclusivamente na intervenção da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, entendida para fins conclusivos como a mais bem estruturada organização integralista atuante no contexto estadonovista. Manuseando conceitos da literatura marxista de matriz gramsciana, defini que esta se mostrou um competente Aparelho Privado de Hegemonia acumulando as funções de reprodução de dada visão de mundo, herdada da Ação Integralista Brasileira, e agência política, organizando investidas pontuais do movimento no período em questão. Além disso, pautei-me em apresentar a ação do Estado Novo no corresponde à juventude e as ações voltadas para base do integralismo, por entender que esse percurso me aproximaria também do ambiente vivenciado pelos *cruzadeiros*. Tal ação do regime, sem dúvida, influenciou significativamente os rumos da entidade. Neste sentido, o “clima nacionalista” reafirmado pelo regime se mostrou uma chave valiosa para se compreender as tarefas a ser encaradas pelo movimento, e conseqüentemente definiu seu modelo de intervenção, pois o governo utilizava-se do *consenso* – do caráter fundamental da nação frente às divisões políticas – para convencer a base integralista de que o Estado Novo contemplava as aspirações contidas na doutrina integralista. A Cruzada, portanto, no seu raio de ação, pautou-se em barrar as investidas do governo reafirmando o projeto integralista, diferenciando-o do anunciado pelo Estado Novo. Para aferir a estratégia utilizada por esta entidade nos direciono-me novamente para o importante papel desempenhado pela idéias nacionalistas naquele contexto. Pois, o nacionalismo – da forma como era projetado pelo Estado Novo – de principal adversidade a se enfrentar, acabou por se constituir como um caminho viável para a

reformulação da intervenção integralista na sociedade. Foi o que esforcei-me em sistematizar.

De toda maneira, a definição do papel das organizações (em especial da *Cruzada*) como reprodutoras de um *integralismo em nova versão* por mim encampada, impreterivelmente, me posiciona no debate historiográfico (ainda insipiente) sobre o destino do integralismo no pós-Estado Novo que reproduzirei para concluir o capítulo.

Há uma década, nesse mesmo programa de pós-graduação, Maria Elisa W. Guimarães defendia sua dissertação de mestrado que, entre outros assuntos, tratava do movimento integralista no Rio de Janeiro. O conjunto documental utilizado nesse trabalho continha duas matrizes principais: os dossiês lotados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (especialmente as pastas referentes ao movimento integralista) e a documentação contida no Fundo San Tiago Dantas, lotado no Arquivo Nacional. O objetivo primordial do trabalho era aferir o tipo de relações que se produziram entre integralismo e Estado Novo, principalmente a partir do momento que o primeiro passou a assumir um papel de relevância na política nacional. Na prática o limite temporal trabalhado pela autora girou em torno dos anos de 1935 a 1942. A interseção dos temas, a proximidade temporal e o fato de pertencer ao campo investigativo da *história política* justificam minha necessidade em abordá-lo. No entanto, o farei com a maior economia de palavras possível.

Após longa exposição conclui a autora “*que o integralismo deixou de existir*”, com o findar do Estado Novo. Nos anos que compreenderam o “interregno democrático” e a implantação da ditadura civil-militar, o integralismo até teve alguma projeção, tendo Plínio Salgado sido eleito – entre outros dirigentes ex-integralistas – por quatro mandatos consecutivos, sob a legenda do Partido da Representação Popular, porém, ali, não mais se via o integralismo. Os motivos que fizeram a doutrina deixar de existir podem ser resumidos a dois: “*a repressão que se abateu sobre o movimento*”, mas, fundamentalmente, “*porque aqueles a quem o integralismo pretendia mobilizar e aqueles que seriam os responsáveis por dirigir essa mobilização, foram ganhos, em sua maioria, para o apoio ao Estado Novo*”. Desse modo, o “chefe” deixava de ser Plínio Salgado e passava a ser Getúlio Vargas. Esta “*transfiguração de Getúlio em ‘chefe’*” acabou ocorrendo por um misto de opção dos dirigentes integralistas e contingências

próprias da afirmação do projeto fascista de sociedade. No entanto, o sucesso do golpe perpetrado em 1937 figura como um fator crucial para o desaparecimento do movimento, justamente pela similaridade existente entre o projeto estadonovista e o integralista, sintetizado nos seguintes pontos: “*defesa da superação do ‘atraso’ da República Velha (...); superação da regionalização (...); um Estado forte e intervencionista que garantisse o desenvolvimento econômico; o corporativismo*” e principalmente o “*nacionalismo*”. Colocar em prática tais medidas ou mesmo acenar para o cumprimento desse programa – na perspectiva de Maria Elisa W. Guimarães – se mostrou suficiente para que se criasse uma natural identificação entre integralistas e Vargas, permitindo assim a “*assimilação*” dos “camisas-verdes” pelo Estado Novo, e por conseqüência, o “*esvaziamento*” da Ação Integralista Brasileira.³⁴⁰

Retomando algumas das reflexões feitas ao longo do capítulo, o que se poderá averiguar é que em alguns pontos específicos até corroboro com as proposições da autora, porém no seu fundamental, ou seja, na percepção de que integralismo, consolidado o Estado Novo, deixou de existir, estendemos o contrário.

É ponto passivo na literatura sobre o tema, mesmo para os que admitem a continuidade da doutrina, que o integralismo teve seu auge político na conjuntura dos anos 1930. Entretanto, são os dados apresentados por Gilberto Calil por confecção de sua tese de doutorado (números referentes a filiados do PRP, eleitorado, núcleos partidários) que dão a exata noção da capilaridade do Partido da Representação Popular no “interregno democrático” de 1946 a 1964. Tais fontes representam por si só uma prova cabal de meia assimilação, respeitando-se é claro os dados dos estudiosos que pesquisaram e confirmaram a densidade do movimento nos anos 30. Nessa perspectiva, a autora estaria somente parcialmente correta, pois se é verdade que o integralismo diminuiu significativamente findada a ditadura de 1937, tendo uma parcela de seus adeptos e simpatizantes migrado para o “lado” do Estado Novo, também não resta dúvida, e o trabalho de Gilberto Calil está aí para confirmar isso, de que o integralismo não desapareceu. De toda forma, mostrou-se salutar a tentativa da autora de explicar aquele processo de transição destacando a idéia da assimilação. Estou de acordo quando esta cita ala do movimento capitaneada por San Tiago Dantas, Miguel Reale e Hélio Silva como a que passou a fazer parte das fileiras do Estado Novo, tanto quanto em

³⁴⁰ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 225 e 226.

relação a sua constatação de que os integralistas fundadores de entidades, como a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa e o Apollo Sport Club, caminharam em direção oposta à assimilação, ou seja, por permanecerem fiéis à doutrina, procuraram se reorganizar³⁴¹. Entretanto, não corroboro com a idéia de que, “apesar dos esforços no sentido de preservar o integralismo (...) através da organização da juventude (...) a exemplo da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”, o integralismo deixou de existir.³⁴² Pelo contrário, a *Cruzada Juvenil* representou uma nova forma de intervenção do integralismo.

Outro ponto de divergência em relação à interpretação da autora está na idéia de “assimilação da ‘proposta integralista’ no âmbito educacional”, mesmo tendo estes, “no confronto político, terem sido excluídos do poder”.³⁴³ Nesse sentido, a assimilação dos integralistas teria ocorrido “via educacional”. A meu ver é limitada tal apreciação justamente por desconsiderar a significativa gama de integralistas que passaram as fileiras do Estado Novo por sua livre e espontânea decisão.

Em verdade, minhas reflexões se aproximam da proposta interpretativa de Gilberto Calil, que em suas conclusões ratifica a tese de que o integralismo de forma alguma desaparecera, apenas modificara seu modelo de atuação, “abandonando a perspectiva de assalto ao poder a curto prazo e optando pelo enquadramento na ordem institucional vigente”.³⁴⁴ Mais precisamente o autor explica:

(...) o integralismo passou por um processo de reformulação significativa, modificando sua estratégia, na medida em que, constrangido pelos condicionantes externos – nacionais e internacionais –, deixou de se organizar voltado para a tomada imediata do poder e reformulação radical dos mecanismos de imposição da ordem burguesa, segundo uma perspectiva fascista. É importante tornar claro, no entanto, que esta modificação não implicou em abandono dos elementos centrais da ideologia integralista, mas apenas na opção por uma estratégia de afirmação progressiva desta ideologia, sem destacar o retorno a estratégia anterior, caso a conjuntura política o permitisse.³⁴⁵

³⁴¹ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 178 e 179.

³⁴² GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 228.

³⁴³ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo* op. cit., p. 228.

³⁴⁴ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa* op. cit., p. 781.

³⁴⁵ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa* op. cit., p. 782.

Como fiz questão de ressaltar, buscar compreender os motivos que fizeram com que parte da militância integralista optasse pela intervenção política em entidades nacionalistas, coloca esse trabalho na condição de poder contribuir para um melhor entendimento sobre o desenvolvimento do fascismo no Brasil. Herdeiras da AIB, as organizações fundadas durante a primeira metade do Estado Novo, são a continuação do fascismo no Brasil. Foi a partir delas que radiografei a movimentação de uma parcela do movimento ainda não muito pesquisada. E por assim fazer, acabei por apreciar a maneira com que seus adeptos colocavam em prática a doutrina repassada por seus intelectuais mais influentes.

A ruptura provocada pelo fechamento da doutrina mudou com absoluta certeza o curso do projeto fascista da Ação Integralista Brasileira, diferentemente dos clássicos e bastante difundidos processos alemão e italiano, as contingências impostas pela disputa política produziram uma situação específica em que o fascismo não estando mais em expansão e acumulando forças, também não havia sido totalmente aniquilado ou assimilado. A vaga histórica que compreendeu o período de ditadura estadonovista poderá ser entendida como de reorganização dos integralistas, do retorno a doutrina, do fascismo na retaguarda. Dessa forma, confabulando a justa medida do trabalho que teria pela frente confidencia o integralista desalentado: “*tomaram o leme do nosso ‘carajá’ e voltamos a encruzilhada de 1933*”.³⁴⁶

Essa seria a condição imposta pela conjuntura às entidades fundadas no pós-maio de 1938, em especial a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. Tal condição também seria o liame entre a militância na conjuntura do Estado Novo e no pós-1946. Foi a necessidade de construir novos meios para manter vivo o projeto integralista, que os “camisas-verdes” começaram a reformular seu modelo de intervenção. Se a CJBI foi, como propus, a evolução da atuação do movimento, de aparelho simplesmente político/socializador para aparelho ideológico portador de um projeto para médio e longo prazo, ela pode ser também considerada o passo inicial para o enquadramento da ideologia integralista aos desafios do novo contexto político. Não será por acaso que Jaime Ferreira da Silva, seu principal dirigente, se mostrará como um dos alicerces do Partido da Representação Popular no Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, o programa do PRP apresentado por Gilberto Calil no pós-guerra (pautado “*na denúncia contra*

³⁴⁶ Dossiê 03/12/1940. Pasta 7; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

*comunistas; na afirmação de uma concepção excludente de 'democracia'; na defesa incondicional da propriedade privada; e em sua presença cotidiana em todos os espaços institucionais buscando afirmar seu projeto")*³⁴⁷, começou na verdade a ser gestado ainda nos primeiros anos do Estado Novo, e no que se refere ao Rio de Janeiro, na Cruzada Juvenil da Boa Imprensa.

³⁴⁷ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa* op. cit., p. 780.

A Justiça no Estado Novo: contra os integralistas subversivos

Apoiado nas reflexões dos capítulos anteriores, neste que se inicia, continuarei a tratar da intervenção dos integralistas no Estado Novo. Intervenção essa que se desenvolveu de maneira nada uniforme e condicionada à variadas leituras da conjuntura em questão. Nesse capítulo, como anteriormente defini, manter-me-ei focado nos marcos da atuação dos adeptos do movimento militantes no Distrito Federal.

Ao refletir sobre a formação e a posterior estruturação da Ação Integralista Brasileira defini ser, além das circunstâncias postas ao movimento, a partir da instauração do Estado Novo – caracterizada pela repressão, assimilação e abstenção de Plínio Salgado –, a deficiente *síntese doutrinária*, uma das principais causas da derrota política sofrida pelo movimento na transição do regime “constitucional” para a ditadura. Na verdade, o que buscava era demonstrar que: primeiramente a doutrina não era tão homogênea como procuravam afirmar suas lideranças e alguns pesquisadores do tema; em segundo lugar, e em consequência dessa primeira constatação, que a divisão da doutrina não seria de forma alguma um fato exótico, pelo contrário, seria reflexo das condições de unidade alcançadas em novembro de 1937. No entanto, esta constatação só se mostrou suficientemente sustentável para que fosse tratada como uma hipótese – entre outras, guia dessa dissertação – quando me deparei com a documentação produzida pela militância após a instauração do Estado Novo, portanto sem o peso da hierarquia da doutrina que, como venho afirmando, padece de espaço nos trabalhos que tratam do tema. A partir dessas fontes, no capítulo anterior apontei, alicerçado em trabalhos que já haviam se referido a essa questão, para a dificuldade, muitas vezes subestimada, do *chefe* em conter as posições independentes que, por vezes, alas do movimento tomavam e (ou) pressionavam para que o chefe as tomasse.

Pode parecer ao leitor um tanto enfadonho a repetição de todos esses argumentos, porém tomando a carga de leituras (especializadas e principalmente não especializadas) que subestimam a presença de militância atuante no interior do Partido Integralista, julgo primordial apontar meus pressupostos para que não parem dúvidas. Restaurar tal reflexão ratifica minha posição em direção a história política, especialmente aquela que ratifica a primordialidade da ação humana no desenvolvimento do processo histórico. Nesse aspecto, os integralistas (no plural) continuarão a figurar como o objeto central de minhas reflexões.

Em se tratando da ação política da militância integralista, pode se dizer que o embate político interno – muito mais difícil de ser aferido do que os ocorridos no interior do Partido Comunista, não raro, com farta documentação – nunca deixou de ocorrer. Porém, este ficou mais tensionado quando colocadas as dificuldades organizativas, fruto do fechamento do partido em dezembro de 1937. Já se apontou que parte dos integralistas da capital fundou organizações dos mais variados tipos, cuja função principal era reagrupar os antigos partidários dispersos, devido aos fatores anteriormente elencados. Evitando cair nas malhas das particularidades, situei este extenso e variado grupo como os que, mesmo com as dificuldades postas, *enxergavam uma possibilidade real de reerguimento da doutrina*. Ou seja, pressupunham que ainda havia espaço para o integralismo na política nacional, e era para isso que “trabalhavam”. A tática adotada por tal ala foi a do não enfrentamento; pois, era preciso trilhar caminhos que os mantivessem atuando e reorganizando a doutrina. Além dessa, outra condição era compartilhada por esse setor. O fato de, em sua significativa maioria, não ter tido participação na tentativa de golpe em maio de 1938, os deixavam menos sujeitos as interpelações policiais. Em sentido oposto, neste terceiro capítulo minha atenção estará voltada para os integralistas que declaradamente se opuseram ao novo regime. Conseqüentemente, também, os mais atingidos pela repressão, isto é, julgados, condenados e posteriormente detidos nas prisões da ditadura. Os que, tomando o léxico ditatorial, são denominados de *subversivos*.

A propósito, como ponto de partida defino *subversão* como insubordinação às leis ou às autoridades constituídas (ilegítimas na perspectiva dos subversivos), descambando por vezes em tentativa de transformação da ordem política, social e econômica estabelecidas.

O aparato repressivo do Estado Novo estava composto por três organismos: a polícia política representada pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social; o Tribunal de Segurança Nacional; e os estabelecimentos prisionais, entre eles, a Casa de Detenção e as Colônias Penais de Fernando de Noronha e Ilha Grande. Todas as instituições de alguma forma produzirão vestígios da passagem de militantes integralistas. Entretanto, no que concerne a essa pesquisa, serão os processos abertos no Tribunal de Segurança Nacional que irão disponibilizar um maior volume de informações. A partir desses processos posso dividir em dois os períodos de atuação dos integralistas opositores do regime: o primeiro momento, sintetizado na tentativa de

golpe em maio de 1938 conduzida pelas lideranças políticas da capital e arredores, e que contou, na sua preparação e execução, com amplas parcelas da militância local; e um segundo momento, caracterizado pela articulação de células políticas, sem maiores aparatos, atuando de maneira independente já numa conjuntura posterior a maio de 1938. Em relação aos *primeiros subversivos*, após retomar brevemente as circunstâncias que os levaram a executar o levante e a posterior reação do regime, procurarei traçar a trajetória desses pelos diversos presídios da ditadura, expondo em seguida algumas situações que evidenciem a condição dos “camisas-verdes” nesses estabelecimentos. Por último estarei focado no contexto em que os envolvidos no episódio foram ganhando liberdade condicional. Para quais integralistas era concedido tal benefício? Que tipo de comportamento era exigido do militante para que este viesse a ser contemplado com benefícios? A quais arbitrariedades o governo se valeu para impor a sua vontade política? Em que medida a continuada violência estadonovista se insere no amplo quadro das relações do governo com o integralismo? Serão as questões que prioritariamente guiarão nossa narrativa. No que se refere ao segundo momento, procurarei apreender como se conformou e como atuou a ala do movimento que se manteve por toda (ou quase toda) ditadura na oposição direta ao regime. Como atuaram após maio de 1938? Quais foram os resultados dos seus embates com o regime? O que pretendia o governo com a anulação dos integralistas taxados de subversivos? Em princípio, serão as questões que procurarão dar continuidade ao estudo da intervenção integralista no Estado Novo.

A criação do Tribunal de Segurança Nacional se dá com a lei N. 244, de 11 de setembro de 1936. Sua motivação política estava na ação comunista que, sob o manto da Aliança Nacional Libertadora, empreendera uma tentativa de golpe um ano antes. Malgrado o movimento, a resposta do governo materializa-se numa brutal repressão, com destaque para o fechamento dos núcleos da ANL pelo Brasil e a perseguição de suas principais lideranças. Para manter o controle sobre seus opositores – ao governo não bastava à violência da perseguição e da posterior prisão – era preciso neutralizar suas ações por um bom espaço de tempo. Por isso, a vista do regime mostrava-se um tanto quanto arriscado a dependência a certas decisões judiciais advindas do Superior Tribunal Militar referentes ao episódio – é importante considerar que parte significativa dos envolvidos na revolta em 5 de julho de 1935 eram militares. Não se pode perder de

vista que a ideologia que hegemonizava as altas patentes militares da época, incluindo sua corte superior, se pautava por uma noção “restrita” de democracia, bem como por um ferrenho anticomunismo. Mesmo assim, diante de tamanha dúvida ganhou força dentro do governo a opção por constituir uma corte especial que se responsabilizaria em julgar tais “delitos políticos”.

Em seu artigo primeiro a lei N. 244 instituíu seu caráter transitório “*como órgão da Justiça Militar (...) que funcionará no Distrito Federal, sempre que for decretado o estado de guerra e até que ultime os processos de sua competência*”.³⁴⁸ O Tribunal seria composto por cinco juízes, divididos da seguinte maneira: dois dos juízes deveriam ser oficiais do Exército ou da Armada “*generais ou superiores da ativa ou da reserva*”, dois civis “*de reconhecida competência jurídica*”, e por último, “*um magistrado civil, ou militar, todos de reputação ilibada*”.³⁴⁹ O artigo terceiro definia as competências do TSN: atuar “*nos crimes contra a segurança externa da República (...) quando praticados em concerto, com o auxílio e sob a orientação de organizações estrangeiras e internacionais*” e “*nos crimes contra as instituições militares*”.³⁵⁰ A Corte ainda contaria com um promotor de Justiça que seria preenchido por “*um procurador nomeado pelo Presidente da República*”.³⁵¹ Outro ponto que chama atenção na dita lei é que, caso lhe conviesse o juiz poderia dispensar a presença dos réus, o que deixava as agências repressivas (especialmente a polícia) numa situação bastante confortável, pois diminuía-se a possibilidade do preso aparecer em público com marcas de violência.

Sob impacto do golpe em novembro o regime edita o Decreto Lei N. 88, em 20 de dezembro de 1937, modificando a lei N. 244 de 1936. Neste há uma mudança na composição do Tribunal, que passaria a contar com seis e não cinco juízes, como definia

³⁴⁸ Artigo 1º, Lei n. 244, de 11 de setembro de 1936. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1943, p. 255.

³⁴⁹ Artigo 2º, Lei n. 244, de 11 de setembro de 1936. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 255.

³⁵⁰ Artigo 3º, Lei n. 244, de 11 de setembro de 1936. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 255.

³⁵¹ Artigo 7º, Lei n. 244, de 11 de setembro de 1936. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 256.

a legislação anterior. Além de ser incluído um advogado de notório saber.³⁵² Também será ampliada as atribuições do TSN, que “*privativamente*” competirá processar crimes “*contra a existência e integridade do Estado*”, bem como crimes “*contra a economia popular, a sua guarda e o seu emprego*”.³⁵³ Mais intransigente, este definirá nos seus artigos 10 e 11 respectivamente: “*As sentenças do Tribunal são irrecorríveis e não suscetíveis de embargos*” e “*serão processadas e julgadas pelo Tribunal as revisões criminais das condenações por ele proferidas*”. Há dois dispositivos, que mesmo para um leigo em questões jurídicas, se insinuam controversos: para nos crimes contra o Estado e contra as instituições da República, estritamente os crimes políticos cometidos com o objetivo de derrubada do regime caberá aos “*juízes que proferirem a sentença, e bem assim o Tribunal, em grau de recurso, julgarão por livre convicção*”³⁵⁴; noutro artigo “*presume-se provada à acusação, cabendo ao réu prova em contrário, sempre que tenha sido preso com arma na mão, por ocasião de insurreição armada, ou encontrado com instrumento e documento do crime*”.³⁵⁵

A constituição do TSN abriu inusitadamente um debate nas hostes do regime: quem se beneficiaria com o bônus advindo do julgamento dos comunistas (subversivos e traidores da pátria) envolvidos no episódio de 1935? A criação do Tribunal como órgão vinculado a Justiça Militar, primeira instância do Superior Tribunal Militar, deixa a questão subjudice, com ligeira vantagem para as Forças Armadas. No entanto, as novas atribuições e os dispositivos autonomistas, cada vez mais, colocavam o TSN em rota de colisão com relação à máxima instância militar. O resultado prático foi que “*tanto o STM quanto o STF (...) vão colher recursos contra sentenças do TSN quando os solicitantes forem presos por atividades anteriores a constituição de 1937, abrindo duplicidade de procedimentos*”.³⁵⁶ Serão comuns os casos em que garantia-se direitos

³⁵² Artigo 2º, Decreto-Lei N. 88, de 20 de dezembro de 1937. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 258.

³⁵³ Artigo 4º, Decreto-Lei N. 88, de 20 de dezembro de 1937. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 258.

³⁵⁴ Artigo 13º, Decreto-Lei N. 88, de 20 de dezembro de 1937. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 260.

³⁵⁵ Artigo 20º, Decreto-Lei N. 88, de 20 de dezembro de 1937. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 261.

³⁵⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 282.

por uma corte, enquanto a outra o negava.³⁵⁷ Havia enfrentamentos jurídicos de todo tipo, mas sem dúvida, as questões que causavam maiores polêmicas giravam em torno das arbitrariedades legais e dos dribles do TSN a tradição jurídica brasileira. Como resposta, o Superior Tribunal Militar, “*não só aceita os recursos, nega-se a retroagir a lei, como ainda insiste no princípio de julgar conforme a prova legal, recusando-se a aceitar o princípio vigente no TSN de julgar por livre convicção*”.³⁵⁸ É importante atentar que os debates irão se concentrar nos julgamentos de comunistas, ou indiciados com estes envolvidos, participantes da “Revolução de 1935”.

O sucesso do golpe de novembro de 1937, apesar da participação ativa da caserna, modifica significativamente a correlação de forças. Isto porque são remetidos ao mandatário da República poderes quase ilimitados, antes parcialmente freados pela constituição de 1934. As competências do TSN, reformuladas no decreto de dezembro (citado), refletem a busca do regime por uma maior concentração de poder nas mãos de instituições cujo governo tivesse interferência direta. O período que se estende de novembro de 1937 a maio de 1938 corresponde à fase de afirmação do Estado Novo, que no seu bojo – além de procurar produzir um *consenso* entre as forças “conservadoras” e anticomunistas da necessidade do regime nos marcos que delineava a constituição de 1937, ou seja, concentrando poder em Vargas – também definia as forças que comporiam tal regime, bem como a proporção de poder a elas concedidas. Já foi alvo de minhas reflexões o papel cumprido pelo integralismo nesse contexto. Desprestigiado desde os primeiros momentos, na medida em que o Estado Novo avançava pelo ano de 1938, notava-se que o espaço que sobrara na composição do novo regime, comparado as pretensões de seus dirigentes, se mostrava diminuto. Por uma série de motivações que já tratei o resultado do impasse acabou sendo o alijamento gradativo do poder. Coroada com uma cabal derrota política sofrida após a malograda tentativa de golpe em maio de 1938.

Inserimos os integralistas na história do TSN, não só pelos processos envolvendo integralistas julgados por esta corte, mas por sua contribuição para a

³⁵⁷ É o que ocorre no caso de Américo Ribeiro Araújo. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2487.

³⁵⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, Antônio Costa. *O Corporativismo em Português* op. cit., p. 282.

ampliação dos dispositivos legais da ditadura. Pois, é como resultado imediato do “clamor popular” que o regime impõe o Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938, “*que definia crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social*”.³⁵⁹ Esmiuçada, esta é mais uma lei que se propõe a punir os “crimes” praticados contra o regime. No seu artigo segundo, institui a pena de morte para os seguintes crimes, no qual destaco:

2 – atentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito a sua soberania;

5 – tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento de uma ditadura de uma classe social;

6 – insurreição armada contra os poderes do Estado, assim considerada ainda que as armas se encontrem em depósito;

9 – atentar contra a vida, a incolumidade ou a liberdade do Presidente da República.³⁶⁰

Ainda sim, o parágrafo segundo do mesmo artigo³⁶¹ destaca que, se nos demais casos a pena de morte só terá efetividade em relação aos “cabeças”, no caso de atentar contra a vida do Presidente, tal punição também envolverá tanto autores como cúmplices. Seguindo, a lei em questão se mostra detalhista no que compete ao combate a seus adversários. Por exemplo, concede apenas ao Estado o poder de possuir milícias de qualquer natureza, “*não sendo permitidas organizações de tipo militar, caracterizadas por subordinação hierárquica, quadros ou formações*”.³⁶² O que mais parece um reforço a lei que proibia o funcionamento de entidades partidárias, pois também incide diretamente sobre o movimento integralista. O decreto também ambiciona fechar qualquer estabelecimento particular de ensino, que mesmo alheio a tais crimes, deixem de excluir de seus quadros “*diretores, professores e funcionários ou empregados, ostensivamente*” ou “*clandestinamente a partidos, centro, agremiação ou junta de existência proibida ou que tiverem cometido qualquer dos atos definidos como*

³⁵⁹ Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 273.

³⁶⁰ Artigo 2º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274.

³⁶¹ Artigo 2º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274

³⁶² Artigo 8º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274.

crime nesta lei”.³⁶³ Se não bastasse, a lei ainda institui penas severíssimas para as atividades de imprensa que fizessem oposição ao regime³⁶⁴, e proíbe os funcionários públicos de qualquer atividade partidária³⁶⁵. Enfim, os artigos 22 e 23 demonstram a pouca disposição do governo em abrir mão de punir seus inimigos, pois centraliza de vez no TSN o poder de julgar os delitos que interferiam na ordem política e social:

Art. 22 – São inafiançáveis os crimes punidos nesta lei e neles não haverá suspensão da execução da pena, nem livramento condicional.

Art. 23 – Todos os crimes definidos nesta lei serão processados e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, na forma prescrita no Decreto-Lei N. 428, de 16 de maio de 1938.³⁶⁶

Por força destes e de outros instrumentos legais suplementares, o Tribunal de Segurança Nacional adentrou pelo ano de 1938 apreciando processos, não somente instaurados contra comunistas, mas neste contexto também envolvendo integralistas. Com uma significativa diferença, estes últimos passaram a ser julgados sob o manto da legislação de 18 de maio de 1938, muito mais restritiva do que a própria Lei de Segurança Nacional.

Pelo regimento interno vigente em 1940 chegamos aos ritos burocráticos do Tribunal. Neste, define-se os procedimentos do julgamento da seguinte forma: *“feita a qualificação do réu (...) ouvidas as testemunhas de defesa (...) o representante do Ministério Público sustentará oralmente a acusação, em trinta minutos, seguindo a defesa, pelo mesmo modo”*.³⁶⁷ O documento restringe a somente duas, as testemunhas de defesa para cada réu.³⁶⁸ Mesmo num tempo tão curto para a apreciação do caso, o

³⁶³ Artigo 14º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274.

³⁶⁴ Artigo 4º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274.

³⁶⁵ Artigo 11º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274.

³⁶⁶ Artigos 22º e 23º, Decreto-Lei N. 431, de 18 de maio de 1938. In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 274.

³⁶⁷ Artigo 50º, Regimento Interno, de 4 de junho de 1940 In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 379.

³⁶⁸ Artigo 51º, Regimento Interno, de 4 de junho de 1940 In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 379.

juiz, na mesma audiência, proferirá a sentença.³⁶⁹ Nesse ínterim, as sessões do Tribunal ocorriam as terças e sextas-feiras.³⁷⁰ Após julgado, e se condenado, o réu era encaminhado a campos de trabalho destinados a presos políticos como a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha, principal destino dos integralistas presos no período. Mais tarde, “já em 1942, muito possivelmente em razão da presença das forças norte-americanas” na Ilha, este estabelecimento prisional é deslocado para a Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro.³⁷¹ Temos registros da passagem dos integralistas por ambos os presídios, inclusive contendo datas sobre seus deslocamentos, o que indica que os camisas-verdes experimentaram ambientes tão inóspitos quanto os demais detentos.

Havia um vínculo direto entre a direção do presídio, ou mais precisamente seu Conselho Penitenciário, com o TSN. Era pelo intenso intercâmbio de informações que, por exemplo, se decidia por benefícios, ou a não concessão destes, aos presos. Mas o que salta aos olhos é a relação pouco republicana que se desenvolvia entre o Tribunal e a Polícia Política. A opção dos juízes em “*considerar provado o aprovado nos autos*”, além de “*estabelecer um elevado grau de arbítrio nas sentenças do TSN*”,³⁷² evidencia esse fato. O que se verá a seguir tem haver com a ação complementar das três instituições, que juntas compunham uma espécie de cadeia repressiva encarregada de desmobilizar opositores, ou mesmo possíveis inimigos, do regime.

3.1 – Os primeiros subversivos

Os motivos que levaram uma ala do movimento integralista do Rio de Janeiro a participar da tentativa de golpe em maio de 1938 procurei tratar no primeiro capítulo dessa dissertação. No entanto, para que não permaneçam dúvidas, recordarei

³⁶⁹ Artigo 53º, Regimento Interno, de 4 de junho de 1940 In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 379.

³⁷⁰ Artigo 71º, Regimento Interno, de 4 de junho de 1940 In: BRANCO, Eurico Castello. *Dicionário de Jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional* op. cit., p. 379.

³⁷¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, Antônio Costa. *O Corporativismo em Português* op. cit., p. 279 e 280.

³⁷² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, Antônio Costa. *O Corporativismo em Português* op. cit., p. 281.

sinteticamente duas das motivações principais: o descontentamento com o governo (reflexo da proibição de funcionamento do partido, do alijamento da doutrina na formação do novo Estado e da repressão, nesse período já iniciada em algumas cidades); e a desconfiança da capacidade articuladora de Plínio Salgado. Motivações à parte, o fato é que na madrugada do dia 10 para o dia 11 de maio algumas dezenas de integralistas promoveram uma tentativa de golpe que, apesar de não tão bem planejada, acabou efetivamente, por curto espaço de tempo é verdade, colocando a vida do Presidente da República em risco.

Malgrado o golpe, o saldo acabou sendo alguns óbitos por parte dos camisas-verdes e algumas dezenas de prisões em flagrante. Não satisfeito, e imbuído pelo desejo de desarticular de vez o integralismo, o regime direcionou toda a sua carga repressiva – antes exclusiva a comunistas, a sindicalistas e a alguns poucos liberais – para os “camisas-verdes”. O que se apurou sobre o ocorrido, bem como os procedimentos policiais, motivações e seus resultados reuniu-se em alguns processos entregues ao Tribunal de Segurança Nacional, que como fiel Tribunal do regime buscou julgá-los a contento. De toda gama processual referente ao episódio de maio de 1938 destaca-se o processo de número 600. Este, de acordo com o relatório do Delegado Alberto Tornaghi, envolveu pelo menos 153 integralistas, dos quais foi pedida a condenação de nada menos que 144 processados. Considerando o fato de que muitos ao longo da investigação foram excluídos do processo, o número de atingidos pela repressão foi bastante significativo.³⁷³

Na versão da procuradoria justificava-se a ação do governo em relação aos integralistas, por estes terem, na madrugada de 10 para 11 de maio, empregado meios para *“assaltar residências de autoridades e edifícios de outra natureza, como parte de um vasto plano revolucionário (...) que pretendia tomar posse do governo (...) impondo ao país o regime exposto na doutrina integralista”*.³⁷⁴ Na versão policial o motim se desenrolou de tal maneira que foram programados nada menos que *“29 assaltos a mão armada a residências de diversas autoridades civis e militares, pontos telephonicos,*

³⁷³ Relatório do Delegado Alberto Tornaghi. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 333 – 2003; processo: N° 600; folha: 600/1146.

³⁷⁴ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 330 – 2003; processo: N° 600; folha: 600/04.

estações de rádio e telégraphos, além de incêndios vários".³⁷⁵ Não se pode desconsiderar a participação dos integralistas militantes no Distrito Federal e dos arredores, pois como bem mostra o documento policial, praticamente cada ponto de assalto tinha pelo menos um núcleo encarregado pela operação. Mas sem dúvida a ação da polícia superou em muito o impacto real do episódio. Em verdade, como antes observei, a tentativa de golpe foi utilizada pelo governo para desestabilizar o que após o fechamento do partido havia ainda de organização do integralismo. Nesse ínterim, o regime impõe o *consenso nacionalista*, associando o tempo todo o integralismo ao fascismo. Procurava com isso convencer à opinião pública que era o verdadeiro defensor da unidade da nação, pois combatia a outra face do extremismo estrangeiro, o de direita.

Entretanto, do processo 600 não retiramos somente conclusões sobre o que representou para o integralismo o desenrolar do episódio. As milhares de páginas que o compõem são ricas em informações sobre a trajetória dos “camisas-verdes” nas prisões da ditadura, e, portanto, fundamentais para um seguro entendimento de como se desenvolveram as relações entre governo e essa ala do integralismo.

Para os subversivos presos em flagrante o destino na mesma noite do golpe foram as selas da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Para os demais, envolvidos ou não no episódio, os dias que se seguiram foram de expectativa, quebrada apenas pela ação violenta da polícia, que mesmo sem mandatos específicos efetuou centenas de prisões. No parecer que indefere o pedido de livramento condicional solicitado por José Meneses, o Conselho Penitenciário da Casa de Correção do Distrito Federal remonta a trajetória do detento. Depois de ter sido preso na noite do levante e ter passado pela Colônia Agrícola de Dois Rios, fora transferido para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, sendo mais tarde embarcado para a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha, onde esteve a partir de 26 de outubro de 1938. Seu retorno ao Rio de Janeiro para a Casa de Correção ocorreu somente em 12 de novembro de 1939.³⁷⁶ Percurso próximo do trilhado por Inácio Berrondo que, também após ser

³⁷⁵ Relatório do Delegado Alberto Tornaghi. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 333 – 2003; processo: N° 600; folha: 600/1146.

³⁷⁶ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2307.

recolhido na Casa de Detenção, cumpriu boa parte de sua pena em Fernando de Noronha, retornando ao Rio de Janeiro tempos depois.

É preciso admitir que são muitas as variáveis possíveis quando se trata da trajetória de presos políticos do regime no contexto em questão. As contingências próprias da vida ajudam nesse sentido, muitos foram os que faleceram, adoeceram, se beneficiaram de um bom relacionamento com dirigentes do regime, entre outras situações. Entretanto, se pode afirmar que parte considerável dos integralistas após vagarem por algumas das penitenciárias do Distrito Federal foram embarcados para Fernando de Noronha, onde, se não sofrido nenhum infortúito, retornaram em 1941 ao Rio de Janeiro. Ou para serem postos em liberdade ou para darem prosseguimento à pena na Colônia Agrícola de Dois Rios (Ilha Grande). São três os documentos que me encaminha para este entendimento.

O primeiro é um registro assinado pelo Diretor do presídio de Fernando de Noronha Nestor Veríssimo da Fonseca que contém a “*relação nominal dos presos matriculados nesta colônia*” em junho de 1941. Consta que dos 260 detidos listados, noventa – provenientes do Rio de Janeiro – teriam se “matriculado” na *Colônia* em dois de novembro de 1938, data citada em diversos documentos como referente à entrada de integralistas em Fernando de Noronha. Provavelmente a esmagadora maioria dessa remessa de presos mandados a este presídio eram integralistas envolvidos no levante, o que confirma nossas perspectivas. Há ainda outra data, primeiro de janeiro de 1939. Data que é “matriculado” Belmiro Valverde, liderança do levante de maio. Outros ainda foram deslocados “avulso”, dificultando nossa contabilização. Entretanto, é bem provável que o número de presos integralistas detidos tenha girado em torno da metade dos que cumpriram prisão durante os anos de 1939, 1940 e parte de 1941 naquela penitenciária. Outro documento que corrobora com nossas conclusões é o que clama ao governo o registro da quitação de todas as obrigações penais, assinado por 62 integralistas. Diz o documento que pelos serviços prestados com dedicação, “*quer operando nas obras de construção do Presídio de Fernando de Noronha, quer colaborando em quase todas as secções desta Colônia Agrícola (...) são merecedores de pronto retorno a sociedade brasileira.*”³⁷⁷ Ao final aparece à lista dos requerentes, que

³⁷⁷ Presos políticos pedindo clemência, sem/data. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1376, Pasta: Correspondência sobre presos políticos (Polícia Civil, 1944)

apesar de omitir diversos nomes de envolvidos no golpe, não deixa de ser significativa para atestar a presença volumosa de integralistas em Fernando de Noronha.

Por último, retorno a “*relação dos condenados recolhidos aos diversos presídios desta capital sob o controle da DESPS e a disposição do Ministério da Justiça*”³⁷⁸, onde se achavam no início de 1944 pelo menos 72 presos integralistas cumprindo pena relativa a crimes, não só ligados ao golpe de maio, mas também referente à subversão, espionagem, entre outros. Ou seja, apesar da maioria dos detidos e condenados em 1938 – após cumprirem parte da pena – terem sido beneficiados pelo livramento condicional³⁷⁹, alguns ainda cumpriam pena em 1944. Isto posto, outros integralistas ainda viriam a se somar aos antigos companheiros por outros crimes.

Em resumo, baseado nos registros que tive acesso (Relatório do Delegado Alberto Tornaghi de 1938, a Relação de Presos Matriculados em Fernando de Noronha em 1941 e a Relação de Presos Políticos do Distrito Federal de 1944) concluo que, a despeito das trajetórias individuais, os integralistas estiveram presentes, a partir de 1938, em todos os espaços prisionais reservados a envolvidos em crimes contra a ordem estabelecida, o que fragiliza qualquer narrativa que os interprete exclusivamente como aliados, ou mesmo, assimilados pelo regime.

Nas penitenciárias – salvo os militantes mais próximos a Belmiro Valverde, que junto deste procuraram, em duas oportunidades, fugir da prisão – os demais não causaram maiores problemas ao regime. Isso se atesta nos pareceres dos Conselhos Penitenciários que julgam os pedidos de livramento condicional. A maioria esmagadora a que tive acesso, mesmo indeferindo a solicitação, relata o bom comportamento do detento integralista. Por exemplo, Lourival da Silva Jesus tem seu pedido deferido, pois, segundo o parecer, “*tem tido bom procedimento na prisão, onde tem trabalhado em diversos serviços*”.³⁸⁰ A própria solicitação dos presos requerendo documentos que

³⁷⁸ “Relação dos condenados recolhidos aos diversos presídios desta capital sobre o controle da DESPS e a disposição do Ministério da Justiça”. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1376, Pasta: Correspondência sobre presos políticos (Polícia Civil, 1944).

³⁷⁹ Os registros de livramento condicional contidos nos autos do processo 600 não estão completos, porém dão fortes indícios de que o número de integralistas detidos, terminado o ano de 1941, diminuiu consideravelmente. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: Nº 600.

³⁸⁰ Livramento Condicional de Lourival Jesus. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: Nº 600; folha: 600/2265.

comprovavam estarem quites com a justiça que acima expus, explicita a forma nada conflitiva que permeava as relações entre detentos e administração dos presídios. É importante registrar que possivelmente muitos dos detidos tenham passado a adotar uma posição pró-Estado Novo dentro da cadeia, e por que não até passado a cooperar de alguma forma com a direção do presídio para a manutenção da ordem interna. No entanto, esta é apenas uma suposição, difícil, a partir de minha coleção de documentos, de ser colocada a prova.

O fato é que a relação entre integralistas e governo continuou ambígua mesmo nas penitenciárias. Vejamos o caso de Belmiro Valverde, integralista que figurava como uma das lideranças da seção do movimento de oposição mais ferrenha ao governo. Quando da segunda vez que procurou fugir da Colônia Agrícola da Ilha Grande, fez questão de redigir uma carta ao Diretor do Presídio Coronel Nestor Veríssimo *“cientificando-lhe da gratidão pela fôrma humana, digna e cavalheresca pela qual o senhor vem dirigindo os presos políticos no Brasil atual (...) adotando os princípios de humanidade (...) respeitando os sagrados melindres da dignidade humana”*. Valverde diz ser *“sinceramente (...) um admirador agradecido”*.³⁸¹ Por esta carta poderíamos concluir apressadamente que os integralistas foram beneficiados por uma prisão bem mais amena do que a imposta a comunistas por exemplo. No entanto, é fundamental não perder de vista um elemento próprio do discurso de integralistas na condição de Belmiro Valverde, isto é, detidos por terem tentado aplicar um golpe de Estado. Para estes era importante se desvencilhar da pecha de *desordeiros* ou *subversivos*, da maneira que eram taxados os comunistas. Primeiramente porque se entendiam como a verdadeira oposição ao comunismo, e em segundo lugar, para que suas ações não pudessem ser tomadas como despropositadas pelos seus pares do movimento. Tomado esse sentido do discurso, a carta pouco acrescenta no que concerne a situação dos integralistas presos. A dúvida ainda persiste: como qualificar a relação do governo com os integralistas presos?

Dois outros documentos podem nos ajudar a pensar a questão. O primeiro é uma carta do integralista Leo Ramos endereçada a sua mãe. Nela o “camisa-verde” coloca: *“diz a senhora em sua carta de 5 de janeiro que todas (refere-se a irmã e a avó) estão espantadas com minha magreza, mas a senhora pode ficar descansada porque eu*

³⁸¹ Carta de Belmiro Valverde ao Coronel Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1476.

graças ao creador vou passando bem".³⁸² Um corriqueiro relato, mas que expõe as dificuldades de uma prisão que atingia a todos.³⁸³ O outro documento trata de uma situação um tanto mais dramática: *"a tentativa de suicídio do condenado político Edmundo Simões"*. A sindicância que apurou o caso fez questão de chamar a atenção para o fato de que Simões sofria de forte *"depressão nervosa"* antes mesmo de adentrar ao presídio. Tentando diminuir assim a importância do depoimento do preso que atribui o seu estado ao *"seu recolhimento (...) num cubículo escuro, ao barulho do bater das portas de ferro pela manhã, as fortes dores de cabeça e a dor (...) na parte inferior do tórax"*, fatores capitais para *"que seu estado de nervos se agravasse"*. A transferência para a *"sala da capela"*, por indicação de um médico, *"nada lhe adiantou visto ter-se agravado seu estado, não só por certas coisas a que era obrigado a assistir por força de sua situação, às quais não estava acostumado"*, mas também pelo intenso barulho daquele local. Destarte as dificuldades de origem *"depressiva"*, conta-nos o documento que o integralista teria ainda sido alvo de uma punição onde ficara *"privado de visitas e correspondências, em 13 de agosto último, por ter-se empenhado em luta corporal"*. No entanto, a causa principal de tão extrema atitude teria sido, segundo Simões, o *"erro judiciário"* de que foi vítima: *"já havia impetrado habeas-córpus por três vezes no Tribunal de Segurança Nacional e no Supremo Tribunal Federal, os quais lhe denegaram a ordem, ficando-lhe com a impressão de nunca mais sair da prisão"*.³⁸⁴

A crueldade da prisão estadonovista não pode, de forma alguma, ser subestimada e é por isso que, na falta de dados administrativos mais precisos (relação de integralistas falecidos, adoecidos, etc...), insisto em investir numa narrativa que se aproxime ao máximo da condição de vida dos presidiários.³⁸⁵ Isto posto, pelas informações que

³⁸² Carta de Léo Ramos a sua mãe. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: Nº 600; folha: 600/2346.

³⁸³ *"Pobre, pouca e insalutífera, a comida das prisões fazia com que os detentos soubessem que, definitivamente, haviam sido excluídos do mundo dos homens. Eles mesmos reclamavam que estavam 'subalimentados em virtude de uma comida insuficiente e, às vezes, em estado de putrefação. Chegavam a referir-se a si próprios como cães abandonados"*. CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 204.

³⁸⁴ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: Nº 600; folha: 600/2258.

³⁸⁵ *"A superlotação das prisões e as péssimas condições de habitabilidade eram uma mostra da onipotência e onipresença do Estado e de seu principal agente e sustentáculo: a polícia. Na prisão, os indivíduos eram levados a perder todos os contornos de civilidade, assumindo cada vez mais sua condição animal"*. CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas* op. cit., p. 193.

disponho, se não é possível afirmar com segurança que os integralistas foram vitimados por uma repressão equivalente a imposta aos comunistas, também não há registros que garantam que os “camisas-verdes” alcançaram algum tipo de benefício enquanto estiveram detidos. É bom frisar que levo em consideração os integralistas como grupo político, ou seja, a princípio ser integralista não afiançava uma melhor condição na prisão. Por isso, sou da opinião de que somente um estudo específico, focado também nos presos integralistas, poderá esclarecer tais questões, até lá são superficiais quaisquer interpretações que afirmem categoricamente o beneficiamento de integralistas nas prisões do Estado Novo.

Por fim, numa carta datada de 25 de janeiro de 1940, endereçada a Chefia de Polícia, um grupo de integralistas solicita providências quanto à ação hostil de comunistas presos também na Casa de Detenção:

- a) São os detentos abaixo em número de 17, vivendo em comum com 80 comunistas, na sua maioria composta de elementos incultos, avessos as boas normas da disciplina, que vivem em organização puramente bolchevista: (um presidente analfabeto e um conselho secreto agitador);
- b) **prevalecendo-se da grande maioria, esses elementos promovem diariamente manifestações hostis aos seus adversários de credo** e aos poderes públicos, em paródias de canções militares e marchas carnavalescas;
- c) diariamente fazem reuniões doutrinárias para seus elementos mais desprevidos (...);
- d) já scientificamos a Direção da Casa do procedimento irregular desses elementos (...);
- e) **Dada as circunstâncias das provocações terem atingido o seu auge parecendo pouco faltar à agressão pessoal**, achamos de nosso dever levar ao vosso conhecimento tais irregularidades e aguardar as providencias que achardes acertadas, com referência especialmente a desarticulação deste grupo de células comunistas, aqui organizado.³⁸⁶

O fragmento acentua a condição desconfortável desses militantes em meio à superior quantidade de comunistas, fortalecendo a tese de que não havia proteção do governo aos “camisas-verdes”. Parece-nos mesmo que estes não foram poupados das dificuldades próprias da detenção que, diga-se de passagem, não eram desprezíveis. Tanto é que no ofício endereçado ao Ministério da Justiça, o Diretor do Presídio de Ilha Grande relata que *“todos esses presos (integralistas) não cessam de solicitar instalação*

³⁸⁶ Carta de 25 de janeiro de 1940. Pasta 11; “Cartas Integralistas”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

apropriada, principalmente hospitalar”.³⁸⁷ Pelo que deixa transparecer, o ofício do Diretor Aloysio Neiva teria sido motivado por uma solicitação feita pelos detentos Gerardo Margela de Melo Mourão, Eduardo Pacheco Andrade (ambos integralistas), entre outros, sobre melhores condições para a enfermaria do presídio, e que esta, como os demais espaços, fossem divididos entre presos comuns e presos políticos. Nesse mister, respondendo ao Ministério da Justiça, o diretor é enfático: “o *Presídio do Distrito Federal não tem acomodações e muito menos secção separada para presos políticos*”. Assume ainda existir “*uma série de inconveniências, senão de irregularidades*”, pois “*embora reunidos em duas salas separadas, não estão convenientemente acomodados*”. Conclui solicitando “*providências no sentido de fazer cessar a transferência de qualquer preso político para este estabelecimento, enquanto não dispuser de instalações condignas*”.³⁸⁸

Por tudo isso, o documento em questão reforça a condição precária de guarda de presos políticos durante o Estado Novo, que pesquisas anteriores já haviam assinalado. A novidade talvez seja a apresentação de dados empíricos onde integralistas apareçam compartilhando, junto a comunistas, tamanha precariedade. Aproveitando o ensejo, reforço que meu objetivo em suscitar tais dúvidas sobre a relação do regime com integralistas no presídio, indicando na seqüência possibilidades interpretativas, se distancia, e muito, da tentativa de colar a idéia de que os integralistas teriam sido mais injustiçados do que os comunistas no Estado Novo, ou mesmo, de afirmar que a repressão tenha se voltado para os integralistas (tomado o universo de seus núcleos espalhados pelo Brasil) de forma tão avassaladora quanto agiu contra comunistas. O que procurei até aqui foi evidenciar que uma parcela significativa da militância carioca, taxada de subversiva, teve tratamento condizente a essa condição. Ou seja, por terem se sublevado na conjuntura de 1938, eram vistos e tratados como inimigos pelo regime.

³⁸⁷ “*Na Colônia Correccional de Dois Rios, praticamente não havia serviços de saúde. Existia um médico para um número excessivo de doentes e a estes não era dedicado nenhum tratamento especial ou confinamento. Aqueles que necessitassem de serviços cirúrgicos ou de um tratamento médico mais acurado eram transferidos para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, regalia que não era fácil de ser conseguida*”. CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas* op. cit., p. 198.

³⁸⁸ Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1424.

Passado o ano de 1938 e findado o processo 600 e seus congêneres se encerrava a “onda” de perseguição e punição a direita subversiva. No conjunto o saldo para o regime pareceu estupendamente positivo, pois, além de ampliar os marcos legais da ditadura, e de legitimar-se ante a opinião pública como defensor da *ordem nacionalista*, desmantelara uma organização política – ainda que sobrevalorizada por seus dirigentes – reconhecidamente presente nos diversos segmentos sociais de todas as regiões do Brasil. Entretanto, com o passar dos anos os focos de resistência ao Estado Novo pelo lado integralista cada vez mais perdiam força ou isolavam-se do restante da militância, fato também reflexo do competente artifício da prisão dos líderes dessa oposição, complementada pela intensa propaganda governista que acusava-os de traidores do próprio integralismo. Nesse ínterim, cumprida parcela da pena, muitos “camisas-verdes” passaram a se movimentar no sentido de se beneficiarem pelos dispositivos legais que permitiam a estes pleitear a liberdade condicional, mesmo que esse caminho lhe custasse o abandono da doutrina.

Tomando como base a legislação em vigor, estes passaram a requerer junto ao Tribunal de Segurança Nacional o benefício da liberdade condicional, tendo alguns, obtido sucesso. É o que ocorre, por exemplo, em 13 de junho de 1941, segundo sentença do Juiz Pedro Borges da Silva, com Walfrido Rodrigues, Armando Ferreira Moreira, Rui Presser Belo, Lucas Mandarino, Lourival da Silva Jesus, Léo Ramos, Raul Moreira Cortes, entre outros³⁸⁹, que de maneira coletiva são agraciados com a liberdade condicionada. Outros tantos, ao contrário, terão seus pedidos indeferidos. O olhar sobre esses registros nos dá margem para continuar a refletir sobre a relação do regime com tais militantes, além de, por conseqüência, explicitar os procedimentos arbitrários praticados pelo TSN com relação a presos políticos.

Consta nos processos que o preso para poder requerer o livramento condicional deveria obedecer as seguintes determinações legais: “*estar preso por tempo superior a metade da pena; ter cumprido, pelo menos, uma quarta parte da pena em penitenciária agrícola; e ter tido bom procedimento na prisão, indicativo de regeneração*”.³⁹⁰ No entanto, uma das marcas do regime com relação a presos políticos era o não necessário

³⁸⁹ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2352.

³⁹⁰ Pronunciamento da Procuradoria sobre o requerimento de Livramento Condicional de Crysanto Leite. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2428.

cumprimento da lei, mesmo sendo esta, a meu ver, bastante restritiva. Argumentando com base em critérios quase sempre muito subjetivos, o governo criava inúmeros empecilhos ao detento que, mesmo cumprindo os prazos legais, detivesse ainda a alcunha de subversivo.

O primeiro desses empecilhos é de ordem legal, e pautava-se na dita “especialidade” do subversivo ou detento político. Argumentavam os porta-vozes do regime que “*a simples prova do bom comportamento*” não bastava “*para o presidiário do crime político obter a liberdade condicional*”. Isto porque, crime comum e crime político não se confundiam. Pois se para o primeiro o “*encarceramento*” era voltado, sobretudo, “*a reeducação moral do indivíduo*”, exigindo-se ao final “*a prova do mínimo ético indispensável para o seu retorno à sociedade*”, no caso segundo, além dos requisitos citados, era necessário acrescentar “*o requisito do bom comportamento político e cívico*”.³⁹¹ Em verdade tais parâmetros tinham como objetivo neutralizar a prática dos tribunais que, cumpridos os prazos, concediam livramentos condicionais, levando apenas em consideração a declaração do diretor do presídio atestando o bom comportamento do preso. Dessa forma, utilizando-se da subjetiva idéia de *regeneração*, o regime procurava emperrar os processos de liberdade condicionada a presos políticos, mesmo que nessa constasse estar “*o liberando sujeito à vigilância de Patronato jurídico dos condenados desta capital, proibido de residir fora do Distrito Federal e obrigado (...) a abster-se de qualquer atividade de natureza política ou ideológica*”.³⁹² Pois, na argumentação dos agentes do regime, para estar apto novamente ao convívio em sociedade, era necessário ao preso político algo a mais do que o simples cumprimento da pena, era preciso convencer as autoridades da *repressão* que abandonara qualquer intenção de voltar a militar novamente em uma agremiação política, quando não negar algumas de suas convicções por escrito. É o que transcorre, por exemplo, com Ignácio Berrondo, que se vê obrigado a reproduzir a seguinte declaração:

(...) para melhor instruir o seu pedido de livramento condicional, vem, mui respeitosamente, a presença de V. Exc. para fazer a declaração seguinte: declara o suplicante a V. Exc. não pertencer mais a nenhum partido político, tendo-se desligado do ex-partido integralista desde de dezembro de 1938. Vivendo, desde

³⁹¹ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2622.

³⁹² Livramento Condicional de Alfredo Cunha. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2475.

essa data até o presente, em estado de isolamento. Afirma, portanto, o suplicante, que não mais tomará parte em nenhum movimento revolucionário político.³⁹³

Se a intenção do regime era neutralizar os setores de oposição direta no interior do integralismo, o artifício da declaração pouco valia, pois esta por si só não refletia incondicionalmente o verdadeiro sentimento do suplicante. Consciente desse fato, Eduardo Jara, procurador do TSN, se posiciona: “*a retratação dos seus ideais revolucionários em documentos escritos (...) não assegura que haja repudiado as suas idéias e intenções e que não venha a reincidir na prática do outro crime de mesma natureza*”. Quem poderia garantir que o elemento não procedia propositalmente com “*astúcia processual*”? Desta forma, era necessária precisão para determinar os “camisas-verdes” que alcançariam a liberdade. Preocupado com essa situação, o procurador, sem o menor pudor jurídico, indaga: “*onde está nos autos a prova da aceitação da instituição vigente e do comportamento cívico em sintonia com o espírito do Estado Novo, por parte do criminoso político*”?³⁹⁴

Na sua perspectiva a *regeneração* do criminoso estaria condicionada ao “*acolhimento e respeito sincero pelo governo constituído*”, entretanto, e fundamentalmente, esta condição deveria ainda estar submetida “*a uma observação longa e sensata por parte das autoridades carcerárias*”, para que o Estado não se visse vítima da “*astúcia*” do criminoso. Para isso, o Conselho Penitenciário, no exercício de suas funções, deveria “*informar circunstanciada e minuciosamente*” se houve ou não uma “*assimilação sincera e leal do condenado aos ideais do Regimen*”. E assim complementa, “*é preciso a demonstração visível (...) exteriorizada nos gestos e na disciplina através de longo tempo*”.³⁹⁵

No entanto, o procurador desvia-se de outra prática comum do Tribunal, tão ou mais arbitrária que os procedimentos já apontados: o expediente de consultar a Polícia Política sobre o inconveniente ou não da libertação de presos integralistas. Para este a “*continuidade da detenção*” só se justificaria “*quando a autoridade do presídio*

³⁹³ Livramento Condicional de Ignacio Berrondo. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2442.

³⁹⁴ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2622. (Grifos do autor)

³⁹⁵ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2622. (Grifos do autor)

informar do perigo mediato e imediato que o liberando possa provocar contra a instituição do regimen ou integridade da nação".³⁹⁶ Porém, utilizando-se do artifício da jurisprudência do Tribunal, a maioria esmagadora dos juízes decidia pelo indeferimento do pedido do livramento condicional, tendo esse já antes sido indeferido pela Chefia da Polícia do Distrito Federal. Noutra situação, ainda mais comum, uma comunicação da Polícia Política para o Conselho Penitenciário alertava para a periculosidade do detento, modificando totalmente o parecer deste órgão, que mesmo admitindo o bom comportamento do presidiário, se mostrava contrário ao pedido de livramento condicional. É o que ocorre no caso de Crysanto Horácio Leite, que quando solicitado parecer do Conselho Penitenciário de Fernando de Noronha sobre a possibilidade de seu livramento condicional, coloca ter o Chefe de Polícia "*advertido ser o mesmo um elemento perigoso às instituições (...) dar-lhe liberdade equivaleria a integrá-lo novamente no pleno exercício de suas perigosas atividades*". Tendo em vista tamanha negativa "*do responsável direto pela ordem pública*", o Conselho acabou definindo em parecer ser "*inconveniente a concessão do benefício*".³⁹⁷

A situação era tão explicitamente absurda que não faltaram protestos de advogados e procuradores, estupefatos por uma prática jurídica totalmente em desacordo com a tradição da magistratura brasileira. Respondendo a uma das arbitrariedades dos juízes, argumenta Francisco Oiticica Filho, procurador do TSN, ser despropositado o pressuposto de tomar o preso político como um indivíduo de "*inadimissível regeneração*". Em seguida completa "*não alcança o subscriptor destas linhas porque fuja o preso político da regeneração, quando é ela admitida para todos os crimes da maior perversão moral*".³⁹⁸ Em outra polêmica, a procuradoria questiona o procedimento de consulta à Diretoria da Polícia sobre o livramento condicional de presos políticos. Fundamenta ser descabido tal procedimento na medida em que "*a concessão de livramento condicional não se firma na certeza da regeneração mas em mera presunção, que só se efetiva depois de solto o liberando*", para que aí sim, "*sob a*

³⁹⁶ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2622.

³⁹⁷ Livramento Condicional de Crysanto Leite. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2417.

³⁹⁸ Parecer da Procuradoria. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2284.

fiscalização policial”, se possa finalmente provar se houve ou não regeneração.³⁹⁹ Além disso, alerta para a confusão nas competências dos órgãos, já que “*após a condenação o preso passa à guarda do diretor do presídio*”, fugindo totalmente da fiscalização da autoridade policial. Direto a questão fundamental, Oiticica Filho entende que esta prática leva a uma “*subordinação intempestiva*”, com danos ao estado de direito, pois “*enfraquece a justiça e fortalece cada dia mais o arbítrio policial*”.⁴⁰⁰

Como afirmei, as questões suscitadas por esses registros, além de apontarem para flagrantes arbitrariedades jurídicas, deixam-nos a par da claríssima opção do regime em continuar privando do convívio em sociedade os “camisas-verdes” que fizeram, e ainda faziam oposição ao Estado Novo. Mesmo assim, havia ainda aqueles que se julgavam “arrepentidos”. Eram para estes que começaram a ser concedidas as primeiras liberdades condicionais, que no avançar do ano de 1941 fez diminuir significativamente o número de integralistas detidos. Os livramentos condicionais, como procurei apresentar, não estavam submetidos somente as prescrições legais. A imparcialidade judiciária, expediente de difícil crédito em sociedades de classe, ganha ares de comédia barata na atuação do TSN que, nada imparcial, ainda mantinha suas decisões totalmente submetidas à interferência da polícia. Na prática quem acabava decidindo o destino do preso era a Chefia de Polícia.

A investida golpista de maio acabou por produzir uma onda de repressão atingindo inclusive aqueles que não tiveram participação efetiva na execução do levante. No entanto, a repressão ficou restrita aos “camisas-verdes” atuantes no Rio de Janeiro. Não há registro de prisões fora da Zona Metropolitana da capital federal, pelo menos nos dois processos mais volumosos que trataram do episódio. No mais, o que veio a ocorrer foram incidentes, desdobramentos do golpe, (empastelamentos de jornais, invasão de núcleos da AIB, troca de insultos, confrontos físicos sem maiores gravidades), gerados pelo clima de comoção criado pela máquina de propaganda do governo, logo que controlada o levante. Talvez a única exceção tenha sido o processo que apurou a tentativa de José Baltazar da Silva de divulgar “*em público, a falsa notícia de que o Sr. Presidente da República fora gravemente ferido na reação que opuzera ao*

³⁹⁹ Parecer da Procuradoria. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2428.

⁴⁰⁰ Parecer da Procuradoria. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2290.

assalto ao Palácio Guanabara”. Que em decisão do TSN de 14 de setembro de 1938 acabou sendo condenado a “*um mês, vinte e dois dias e doze horas*” por “*divulgar notícia falsa, causadora de apreensões e desassocego no seio da sociedade teresinense*”.⁴⁰¹

Outro processo também ligado ao golpe de maio é o de número 822, porém aberto somente em 1939. O processo gira em torno de “*umas bombas, dois revólveres e um fuzil mauser*”, as bombas teriam sido enterradas “*no quintal da casa de Waldemar Pessoa da Costa*”, liderança do movimento na Ilha do Governador, já o “*parabelum e o fuzil mauser*” teriam sido “*jogados na água pelo acusado Eurico Miranda conforme as suas próprias declarações*”.⁴⁰² Segundo o relatório policial, um investigador da polícia, integralista, teria deslocado do depósito dessa instituição uma série de materiais (granadas, fuzis) para o “núcleo verde” da Ilha do Governador, que lá foram enterrados por um de seus membros, logo após o fracasso do golpe de maio. Entretanto, uma denúncia anônima, passado mais de um ano, fez com que a polícia chegasse a esse “pequeno arsenal”, iniciando assim um inquérito envolvendo diversos “camisas-verdes”.⁴⁰³ Do processo, consumado os procedimentos burocráticos, o que mais nos chamou a atenção foi à violência imposta a um dos acusados, tão flagrantemente testemunhada numa correspondência endereçada ao Tribunal de Segurança Nacional. No mais, o retomarei em momento oportuno.

Como se registrou, não me preocupei em esgotar os processos referentes ao golpe de maio. Interessou, a partir de fragmentos desse material, avaliar em que condições os integralistas foram inseridos na dinâmica repressiva do regime, tomando esta como o somatório da condenação, o período de detenção e a vista aos requerimentos de livramento condicional. Isto feito, concluo que o Estado Novo tratou tais elementos como inimigos, como antes já havia feito em relação a comunistas, liberais, sindicalistas, entre outros. Pelo processo de número 600, foi possível demonstrar como o regime se valeu de diversas artimanhas jurídicas para dificultar ao

⁴⁰¹ Golpe de Março, Piauí. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 034 – 2004; processo: N° 564; folha: 564/29.

⁴⁰² Audiência. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 822; folha: 822/154.

⁴⁰³ Relatório Policial. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 822; folha: 822/118.

máximo a defesa e a concessão de benefícios para os envolvidos no episódio de 11 de maio. Por certo, a legislação penal, específica para criminosos subversivos, em muito contribuiu para este fato, entretanto, em diversos momentos, a arbitrariedade, se naturalizou ao ponto da lei (restritiva) ser insuficiente para os objetivos políticos imediatos, ocorrendo, não raro, a reinterpretação da lei numa versão ainda menos em compasso com a tradição jurídica brasileira. Por outro lado, compilou-se fragmentos relativos à passagem dos integralistas nos presídios, que, tomando variados aspectos (inclusive uma solicitação da autoridade carcerária para fim do deslocamento de presos), reforçam o caráter repressivo do governo, subsidiando, por consequência, minha hipótese de serem estes integralistas efetivamente inimigos para o regime. Ou seja, longe de se comportar como um jogo de cena, a repressão uma vez mais cumpriu sua função de brutalizar os embates políticos. Nesse contexto coube ao Tribunal de Segurança Nacional garantir um caráter legal ao empreendimento autoritário; já ao sistema prisional coube a função de transformar a estadia do preso num verdadeiro martírio, negativamente inesquecível, ou pelo menos suficiente para que o militante nunca mais cogitasse a possibilidade de se envolver em agrupamento político qualquer. Por tudo isso, passado 1941, após ter imposto a agudeza do cárcere e a indignidade de uma corte inconstitucional, o governo acabou se mostrando vitorioso, pois desmantelou toda e qualquer possibilidade de articulação da seção integralista mais apta a se insurgir contra sua política. A condição de direção política em relação aos demais componentes do bloco conservador havia sido finalmente alcançada, era preciso somente “cuidar” dos retardatários.

3.2 – Subversivos a serviço da ordem

Nesta etapa do texto, dedicarei-me a analisar os processos instaurados para julgar crimes – praticados após maio de 1938 – tidos como de subversão e que envolveram “camisas-verdes”. Tratados, a partir da tentativa de golpe como subversivos, os integralistas fiéis a doutrina continuarão a se posicionar do lado da ordem, para isso, apesar das divergências, serão unânimes em negar de todas as maneiras a alcunha de *desordeiros* propagandeada pelo Estado Novo.

Neste ponto, vinculo essa reflexão às anteriormente desenvolvidas sobre a formação do integralismo. Naquele debate, prevaleceu a percepção de estar o integralismo entre os muitos movimentos autoritários surgidos naquele contexto. E que

por assim ser, seus intelectuais, acabaram por compartilhar com tais correntes alguns pontos de seu projeto de sociedade, pois, “*havia um denominador comum de idéias que uniu a direita nacionalista em torno de um programa que supunha ser o Estado o espaço privilegiado de mudança*”.⁴⁰⁴ De fato, o integralismo co-participava do advento de um nacionalismo de direita, marcante ao promover uma ruptura com o padrão de direita até então existente no Brasil. Essa “nova direita” se caracterizava por “*assumir a defesa de posições antiliberais, nacionalistas, estatistas e corporativistas*”. Procurando se apresentar como um contraponto ao avanço da modernidade política e cultural, “*propunha a manutenção das ‘tradições nacionais’ e defendia princípios antiliberais e antiigualitários*”. Nesse sentido, desmereciam todas as conquistas conseguidas em nome da liberdade e (ou) igualdade, se colocando de maneira intransigente na defesa de valores políticos que “*privilegiassem a autoridade, a ordem, a hierarquia e a obediência*”.⁴⁰⁵ Na prática, lutava-se contra as transformações ocorridas na sociedade brasileira durante a Primeira República sintetizada na “*divisão da sociedade em inúmeras correntes políticas e intelectuais, no poder crescente dos movimentos sociais das classes subalternas e nas transformações dos padrões tradicionais de moralidade*”.⁴⁰⁶

A construção da “nova ordem”, com os elementos identificadores que aqui resumidamente disponibilizei, será compartilhada por todo o campo denominado “direita nacionalista”, e estará, como veremos, no horizonte dos militantes integralistas, mesmo quando na conjuntura do pós-maio de 1938, este Estado – garantidor da ordem – se voltar contra estes acusando-os de subversivos.

Esse debate, portanto, se apresenta como o ponto de partida para uma análise dos setores integralistas que atravessaram o Estado Novo mantendo uma linha de oposição ao regime. Em princípio, sobre esses, refletirei a partir de quatro questões: Como se constituiu a ala do integralismo opositora ao regime? O que os singulariza frente aos demais “camisas-verdes”? O que os mantiveram na oposição ao regime? Quais foram às

⁴⁰⁴ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)* op. cit., p. 103.

⁴⁰⁵ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)* op. cit., p. 19.

⁴⁰⁶ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)* op. cit., p. 104.

consequências de seus embates com o regime? Finalizarei reafirmando o investimento do regime na base integralista: que premiava os setores tendentes a aproximação, ao compasso que revalidava a condição de subversivo aos que entendia ser “irregeneráveis”.

3.2.1 – Os defensores da ordem

Se retrocedermos à composição da Ação Integralista Brasileira constataremos que esta desde suas origens procurou reproduzir todo um modelo para-estatal (composto por escolas, clubes, postos de saúde, entre outros), sempre tomado por seus dirigentes como estágio preparatório para chegada ao poder. Dessa estrutura, não há como não destacar a formação da milícia integralista: uma força militar paralela preparada para oferecer ao integralista treinamento compatível a de um combatente das Forças Armadas tradicionais. A documentação disponível não assegura que se levou a frente um programa de treinamento militar enquanto esta esteve em funcionamento, entretanto não se pode descartar a disposição de seus componentes em agir *via armas* para a chegada ao poder. O fato é que, a partir de 1936, época em que ocorre um redirecionamento político no integralismo, a milícia integralista cede lugar a Secretaria de Educação, justamente quando passa a ganhar força a tese de um movimento mais partidário em detrimento de uma opção mais miliciana.

Ao contrário do que se possa imaginar, esse *caminho*, acordado em função das perspectivas eleitorais de Plínio Salgado, de maneira alguma suprimiu a atuação dos integralistas enquanto braço armado, pois estes continuaram a agir – principalmente, em conluio com o regime – contra seus inimigos políticos, especialmente elementos e grupos de esquerda.⁴⁰⁷ A história dos setores posteriormente tomados como subversivos pelo regime, tem como lastro esses “camisas-verdes” que no interregno (1935-1937) atuaram ostensivamente – em nome da ordem, e com o consentimento do regime – policiando as atividades subversivas “bolcheviques”.

Não são raros os registros de ações conjuntas de integralistas e governo, mais comum ainda será a inserção integralista na máquina policial. Inúmeros agentes policiais se declaravam integralistas. Em trecho do relatório de Eusébio Queiroz Filho –

⁴⁰⁷ Ao mesmo tempo a dissolução da milícia objetivava diminuir o mal estar criado em relação às Forças Armadas, resultado da sobreposição de hierarquia, símbolos e ritos.

Comandante da Polícia Especial – destinado à Vargas, este confessa: “*releve-me informar a V. Ex. que o número de integralistas nessa repartição não era pequeno, onde funcionários nela entraram até com a camisa simbólica*”.⁴⁰⁸ Noutro fragmento, cita o relatório policial ter um investigador integralista deslocado armamentos para o núcleo da Ilha do Governador para serem utilizados na tentativa de golpe em maio de 1938.⁴⁰⁹

A face armada da doutrina era real e o dado apresentado demonstra isso. Certo também é a convicção compartilhada por parte considerável da militância de que a ação armada, em momento oportuno, cumpriria sua função na implementação do *Estado Integral*. O médico Belmiro Valverde desde dessa época figurava como um expoente dos setores entretidos na ação de caráter miliciano. É o que aponta o processo de número 611, aberto com o objetivo de julgar a posse de armamentos por parte de dois integralistas, além do próprio Valverde. Sentenciando o caso o juiz relata que em meio à campanha eleitoral de 1937 guardou-se na Radio Sociedade Fluminense uma expressiva e variada quantidade de armamentos e munições. Valverde teria informado em depoimento que seu intuito era de coibir “*ameaças de depredações*” àquela estação transmissora, e que para isso “*mandou*” dois “*vigias*”, armados, ao local. O que não faz sentido é tipo de material encontrado “*nove carabinas e mosquetões, 866 balas, e duas granadas*”, ou seja, muito superior ao necessário para uma simples autodefesa. Outro dado interessante é a informação fornecida pela defesa que, procurando atenuar a pena, coloca que “*durante essa época, os integralistas se armavam e se municavam com o consentimento do governo e da polícia*”.⁴¹⁰ Que, entre outras coisas, aponta para o entendimento de terem os “*camisas-verdes*” participado ativamente do empreendimento repressivo cerrando fileiras junto a polícia política do regime. Sobre esse ponto em especial, construiu-se uma polêmica.

A historiografia especializada por muito tempo mostrou-se bastante decidida a definir as relações entre integralistas e regime como de completa amistosidade, o que

⁴⁰⁸ Carta de Eusébio Queiroz Filho a Getúlio Vargas. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 1939.08.12.

⁴⁰⁹ Relatório Policial. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 822; folha: 822/118.

⁴¹⁰ Sentença. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 139 – 2004; processo: N° 611; folha: 611/97.

tomando um determinado grupo de fontes, inclusive a que acima apresentei, parece ter considerável sustentação. Entretanto, recentemente, a luz de pesquisas concentradas em materiais produzidos pela polícia política contra integralistas, passou-se a se formular uma interpretação diferente da até então hegemônica. Esta tendia a problematizar a tácita aliança entre o regime e “camisas-verdes”. Na prática, direciona-se a pensar tal relação mais pela ótica do confronto em detrimento de uma perspectiva mais cooperacionista. Giselda Silva – autora “revisionista” – sintetiza o tipo de papel que desempenhavam os integralistas entre 1935 e 1937: “*ao mesmo tempo que atuavam no campo discursivo antiliberal e anticomunista, os integralistas se envolviam em conflitos públicos e armados com os comunistas, assumindo o papel de policiamento da sociedade*”.⁴¹¹ Em contrapartida, aponta que este fato não necessariamente significou apoio incondicional do governo ao integralismo, e muito menos seu contrário. Justifica essa sua hipótese com os seguintes argumentos:

A quantidade de investigadores e informantes que foram mobilizados para vigiar e controlar as atividades integralistas, bem como a forma como eles elaboravam num mesmo documento os resultados das informações sobre os serviços de observação de integralistas e de comunistas, como se ambos fossem componentes de um mesmo perigo, pode ser tomada como dados argumentativos de nossa interpretação (...) o Governo tinha sérias restrições ao avanço da proposta integralista no campo político (...) as relações entre Getúlio e os integralistas foram permeadas de desconfiança e estratégias de manipulação de ambos os lados.⁴¹²

A autora levanta a tese de que tanto o comunismo, quanto o integralismo figuravam como doutrinas extremistas para a polícia política. A análise dos dossiês demonstra que os policiais “*empenhavam-se em destacar, muitas vezes com giz vermelho, os discursos integralistas, que segundo eles, representavam uma ameaça ao governo*”.⁴¹³ Portanto, na prática, houve uma repressão programada a integralistas “*configurando (...) uma situação de controle político, desconfiança e suspeita sobre o movimento*”⁴¹⁴, muito pouco comum no trato com aliados. Dessa forma, as “*ocorrências policiais representam um conjunto de dados que comprovam este olhar*

⁴¹¹ Silva, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português* op. cit., p. 213.

⁴¹² SILVA, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português* op. cit, p. 214.

⁴¹³ SILVA, Giselda Brito. Getúlio Vargas, a Polícia, os Integralistas: aliados ou adversários? In: SILVA, Giselda Brito & ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de Almeida. *Ordem e polícia: controle político – social e formas de resistências em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX*. Recife, UFRPE, p.144.

⁴¹⁴ SILVA, Giselda Brito. Getúlio Vargas, a Polícia, os Integralistas: aliados ou adversários? In: SILVA, Giselda Brito & ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de Almeida. *Ordem e polícia: controle político – social e formas de resistências em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX* op. cit., p. 141.

do governo sobre o integralismo”, colocando em discussão, inclusive, “o lugar do integralismo nos planos do golpe do Estado Novo”⁴¹⁵. Giselda Silva destaca algumas características dessa atuação policial:

(...) busca e apreensões de símbolos dos integralistas nos estados em que havia conflitos; posturas dúbias do governo em relação aos integralistas no campo do discurso políticos; construção diária de uma contrapropaganda para combater os inimigos do regime, estendidas aos integralistas; ações policiais construídas objetivamente no cotidiano policialesco da imagem subversiva dos integralistas.⁴¹⁶

No campo discursivo, a determinação dos integralistas como subversivos vem a complementar a intensa ação repressiva. Pois, ao mesmo tempo em que “*fichava os integralistas também no campo da desordem pública junto com os comunistas, o Governo passava a produzir, discursivamente, a presença de dois inimigos e ameaças nacionais*”.⁴¹⁷ Em vista disso, em se tratando da relação entre Governo e integralismo, Giselda Silva pouco convencida da afirmativa que estes eram *obviamente* aliados, conclui que:

(...) de 1932 a 1937, os integralistas ocuparam vários lugares de ação nas práticas discursivas e não discursivas que levaram à implantação do Estado Novo ditatorial. Não sendo eles unicamente no papel de aliados e atores fomentadores desse projeto autoritário, mas também como instrumentos de manobra, devendo alguns trabalhos lembrar que os arquivos das delegacias de Ordem Política e Social, bem como os arquivos judiciais, encontram-se recheados de documentos datados desde 1932 até 1945 sobre as relações mais do que tensas e conflituosas. Daí, não se podendo mais falar de amizade, alianças e acordos sem redimensionar seus níveis e lugares.⁴¹⁸

As afirmações da autora, com absoluta certeza, nos condiciona a melhor aquilatar as relações de poder no período. Entretanto, nunca é demais destacar que a conjuntura de Pernambuco, central nas suas análises, era por certo diferente daquela vivida no Rio de Janeiro, onde, como procurarei mostrar, houve de fato ações conjuntas entre as forças políticas em questão. Em vista disso, baseado nos dados que disponho (em parte apresentados), tendo a pensar as relações do integralismo com o regime no distrito Federal, muito mais pela via da cooperação, do que pelo confronto. Isto porque o que realmente pesava naquela conjuntura era a defesa da ordem, materializada, como é sabido, na luta contra o comunismo. No mais, concordo com a autora no que diz

⁴¹⁵ SILVA, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português* op. cit., p. 224.

⁴¹⁶ SILVA, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português* op. cit., p. 224.

⁴¹⁷ SILVA, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português* op. cit., p. 214.

⁴¹⁸ SILVA, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português* op. cit., p. 233.

respeito aos conflitos. Eles de fato ocorreram, porém, na minha perspectiva, tiveram como fundo somente questões secundárias, nada ligado a divergências em relação ao projeto.

Por estarem lado a lado com o regime durante o interregno constitucional os integralistas se valeram das prerrogativas de legítimos defensores da *ordem*. Nessa condição, ao tomarem a violência como forma de fazer política, expuseram toda a face fascista de seu projeto, naquele momento muito útil para os objetivos políticos de Vargas. De fato, meses antes do golpe de novembro seria difícil imaginar que essa situação se inverteria em tão pouco tempo, porém, como vimos, às circunstâncias políticas acabam se modificando, e o desprestígio de que são alvo no pós-golpe parece ter sido o principal impulso para a mudança da condição de aliados para a de adversários.

3.2.2 – A virada subversiva

É difícil precisar o ponto de inflexão onde a milícia integralista, antes cooperadora, passou a tramar contra o regime. O golpe de 10 de novembro e o fechamento do partido em dezembro de 1937 são boas opções, mas somente isso. De toda forma, em algum momento uma parte da militância da capital, especialmente os setores que aqui denomino como *milicianos*, começaram a se movimentar no sentido de reagir à repressão imposta pelo Estado Novo, que no final de 1937 já dava os primeiros sinais. O fato é que, primeiramente em março e depois em maio, esses setores se insurgem contra o novo regime, porém, como já relatado, acabam sendo derrotados. Em seguida, é detida uma quantidade significativa de seus quadros. Sobre o episódio golpista de maio e a *ala miliciana* do integralismo cabe destacar um ponto.

Como venho apontando, não foram poucos os integralistas que tiveram direta ou indiretamente envolvidos na tentativa de golpe, porém nem todos participavam das ações policiais desenvolvidas junto à polícia. Por isso, na época do evento, na medida em que dirigentes, intelectuais e setores inteiros do integralismo passaram a se posicionar ao lado do regime ou simplesmente omitiam-se com relação a estes episódios, coube a esta ala – convicta de que a salvação do integralismo estaria condicionada a um golpe de Estado – convencer outros partidários a tomar parte no

golpe. A inconsistência do levante, em parte, é explicada por este fator. Da quantidade de integralistas envolvidos no assalto, parte considerável não teve “iniciação” na milícia e muito provavelmente desconfiava do sucesso da operação.

Pode parecer pura incoerência, entretanto, o que a documentação nos faz acreditar é que a ala que no pós-golpe do Estado Novo mais atuou na oposição ao governo, foi justamente aquela que meses antes cooperou decisivamente com o regime na luta contra *o inimigo comunista*. A condição de Belmiro Valverde como liderança dos setores empenhados no empreendimento anticomunista avaliza essa minha hipótese, pois “coincidentemente” será o mesmo Valverde que irá figurar como líder da milícia integralista quando esta se voltar contra o Estado Novo.

Protagonista no levante de maio, Belmiro Valverde é quem continuará centralizando, pelo lado integralista, as preocupações do regime no pós-1938. De fato, o histórico do médico confirmava a sua pouca disposição em cooperar com o Estado Novo. Antigo militante integralista do Estado da Bahia, Valverde era um dos responsáveis pelo estado de tensão que permeava as relações dos “camisas-verdes” com o governo local. Desde essa época, é mais afeito a uma Ação Integralista Brasileira miliciana, do que somente movimento doutrinário. O desenrolar dos acontecimentos subsequentes a instauração do novo regime, acabaram levando este à condição de liderança dos insurretos meses depois. Naquele contexto, dividiria a proeminência com outro dirigente de peso, Raimundo Barbosa Lima, chefe do movimento no Estado da Guanabara, a partir de maio de 1938, exilado em no Uruguai.

Ao contrário de Barbosa Lima, Valverde acaba sendo detido na noite do episódio, e daí por diante é mantido nessa condição até os últimos momentos do regime. Sua trajetória nas prisões da ditadura é marcada por muitas turbulências, chegando a vagar por alguns estabelecimentos prisionais. Foi ainda em 1938, inconformado com a prisão e a perseguição do governo a integralistas, que consegue, com o auxílio de correligionários, *evadir-se* da Casa de Detenção. Previamente articulada, num primeiro momento, a fuga obtém algum sucesso chegando Belmiro a refugiar-se na casa de Horácia de Moraes (sua colaboradora). De lá o “camisa-verde” se empenharia na busca de aliados para a empreitada oposicionista, porém são poucos os contatos que lhe rendem alguma garantia de auxílio. Isolado, e lutando nesse momento contra o expediente da delação, se torna uma presa fácil para a Polícia Política da ditadura. Dias

depois Valverde é novamente detido e encaminhado em seguida para a Casa de Detenção. De lá passa a responder a outro processo de subversão, junto aos demais envolvidos no episódio.

A tentativa de fuga, em outubro de 1938, remonta um período de grande tensão entre camisas verdes e o regime. É nessa época que se iniciam os julgamentos relativos ao episódio de maio. Se reportando sobre o julgamento de Belmiro Valverde, um correligionário bastante próximo ao integralista diria: “*espero que estes monstros não lhe dêem uma condenação muito alta*”.⁴¹⁹ De fato, as arbitrariedades jurídicas cometidas pelo Tribunal de Segurança Nacional e o teor autoritário da lei de 18 de maio de 1938, foram fatores decisivos para as extensas penas impostas aos integralistas julgados naquela ocasião. Tensionada, a *ala opositora* ao regime se manifestará de algumas formas (diminuindo o ímpeto da luta, abandonando a condição de opositor, entre outras), ou pontualmente, procurando, como fez Belmiro, se livrar da prisão tida como injusta. Na seqüência me referirei com maiores detalhes ao episódio, que entre outras coisas explicita a ação militante da ala subversiva do integralismo.

O período de preparação da fuga é marcado por intensa movimentação. Os contatos abrangem desde figuras de confiança de Belmiro como Edgar Lisboa Lemos, Waldemar Rocha e Perricone Santos à personalidades como Coronel Euclides de Figueiredo e Severo Fournier, ex-companheiros na malograda empreitada de maio. É Fournier quem “*traça a sinopse da situação e do plano de ação*”, mesmo adoentado figura como “*um dos organizadores da fuga de Valverde*”. Para isso, freqüentemente “*correspondia-se com Semeraro (outro envolvido) através de diversas mulheres que o visitavam na Casa de Correção*”. Ou seja, as articulações contra o Estado Novo continuavam a reunir integralistas e não integralistas. Mais tarde se descobriria através de sindicância que membros do corpo penitenciário também teriam participado dos planos de fuga.⁴²⁰ Projetando a fuga, noutra frente, Valverde costurava alianças com apoiadores de dentro e fora do presídio, “*amigos certos que tenham patriotismo e*

⁴¹⁹ Carta de Perricone Santos para Belmiro Valverde, 13 de agosto de 1938. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/48.

⁴²⁰ Classificação do Delito. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/9.

desejam confidencialmente, auxiliar o nosso esforço em prol do futuro de nossa pátria".⁴²¹

Também precedeu a fuga um intenso debate interno, havia dúvida sobre qual posição era a mais acertada naquele contexto, um erro na tática poderia colocar em risco companheiros não atingidos pela repressão e o próprio *Socorro Verde*. Para os contatos de Valverde o que parecia pesar realmente era a possibilidade de reorganizar novamente um movimento armado para lutar contra os desmandos do regime, visto que a condição adversa tendia a piorar. Segundo a polícia, Fournier "*concita Belmiro a reagir*".⁴²² Na correspondência assinada por Corisco, ao que tudo indica um codinome, o sentimento exposto é o mesmo: "*hoje vejo que não temos outro caminho a (...) pois não temos e nunca tivemos justiça nesta (...)*". No mesmo documento, o remetente dimensiona o contexto adverso, "*com a prisão e castigos sofridos (...) de nossos companheiros, uma grande parte (...) completamente acovardada, ficando apenas uma (...) pequena disposta a tudo e espera o momento de agir*". E sugere a criação imediata de "*uma organização secreta, capaz de agir 'coristicamente', derrubando responsáveis com violência e muita inteligência que é a única maneira capaz de produzir benefícios para o país*".⁴²³ Por todos esses argumentos, e ainda contando com uma retaguarda disposta à luta, coube a este assumir mais uma vez o papel de iniciar a resistência. Convencido diria: "*estou cumprindo o meu dever de patriota e irei até o fim, tranquilamente sem olhar para traz*".⁴²⁴

Bem sucedido, os planos de Valverde não eram nada modestos. "*Aproveitaria para prosseguir na luta*" que vinha "*movendo contra a situação atual, nas várias modalidades, inclusive um atentado pessoal ao Presidente da República*". Entretanto, logo nas primeiras articulações confrontou-se com as dificuldades para realizar tal feito, "*viu logo que este era inexecutável por absoluta falta de meios*". Partiu então para a segunda alternativa, mais viável. Passou a trabalhar na perspectiva de "*reunir*

⁴²¹ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/146.

⁴²² Classificação do Delito. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/9.

⁴²³ Carta endereçada a Belmiro Valverde possivelmente redigida por seu filho. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/146.

⁴²⁴ Classificação do Delito. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/2.

elementos, ex-militares que tivessem prática do uso de armas, em número de seis a oito homens dispostos e decididos para acompanharem o declarante ao interior da Bahia”, que unidos aos chefes integralistas do interior baiano, pudessem compor um movimento armado. Assim agindo, esperava “*que dahi pudesse surgir, em outros pontos do paiz movimentos armados capazes de crear dificuldades a situação actual*”. O plano ainda contaria com a participação de Plínio Salgado que seria chamado para dar apoio político à iniciativa. O contato até chegou a se efetivar, entretanto Belmiro lamenta o fato deste ter desprezado “*seu apelo (...) no sentido de obter uma palavra de ordem e auxílios financeiros para os companheiros presos*”. A decepção de Valverde explica-se pela dificuldade deste aferir com exatidão as posições de Salgado. Em verdade, o que Belmiro não desconfiava era que o chefe tomava decisões totalmente contrárias à sua proposta de constituir um movimento armado. De fato, o chefe integralista agia coerentemente, na medida em que, pelas razões que já aventamos, trabalhava no sentido de sabotar as organizações integralistas de oposição ao regime.⁴²⁵

Concretamente, depois de recuperada a liberdade, muito pouco foi conseguido. Além de uma garagem para o armazenamento de material bélico e algumas poucas correspondências trocadas, todo o resto não saiu do campo das propostas. O plano “revolucionário” ainda carecia de consistência, era o que argumentava para um de seus contatos:

(...) preciso de um local seguro para pensar um mês, recebendo (...) amigos e não sahindo de casa, preciso de auxílio pecuniário para iniciar o serviço de ligação e trabalho activo; preciso de facilitar a fuga de 2 companheiros da Casa de Correção, com urgência para desmoralizar a polícia e o governo, e para que elles venham agir comigo e ficar em localização diferente.⁴²⁶

Seria pouco significativo do ponto de vista político, se Valverde estivesse totalmente isolado, em sua condição de opositor, junto a poucos correligionários, mas a realidade não se desenhava dessa forma. Em verdade, o integralista era uma figura ativa, e de reconhecida liderança entre os militantes, mesmo naquela conjuntura. É ele quem intermedia, por exemplo, a fundação do *Socorro Verde*, entidade, como vimos, organizada para prestar auxílio a integralistas em “dificuldades”. Muito bem articulado,

⁴²⁵ Depoimento de Belmiro Valverde. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/54.

⁴²⁶ Carta a Miguel Couto Filho, de 16 de outubro de 1938. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/145.

Belmiro admite em depoimento manter contatos com integralistas e simpatizantes da capital e de outros estados.

O relatório policial sobre o caso, e em especial o parecer referente a Belmiro Valverde, vem a reforçar o papel que este cumpria no movimento integralista. Nas palavras do policial, Belmiro é apresentado como um conspirador nato, pois não conformado com a instauração do Estado Novo “*continua a conspirar, pretendendo não deixar que se extinga por completo a chama, já muito bruxelante, dos adeptos do integralismo*”. A adversidade não constitui um problema para o subversivo, continua o relatório, mesmo admitindo a falta de condições materiais, sobretudo “*por falta de fibra dos adeptos*”, sua posição continua intacta. “*O Dr. Valverde é como aqueles jogadores enveterados, que jogam, não com o intuito exclusivo do lucro que lhe pôde advir mas pelo prazer de jogar*”, é “*dominado pelo vício*”. Concluí o parecer com a seguinte frase de efeito: “*O Dr. Belmiro Valverde tem o vício da revolução, se viável ou não, não importa*”.⁴²⁷

A proeminência de Valverde também é percebida através da importância concedida a este pelos dirigentes getulistas. Para Batista Luzardo, a época do episódio embaixador em Montevideú, não havia dúvidas: o “camisa-verde” era perigoso, por isso adverte que “*as declarações do Belmiro, quando diz que pretendia fazer um movimento no sertão baiano, é tudo falso! É para despistar. O objetivo único, primordial dêle era preparar o atentado contra V.*” (Getúlio).⁴²⁸ E pela tentativa de seus próceres, inclusive Plínio Salgado, de diminuir sua ânsia “revolucionária”. O chefe integralista, imprópriamente, chega a garantir que Valverde aderira ao projeto de *união nacional*.⁴²⁹ O que ficou provado não ser verdade, frente a sua segunda tentativa de fuga em dezembro de 1942.

⁴²⁷ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 215 – 2004; processo: N° 697; folha: 697/222.

⁴²⁸ Carta de Batista Luzardo endereçada a Getúlio Vargas, de 15 de novembro de 1938. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 1938.11.15.

⁴²⁹ Plínio garante a Raimundo Barbosa Lima que a posição de Valverde era conciliadora: “*Em carta que a Polícia de São Paulo apreendeu e que estava em meu poder ele acha que eu tinha razão quando dizia que no Brasil tudo depende de longa obra educacional; reconhece que, como base preliminar de qualquer coisa em benefício da Pátria, a confraternização é indispensável*”. Lisboa, 09/12/1939. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 39.12.09/1.

Na carta endereçada a Miguel Couto Filho, redigida após a fuga, Belmiro exporia alguns dos motivos que o teriam levado a tal ato. Colocaria o “revolucionário”: “*desejo saber se vc, presentemente, e por intermédio de amigos nossos que tivessem de acordo com as misérias actuais sobre a mais exstricta confidência estariam dispostos a nos auxiliar nossa luta pela independência de nossa pátria*”. Ao questionamento seguiria uma série de necessidades imediatas. Noutro trecho, provavelmente respondendo a uma indagação de Miguel Couto, seria mais preciso ao indicar o que movia suas ações: “*o nosso caso não é político, e sim patriótico, nacionalista, brasileiro no bom sentido da palavra*”. Para isso, destacaria que “*também não era político*”, não tendo votado “*uma só vez*”, justamente “*por achar que em um paiz como o nosso nada resolve*”. Em absoluto, nas palavras de Valverde, havia algo muito maior do que a defesa da sua condição de preso, apesar dessa condição impreterivelmente move-lo no sentido de procurar auxílio junto a um “*brasileiro enobrecido*”. Estava em jogo o seu status de defensor da ordem. O que o incomoda é a pecha de preso político, de subversivo.

O que singulariza a *oposição verde* das demais é a manipulação constante da idéia de *ordem*. A luta contra o regime em nenhum momento colocou em dúvida a convicção de Valverde, e provavelmente a de seus próceres, sobre a adequação do projeto *ordeiro* proposto pela doutrina, e em parte implementado pelo Estado Novo. Apesar de sofrer as agruras da *ordem* autoritária que julgava ideal, sua posição a favor desta continuava inabalável. É bem verdade que a defesa da ordem no contexto de 1938 se confunde com os ataques ao regime. Na carta de Belmiro a Miguel Couto a *ordem* aparece de maneira pouco explícita (talvez até em segundo plano), mas ainda apreensível ao olhar atento do pesquisador.

Deixo por um momento a figura de Valverde e concentro-me em outro documento produzido no mesmo contexto de 1938, e que explicita em outros termos a idéia de *ordem* que salientamos no discurso do líder “camisa-verde”. A carta que me deterei foi redigida por Américo Ribeiro Araújo e estava endereçada ao Juiz Barros Barreto do Tribunal de Segurança Nacional. A título de uma breve apresentação pode se dizer que Ribeiro Araújo era advogado, ex-chefe provincial no Estado da Bahia, e já como membro da AIB do Distrito Federal, teria participado do levante de maio, sendo na ocasião detido. Em vista desse delito, acabou sendo condenado pelo TSN, porém

antes de ratificada tal sentença condenatória escreveria ao julgador alertando para a injustiça que compreendia o presente julgamento.

Inicialmente o “camisa-verde” faz questão de deixar registrado “*o respeito pelos juízes*” que o haviam condenado, ressaltando que em nenhum momento deixou de considerar “*honestos ou sensatos*” por terem aplicado tal sentença. Em seguida abre fogo contra um partidário que assim havia procedido:

O Sr. Antenor Novais, que nunca foi integralista, não sabe o que é disciplina e respeito às autoridades e age de uma fôrma; eu, que aprendi na escola de Plínio Salgado, de comedimento, o dever de prestigiar a autoridade, agirei de outra maneira, não me insurgindo apresentando-me, como vou fazer, para cumprir a pena que me foi imposta.⁴³⁰

Por esse fragmento já se vê como a idéia de ordem está no centro do argumento de Ribeiro Araújo. Entretanto, o autor continua: “*o meu nome é graças a Deus, absolutamente limpo, em todos os setores de minha vida*”, afirma nunca ter se excedido, empregando somente “*a palavra, em diversos pontos do país, para convencer meus concidadãos*”. Nega qualquer tipo de ação armada, pois “*como cristão e católico sempre fui militante sem intolerâncias abusivas*”. Para o integralismo havia entrado por puro “*patriotismo*”, ao chefe o ordeiro elogio: “*minha aproximação de Plínio Salgado tornou-se o ainda maior em seu conceito*”. Na segunda metade da carta abre uma série de questionamentos sobre a relação do regime com o integralismo.

Se todo o quadro de cooperação nacional fomentado pelo governo e pelo integralismo abraçara com o maior entusiasmo, então, de onde adviria tamanho desprestígio, porque tanta incompreensão? É uma dúvida que freqüenta seu relato. “*Não se imagine que esta repressão policial vá exterminar o pensamento integralista*”, pois, o Estado Novo é do integralismo um mero “*decalque imperfeito*”. Antes de sua instauração “*não havia doutrinadores que pregassem doutrina do Estado forte senão dentro do integralismo*”, idéias resumidamente “*encorporadas*” ao “*nosso*” Manifesto-programa, ante-sala da carta de 10 de novembro. “*Como somente nós pregávamos as idéias que a nova constituição*”, que conclusões se pode tirar? “*Que era exatamente conosco que estava a consciência nacional: estava e está!*” E adverte: “*quem*

⁴³⁰ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 737; folha: 737/12.

sustentará, pois, o novo regimen, se nós, seus procuradores, somos julgados adversários?”⁴³¹

O que fica evidenciado é a tentativa de Américo Araújo em mostrar seu descontentamento, com certa dose de lamentação, frente ao tratamento imposto a este por parte de um “natural” aliado. Por esse motivo, diferente de Valverde, não discute a posição do regime enquanto portador de um projeto nacionalista, seu discurso fica centrado na condição do movimento como ator político de destaque no bloco de poder que compunha o Estado Novo. De sua parte não havia a consciência de que o governo investia na base do movimento, e que a doutrina por isso se dividia. De que a repressão não havia se voltado para todo o integralismo, mas somente para algumas parcelas de sua militância, justamente as que na ótica do regime poderiam, novamente reorganizado o movimento, se voltar contra este com algum sucesso. Por certo, sua condição de apoiador do regime seria muito bem vinda, se não tivesse condicionada, é obvio, a manutenção do integralismo, que na perspectiva do Estado Novo já não era tão necessário para o combate ao comunismo.

Cabe também pensarmos a carta como um documento público, pois fora encontrada pela polícia junto a documentos que compunham um processo de onde alguns integralistas acabaram condenados por subversão. Pelas informações contidas no próprio depoimento dos investigados essas correspondências, logo que chegavam as mãos dos militantes, eram copiadas ou manuscritas, e repassadas a outros “camisas-verdes” para que a informação ganhasse a maior abrangência possível. Demonstrando não ser isolada a posição do líder integralista.

No entanto, o fundamental é que, menos incisivo nos ataques ao governo, Américo Araújo reforça em sua carta os pressupostos ideológicos do novo Estado que, como vemos afirmando, defini-se em última instância como o verdadeiro defensor do programa nacionalista. Nesse especial, a defesa da *ordem* por parte de Américo Araújo estaria contida na defesa das idéias fundantes do regime, que este atribuí terem como nascedouro o movimento integralista.

3.2.3 – Contra o Estado Novo

⁴³¹ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 737; folha: 737/12.

Américo Araújo também participou do levante de maio. No entanto sua posição se diferencia da expressa por Belmiro num ponto fundamental: enquanto que para o primeiro o Estado Novo atendia às expectativas do movimento (ressalvando-se o desprestígio da doutrina) no que se refere à implementação do projeto nacionalista, para o segundo o regime deveria ser combatido porque alijara do poder a única força política com legitimidade de implantar tal projeto. A posição de Araújo nos parece muito próxima da defendida por Plínio Salgado, pois dadas as circunstâncias até admite o integralismo subordinado ao regime. Esta, porém, a despeito de ser defendida pelo chefe, está longe de mostrar uma posição unânime dentro do movimento. Pelo contrário, me arrisco a dizer que esta é até minoritária. Já a postura miliciana de Valverde, se não foi a mais acolhida pelos “camisas-verdes”, sem dúvida, tinha ainda algum apoio, principalmente na militância do Rio de Janeiro. Portanto, posso afirmar que havia espaço para a articulação de Valverde junto a integralistas, e é justamente a documentação produzida pelos processos abertos contra estas células, na segunda metade de 1938 ainda em atividade, que nos dá margem para tal afirmação.

Apesar do investimento do governo, a movimentação pelo lado integralista subversivo era constante. É o que mostra o relatório policial componente do processo de número 677. Diz o Delegado que “*em primeira quinzena de outubro passado (1938) (...), levou a efeito uma diligência*” na residência do integralista Moacyr Indio Guanabara, a fim de verificar “*a existência de boletins subversivos*”. Ao assim fazer, “*os investigadores encarregados desse serviço*”, encontraram mais do que “*boletins subversivos*”, toparam com “*armas e munições e explosivos referidos no auto de apreensão*”. Ouvido a respeito, Moacyr Guanabara prontamente envolveu os “camisas-verdes” Dan Limoeiro e Saturnino Sodré, acusando-os de o terem repassado tais boletins. Ouvido, Saturnino Sodré acaba envolvendo outras pessoas, entre elas, D. Evelina Furquim Lahmey. Segundo Sodré fora esta senhora que o havia repassado os tais panfletos. A dita senhora informa “*cousa diversa*”, na verdade quem portava os “boletins subversivos” era Sodré, ela, ao contrário, apresentou a Sodré “*uma carta do chefe do integralismo aconselhando aos adeptos de se absterem de atitudes revolucionárias*”. E o relatório assim continua.⁴³²

⁴³² Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 138 – 2004; processo: N° 677; folha: 677/69.

O emaranhado de informações que aqui resumidamente apresentei se faz necessário, pois deixa o leitor a par da abrangência dos contatos que estavam sendo realizados por essa *célula* da doutrina. No entanto, o processo ainda envolveria outros integralistas ou “ex-integralistas” que teriam recebido tais *boletins*, o que demonstra que de fato, naquele contexto, havia redes de contato integralista em plena movimentação.⁴³³ Porém, o mais significativo sem dúvida é o conteúdo dos boletins, prioritariamente voltados para o ataque ao regime. O primeiro enfoca a idéia da traição. Apresenta uma série de argumentos em que diz ter o regime traído, não só o integralismo, mas toda a sociedade brasileira e as Forças Armadas:

Camisas verdes: devem conhecer o seguinte:

1º - O golpe de 10 de novembro, dado o aspecto de que se revestiu nos mínimos detalhes, deve chamar-se o golpe da traição; porque o detector do poder trahindo os três candidatos, trahiu a nação inteira, que se encontrava dividida em torno delles.

2º - O integralismo por ser a única força civil temida soffreu juntamente com as forças armadas o maior e mais trágico ludíbrio.⁴³⁴

Ao final, e após explicar as evidências da traição, profetiza: “*antes porém do dilúvio; desejado e preparado pelo presidente e pelos comunistas, os soldados de terra e mar hão de falar (...) confias nelles*”.⁴³⁵ Em outro panfleto, o lamurio contido no boletim de julho, transforma-se em ataque direto ao regime:

1º Getúlio Vargas; o usurpador, reo de vários crimes, entre os quaes se enumeram, quantos, por elle, eu em meu nome, foram praticados contra a propriedade e a vida de seus concidadãos, detem violentamente, em suas mãos, o poder. (...)

6º Getúlio Vargas, por intermédio de seus agentes, invadio, a seguir, centenas de lares, de onde arrancou violentamente, chefes de famílias, enfuriando esposas e filhos, tripudiando sobre sua honra e arrastando a ruína milhares de brasileiros. (...)

7º Getúlio Vargas é responsável por dezenas de assassínio, pelo seqüestro, pela prisão, pelas offensas Moraes e phisicas e pelas depredações praticadas em seus lares, contra milhares de brasileiros, entre os quaes sobressaem os integralistas.

8º Getúlio Vargas é o déspota que mantém em reclusão, após incríveis maus tratos e injurias sem conta, centenas de integralistas que ousaram insurgir-se contra seus desmandos.⁴³⁶

⁴³³ Reiteram nossa indicação os processos de número 611 e 737 abertos naquele contexto.

⁴³⁴ Carta de 03/07/1938. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: Nº 677; folha: 677/26.

⁴³⁵ Carta de 03/07/1938. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: Nº 677; folha: 677/26.

⁴³⁶ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: Nº 677; folha: 677/38.

Noutro ponto, o texto descamba para uma conclamação a luta contra a ditadura:

Camisas Verdes!Escuta!

– Juraste um dia viver ou morrer com honra, por Deus, pela Pátria e pela família. Se deixares de cumprir o teu dever, bem sabes, serás um perjuro, um covarde, um miserável, indigno de si mesmo e dos que ti são caros.⁴³⁷

O panfleto ainda se prontificaria a denunciar a face “entreguista” do regime: “*Getúlio Vargas, com o seu desgoverno, lançou o paiz na miséria, reduzindo-o a situação de pobre protetorado de outras nações*”.⁴³⁸

A fuga de Belmiro que acima expus está vinculada a esses anseios de luta contra o regime. Seu objetivo principal era articular os núcleos integralistas que ainda se movimentavam a despeito da ação policial. Os panfletos acima apresentados expõem a condição de opositores por parte desse núcleo integralista. Vargas, no centro dos ataques, é visto como ditador.

Para finalizar, cito outro panfleto, também encontrado na diligência policial. Seu conteúdo, além de reforçar a oposição ao Estado Novo, mostra uma militância mais incisiva na acusação de anti-patriotismo do regime. Sua dinâmica argumentativa procura comparar o Estado Novo a Rússia – na perspectiva integralista – símbolo máximo de subversão comunista:

Liberdade de Opinião

Rússia: suprimida a liberdade de opinião; proibido o funcionamento de partidos, excepto o Partido Comunista (...)

Brasil: suprimida a liberdade de opinião; proibido o funcionamento de partidos, sem a existência mesmo de um “partido único” (...)

Poder Judiciário

Rússia: não existe poder judiciário, porém uma burocracia judiciária sujeita exclusivamente ao chefe da nação (...)

Brasil: idem, idem. O chefe da nação pode, também, regeitar decisões do judiciário, submettendo-as a camara que se vier a organizar. (...)

Repressão ao adversário do governo quando em armas

Rússia: prisão por longo tempo e fuzilamento. Processo sumário.

Brasil: typo russo de processo sumário e penas, inclusive a de morte, mesmo se tratando de crime político (...).⁴³⁹

⁴³⁷ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 677; folha: 677/38.

⁴³⁸ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 677; folha: 677/38.

Como no panfleto antes citado, este também encerra convocando a militância integralista para uma reação:

Brasileiro!

Lê, medita, faz esse ligeiro confronto e responde: QUE DESTINO NOS ESTÁ RESERVANDO, os (...) politíqueiros do (...) falso Estado Novo? Que destino está reservando ao nosso querido Brasil?

Brasileiro!

DESPERTA e MARCHA, para a grandeza e felicidade de tua Pátria, que há de vencer, e tornar-se FORTE, DIGNA E RESPEITADA como uma grande POTÊNCIA INTERNACIONAL,⁴⁴⁰

Para além da condição oposicionista facilmente verificável a partir dos panfletos, em que sentido essa documentação nos auxilia na delimitação do campo integralista atuante naquela conjuntura? Primeiramente, posso inferir que a idéia de defesa da ordem não está descartada, muito pelo contrário, afirmo que é o seu manuseio que legitima a redação dos panfletos. Nesse sentido, a comparação da situação política da Rússia com o Brasil procura demonstrar o quanto o Estado Novo era um regime subversivo. Por assim se posicionar Moacir Indio Guanabara, Dan Limoeiro, Carlos Mendes Vital, entre outros – condenados como subversivos – se distanciaram da leitura do processo feita por Américo Araújo (mas afeita ao diálogo). Portanto, a lição fundamental que se retira da leitura dos panfletos é que na ótica destes, o Estado Novo não agia referenciado na idéia de ordem, pelo contrário, a vitória de Vargas era sinônimo de subversão. Visão que automaticamente justificava seus ataques ao regime e a condição de oposição. Por esse motivo a intervenção dessa *célula* do movimento se pautou em divulgar aos antigos partidários que o regime em nada se assemelhava ao projeto integralista.

3.2.4 – Uma vez mais a ordem: a segunda fuga de Belmiro Valverde

As dúvidas quanto ao posicionamento de Belmiro Valverde em relação ao regime, expostas na documentação referente à tentativa de fuga em 1938, se dissipam quando nos reportamos a outro episódio de fuga de encampado novamente pelo “camisa-verde”. Observemos o documento a seguir:

⁴³⁹ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 677; folha: 677/39.

⁴⁴⁰ Carta de 03/07/1938. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 677; folha: 677/39.

Preciso dizer-lhe, com a possível lealdade, os motivos que me levam a praticar um ato que irá magoá-lo. Entretanto, fique bem evidenciado, não pratico nenhuma indignidade, nem abuso de confiança: saí, revolucionariamente, como entrei para este presídio, arriscando duplamente minha vida e a de 4 amigos, sujeitando-nos aos azares do oceano e aos perigos policiais. Não trahi ninguém, nem subornei quem quer que fosse: agi com os meios em que pude dispôr e confiei na proteção de Deus, única que reconheço.⁴⁴¹

Passado o ano de 1941 estava nos planos do regime manter detidos somente os integralistas considerados “irregeneráveis”. Em vista disso, como expus, foram concedidos uma quantidade significativa de livramentos condicionais, todos condicionados ao grau de “regenerabilidade” do preso, ou seja, se beneficiava elementos que, à principio, não mais incorreriam no delito subversivo. Para os integralistas, como se pode presumir, esta política criou cisões. Desconfiava-se daquele agraciado com a liberdade condicionada. Aos que eram mantidos encarcerados o recado era claro: por não terem alterado suas convicções “oportunamente” como os demais, permaneceriam naquela condição indefinidamente. Isto posto, é possível imaginar como a situação alarmava os “camisas-verdes”. Em estado de extrema debilidade, e já em quantidade bem reduzida, não havia como oferecer resistência aos desmandos do governo, visto que, além de tudo disso, ainda enfrentavam a pouca solidariedade externa. Não se pode desconsiderar que naquele momento era bastante difundido entre os antigos partidários, inclusive alguns dos organizados nas entidades do pós-38, que estes teriam traído a doutrina ao passarem para o “lado” dos *subversivos* (o que tem relação ao certo com a propaganda desenvolvida pelo regime). Quando não, eram considerados culpados pela decadência do integralismo, justamente por terem partido para uma ação “*desesperada e imediatista*”⁴⁴², que desde seus primeiros momentos mostrou-se derrotada, e que ao final apresentou-se traumática a todos os adeptos da doutrina. Tomado esse quadro parecia estar selado o destino dos integralistas opositores ao regime.

Entretanto, o cenário, que tendia a passividade, é movimentado pela ação de elementos inconformados com aquela condição. O episódio, a principio, envolveu cinco “camisas-verdes”: Belmiro Valverde, Francisco Augusto Pinheiro, Francolino Soares da

⁴⁴¹ Carta de Belmiro Valverde a Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça-Gabinete do Ministro, Ij1-1476.

⁴⁴² Os adjetivos são atribuídos a Plínio Salgado em carta datada de 06/10/1938. 737-13

Silva, João José Borges e Manoel Soares da Silva. Que, segundo informações do Diretor da Colônia Agrícola do Distrito Federal, “tentaram”, no dia 12 de dezembro de 1942 “evadir-se cerrando as grades do cubículo n. 12”.⁴⁴³ Novamente, entre os envolvidos está Belmiro Valverde, o remetente da carta que acima citei. Ainda segundo o documento policial a tentativa foi abortada logo nos seus primeiros momentos: “antes (...) de saltarem os muros do pátio interno do presídio foram surpreendidos pelos guardas de vigilância, sendo recapturados novamente sem incidentes”.⁴⁴⁴ Insignificante do ponto de vista prático, o episódio se mostra interessante pela correspondência, redigida por Belmiro, endereçada ao Diretor do Presídio Nestor Veríssimo, apontando os motivos que o levaram a tramar a fuga. A carta sintetiza o sentimento da ala, que por ter optado pela via do confronto, naquele momento percebia-se, por todos os sentidos, derrotada. Como em outubro de 1938 a defesa da ordem continua no centro da exposição de Valverde.

Sobre a carta, de maneira bastante breve, pode se afirmar que trata de vários temas, mas fundamentalmente explicita a condição oposicionista do integralista. Logo no começo Valverde procura “desculpar-se” com Nestor Veríssimo pela ação, por esse motivo deixa claro que não agia contra o diretor, mas incentivado “por um dever de dignidade”. Mesmo assim, julgava importante dar-lhe uma satisfação: “era preciso dizer-lhe, com a possível lealdade”, as motivações que o levava a “praticar tal acto”, admitindo que este de toda forma “irá magoa-lo”. Em seguida, demonstra seu inconformismo com relação a situação que se encontrava. Encarcerado desde maio de 1938, sua condição como preso político era um exemplo cabal da “tyrania” imposta pelo regime, e admite: “desde que cheguei é claro que sempre pensei na minha *sahida*”. No entanto, as dificuldades para seguir o caminho da oposição ao regime eram consideráveis: “consultei os amigos sobre a possibilidade de me auxiliarem e estes, unanimemente, deram-me as costas”. Restavam somente homens, compartilhantes das

⁴⁴³ Comunicado do Diretor da Colônia Agrícola do distrito Federal para o Ministro da Justiça. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça-Gabinete do Ministro, Ij1-1476.

⁴⁴⁴ Carta de Belmiro Valverde endereçada ao Coronel Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1476.

mesmas convicções, companheiros de cárcere. A estes fora feito o chamado; e “os homens apareceram, cheios de entusiasmo e dedicação”.⁴⁴⁵

Aqui, vale a pena uma pequena pausa para uma primeira observação. Apesar do diretor de Ilha Grande aventar a possibilidade de uma articulação envolvendo setores integralistas “de fora” do presídio, a situação parece ser muito menos animadora para o “grupo de Valverde”. Eles aparentemente estão isolados.

No trecho seguinte, os detalhes da fuga: “já que os amigos não quiseram ter a hombridade de me mandarem buscar numa lancha”, restou à opção de uma “canôa”, “os remos fizemo-los de tabôas de caixões”, material empregado “nos trabalhos geraes”. Segunda pausa. Agora com uma questão: o que poderia levar um fugitivo a remontar aos repressores as particularidades do plano de fuga?

Enfim, vamos à questão principal: para além do ambiente degradante, o que motivara Valverde a empreender tal tentativa de fuga? O “camisa-verde” a princípio aponta para a “situação de decadência moral” que passava o Brasil, esta teria sido a motivação que o manteve militando depois de fechado o integralismo, argumento por certo não muito preciso. Em verdade, o que realmente o motivava, e é o que vai deixando claro ao longo do documento, era perspectiva de se opor determinadamente a condição imposta ao movimento após a instauração do Estado Novo, bem como responder as acusações de traidores que nessa conjuntura se avolumavam. Diria Valverde: “um fato, porem, veio a acelerar meus esforços nesse sentido: a guerra injusta e vergonhosa que o governo resolveu declarar ao integralismo, combatendo pobres homens, fracos, desanimados, que declaravam em telegramas, humilhantes e indignos, a sua solidariedade a esse governo”.⁴⁴⁶ Noutro trecho, procura negar a colaboração com o nazismo, direcionando ataques ao regime e reafirmando a posição patriótica dos camisas-verdes:

(...) quinta-colunas e traidores não somos nós – nacionalistas que temos por divisa: Deus, Pátria e Família (...); quinta-colunas e traidores são os que escrevem livros aniquilando a vida democrática (...); são os que enchem seus peitos de condecorações alemães e depois atiram a sua saliva pútrida contra inocentes; (...) são

⁴⁴⁵ Carta de Belmiro Valverde endereçada ao Coronel Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1476.

⁴⁴⁶ Carta de Belmiro Valverde endereçada ao Coronel Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1476.

esses pobres diabos que vivem das migalhas das mesas do oficialismo, sem opinião, sem dignidade, sem caráter (...).⁴⁴⁷

Direcionaria suas críticas também aos “adesistas” ou “oficialistas”, aqueles que “*a tudo dizem: sim senhor*”. Em contraponto, oferecia sua posição de brasileiro sincero, “*de firme convicção, contra a Alemanha desde o primeiro dia de guerra*”.⁴⁴⁸ Porém o ponto fundamental da carta, não explicitamente mencionado pelo camisa-verde, mas que compõe a sua base de argumentos é a idéia de *defesa da ordem*. No trecho que citamos no início desse item a idéia aparece na forma de defesa das instituições e no respeito às autoridades, exemplificada na retratação ao Diretor do Presídio e no detalhamento da fuga.

Vários sentimentos ficam latentes na correspondência. O primeiro deles é a idéia de que os integralistas teriam sido traídos pelo governo, mesmo tendo militado lado a lado na luta anticomunista. Nesse ponto, a carta se conecta ao histórico da milícia integralista, que como afirmei, no Rio de Janeiro, cooperou ativamente com Getúlio Vargas. A lamentação de Valverde tem sentido quando recordamos as discussões do primeiro capítulo a respeito do patamar de consciência dos adeptos da doutrina, quando dos acordos de Plínio Salgado com Getúlio. Naquela exposição concluí que não havia lógica em afirmar, como boa parte da historiografia, que os integralistas teriam sido traídos, justamente porque havia naquela conjuntura conflitos suficientes entre integralistas e regime, para que no mínimo os “camisas-verdes” desconfiassem da óbvia aliança com o Estado Novo. No entanto, posso afirmar que, para além da cúpula liderada por Plínio Salgado, responsável pelas negociações anteriores ao evento golpista, se havia setores que entendiam o processo de desprestígio contínuo da doutrina como uma traição, estes seriam o grupo de milicianos, onde uma das figuras de maior liderança era Valverde. Em segundo lugar, o tom denunciador, também expresso na correspondência, nos sintoniza com os últimos suspiros militantes desses setores, que ainda inconformados com a já desenhada derrota procuram, neste contexto, se livrar da pecha de subversivos. E assim chegamos ao terceiro e mais importante sentimento exposto por Belmiro Valverde na carta a Nestor Veríssimo que é a tentativa de se

⁴⁴⁷ Carta de Belmiro Valverde endereçada ao Coronel Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1476.

⁴⁴⁸ Assim se colocando Valverde também nos forneceu valiosas pistas sobre o tipo de ataque discursivo que os integralistas estavam sendo alvejados naquele contexto, que oportunamente retomaremos.

defender da mais grave acusação feita a um autêntico nacionalista, isto é, a de promover a divisão de seu povo, a de lutar contra os interesses de sua nação, de ser um subversivo. E, de fato, o contexto em que redige a carta (dezembro de 1942) não era dos mais favoráveis. A já declarada contraposição aos países do Eixo e o realinhamento político que começava a ganhar forma como pacto político entre governo e classe trabalhadora cobrava uma nova posição do Estado Novo com relação aos integralistas. Os detalhes dessa ação irei expor no capítulo seguinte, por hora adianto que havia uma predisposição do governo em desprestigiar ainda mais o integralismo enquanto projeto, em especial, acusando-os de lesa-patrias e “quinta-colunistas”. É contra a investida do regime que Belmiro procura reagir. Mas até para Belmiro a situação era contraditória. Como manter-se nos limites da ordem e ao mesmo tempo ser opositor ao regime? É observando esse conflito que se consegue compreender o contorcionismo expresso na carta em que concomitantemente elogia o Diretor do Presídio: “*quero scientificar-lhe (...) da gratidão pela fôrma humana, digna e cavalheresca pela qual o senhor vem dirigindo os presos políticos no Brasil atual (...) respeitando os sagrados melindres da dignidade humana*”; Deixa expressa sua conduta moral: “*Não trahi ninguém, nem subornei quem quer que fosse: agi com os meios em que pude dispôr e confiei na proteção de Deus, única que reconheço*”; e ainda denuncia o caráter “tirânico-subversivo” do regime.⁴⁴⁹

Os documentos produzidos na conjuntura de 1938 evidenciam esse mesmo conflito, uns mais outros menos incisivos nos ataques ao governo, procuram no fundamental apresentar o integralismo como defensor da *ordem*, como a unidade política verdadeiramente nacionalista. E também como Belmiro buscavam se livrar da alcunha de subversivos, aludida a eles e ao integralismo.

3.2.5 – A política da subversão

Se a derrota dos *primeiros subversivos* integralistas estava relacionada ao desmantelamento da doutrina enquanto força política, à repressão pontual – sistematizada nos processos posteriores ao n. 600 – se prestará a garantir que os “camisas-verdes” não mais se organizem, ou que se organizem apenas para cumprir as determinações de Plínio Salgado. Isso fica evidenciado nos processos instaurados no

⁴⁴⁹ Carta de Belmiro Valverde endereçada ao Coronel Nestor Veríssimo. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1476.

transcorrer do Estado Novo, e que centralizaram seus esforços na temática *integralista subversivo*. Tais processos estão voltados para setores, que mesmo enfrentando extrema adversidade – inclusive de perda de espaço no conjunto do movimento – continuarão a manter a condição de oposição direta ao governo. Para o regime, a anulação dos setores do integralismo de frontal oposição se justificaria no assentado temor de que seu contato com os demais setores titubeantes, ou mesmo, alinhados a Plínio Salgado, pudesse minar o “trabalho” de convencimento desenvolvido – desde novembro de 1937 – no sentido de atrair “camisas-verdes” para a base de sustentação do novo Estado. Em vista disso, ao governo restava uma ação, digamos, cirúrgica, para eliminar militantes mais entretidos na luta contra o Estado Novo. Esta estratégia fica nuançada na dupla posição do regime em relação aos integralistas que mantinham algum tipo de movimentação política naquele contexto. O processo de número 737, constituído para julgar crimes de subversão cometidos por integralistas, dá a medida da ação do Estado Novo em relação aos “camisas-verdes”.

Relata a polícia que tendo recebido uma denúncia, segundo a qual alguns “*remanescentes*” da extinta Ação Integralista Brasileira, “*após haverem entrado em vigor todas as legislações que definiram os crimes contra a segurança nacional*”, continuavam fazendo propaganda de sua doutrina, tendentes a desvirtuar a “*ordem política, econômica e social do País*”, iniciou um procedimento investigativo para apurar o caso. Feita a diligência, “*foi imediatamente detido*” o acusado Jader Araújo de Medeiros, antigo militante da AIB. O exame da documentação apreendida com o acusado acabou revelando, “*perfeitamente, a criminalidade política*” dos seus atos. O material encontrado está composto de “*alguns recortes de jornais*”, além de boletins informativos, cartas e manifestos, que na qualidade de documentos produzidos e repassados por integralistas, integra o campo de delitos associados à “*propaganda de ideologia extremista*”.⁴⁵⁰

O trecho do relatório acima apresentado compõe o processo N. 737, aberto para julgar o crime de subversão, em tese, cometido por Jader Medeiros, em conjunto com outros dois “antigos” filiados do partido integralista: Serafim de Lacerda e Luiz Gonzaga Marques. A abertura do inquérito policial e o posterior processo, aparentemente, deixam a impressão de que o regime colocava em prática seu plano de

⁴⁵⁰ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 737; folha: 737/78.

combate a subversão; definida pela própria polícia como qualquer ação que “*pudesse contribuir pára crear uma atmosfera de inquietação popular e de ameaça ao regimen constituído*”.⁴⁵¹ Entretanto, a ação policial, no que concerne ao integralismo, manteve-se nesse contexto submetida aos objetivos políticos imediatos do regime. Em verdade, o que do processo se retira é que a própria idéia de combate a subversão, como gravada em lei, e por esse motivo, indistinta e invariável, na prática não se consumou. Essa afirmação parte da constatação que nem toda articulação integralista era tida como subversão, ou pelo menos, não era punida com o rigor da lei de 18 de maio de 1938. Em outros casos, como o que aqui se irá apresentar, os órgãos repressores, tomado o mesmo delito, entendiam ser uns subversivos, enquanto outros não. Observemos mais dois documentos componentes do processo:

Eu, seja qual for a minha situação, não abandonarei nunca a minha fé integralista. E além disso tenho confiança e esperança que em breve todo o povo brasileiro (...) compreender o integralismo e o chefe nacional há de (...) todo esses que nos perseguem (...). Ninguém, minha Soré, querida, ninguém poderá impedir a implantação do Estado Integral, porque esta conosco a honra e a dignidade do povo brasileiro e porque foi Deus que inspirou a Doutrina do Sigma.⁴⁵²

(...) a sua convicção íntima, a sua religiosidade incondicional pela ideologia extremista, apesar da legislação constitucional, estão reveladas no carinho com que o acusado colecionava as varias poses fotográficas do antigo chefe da doutrina integralista. (...) Onde porém avulta a criminalidade do acusado é na apreensão das cartas, das canções e dos boletins que se encontravam em seu poder e que se acham agora junto aos autos.⁴⁵³

O primeiro registro é uma correspondência redigida por Luis Gonzaga Marques, ao que parece endereçado a sua esposa. O segundo é o parecer da polícia com relação a Jader Medeiros. Em ambos, o que se verifica é a defesa da doutrina, em especial, a manutenção do papel destacado da figura do chefe. A princípio este dado é pouco significativo, apenas ratifica a minha afirmação, de que mesmo o integralismo fechado, alguns membros ainda compartilhavam das mesmas convicções. No entanto, a documentação também se mostra elucidativa no que se refere ao modo de como o regime agia com relação ao integralismo. Atentemos para o desenrolar dos fatos.

Apresentado os pormenores da investigação, a polícia, entre outras condições, considerou: que os acusados haviam “*formado uma societas*”, mesmo vigorando a lei

⁴⁵¹ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: Nº 737; folha: 737/78.

⁴⁵² Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: Nº 737; folha: 737/16.

⁴⁵³ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: Nº 737; folha: 737/78.

que define a “*dissolução legal de todas as agremiações políticas e partidárias*”; que os acusados possuíam “*boletins, cartas e relatórios de propaganda*” destinados a “*atentar contra a segurança do Estado e a promover a modificação da ordem política*” (...); que também os acusados difundiram documentos “*insuflando (...) ao vilipêndio dos textos constitucionais*”; e que “*qualquer delito a personalidade interna do Estado é punida em lei*”. Assim sendo, “ *julgou*” que Jader Medeiros, Luiz Marques e Seraphim de Lacerda “*incidiram no artigo. 3 inciso 9 ex-vi do artigo 20 do Decreto de Lei 431 de 18 de maio de 1938*”.⁴⁵⁴

Levado ao crivo da justiça, o episódio teve um desfecho diferente daquele normalmente padrão. Nesse especial, a sentença do magistrado acolhedor do inquérito não corroborou com as impressões da Polícia Política, e este achou por bem absolver os acusados. A procuradoria por sua vez não apela da decisão, dando um fim aparente ao processo.

Entretanto, o caso que parecia estar encerrado ganha novos contornos quando da comunicação da polícia ao Tribunal de Segurança Nacional indicando outro final. Pronunciava-se o remetente:

De ordem do Ex. Sr. Chefe de Polícia, e em atenção ao ofício 1781, datado de 16 do corrente, comunico a V. Excia. que os indivíduos Serafim Lacerda e Luiz Gonzaga Marques, cuja a sentença absolutória foi confirmada por esse Egrégio Tribunal, em sessão de 15 do mês em curso, continuarão detidos à disposição daquela autoridade, como medida preventiva de segurança política e social, em consequência do estado de emergência. Quanto a Jader de Araújo Medeiros, foi, hoje, posto em liberdade.⁴⁵⁵

Como dois anos mais tarde também ocorreria com os integralistas envolvidos no levante de maio requerentes de livramentos condicionais, neste processo, o regime (na figura de sua Polícia Política), mesmo evidenciada a similaridade da acusação, opta flagrantemente por discriminar os que seriam detidos (Luiz Gonzaga Marques e Seraphim Lacerda) e os que seriam agraciados com a liberdade (Jader Medeiros). O que confirma minha impressão de que houve uma ação deliberada e contínua do regime no sentido de criar uma política particular para cada militante integralista. Nesta mesclava-se objetividade – se aferindo a “real” posição política do “camisa-verde” –, e subjetividade, onde se presumia, mesmo sem provas objetivas, a ânsia subversiva do

⁴⁵⁴ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 224 – 2004; processo: N° 737; folha: 737/78.

⁴⁵⁵ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 224 – 2004; Processo: N° 737; folha: 737/110.

acusado. Assim, se valendo de ambos os pressupostos avaliadores, é que o regime definia os integralistas que mereceriam a “confiança” do governo.

No entanto, o que explica uma posição policial tão apaziguadora em relação a Jader Medeiros? Os passos seguintes do integralista nos ajudam a compreender o procedimento policial, finalizando nosso entendimento sobre a ação do governo no que concerne aos “camisas-verdes” atuantes naquele contexto.

Meses depois de liberado, Jader Medeiros, ao lado de outros militantes da capital, irá fundar o Apollo Sport Club, entidade esportiva, que como anteriormente defini, se prestará a reorganizar os integralistas da capital através de atividades de cunho desportivo. Naquele debate priorizei definir o tipo de intervenção levado a cabo por essa parcela do movimento organizada em tais entidades, deste modo somente anunciei a proeminência de Jader Medeiros, cuja intensa atividade o posicionava como principal dirigente do *Apollo*. Anunciei também que passados aproximadamente três anos a frente do clube, Jader Medeiros teria sido destituído sob o argumento de possuir uma amante, e por causa disso estar “*em desacordo com a orientação moral e integralista do Apollo*”.⁴⁵⁶ Naquela oportunidade já havia suscitado justas dúvidas sobre as motivações que teriam levado a liderança integralista a cair no descrédito junto a seus companheiros. Que fatores podem estar implicados a destituição de Jader Medeiros da condição de presidente do *Apollo*? Ou mais precisamente, em que sentido a liberdade do “camisa-verde”, avalizada pela polícia em 1939, está conectada à destituição do mesmo três anos depois?

Retornemos ao processo 737. Posso dizer que a documentação recolhida na diligência policial, mais aproxima Jader Medeiros do regime, do que o afasta. O trecho a seguir faz parte de correspondência, atribuída a Salgado, e retida junto ao “camisa-verde”:

Virtudes de Camisas-Verdes (Plínio Salgado, escreveu)

(...)

Aqueles que forem capazes de resistir, de lutar, de esperar, de construir, pedra a pedra, o edifício que legaríamos aos nossos descendentes, que viesse comigo; os incapazes, os pusilânicos, os impacientes, que tratassem de se retirar o mais depressa possível (...)

⁴⁵⁶ Dossiê 16/09/1942. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Essa marcha, como se vem pecessando tem tido o condão de alijar, dia a dia, os impacientes, os afobados, ao mesmo tempo que retempera, anima, revigora e dinamiza os eugênicos e os saudáveis, os capazes de resistir a uma lucta cruel, cuja duração elles não querem saber qual será.⁴⁵⁷

Evitando ser prolixo, pois a carta trata de vários pontos, no essencial a correspondência se mostra um documento que convoca os integralistas à abstenção política. Concomitantemente critica os “impacientes” e “afobados” Nesse mister, não importa muito se a carta foi ou não redigida por Salgado, o que é significativo para mim, e o que a época foi para polícia, é o seu conteúdo, totalmente alinhado às perspectivas do governo em relação à doutrina. Portanto, concluo que Jader Medeiros foi privilegiado porque não só não causava danos ao projeto estadonovista, como na perspectiva do regime era útil enquanto agente político atuante naquela conjuntura. Seu “espírito” estava mais para o entendimento do que para o enfrentamento. Este fato o aproximou dos setores que compuseram as organizações integralistas – também pouco dispostos para o confronto com o Estado Novo.

Entretanto, na medida em que o Apollo se reorganizava, o tom pró-Estado Novo de Jader Medeiros – verificável através de homenagens a Vargas – começa a criar desconforto entre os sócios do clube. Em reunião realizada em novembro de 1941, cita o investigador ter Medeiros lembrado aos demais membros do clube a importância do “*juramento integralista*”, isto porque “*mais do que nunca, o ‘Chefe Nacional’ ordenava emprestar todo apoio a política do Presidente Vargas*”.⁴⁵⁸ A meu ver, sua saída fora motivada por dois fatores: pelos debates internos relativos ao destino do clube e a reorganização do integralismo e pela questão pessoal, ou seja, por ser uma amante de uma das integrantes do clube. O que sob o olhar conservador dos integralistas era considerado uma falta grave. De toda forma, deve-se pesar mais seu posicionamento político. Jader Medeiros foi destituído da função de Presidente do Apollo Sport Club porque levava a agremiação para o lado do governo.

O episódio aqui mostrado fundamenta meu entendimento de que as organizações, ou mais precisamente, as lideranças dessas entidades não estavam dispostas a cooperar com o processo de assimilação levada a cabo pelo governo, que anteriormente destaquei. Concomitantemente evidencia a nada discreta ação do regime

⁴⁵⁷ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 224 – 2004; Processo: N° 737; folha: 737/19 C e D.

⁴⁵⁸ Dossiê Apolo 01 12 1941 pasta 8

dentro da base do integralismo, incentivando e (ou) fortalecendo dirigentes que, mesmo referenciados na doutrina, se posicionassem próximos a Plínio Salgado e conseqüentemente do Estado Novo.

3.2.6 – Subversivos a serviço da *ordem*

Com a documentação aduzida procurei definir os limites da oposição integralista que não havia em meados de 1938 sido alcançada pelos braços da ditadura. Sob o lastro de suas ações verificou-se que o grupo mais atuante – chefiado por Belmiro Valverde – manteve-se, pelo menos durante os anos de 1936 e 1937, ativo no empreendimento anticomunista vanguardado pela Polícia Política do regime, inclusive, não raro, participando de movimentações conjuntas.

As circunstâncias posteriores à instauração do Estado Novo acabaram por consolidar um tipo de posicionamento diverso do corrente entre os adeptos da doutrina (nesse contexto ainda marcado pela influência de Plínio Salgado), ou seja, pautado na perspectiva de chegada ao poder via golpe de Estado. Tal leitura da realidade levou a uma ação golpista que, com diminuto alicerce na própria base do movimento, não logrou sucesso. Entretanto, apesar do revés político, a condição de oposição ao Estado Novo continuou movendo as ações políticas desses militantes, o que a meu ver os singularizaram frente aos demais integralistas. O fato é que mesmo a disposição para o enfrentamento, em muito referenciada na perspectiva de não negociar quaisquer convicções, não fez desses setores vitoriosos no processo em curso. Muito pelo contrário, com o passar dos anos a condição de isolamento parecia cada vez mais uma realidade, o que para tais integralistas, que qualifico de subversivos (e também para essa pesquisa) significava uma evidente derrota política.

Desse primeiro quadro de conclusões – ainda que balizador – fugiu a questão que conformou-se fundamental para apreensão do papel dos integralistas atuantes no contexto político do Estado Novo: em que medida se pode qualificar a ação oposicionista (armada) dos integralistas de subversiva? Entendo que sua resposta passa pela aplicabilidade ou não do adjetivo subversivo (e necessariamente do conceito de subversão) à ala miliciana do movimento. E é sobre isso que me deterei a seguir.

Nas primeiras páginas do capítulo acordei ser subversão atos de insubordinação as leis ou às autoridades constituídas (ilegítimas na perspectiva dos subversivos),

descambando por vezes em tentativa de transformação da ordem política, social e econômica estabelecidas. Esta definição aponta para um sentido bastante geral do termo, o que nos compele a proceder algumas explicações.

Predominou na literatura acadêmica a identificação do conceito de subversão à ação de movimentos políticos de esquerda, que no exercício da sua prática contra-hegemônica, atuaram em oposição aos agentes da ordem, na maioria das vezes, clandestinamente ou em situação de semi-clandestinidade. Tomado nesse sentido, este remete a uma idéia mais abrangente do que a “simples” luta pelo poder, inerente a todo movimento político. Ao falar em subversão se estaria em verdade referindo-se a mudança do *status quo* capitalista.

Não resta dúvida que, aferido dessa forma, extrapolaríamos o conceito se o combinasse a movimentos fascistas ou congêneres, considerando por certo a literatura – diga-se de passagem amplamente difundida e consolidada – que os apreende como fenômenos da ordem e não da contra-ordem. Esta noção sobre movimentos fascistas com certeza vale também para o integralismo, a despeito das posições anti-capitalistas de alguns de seus intelectuais. Pois, comprovadamente não fazia parte de seu projeto de sociedade a revolução social ou algo parecido. Por tudo isso a opção pelo termo requer explicações.

Encontra-se no Dicionário de Ciências Sociais um breve, porém, salutar debate a respeito do conceito. Uma primeira definição proposta de subversão seria: “*movimentos políticos organizados ou, menos freqüentemente, atos políticos individuais que os funcionários e defensores do status quo consideram hostis às instituições existentes, tendendo, pois, a derrubá-las por meios ilegais*”. Nesse sentido, mas não exclusivamente, caberia também “*atividades contra o capitalismo e a propriedade privada (...) atividades comunistas e fascistas, estas últimas em menor grau*”. Noutra definição, bem menos flexível, e por isso mais de acordo com a noção predominante, identifica-se na subversão um tipo ação exclusiva da contra-ordem. Subversão, nessa perspectiva, é pura e exclusivamente oposta à idéia de ordem. Na seqüência, o verbete citado embrenha-se num debate relativo à dimensão moral do conceito: a subversão pode ser vista como algo positivo ou negativo, depende de onde está se falando.⁴⁵⁹

⁴⁵⁹ “Subversão”. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

A par dessas possibilidades conceituais, procurei primeiramente construir uma narrativa que evidenciasse a conjuntura de repressão a determinados setores do integralismo. Nessa trajetória atentei para algo referido na primeira definição do Dicionário de Ciências Sociais onde se diz que a idéia de subversão parte dos defensores do *status quo*.⁴⁶⁰ Na verdade, como a própria definição faz supor, subversão é um conceito nada abstrato. Subversivo é aquele que é considerado como tal, e que inserido na dinâmica repressiva, é tratado como tal. De fato, a pecha de subversivo não foi empregada somente no combate ao comunismo, ela também o foi no ataque ao inimigo integralista, o que a nosso ver justifica a sua utilização.

Por certo, não desmereço a perspectiva que contrapõe ordem a subversão, mas com relação ao processo que me proponho a narrar, pesou muito mais o sentido prático da ação repressiva contra os integralistas considerados subversivos. Em vista disso, a utilização do conceito esteve longe de se mostrar um entrave as minhas ambições. Pressupus que ignorar o fato de que efetivou-se uma orquestrada repressão (por vezes, brutal) aos integralistas da capital ou simplesmente não referir-se a esta com a devida relevância criaria insolucionáveis dificuldades para a apreensão da realidade. Foi tomado por essa reflexão que procurei me reportar a subversão integralista, documentando-a, a fim de subsidiar a hipótese central do tópico (materializada no título), de que mesmo tratados como subversivos os “camisas-verdes” continuavam a serviço da *ordem*. Noutras palavras, a qualidade de subversivo aos olhos do regime não lhes retirava a contraditória condição de defensores da *ordem*. Essa era a realidade que poderia ser deformada caso este trabalho utilizasse comodamente o termo, por exemplo, entre aspas. Havia ainda a possibilidade de se ignorar o termo (subversivo), mesmo sendo este sistematicamente utilizado pelo Estado Novo para se referir a integralistas. Neste caso, estaria mais distante ainda da realidade, pois “compraria” a idéia de que ala miliciana do integralismo da capital federal não era vista como subversiva pelo regime. O que pela documentação apresentada (com destaque para a situação dos integralistas nas prisões) se mostra uma total inverdade. Porém, como verificou-se, esse também não foi o caminho seguido. Enfim, me baseei no que julguei ser a maneira mais acertada de pensar a relação do integralismo com o Estado Novo.

⁴⁶⁰ “Subversão”. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

É Belmiro Valverde – em suas correspondências – que melhor sintetiza a contradição imposta pela conjuntura, e por isso o destaque a sua ação. Suas acusações sobre o caráter tirânico do regime (a ordem estabelecida) caminharam lado a lado com sua intransigente defesa de valores morais (respeito às autoridades constituídas), o que dá a exata medida da crise ideológica que permeava sua atuação militante. No mais, posso dizer que sua convicção (miliciana) moldou suas ações. Belmiro não escrevera um livro para defender seus ideais de ordem, ele os defendia via armas. Por isso, teve que enfrentar, junto a seus correligionários, a pecha de extremista ou pior ainda a de subversivo. Entretanto, reitero que este fato não modificava suas convicções sobre o papel que o integralismo deveria cumprir na defesa da ordem. O fato é que a proposta de Belmiro não teria mais tanta repercussão nas hostes do sigma, a reorientação doutrinária estava em curso, e por essa definia-se um novo papel para o integralismo na política nacional. A defesa da ordem abdicaria da organização miliciana aos moldes fascistas, e se aferraria em organismos mais afeitos a defesa de valores e de uma particular visão de mundo. Projeto esse, no Rio de Janeiro, vanguardado pela Cruzada Juvenil da Boa Imprensa. Porém, mesmo esse projeto sofreria resistências. É que o terei também a oportunidade de registrar no capítulo seguinte.

Aspectos da luta política: Estado Novo, Integralismo e nacionalismo

4.1- Aspectos do consenso nacionalista

No segundo capítulo, especialmente no último item, organizei minha argumentação no sentido de aproximar o leitor da conjuntura na qual atuaram os setores do integralismo concentrados nas diversas entidades nacionalistas fundadas durante o Estado Novo. Naquela discussão denominei de *consenso nacionalista* o ambiente construído pelo regime para impor sua política. O termo se condicionaria a explicar a forte propaganda patriota externada pelo governo na sua campanha de adesão pública ao seu projeto que, acompanhadas de ações concretas de grande apelo popular, como as relacionadas a benefícios aos trabalhadores, se mostrariam de grande eficácia para os objetivos do regime. Neste quarto capítulo, a título de uma reflexão a respeito do modelo de intervenção integralista nos anos de 1940 e 1941, continuarei a pensar o papel que o nacionalismo cumpriu nas disputas políticas entre integralismo e Estado Novo. Em vista disso, permanecerei recorrendo ao *consenso nacionalista*. Entretanto, julgo que a reoperacionalização do termo me obriga a um melhor detalhamento do seu sentido. É o que farei a seguir.

Começo com uma afirmação: a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos, não havendo nenhuma experiência correspondente a estes, anterior ao período conceitualmente definido como modernidade.

De fato, a afirmativa de maneira alguma é uma unanimidade entre os pesquisadores que se dedicaram à questão nacional. Certo também é que a espessura do debate nas Ciências Humanas extrapola, em muito, os limites dessa dissertação. Por isso tomo a definição acima como o primeiro recorte que este trabalho se vale para pensar o nacionalismo no Estado Novo. Ao assim fazer, conscientemente descarto a leitura clássica de Johann Gottfried von Herder para quem a nação tem algo de divino e inato: uma extensão do parentesco.⁴⁶¹ Bem como desvio de recentes concepções acadêmicas como as propostas por Anthony Smith e Montserrat Guibernau que respectivamente

⁴⁶¹ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 58.

entendem o fenômeno como uma “*recombinação inédita de elementos já existentes*”, mas não uma invenção moderna;⁴⁶² e um constructo composto de cinco dimensões (psicológica, cultural, territorial, política e histórica) surgida, por uma série de circunstâncias históricas, em meio a Idade Média.⁴⁶³ Ambas negando o caráter moderno da nação. A contrapartida a esses descartes é a aproximação da interpretação de autores que tratam a nação como uma experiência moderna, no qual destaco Benedict Anderson. O autor propõe ser a nação uma “*abstração, um constructo da imaginação; é uma comunidade que se imagina soberana e delimitada*”:

(...) surge quando os reinos da igreja e da dinastia se contraem e não mais aparecem atender ao anseio de imortalidade da humanidade. A nação, com sua promessa de identificação com a posteridade, pode nos ajudar a superar o caráter definitivo da morte e do esquecimento; mais isso só se torna possível quando uma nova concepção do tempo cronológico, homogêneo e vazio, substitui os conceitos medievais do tempo simultâneo. As nações são criadas na imaginação histórica e sociológica, através da identificação com heróis comunitários; embora nunca possamos encontrá-los podemos “conhecer” nossos concidadãos, os membros de nossas nações culturais, através dessas identificações e descrições em jornais, revistas, romances, peças teatrais e óperas.⁴⁶⁴

⁴⁶² O autor afirma que: “*Ao situar a nação e o nacionalismo, exclusivamente na transição de uma sociedade moderna, e ao tratá-los como produtos da “modernidade”, torna-se mais difícil a tarefa de explicar o retorno ao passado e as continuidades sentidas com um passado étnico. O equilíbrio entre a continuidade e a descontinuidade foi perturbado, e isso é o que torna tão desconcertante a busca moderna da identidade coletiva – a menos, é claro, que se invoque uma “necessidade de pertencer”, onde tudo cabe. (...) De qualquer modo, ela não explica por que se liga com tanta frequência à “nação”, e não a outras comunidades*”. Nesse especial, Smith trava um debate com os autores que explicam a nação a partir da idéia de invenção. Em vista disso, formula o conceito de *ethnie*, ou comunidade étnica. “*Mesmo que os elementos da etnia sejam “construídos” e “reconstruídos”, e às vezes francamente “inventados”, o fato de essas atividades terem funcionado por séculos (ou até milênios) e de diversas ethnies, embora alterando seu caráter cultural, haverem não obstante persistido como comunidades identificáveis por longos períodos sugere que é um risco ignorarmos a presença e a influência exercida por tais comunidades na formação das nações modernas*”. SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 204.

⁴⁶³ “*Não considero que a nação seja um fenômeno puramente moderno. Se voltarmos nossa atenção para as mudanças na organização da sociedade através dos tempos, podemos ver como, depois da queda de Roma e da subsequente desintegração do Império Carolíngio, a Europa Ocidental dividiu-se em feudos relativamente pequenos e áreas de influência que, por meio da conquista, dos casamentos e da anexação, criaram grandes unidades que desenvolveram um senso de comunidade, sobretudo mediante a guerra contra outros grupos*”. GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX* op. cit., p. 59.

⁴⁶⁴ SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). *Um mapa da questão nacional* op. cit., p. 199.

O recorte conceitual, que é simplesmente operacional, se faz necessário, pois não avançarei sobre questões que contribuam para o entendimento do surgimento do fenômeno nacional. Concentrarei minhas reflexões no nacionalismo como fenômeno já consolidado na sociedade contemporânea.

Na leitura de Montserrat Guibernau, o Estado Nacional – não a nação e o nacionalismo – é uma legítima experiência moderna caracterizada pela formação de tipo específico de Estado “*que possui o monopólio do que afirma ser o uso (...) da força dentro de um território demarcado*”, e que por estar empenhado o tempo todo num projeto de unificação nacional procura, por meio de um vasto programa de homogeneização, criar “*uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os*”.⁴⁶⁵ De fato, podemos afirmar que o Estado Nacional, tomado o objetivo proposto, foi muito bem sucedido, pois passado o século XIX se pode constatar que a idéia nacional havia-se convertido em norma. Ou seja, “*uma vez desenvolvido o Estado Moderno, territorial e soberano, houve uma tendência esmagadora para que as populações desses Estados se identificassem com eles (ou contra eles) em termos nacionais*”.⁴⁶⁶ A generalização do Estado Moderno fez do nacionalismo uma linguagem comum e necessária a todos os movimentos políticos que se quisessem em condições reais de poder.

Eric Hobsbawm, para quem a nação é mais importante invenção da Era Moderna, chama de apogeu do nacionalismo o período que se estende do final da Primeira Grande Guerra ao término da Segunda. Nesse interregno afirma que a identificação nacional, por “*adquirir novos meios de se expressar nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia*”, ganhou forma destacada perante outros períodos. A primeira dessas grandes mudanças foi o surgimento de uma moderna comunicação de massa: imprensa, cinema e rádio; cujo efeito mais significativo foi a transformação dos símbolos nacionais em elementos presentes na vida de qualquer indivíduo. Em verdade, fruto desse processo se “*romperam as divisões entre as esferas privadas e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia*”, em detrimento da entrada dessas populações nas esferas pública e nacional. A segunda é o esporte, que

⁴⁶⁵ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX* op. cit., p. 56.

⁴⁶⁶ BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). *Um mapa da questão nacional* op. cit., p. 180.

com suas competições internacionais entre seleções nacionais, proporcionou todo um incremento ao sentimento nacionalista, simbolizado em tais disputas.⁴⁶⁷

O sentido de *apogeu*, inferido pelo autor, designado para explicar um período restrito ao contexto europeu, serve para desenhar uma conjuntura que, na minha opinião, configurou-se, tomado o referencial gramsciano, como um *consenso* público sobre o papel do Estado Novo na ordem política brasileira. É essa idéia de clamor patriótico, limitada, no caso europeu, a conflituosos 27 anos de espaço entre o final de duas grandes guerras, que procuro reter na perspectiva de pensar mais a frente o nacionalismo no Brasil dos anos 30 e 40.

No pós-primeira guerra os efeitos do conflito acabaram competindo para que, na Europa, o nacionalismo passasse a protagonizar os principais embates entre Estados Nacionais. É nessa quadra que o mundo assiste ao surgimento do fascismo, seguido de seu evolutivo fortalecimento. A que se deveu o sucesso do fascismo, passados quase um século de sua estréia, se mostra uma questão já muito repisada, porém nunca totalmente respondida. Os que se aventuraram em respondê-la, e não foram poucos, costumam salientar que a condição degradante dos países no pós-guerra foi um fator fundamental para a emergência de diversos movimentos direita nos anos 1920.⁴⁶⁸ Também é corrente – e esse é o ponto que mais nos interessa – afirmar que o nacionalismo cumpriu um importante papel mobilizador nas ações públicas fascistas. Não resta dúvida que o nacionalismo conectava o projeto fascista com a população européia flagelada. Nesse sentido, Hobsbawm é preciso ao citar que o aflorado sentimento patriótico foi muito bem explorado pela direita e pelo fascismo quando da mobilização de “*estratos médios, e outros apavorados com a Revolução Social*”. Estes não pouparam esforços para defender sua nação da “*ameaça vermelha que podia ser – especialmente na sua forma bolchevique – rapidamente identificada com o internacionalismo militante*”.⁴⁶⁹ Certo é que, num primeiro momento, o fascismo foi muito competente ao “colar” seu projeto a

⁴⁶⁷ HOBSBAWM, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 170 e 171.

⁴⁶⁸ Foge dos nossos objetivos mais prementes a apresentação dos fatores que levaram a emergência do fascismo europeu. Entretanto, uma boa indicação sobre o assunto parece ser o trabalho de Robert Paxton já vastamente citado nesse trabalho.

⁴⁶⁹ HOBSBAWM, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780* op. cit., p. 172.

um tipo de nacionalismo que, pelas razões que aponte, já estava naquela conjuntura, amplamente difundido entre os habitantes dos Estados nacionais europeus.⁴⁷⁰

Por razões de natureza teórica, em princípio, os comunistas pouco se valeram do potencial mobilizador do nacionalismo em seus discursos. Amarrados às tradições da segunda e terceira internacionais, nos primeiros anos posteriores a Primeira Guerra, desprezaram os símbolos do patriotismo, “*até aqueles associados intimamente com o passado revolucionário, e mesmo socialista, como a marselesa*”.⁴⁷¹ Porém, esse referencial teórico que opoicionava nacionalismo a comunismo (internacionalista), em algum momento (Hobsbawm aponta para meados dos anos 30), passou a ser abandonado em detrimento de uma concepção mais propensa a incorporar o nacionalismo ao seu projeto de poder.

Por largarem na frente, os movimentos fascistas impuseram ao comunismo a pecha de antipatriota, concomitantemente atribuíram a eles próprios a legitimidade de defensor máximo dos interesses nacionais. A verdade é que havia uma predisposição comunista a aceitar tal alcunha, isto por considerar o nacionalismo o contraponto ao internacionalismo, esta sim pedra de toque do marxismo. Entretanto, a despeito dessa opção programática, os Partidos Comunistas não conseguiram eliminar das consciências dos trabalhadores europeus a relação entre nação e classe. Não raramente as reivindicações de classe e de caráter nacional acabavam interagindo num único e mais robusto projeto social levado a cabo pelos grupos de esquerda. Esta “virada nacionalista” operada pela esquerda europeia é também apreciada por Hobsbawm, que sobre esse aspecto faz uma afirmação: “*o papel dos comunistas na resistência antifascista emprestou uma considerável plausibilidade a seus resgates de patriotismo, particularmente depois de 1941*”.⁴⁷² A isso segue afirmando que durante todo o período

⁴⁷⁰ “*A regeneração da nação é um dos maiores objetivos de qualquer movimento nacionalista. No caso do fascismo, pertencer à mesma nação é a qualidade que une todos os cidadãos. A construção da comunidade coloca-se acima das outras fontes de identidade, como a classe. A regeneração da comunidade nacional é uma mensagem simples e bem-sucedida que implica, habitualmente, a superioridade étnica ou cultural da nação renascida sobre certos povos e culturas julgados inferiores. Assim aconteceu na Alemanha nazista e ainda acontece entre os grupos neofascistas que agora emergem na Europa*”. GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX* op. cit., p. 102.

⁴⁷¹ HOBBSAWN, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780* op. cit., p. 174.

⁴⁷² HOBBSAWN, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780* op. cit., p. 174.

em que os comunistas se engajaram na ação anti-fascista, o nacionalismo adquiriu forte associação com as esquerdas.⁴⁷³

De fato, a capacidade fascista de associar-se ao nacionalismo, e o seu peculiar investimento em expulsar do universo nacionalista todos demais projetos concorrentes se mostrou em vão, pois o nacionalismo naquela altura já figurava como um fenômeno demasiadamente consolidado e difundido para ser simplesmente monopolizado por qualquer um dos projetos em disputa. E isso provou ser verdadeiro quando do surgimento da citada esquerda anti-fascista, reivindicadora de elementos nacionalistas. Retomarei essa constatação logo que deslocar minha atenção para o caso brasileiro.

Entretanto, existe outro aspecto do nacionalismo de esquerda que me parece tão ou mais importante do que sua disputa com o nacionalismo de caráter fascista. E é uma vez mais Hobsbawm que primeiramente absorve tal situação:

Se aceitarmos que a consciência de classe, na prática, tinha uma dimensão cívico-nacional, e que a consciência cívico-nacional ou ética tinha dimensões sociais, então é possível que a radicalização das classes trabalhadoras na Europa do primeiro pós-guerra tenha reforçado sua potencial consciência nacional.⁴⁷⁴

O que o autor propõe é que, provavelmente, o próprio arsenal reivindicativo comunista tenha tido participação significativa na constituição do clima nacionalista do pós-Primeira Guerra, apesar de a princípio estes não terem se valido dessa condição para criar um canal de comunicação entre seu projeto e as massas. É nesse ponto que conectamos a leitura do historiador inglês com as reflexões relativas à conjuntura brasileira.

No Brasil ganhou forma a partir de 1930 um novo tipo de Estado caracterizado pela disposição de seus dirigentes em redimensionar as relações de produção, antes pautadas na acumulação de cariz agro-exportador. O fortalecimento de um amplo setor nacional público e a constituição de um sistema jurídico renovado mais afeito aos conflitos entre mundo do trabalho e capital, *“além de uma ação desenvolvimentista nas áreas de infra-estrutura, em setores como os de energia, viário, siderúrgico, financeiro e de investimentos, são alguns dos aspectos que evidenciam a nova condição racional,*

⁴⁷³ HOBBSAWN, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780* op. cit., p. 176.

⁴⁷⁴ HOBBSAWN, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780* op. cit., p. 173.

modernizadora e nacionalista do Estado brasileiro".⁴⁷⁵ Com o advento desse Estado às ações no sentido de promover o nacionalismo passaram a ser mais frequentes, com destaque para a "*instituição de programas educacionais públicos de massa, estatalmente centralizados, voltados para a afirmação do idioma e da cultura nacionais*".⁴⁷⁶ A busca pela homogeneidade e pela negação total do conflito se conformaram como as marcas ideológicas desse novo Estado.

Benedict Anderson chama de *nacionalismo oficial* a ação de um determinado Estado empenhado em reproduzir os valores nacionais. Essa específica ação estatal pode estar ligada: a um aspecto defensivo, quando no intuito de resguardar contra agressões, ameaças ou constrangimentos políticos de origem externa; a uma busca da "*afirmação de poderes imperiais sobre vetores, revolucionários ou não, de natureza centrífuga: étnicos, nacionais ou simplesmente regionais*"; ou ainda estar "*associado ao alvorecer da modernização industrial como na Rússia, no Sião e, principalmente, no Japão*".⁴⁷⁷

É este último modelo de *nacionalismo oficial* que possui forte correspondência com o caso brasileiro. Entre 1930 e 1945, "*a começar pela forma propriamente oficial, estatal, por ele assumida*", o nacionalismo varguista aproximou-se do japonês justamente por ter sido conduzido numa conjuntura de transição "*de um tipo de sociedade e Estado tradicionais para outro tipo, acentuadamente moderno*".⁴⁷⁸ A promoção nacionalista levada a cabo pelo *nacionalismo oficial* do regime irá mobilizar ainda mais os anseios patrióticos já amplamente difundidos na sociedade civil. É nesse contexto que se abre a possibilidade do *consenso nacionalista* se configurar.

Consenso pressupõe uma verdade compartilhada e, por um determinado espaço de tempo, indiscutível. No caso do nacionalismo, utilizei o conceito para expressar uma dada conjuntura em que, apesar de todos os grupos criarem um ambiente de clamor

⁴⁷⁵ RIBEIRO, Joaquim Alcides Toledo. *Nações e Nacionalismos: o nacionalismo de Vargas entre 1930 e 1945*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 191.

⁴⁷⁶ RIBEIRO, Joaquim Alcides Toledo. *Nações e Nacionalismos: o nacionalismo de Vargas entre 1930 e 1945* op. cit., p. 196.

⁴⁷⁷ RIBEIRO, Joaquim Alcides Toledo. *Nações e Nacionalismos: o nacionalismo de Vargas entre 1930 e 1945* op. cit., p. 95.

⁴⁷⁸ RIBEIRO, Joaquim Alcides Toledo. *Nações e Nacionalismos: o nacionalismo de Vargas entre 1930 e 1945* op. cit., p. 196.

patriótico, apenas um dos projetos em disputa se vale do bônus de sua consolidação. Como anteriormente expus, o conceito ainda remete a idéia de poder de classe ou projeto, ou seja, é a materialização de um projeto que se mostra vitorioso. Historicamente, o *consenso nacionalista* concretizou-se nos contextos em que o Estado Vargasista, aproveitando-se do clima nacionalista vigente, e em constante realimentação por diversos grupos políticos, se apropriou do consentimento público em torno desse fenômeno para “colar” suas ações políticas, convencendo extensas parcelas da população, bem como os grupos ou setores conservadores, que a salvação nacional passaria pelo fortalecimento do poder do regime. Assim definido, podemos aferir que o *consenso nacionalista* efetuou-se com maior significância em três momentos específicos: na resposta à ação comunista em 1935, na implantação do golpe em novembro de 1937 e na entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

A reprodução da literatura que trata nacionalismo na Europa teve como objetivo destacar a idéia de apogeu da idéia nacional, justamente por entender que o termo nos ajudava a pensar o Brasil durante o primeiro governo Vargas. Aqui, o *consenso* que objetivamos aferir teve também como fundo o anterior ascenso (ou apogeu) do nacionalismo. O que chamo a atenção é que mesmo expressando a vitória do getulismo, a efetivação do *consenso* não interrompeu o manuseio dos valores nacionais por outros grupos atuantes naquele contexto que, conscientes do poder mobilizador do nacionalismo, empenharam-se em mantê-lo como um elemento presente em seu discurso, sobretudo quando o objetivo era publicizar seu projeto. A conclusão que trago é que a peculiaridade do *consenso nacionalista* está na dialética que este traz implícito a sua implementação. A seguir, um documento do contexto de instauração do Estado Novo.

Excia senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Cordiais Saudações

Na nossa condição de cidadãos brasileiros – e não como presos -, e em nome dos demais compatriotas anti-fascistas recolhidos a este presídio, vimos, pela presente, congratular-nos com a nação brasileira, na pessoa de V. Excia pelo esmagamento da bárbara intentona integralista de 11 de maio. Os graves acontecimentos desenrolados naquele dia “com o auxílio recebido de fora”, como declarou V. Excia, deixam claro, que pesa sobre a nossa nobre pátria, na hora conturbada que o mundo vive, a ameaça terrível do assalto armado e da conquista, de certas potências expansionistas e agressivas.

Ante esse supremo perigo, nós, como **brasileiros nacionalistas** e democratas, sentimos, com V. Excia, que o dia de ontem, “é preciso que constitua

um ponto de partida de uma nova ordem”. E cumprimos o patriótico dever de declarar que nos colocamos ao lado do governo de V. Excia, na luta contra o integralismo e seus mandantes e adjuntonês estrangeiros, em defesa da integridade, da soberania e do progresso nacionais.

Com os protestos da nossa mais alta consideração.

Agildo Barata Ribeiro, Agilberto Vieira de Azevedo, Álvaro Francisco de (...), (...) Gonçalves da Silva, (...), (...), Francisco Leivas Otero, José Gutman, (...), Raul Pedroso, Humberto (...) de Moraes, (...).⁴⁷⁹

O conteúdo da carta trata justamente da dialética própria do *consenso* a que me referi. É uma carta de presos comunistas congratulando Vargas pela ação contra integralistas subversivos. Descartando a possibilidade de que estes teriam aderido ao Estado Novo, o que se tem na verdade é uma ação política que não desmerece o apoio público conquistado pelo regime (legítimo defensor da ordem), evidenciando o *consenso* que venho apontando. Por outro lado, mostra como a militância do PCB (Partido Comunista do Brasil), estrategicamente, procurou se mover ante a situação. Neste caso, reafirmando a condição de *brasileiros nacionalistas*. A idéia de *consenso* de maneira alguma retira do patriotismo o status de fenômeno político consolidado, apenas procura acentuar um contexto todo especial em que este, ao se mostrar mais do que nunca como a principal referência para a mobilização em massa, acabou por se constituir como o principal elemento discursivo da dominação estadonovista, e ao mesmo tempo, praticamente, a única saída para a articulação pública dos projetos concorrentes.

Por outro percurso teórico Eliana Dutra admitiu que, entre os anos de 1935 e 1937 o Brasil viveu uma verdadeira explosão patriótica.⁴⁸⁰ Nesse sentido, tanto a direita quanto a esquerda utilizaram-se da retórica patriótica nacionalista para expor seu projeto. Isso fica evidenciado em palavras e expressões comuns naquele contexto como “à ‘*salvação nacional*, à ‘*liberdade do país*’, aos ‘*interesses da nacionalidade*’, ao ‘*sentimento de pátria*’ (...) entre outros”.⁴⁸¹ Na seqüência recorrerei a três situações que

⁴⁷⁹ Carta de militantes comunistas ao Presidente Getúlio Vargas. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GVc1938.05.13. (Grifos do autor)

⁴⁸⁰ A tese da autora em muito se apóia no conceito de totalitarismo, na forma discutida por Hannah Arendt. Fórmula conceitual que não corroboramos. Entretanto, o uso do conceito de totalitarismo não invalida as constatações de cunho empírico referentes ao nacionalismo no contexto dos anos 30. Sobre a crítica ao conceito de totalitarismo ver SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

⁴⁸¹ DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; UFMG, 1997, p. 153.

nos ajudarão a mostrar a maneira na qual a retórica nacionalista aparece mobilizada. Cada situação representa a apropriação de um grupo político (ou projeto) atuante no período.

Começo dando forma à apropriação feita pelo Estado nas palavras de seu mandatário maior:

Parece chegado o momento de reunir e solidarizar todos os espíritos bem formados numa campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro, colocando as suas aspirações e as suas necessidades no mesmo plano e direção em que se processa o engrandecimento da nacionalidade.⁴⁸²

O texto é longo e no essencial remete a uma convocatória a defesa da pátria materializada no apoio às ações do regime. Getúlio aproveita-se do nacionalismo para se justificar da adoção de uma série de medidas de caráter antidemocrático, “*tais como o Estado de Sítio, o Tribunal de Segurança Nacional, a censura à imprensa, entre várias outras*”.⁴⁸³

O segundo texto a que se referencia na retórica patriótica foi redigido por comunistas: “*Estamos vivendo o momento mais temeroso da vida nacional. (...) E um país como o Brasil, pelo caráter feudal da nossa economia, o que vemos é o nosso destino entregue aos banqueiros internacionais.*”⁴⁸⁴ Aqui se mostra flagrante a incorporação do argumento nacionalista, o dirigente comunista claramente “*assume uma atitude de defesa nacional e igualmente se dispõe à tarefa de mobilizar os cidadãos para salvar e libertar o Brasil*”. Com absoluta certeza, a retórica comunista contém a particularidade da mudança social, ou seja, da eliminação das desigualdades de classe. Mesmo assim, o cunho marxista do panfleto não neutraliza o efeito de *consenso* que venho apresentando como característico daquele contexto, reafirmado em

⁴⁸² DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30 op. cit., p. 153.

⁴⁸³ DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30 op. cit., p. 153.

⁴⁸⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30 op. cit., p. 156.

outro fragmento: “*Expulsemos os tiranos e construiremos na América uma Nação livre apoiada fortemente pelo povo emancipado da escravidão feudal imperialista*”.⁴⁸⁵

Completo essa exposição citando bem brevemente Afonso Arinos de Mello Franco, liberal convicto, que no exercício de articulista no jornal “O Estado de Minas”, aponta para uma noção de unidade nacional também componente do consenso em voga: “*Contento-me em acentuar que (democracia) se trata de um governo exercido pelo povo, através dos seus representantes. Pelo povo tomado em conjunto, sem distinção de nenhuma espécie, sem classes, sem profissões (...)*.”⁴⁸⁶

De fato, é bastante elucidativa a exposição da autora. A documentação em que baseia sua argumentação avaliza sua interpretação. Por esse motivo, concordo com a autora quando esta aponta que o Brasil no interregno (1935-37) viveu uma intensa *explosão patriótica*. É esse mesmo fervor nacionalista que avisto nas conjunturas de instauração do Estado Novo (que se estende de julho de 1937 aos julgamentos provenientes do levante integralista) e durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Com uma diferença, enfatizo a vitória política do regime, amplamente favorecida pela mobilização dos valores nacionais.

Na seqüência do capítulo, à luz do conceito de *consenso*, serão trabalhados os momentos em que as relações entre integralistas e regime se mostraram mais presentes. Assim procedendo, creio continuar contribuindo para uma melhor apreensão do papel desempenhado pelos integralistas no Estado Novo.

4.2 – Assimilação e assimilados

Direcionado para o contexto no qual se organizaram as entidades integralistas fiz referência às adversidades enfrentadas por estas, resultado do evolutivo processo de assimilação a que estavam sendo submetidas amplas parcelas da base integralista. Naquele debate me propus a apontar os fatores que concorriam para a incorporação desses pelo regime, que defini serem dois: a assimilação de ordem natural, reflexo da

⁴⁸⁵ DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30 op. cit., p. 157 e 158.

⁴⁸⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30 op. cit., p. 177.

identificação ideológica e a assimilação de caráter induzido, dirigida pelo regime, e alicerçada numa campanha de ataque à doutrina.

Como expressão ou não do sucesso da empreitada assimilacionista do Estado Novo, o fato é que setores do movimento passaram a apoiar o regime, tendo alguns, inclusive, participado ativamente da implantação de suas políticas. Sobre esses últimos é que, a partir desse momento, canalizarei minhas atenções.

A carta de Rosalina Coelho Lisboa a Gustavo Capanema serve de referência quando se intenta apreender os motivos que engajavam os intelectuais do regime naquele contexto. Diria a escritora: “*está nas suas mãos abrir para o Brasil, um caminho mental nacionalista*”.⁴⁸⁷ Capanema assumira o Ministério com atribuições das mais importantes. A principal, garantir ao novo Estado uma reserva política para a manutenção do regime no futuro. No que se refere ao jovem, a ideologia estadonovista tinha o MES (Ministério da Educação e Saúde) como centro articulador de boa parte da produção de políticas e discursos voltados para a juventude. Do Ministério partiam as políticas escolares, definindo “*conteúdos, programas e livros*” etc., além de ações no campo da saúde (responsabilidade correlata). “*Sua atuação sobre a população infanto-juvenil cruzaria as políticas pedagógicas vinculadas ao cotidiano escolar com as políticas higienistas ligadas a puericultura e à proteção à maternidade*”.⁴⁸⁸

A primordialidade do jovem na ação do Ministério não significava o abandono do caráter fiscalizador do órgão no que diz respeito ao Ensino Superior. Pelo menos é o que insiste em afirmar Rosalina Lisboa, quando alerta o Ministro sobre o “*fanatismo*”: que continua a se infiltrar “*nas escolas e universidades*”. O temor de seu sucesso – argumenta – junto à juventude universitária, “*tão ávida de fecundação que aceita qualquer semente*”, merecia, sem dúvida, “*uma propaganda (...) contrária ao crime russo*”, propaganda essa que deveria ter a mesma função que uma “*vacina contra*

⁴⁸⁷ FGV\CPDOC, Pasta: Gustavo Capanema, Doc: GC b Lisboa (Rolo 4 fot. 353 a 356). Data entre 1939 e 1942.

⁴⁸⁸ PARADA, Maurício Alvarez. *Educando Corpos e Criando a Nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade do Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2003, p. 89.

moléstias degradantes”. Ao MES, reforça a escritora, competia a “*responsabilidade dessa campanha higienizadora*”.⁴⁸⁹

É pelo canal sempre pertinente do combate ao “comunismo universitário”, que se justificava a incorporação da intelectualidade integralista disposta a romper politicamente com Plínio Salgado. Isto posto, cabe a questão, em que contexto e em que condições esta incorporação teria ocorrido? Como já anteriormente tratei a formação de diversos movimentos intelectuais autoritários não obstaculizou a existência de pontos de identificação entre tais correntes. Evidencia esse fato a participação de integralistas na máquina pública, especialmente nos meios educacional e cultural, logo que vitorioso o golpe em 1930.

Figura de proa na doutrina, e desde essa época intelectual comprometido com o projeto nacional-corporativo, Francisco Clementino San Tiago Dantas, foi o principal dirigente integralista assimilado pelo regime naquele contexto. Acadêmico talentoso, ainda em 1932 fora nomeado interinamente professor da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, sendo mais tarde aprovado no concurso de professor catedrático de Legislação e Economia Política na mesma Escola de Belas Artes.⁴⁹⁰ Sua passagem pela estrutura educacional na Era Vargas o fez travar importantes contatos com a intelectualidade já atuante no governo, principalmente com aqueles que gravitavam em torno do Ministério da Educação. O intercâmbio construído ao longo desses anos foi fundamental para que, não pesando sobre este quaisquer acusações golpistas, sua migração para os quadros do Estado Novo estivesse em muito encaminhada.⁴⁹¹

Maria Elisa Guimarães, que primeiramente cunhou o termo *assimilado*, aponta que a assimilação mostrou-se uma realidade a partir do momento em que interrompera-se, ou pelo menos, diminuiu-se em muito a probabilidade da vitória integralista. Enquanto atuou na AIB, San Tiago e “*todo seu grupo*” mantiveram-se fiéis a Salgado,

⁴⁸⁹ FGV\CPDOC, Pasta: Gustavo Capanema, Doc: GC b Lisboa (Rolo 4 fot. 353 a 356). Data entre 1939 e 1942.

⁴⁹⁰ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 170 e 178.

⁴⁹¹ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação* op. cit., p. 173.

afirma a autora.⁴⁹² Entretanto, consumada por duas vezes as derrotas nos levantes de março e maio, e posteriormente desmantelada a organização, não havia mais o que “prendesse” San Tiago ao integralismo. É por isso que no calor dos acontecimentos acima descritos, fruto do já adiantado processo de desligamento da AIB, o intelectual é nomeado, por decreto do Presidente da República, professor regente de um curso de férias sobre História do Brasil na Universidade de Montevidéu. Era assim, sem muito alarde, que se iniciava sua duradoura cooperação política com o regime.⁴⁹³

Numa correspondência de Almir de Andrade, datada de janeiro de 1941, endereçada a San Tiago, se confirma a disposição do governo em contar com a participação do ex-integralista no corpo autoral da revista *Cultura Política*, porta-voz doutrinário do Estado Novo, organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Andrade justificava tal escolha assinalando: “*pretendemos congregar, nessa iniciativa, os melhores elementos intelectuais do Brasil (...) num programa de propaganda cultural ainda não tentado até agora entre nós*”. A participação no governo ganharia status publicitário quando da veiculação de uma reportagem, muitas vezes impressa, sob o título “Por que deixei de ser integralista”. Nesta, San Tiago, não só negaria o integralismo, como também apontaria seu fracasso como projeto de sociedade. Durante a ditadura, Dantas assumiria a Diretoria da Faculdade de Filosofia, acumulando a Cátedra em Direito Civil e a função de conselheiro no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, provando ser nada superficial sua atuação no Estado Novo. As correspondências remetidas a Capanema, bem como suas respostas, dão conta de apresentar San Tiago como um quadro de relevância na hierarquia doutrinária do Estado Novo. Por exemplo, já no final da ditadura, respondendo a uma solicitação do próprio integralista, Capanema agradece sua prestatividade: “*Você sabe da relutância com que aceitei o seu tão reiterado pedido de exoneração. Não desejava seu afastamento, não só pela sua eficiência, brilho e projeção (...) mas ainda por desejar ter entre os meus mais chegados colaboradores*”.⁴⁹⁴ Não seria necessário a palavra do Ministro Capanema para considerar San Tiago Dantas a mais importante aquisição do regime pelo lado integralista, sua ação deliberada contra a doutrina por si só já o garantem nessa

⁴⁹² GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação* op. cit., p. 173.

⁴⁹³ Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30)

⁴⁹⁴ FGV\CPDOC, Pasta: Gustavo Capanema, Doc: GC b Dantas f; Rolo 3.

condição. No entanto, sua relevância enquanto agente político ganhará melhor visualização quando estiver entretido em apresentar a disputa no contexto de entrada do Brasil no conflito mundial. Por enquanto, cabe apenas destacar sua centralidade entre os *assimilados* pelo regime.

O mesmo processo de aproximação que levaria Dantas a participar do regime se fez presente no caso de outras notórias figuras do integralismo. Ainda em 1938, oficializa-se a tomada de posição a favor do governo com o lançamento de um manifesto assinado, a princípio, por seis proeminentes intelectuais integralistas, que em seu ponto fundamental tomava partido pelo governo instaurado em 1937. Consideravam que não havia motivos para se opor à constituição de 1937, inspirada “*em suas linhas mestras nos princípios pregados pelo integralismo*”; e que, mesmo se houvesse alguma contra indicação, não haveria como publicizá-la, pois com o “*fechamento da AIB tornou-se difícil o contacto com a massa de adeptos*”. Assim, continua o manifesto, o momento pedia uma tomada de posição visto que “*círculos desorientados*” da doutrina (“*pequena parcela do integralismo do distrito Federal*”) estavam se valendo da desorganização, e tomando atitudes “*à revelia da direção suprema do movimento*”.⁴⁹⁵

Enfim, como propriamente encerra o manifesto, que tudo indica destinava-se a Salgado, buscava-se uma composição com o regime. Em especial, que se reatasse a negociação entre Getúlio e Salgado, para que ambos encontrassem:

(...) uma formula digna, através da qual os camisas-verdes pudessem lealmente cooperar com o Governo – fortalecendo-o e pacificando a família brasileira, apressando, ainda, a consolidação do Novo Regime, e evitando revoluções fermentadas no liberalismo político – o que seria uma volta ao passado – ou golpe de caráter marxista – o que seria a ruína e a degradação nacional.⁴⁹⁶

A “fórmula digna” na qual se refere o manifesto parece ser a preservação do movimento sob algum rótulo que não o de Ação Integralista Brasileira. A fundação de uma entidade próxima à Associação Brasileira de Cultura não era vista com maus olhos pelos “*signatários*” do manifesto, entretanto, como anteriormente coloquei, não havia interesse por parte do governo na manutenção ou constituição de qualquer entidade que congregasse integralistas, independentemente de estarem dispostos ou não a cooperar

⁴⁹⁵ FGV\CPDOC; Pasta: Getúlio Vargas; Doc: GV 38.00.00.13.

⁴⁹⁶ Assinaram o manifesto: Olbiano Melo, Iracy Igayara, Francisco Stella, Eurico Guedes Araújo, Miguel Reale e Eduardo Graziano. FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV 38.00.00.13.

com o Estado Novo. Por esse motivo, em se tratando desse ponto, o manifesto se mostrou inócuo. Por outro lado, este referendava uma idéia de cooperação, que frente às circunstâncias que expus, traduziu-se na incorporação destes pelo novo Estado.

O clima amistoso que se configurava naquele contexto não se estendia a todo o movimento – e a repressão aos envolvidos no levante de maio é prova disso – porém, continha elementos que facilitavam a assimilação. Em vista disso, outros intelectuais vieram a se somar a San Tiago. Hélio Vianna, Américo Lacombe entre outros, passaram com o tempo a compor de fato as fileiras do Estado Novo. Vianna, por exemplo, assume a subseção de Literatura histórica da seção “Evolução Intelectual” na revista Cultura Política.⁴⁹⁷ Lacombe dedica-se mais ao plano intelectual, promovendo a formação de “círculos literários”.⁴⁹⁸ Porém nenhum deles detinha o prestígio de Miguel Reale.

Situado hierarquicamente abaixo do chefe Plínio Salgado, Reale, apesar de jovem, era considerado o intelectual da doutrina responsável pela discussão em torno da questão do corporativismo. Sua aproximação com o regime se dá via San Tiago Dantas, e está registrado na correspondência passiva e ativa deste último. No contexto subsequente ao golpe de maio, Reale já demonstrava seu desinteresse pela manutenção da doutrina, especialmente pelas condições desfavoráveis que estavam postas. A quebra de hierarquia, materializada no episódio golpista, alarmava o proeminente integralista. Sua posição no processo nos leva a crer que entre ter que enfrentar os embates internos sobre os caminhos a serem seguidos pelo movimento, com possibilidade real de derrota e desprestígio, e o seu fechamento, Reale tendia a segunda opção. É o que o documento por ele assinado faz compreender no trecho: “*devido ao fechamento da AIB tornou-se difícil o contacto com a massa dos adeptos*”.⁴⁹⁹ Motivação fundamental para incorporação ao projeto estadonovista. Na perspectiva de Reale e de seu “grupo” não era salutar a manutenção do integralismo a qualquer custo. Dessa forma, a Associação Brasileira de Cultura, por mais contraditório que possa parecer, só teria sentido se fosse afeiçoada pelo regime, pois reforçaria o prestígio de suas lideranças frente à base do movimento, cessando qualquer tomada de posição independente.

⁴⁹⁷ GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação* op. cit., p. 175.

⁴⁹⁸ Em correspondência chama San Tiago Dantas para participar.

⁴⁹⁹ FGV\CPDOC; Pasta: Getúlio Vargas; Doc: GV 38.00.00.13.

A Universidade pública será o espaço de atuação do ex-integralista. Na correspondência enviada a Dantas, em outubro de 1940, Reale expõe ser “*conveniente aceitar, desde já, a cadeira de Direito Constitucional que fora oferecida pelo presidente da República, sem prejuízo da defesa (...) da Cátedra de Filosofia*”, que naquele momento enfrentava resistência pública.⁵⁰⁰ Noutro registro, este de maio de 1941, o integralista comunica a Dantas da posse na Cátedra de Filosofia e do sucesso das suas primeiras aulas.⁵⁰¹ No que concerne a sua ação de colaboração com o regime, pelo que tudo indica, esta pareceu ser bem mais recatada do que o papel cumprido por San Tiago Dantas, mesmo assim não faltaram contatos. Segundo Reale, Cassiano Ricardo teria demonstrado “*grande interesse em nossa permanente colaboração (refere-se a San Tiago), tendo-me falado a seu respeito*”. Na mesma correspondência, Reale comunica a Dantas sobre a publicação de um artigo no diário “A Platéia”, “*batendo na tecla da neutralidade e da paz*”, segundo ele, “*as duas idéias que representam, neste momento, todo o centro de interesse nacional*”, como se vê, totalmente inserido nos debates a respeito da participação do Brasil no conflito mundial.

O “comedimento” de Reale talvez possa ser explicado pela ação dos agrupamentos anti-fascistas articulados, pouco satisfeitos com a aproximação do ex-integralista com o Estado Novo. Parte da crítica se valia da opção de Reale em se “exilar” na Itália, logo que começaram as perseguições ao movimento. Em carta a Capanema, datada de julho de 1943, Reale se dedica a comunicar ao Ministro getulista a situação da crise política instaurada após a deflagração de uma greve estudantil cuja principal reivindicação era a sua exoneração do cargo de professor, sob o argumento de ser perigoso. A crise, inclusive, ganharia espaço no “Estado de São Paulo”, na qual o integralista, pela divulgação de uma aula, procuraria defender-se de tais ataques. De fato, Reale foi alvo privilegiado dos opositores do integralismo articulados na opinião pública, mas, em geral, os ataques direcionaram-se as figuras que se assemelhavam a sua condição de ex-integralista. Antonio Galotti, Chermont de Miranda, Hélio Vianna, entre outros não eram poupados das denúncias:

⁵⁰⁰ Carta 10 de outubro de 1940. Na mesma carta expõe a preocupação de Miguel Reale com os requerimentos contrários a sua condição de professor catedrático.

⁵⁰¹ Carta endereçada a San Tiago, 20 de maio de 1941. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (24).

Agora mesmo, no 5º Congresso Nacional de Estudantes, vemos a mocidade universitária rebelar-se contra a estranha presença de professores que utilizavam da cátedra democrática como veículo do vírus nazi-integralista. “Queremos a expulsão dos professores fascistas”, bradam os estudantes da Bahia. “Queremos a demissão de Miguel Reale e todos os seus cúmplices” exclama o líder estudantil Wagner Cavalcanti, um dos fundadores da União Nacional dos Estudantes.⁵⁰²

Há um ponto na documentação que explicita o conflito entre integralistas e setores auto-intitulados democráticos que deve ser levado em conta. É o contexto em que esses “ataques” se mostram mais comuns. Atento às datas das cartas e artigos citados (1941, 1942 e 1943), constatei que estas compreendem o período que antecede a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o período posterior, que o Brasil efetivamente atuou como beligerante. O cenário interno constituído por essa nova circunstância fez ascender o debate sobre o papel que ex-integralistas (arrepentidos) poderiam cumprir nesse novo quadro. Recuperarei esse cenário no item seguinte.

Enfim, a título de uma conclusão, ao menos parcial, sobre o papel desempenhado pelos setores integralistas assimilados pelo Estado Novo, devo colocar que no período aqui descrito a assimilação foi contínua, sendo que os primeiros e mais significativos quadros assimilados tomaram partido pró-Estado Novo já em 1938. Fato também é que a incorporação foi condicionada ao abandono do integralismo e procedeu-se a partir da cessão de espaços na máquina pública.

Apesar de não corroborar com a dimensão atribuída à assimilação proposta por Maria Guimarães, tendo a concordar com esta no trecho de sua tese onde afirma ser o campo educacional o principal espaço de atuação dos assimilados integralistas durante o Estado Novo. Mesmo assim, entendo que a maneira como a autora encampou a idéia de assimilação foi deficiente. Esta por tratá-la como um processo contínuo e progressivo (todo o movimento de alguma forma foi assimilado porque deixou de existir), não priorizou uma sistematização sobre o que entendia ser “assimilação integralista pelo Estado Novo” no sentido político do termo, deixando a cargo do leitor as devidas impressões. Em minha opinião, este é um ponto fundamental e merece esclarecimentos.

Numa acepção dicionarizada de vertente antrope-sociológica pode se achar para o termo assimilação a seguinte definição: *“processo pelo qual um grupo social minoritário perde suas características culturais definitivas, sendo absorvido pelo grupo*

⁵⁰² Jornal “Diretrizes” de 17/09/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (49).

maior”.⁵⁰³ Esse conceito teria surgido para delimitar as relações que acabaram se sucedendo durante a colonização européia na América.⁵⁰⁴ Por aí já se pode verificar que a palavra “solta” pode significar muitas coisas, por isso minha justa preocupação. Como ponto de partida tomo *assimilar* como fazer consentir determinado projeto por convencimento ou por livre e espontânea opção do assimilado. Assim, o integralista assimilado pelo regime seria aquele que em algum momento aderira a seus propósitos. Entretanto, posso definir que todo integralista naquele contexto ditatorial desligado da doutrina foi assimilado pelo regime? Creio que não.

As trajetórias políticas que aqui disponibilizei me condicionam a sintetizar o que entendi por ser *integralistas assimilados*; são os que entram para o Estado Novo, participam de suas políticas, e que no caso das figuras públicas cumprem como principal função a de atuar junto à base do movimento desprestigiando a doutrina (não os seus valores) enquanto projeto de sociedade. São os que rejeitam qualquer possibilidade de retorno do integralismo à cena pública, pois o consideram superado. Ou seja, não foram assimilados somente no interregno ditatorial – apesar de nunca podermos descartar casos particulares –, por se sentirem contemplados com o novo Estado boa parte passa a militar ao lado de Vargas – Miguel Reale talvez seja a grande exceção – e que, mesmo com o retorno do integralismo sob o rótulo de PRP, continuam irredutíveis quanto a sua posição. Apesar de terem produzido poucos registros nesse sentido, não resta dúvida que compunham um número considerável.

Inserindo-os no contexto de disputa política entre integralismo e o Estado Novo, posso afirmar que a incorporação desses quadros confirma a vitória parcial do regime. Em verdade, evidencia a operacionalização do *consenso nacionalista*. O fato é que, uns por terem sido convencidos e outros por não quererem simplesmente se indispor com o governo acabaram optando deliberadamente pelo apoio ao regime. Sem maiores ressentimentos, o Estado Novo os acolhe. A contrapartida do apoio ao governo, neste caso, seria espaço na máquina pública. Assim o recado era dado, e cabia aos assimilados

⁵⁰³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2007, p. 93.

⁵⁰⁴ GENTILI, Ana Maria. Assimilação. In: BOBBIO, Norberto et alii (org.) *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2007, p. 64.

divulgar as benesses da condição de subordinados ao *consenso nacionalista*. Entretanto, outros percursos foram tomados.

4.3 – Elementos da Reorganização Integralista



Posse da diretoria da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, realizada no Instituto Nacional de Música em 06/10/1940. Estão presentes da esquerda para direita, Manuel Lopes Rodrigues (nº 1), Jaime Ferreira da Silva (nº 3), Waldemar Pereira Cotta (nº 4) e Júlio Cesar de Melo e Souza (nº7). Arquivo Iconográfico do Integralismo, nº 13, APERJ.

Cronologicamente, a reorganização integralista é um fato posterior à assimilação dos quadros que anteriormente me reportei. A figura acima registra a posse da diretoria da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa em 06/10/1940. Por ela se consegue observar a presença de Jaime Ferreira da Silva (número três da marcação policial) e Waldemar Pereira Cotta (número quatro), dirigentes que, no contexto descrito, assumem a direção do movimento. Um detalhe importante do evento é a quantidade de integralistas e (ou) simpatizantes que compareceram ao Instituto Nacional de Música. O que demonstra o sucesso do lançamento da nova entidade. A imagem a seguir deixa uma boa noção da assistência presente.



Posse da diretoria da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, realizada no Instituto Nacional de Música em 06/10/1940. Arquivo Iconográfico do Integralismo, nº 304, APERJ.

Na imprensa não faltaram notícias enaltecendo aquilo que era tido como mais um reforço à política educacional do Estado Novo. Como antes afirmei, a fundação da Cruzada Juvenil correspondia a uma fase de expansão da reorganização integralista na capital federal. A entidade coadunava os anseios da militância que, desde que amenizada a repressão, passou a se associar em diversos espaços. Mas, o sucesso do evento não era uma novidade. Durante os anos de 1940 e 1941, seja na Associação Espírita Francisco de Paula⁵⁰⁵ ou em clubes como o *Penha*, localizado na “*Estação da Penha*” (subúrbio do Rio de Janeiro), os eventos com divulgação nos meios integralistas quase sempre contavam com boa assistência. Na “*festa artística denominada ‘Noite do Riso’*” realizada no *Penha Club* o investigador ressaltou a seu superior que o “*salão encontrava-se repleto, demonstrando, assim, a grande popularidade do organizador do espetáculo nos bairros de Bomsucesso, Ramos, Olaria e Penha*”.⁵⁰⁶

Entretanto, o que não se pode negar é a publicidade dos eventos da *Cruzada*, em boa parte das vezes com exposição na imprensa, especialmente no jornal *Gazeta de Notícias*, outro espaço, segundo a polícia, controlado por integralistas. Da trajetória da CJBI verifica-se a ampliação gradativa de seus eventos. Inicialmente restrita a reuniões

⁵⁰⁵ Dossiê de 10/11/1941; Pasta 21; “Associação Espírita Francisco de Paula”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁰⁶ Dossiê 23 e 25/10/1941; Pasta 23; “Penha Club”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

na sua sede, passado um ano de atuação, pode se dizer que seus dirigentes chegaram a organizar dois grandes eventos: o primeiro, uma semana totalmente dedicada a Santos Dumont; e o segundo, um mês inteiro dedicado a Duque de Caxias.

No segundo capítulo, em especial no item “Conjuntura de fundação das organizações”, procurei apresentar o ambiente em que se articulavam os integralistas, ambiente esse que acabou levando à fundação de várias entidades por eles controladas. Nesse ponto defini ser muito desfavorável a conjuntura a que os “camisas-verdes” desenvolviam sua reorganização, a princípio, devido a quatro condicionantes: a assimilação de ordem natural de parte significativa dos integralistas pelo Estado Novo; a assimilação induzida pelo governo através do amplo investimento propagandístico; a repressão e suas conseqüências para a reorganização; e por último a posição colaboracionista de Plínio Salgado. Fato também mencionado foi que, conscientes dessas condições, a militância optou deliberadamente pelo não enfrentamento, estabelecendo assim uma atuação que valorizava o nacionalismo, muito próximo daquilo que vinha sendo veiculado pelo regime nas suas agências especializadas. A questão que coloco é: observados os marcos do não enfrentamento, fundados tais espaços, que fatores influíram na consolidação destas como entidades reorganizadoras do movimento? Para respondê-la começo lançando outra questão: frente à conjuntura desfavorável, que estratégia os integralistas se valeram para avançar na reorganização?

Apesar de implícito ao projeto integralista, o nacionalismo de caráter ufanista, mais do que nunca se mostrou uma importante ferramenta para o movimento. Vejamos por que. Retomando as reuniões e festas organizadas pela Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, logo verifiquei seu teor nacionalista, especialmente nas diversas homenagens prestadas aos chamados “Heróis Nacionais”. Da maneira como eram mobilizados, e como resultado do próprio discurso exposto pela entidade, estes acabavam atraindo uma quantidade significativa de não-integralistas. Pelo menos é o que relata o investigador responsável pela diligência referente à “Semana Santos Dumont”, organizada pela Cruzada Juvenil: *“Estiveram presentes, entre a numerosa assistência, elementos de certo nível social residentes nos bairros de Copacabana, Botafogo, Gávea”* antigos *“membros dos núcleos integralistas dos referidos bairros, e, **pessoas alheias** ao*

verdadeiro objetivo da cerimônia que ali compareceram, apenas, por acaso”.⁵⁰⁷ Para o investigador muitas pessoas estavam naquele local apenas “por acaso”.

O que não pode passar despercebido é que as homenagens a “Heróis Nacionais” interessavam a pessoas que não eram integralistas, mas que somente se identificavam com a homenagem proposta pela entidade. Há ainda registros como a formatura de alunos do Colégio Andrade, as reuniões em centros espíritas, entre outros, todos locais não eminentemente políticos. Aliás, era nesses espaços que realmente os integralistas travavam contato com a sociedade não engajada do período. Ainda sim frente a todas essas opções destacarei a Cruzada Juvenil pela importância junto ao movimento. No que se refere a seus eventos, tudo leva a crer que, principalmente nas grandes comemorações, havia um número considerável de elementos “somente” nacionalistas.

Este é um ponto a ser levado em consideração, pois se os eventos atraíam pessoas consideradas não-integralistas, isto significa que a Cruzada estava tendo certa aceitação pública. Para além dessa constatação, esta é a prova de que se estava implementando uma estratégia política cujo aporte principal era a divulgação da entidade como defensora do elemento nacional, especialmente na sua forma *romântica*.⁵⁰⁸ Assim fazendo, os dirigentes integralistas investiam suas forças na conquista de uma espécie de consentimento junto à opinião pública do período para a nascente organização. Seguindo esse raciocínio é que ganha destaque a biografia das duas figuras que presidiram a organização: Júlio César de Melo e Souza, que com o pseudônimo Malba Tahan, alcançou sucesso junto ao público infantil com histórias ligadas à matemática⁵⁰⁹ e Waldemar Pereira Cotta. Cotta, além de professor da Escola Militar e da Escola da Aeronáutica, membro efetivo da Comissão Nacional do Livro

⁵⁰⁷ Dossiê de 28/07/1941; Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

⁵⁰⁸ Segundo Montserrat Guibernau, “a convicção primordial do nacionalismo romântico é que a cultura, um estilo de vida especial e as instituições sociais mais importantes são essencialmente formadas e moldados pela nação”⁵⁰⁸. Sua composição mais original estaria na Alemanha dos séculos XVIII e XIX. Seguindo, a autora define: “São expressões de uma força unitária em geral relacionada com a alma, a mente ou espírito de um povo; na linguagem de Hegel, o *Volksgeist* ou caráter de uma nação. Refletindo a unicidade de uma nação, uma língua é encarada como a forma de expressão de um modo particular de ver a vida e o mundo. E, ao lado de um interesse pela língua emerge um interesse específico pela história – o passado glorioso, mitos de origem, costumes, estilos de vida e idéias de um povo específico (...)”.⁵⁰⁸ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX* op. cit., p. 65.

⁵⁰⁹ Seu mais célebre livro foi “O Homem que calculava” publicado pela primeira vez em 1939.

Didático. Ambos inseridos ao debate educacional e por isso com bom trânsito na sociedade civil. Condição que os colocava como fundamentais para os intentos da *Cruzada Juvenil*.

A estratégia do não enfrentamento era levada à risca, e quando algum dirigente extrapolava os limites do nacionalismo, ficava flagrante a preocupação dos demais. O discurso de Waldemar Cotta causou preocupação: “(...) o professor Andrade teme que o Cel. Cotta, devido a sua maneira de falar; seja impedido de irradiar (pelo DIP), e, seja detido, se protestar contra deliberação”.⁵¹⁰ O capital político advindo dessa estratégia era para a entidade a garantia da condição de elementar defensora do nacionalismo, muito importante nesse contexto de guerra mundial. O trecho a seguir da carta de Maurício Limbo de Abreu – Primeiro vice-presidente da *Cruzada* – endereçada a Getúlio Vargas é elucidativo nesse sentido: “os dirigentes da *Cruzada* escolheram o referido setor educacional com o objetivo de secundar os esforços das autoridades públicas no referido sentido” e “levar ao conhecimento delas todos os fatores que, oriundas de fontes malsãs, buscam, na sombra, tornar o terreno inadequado a frutificação das boas sementeiras”.⁵¹¹

Nela, como se pode verificar, há uma tentativa de defesa da instituição como nacionalista. A despeito da formalidade implícita ao documento, o objetivo fundamental da entidade, exposto pelo dirigente, de fato se aproxima muito do tipo de evento que esta promoveu no período que atuou. Em verdade, as lideranças integralistas objetivavam criar uma situação desconfortável para o regime caso este se propusesse a fechar a entidade. A imagem seguinte complementa nossa argumentação, nela se vê oficiais militares compondo a mesa na comemoração de posse de Waldemar Cotta no Instituto Nacional de Música:

⁵¹⁰ Dossiê 30/05/1941; Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵¹¹ Carta de Maurício limbo de Abreu, Primeiro-secretrário da CJBI. Dossiê 02/01/1941; Pasta 8; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.



Mesa dirigente da reunião em comemoração a posse do novo presidente da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa Waldemar Pereira Cotta, realizada no Instituto Nacional de Música. Arquivo Iconográfico do Integralismo, nº 314, APERJ.

A estratégia nacionalista, levada a cabo por quase todas as entidades fundadas naquele contexto mas, muito especialmente, como apresentei, pela CJBI, em se tratando da consolidação do movimento, soma-se ainda a outros dois fatores: os acordos entre Getúlio e Plínio Salgado e a própria leitura que os dirigentes integralistas faziam da conjuntura. Começo pelos acordos.

Anteriormente defini ser a pouca disposição de Salgado em reorganizar o movimento durante o Estado Novo um elemento de grande dificuldade para a militância no Rio de Janeiro. Também abordei que independentemente da opção do chefe houve um claro investimento na reorganização. Pois bem, diferentemente do que se poderia supor, Plínio não esteve totalmente alheio à reorganização integralista. Indiretamente seus acordos com Vargas influenciaram no arrefecimento da repressão, especialmente no pós-1939. Sua tática terminou por fornecer condições para a ampliação das atividades da Cruzada e das demais entidades. De fato, não há como pensar os acordos entre o ditador e o chefe “camisa-verde” apenas como uma via de mão única, senão retrocederemos àquele estágio, pouco salutar à pesquisa, de idiotização de Salgado. Os acordos continham na sua essência a solicitação de Plínio relativa à diminuição da perseguição aos seus próceres. Muito provavelmente este fato influenciou na complacência que o governo teve com relação ao integralismo em processo de reorganização.

Como último fator, elenco a própria estratégia do regime que, nesse contexto, priorizava a assimilação via convencimento, colocando em segundo plano a ação de característica mais repressora. Nesse sentido, o governo colocaria bem menos obstáculos a reorganização do que efetivamente dispusera, caso definisse como meta por fim ao integralismo da capital. A essa ação de diálogo, darei mais atenção no próximo tópico, quando abordar o papel da polícia política naquele contexto. Também sobre o poder repressivo do regime, que para mim é indiscutível, serei mais preciso na seqüência do texto, onde terei a oportunidade de demonstrar como, em nova conjuntura, e com extrema facilidade, o regime obstaculizou a reorganização do movimento. Por ora, e para finalizar, cabe somente reafirmar que a soma dessas condições acabou garantindo aos dirigentes integralistas, imbuídos da “reorganização verde”, uma razoável margem de manobra, que ao final, mostrou-se um passo fundamental para a transformação dessas entidades em referência para o movimento.

4.4 – Polícia Política: repressão e consenso

Não é novidade que em regimes ditatoriais a polícia assuma um papel de vanguarda na repressão. Entretanto, a obviedade desta constatação ganha complexidade quando buscamos explicar a forma como a repressão se sucedeu, qualificando os sujeitos agentes da repressão e reprimidos – neste caso, Estados Novo e integralistas, respectivamente. A análise da ação da polícia getulista, que desenvolverei no decorrer desse item, indica que esta não se configurou como uma agência que atuou somente através da violência física, pelo contrário, como órgão diretamente ligado ao presidente, a Polícia, não por acaso, política, acabou por se constituir numa importante interlocutora da hierarquia do regime com grupos marginais, em especial, os integralistas articulados nas organizações fundadas naquele contexto.

4.4.1 - Apontamentos para um estudo da Polícia Política nos anos 1930

Por certo, a utilização do termo Polícia Política é corrente quando observamos trabalhos que se dedicaram a pensar regimes autoritários em diferentes contextos. Utiliza-se o conceito para delimitar um tipo especial de atuação levado a cabo por um determinado corpo policial, que age de forma diferenciada da clássica “polícia comum” ou simplesmente polícia. É importante lembrar que o conceito é, por vezes, utilizado pelos próprios regimes em questão, o que suscita cuidados. De fato, o que se verifica geralmente é certa naturalização do conceito de Polícia Política sem as devidas

explicações. Muitas das vezes, o conceito se desloca no tempo e no espaço, sem respeitar conjunturas e a própria composição do corpo policial, como se o adjetivo “política” por si só já delimitasse parâmetros de atuação policial característicos de todos os períodos autoritários. Movido por estas preocupações desenvolvi uma breve reflexão sobre a Polícia Política na conjuntura do entre-guerras.

A dicionarizada definição de polícia, corporação que engloba os órgãos e instituições incumbidos de fazer respeitar um conjunto de leis ou regras impostas aos cidadãos com vista à moral, a boa ordem e a disciplina⁵¹², presente nos dicionários de língua portuguesa em geral deve ser problematizada. Isto porque advém de uma conceituação de Estado que tem lastro na teoria liberal surgida no século XVI e re-significada nos séculos seguintes. Tendo a discordar dessa noção justamente por esta não levar em conta a complexidade de uma sociedade dividida em classes, condição precíua para a definição de uma agência estatal atuante na primeira metade do século XX. Tomado esse pressuposto, opto por uma conceituação diferente da acima exposta. Nesse sentido, a polícia passa a ser definida como uma “*atividade tendente a assegurar a defesa da comunidade dos perigos internos*”. Perigos que seriam “*representados nas ações e situações contrárias a ordem pública e à segurança pública. A defesa da ordem pública e a segurança pública*” se revelariam na “*repressão de todas aquelas manifestações que pudessem desembocar numa mudança das relações político econômicas entre as classes sociais*”, cabendo a “*segurança pública a salvaguarda (...) da integridade física da população, nos bens e nas pessoas, contra os inimigos naturais e sociais*”.⁵¹³ Por buscar assegurar a posição de uma classe, ou fração de classe, no poder esta polícia é por natureza política.

Entretanto, a luta pelo poder numa determinada conjuntura do entre-guerras levou a constituição de agências policiais que extrapolavam as tarefas de manutenção da ordem típico de regimes liberais burgueses. A polícia, ou uma parte dela, em todo este contexto, passava assumir uma dimensão especial, cada vez mais distanciada daquela comprometida com princípios universais constituintes da própria teoria liberal. Se reportando ao caso português, Maria Ribeiro observa que foi durante o Estado Novo que ocorreu “*a separação entre uma polícia política, obedecendo a certas regras e*

⁵¹² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985, p. 372.

⁵¹³ BOBBIO, Norberto et alii (orgs) *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1999, p. 944.

obrigações particulares e sempre dilatáveis, e uma administração que labora segundo princípios universais do direito estava consumada".⁵¹⁴ O diferencial "*deste modelo de Polícia Política (...) seria o seu divórcio em relação ao paradigma liberal (...) que se insere "no interior de uma moldura jurídica", porém, "suficientemente maleável para lhe permitir uma forte discricionariedade"*".⁵¹⁵

A contribuição da autora vai além da indicação do surgimento de um diferenciado tipo de polícia "*com características específicas nos regimes autoritários de cariz fascista ou fascizante instaurados em diversos países europeus*" no entre-guerras. Com vigor sua análise avança sobre a construção de um conceito de polícia política, delimitado temporalmente, que tomarei emprestado para a investigação do caso Brasileiro. Antes, porém, algumas explicações.

O estudo do período citado tem significativa produção bibliográfica referenciada no conceito de totalitarismo divulgado especialmente pela filósofa Hannah Arendt.⁵¹⁶ O modelo proposto por Maria Ribeiro leva muito em consideração as contribuições dos pesquisadores que investigaram as polícias políticas tendo como norte teórico o conceito de totalitarismo. Com as devidas ressalvas ao conceito, que reitero, o trabalho da autora constituiu-se em buscar delimitar métodos de atuação próprios de corpos policiais autoritários, sem possíveis preconceitos advindos do não reconhecimento das análises dos pesquisadores que as pensaram pelo viés do totalitarismo. A primeira dessas ressalvas, por sinal fundamental, é a atenção que deve ser dada ao processo de conformação do estado fascista cujo "*propósito de contenção-repressão do movimento operário funcionou sempre como esteio unificador, como, aliás pode se observar na gênese dos regimes de Musoline e Hitler*"⁵¹⁷. O que acaba não corroborando com a perspectiva que apreende o fascismo como um fenômeno político inserido no grupo de regimes totalitários, ao lado do stalinismo, por exemplo. Em segundo lugar, Ribeiro

⁵¹⁴ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 31.

⁵¹⁵ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 32.

⁵¹⁶ (...) *uma forma de domínio radicalmente nova, porque não se limita a destruir as capacidades do homem, isolando-o da vida pública como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o assim ao mundo e privando-o até do seu próprio eu. (...) é a transformação da natureza humana (...) a ideologia totalitária pretende explicar com certeza absoluta e de maneira total o curso da história*. BOBBIO, Norberto et alii (orgs) *Dicionário de política* Brasília: UNB, 1999, p. 1298.

⁵¹⁷ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 25.

compreende que o terror totalitário com todas as suas formas de intervenção não pode ser “inteiramente extensível a outras experiências passíveis de serem compreendidas dentro do universo fascista”.⁵¹⁸ Ou seja, regimes como o Estado Novo português, apesar de não terem desenvolvido governos literalmente fascistas, produziram no seu interior elementos autoritários de “cariz fascista ou fascizante”.⁵¹⁹

Nesta perspectiva, um tipo de polícia política com todo um sistema operacional próprio teria perpassado regimes de viés autoritário. Polícia essa, “potencialmente onisciente e onipresente, preventiva e repressiva, concebida como instância padronizadora das consciências, inculcadora de comportamentos e ideologia”.⁵²⁰ Por certo, com graus variados de complexidade e de intervenção. Cujas “ação (...) não se encontra vinculada a qualquer norma jurídica com carácter necessário, podendo operar quer no exterior do quadro legal quer em associação com este conforme as conveniências do momento”.⁵²¹ Mais à frente veremos como a atuação da polícia política getulista se aproxima bastante do quadro traçado.

Por fim, ainda me utilizando das observações de M. Ribeiro, concluo estes breves apontamentos reafirmando o papel diferenciado desempenhado pelas polícias políticas no entre-guerras, incluindo a brasileira. Ação que “independentemente da diversidade empírica que estes regimes se revestiram, em todos eles se assiste a uma redefinição do papel institucional da violência política”. Configurando-se como um organismo “claramente (...) a serviço de uma ideologia, de um conceito de ordem, de sociedade e de poder, traduzindo uma nítida ruptura com o modelo liberal”.⁵²² Que atuava prioritariamente contra movimentos organizados, mesmo que esta intenção fornecesse argumentos para a desmobilização de inimigos não-organizados.

4.4.2 - Polícia Política do Distrito Federal: um breve histórico organizativo

A Delegacia Especial de Segurança Política e Social criada em 1933 reunirá as principais tarefas repressivas no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. No entanto, este órgão não fora pioneiro em matéria de repressão política na capital. Anterior a esta,

⁵¹⁸ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 29.

⁵¹⁹ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 21.

⁵²⁰ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 29.

⁵²¹ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 30.

⁵²² RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)* op. cit., p. 35.

desde 1922, cumpria essa função a 4ª Delegacia Auxiliar. Em verdade, a DESPS, substituía a 4ª Delegacia Auxiliar, numa clara reorientação das ações policiais no intuito de atender aos objetivos políticos do governo vigente.

Logo que assumiu a chefia da Polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo buscou modificar a ação policial. Amplas reformas foram encampadas, “*além de recompor totalmente o quadro de delegados auxiliares (com exceção de um), vários dos delegados auxiliares foram exonerados.*”⁵²³ O objetivo era subtrair da polícia os vícios próprios do contato cotidiano com o crime. No barco de medidas reconfiguradoras do aparato policial estariam “*o decreto de 1933 e o novo regulamento da polícia civil de 1934 (...)*”. Sendo que “*o primeiro cria a escola de polícia e o segundo estabeleceu as bases da fundação, dentro da inspetoria Geral de Polícia, de uma escola prática de polícia*”.⁵²⁴ Segundo Elizabeth Canceli, sem contar com os informantes, a chefedura de polícia contava com “*a prestação de serviços de delegacias de outros estados e municípios; verbas secretas; (...) convênios internacionais (...) serviço de delação de amplos setores da população*”.⁵²⁵ Neste ínterim, “*outros parâmetros e modelos de funcionamento da instituição passaram a fazer parte do discurso de uma elite de policiais que ocupou postos importantes*” na década de 30. O foco sobre a cidade aos poucos se modificava, havia um interesse cada vez maior por “*ameaças de golpes, o avanço do movimento sindical e o crescimento da criminalidade urbana*”.⁵²⁶

Havia, naquele momento, todo um esforço no sentido de prover a Polícia do Distrito Federal, tanto materialmente, quanto juridicamente, de meios para que cumprisse com efetividade a função de braço repressivo do regime. Dessa forma, “*ao longo dos anos 30 e 40, a Chefia de Polícia do Distrito Federal suplantou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e exerceu um poder direto sobre os órgãos de*

⁵²³ CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 48.

⁵²⁴ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1932 – 1942.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 6.

⁵²⁵ CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas op, cit.*, p. 53.

⁵²⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1932 – 1942.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 6.

repressão federais e estaduais” Concomitantemente, Vargas conduziu um processo de aproximação com este corpo policial, que passou a estar diretamente subordinado ao ditador. Para isso, em 1933, é editado um decreto que deixava “*a chefia da polícia subordinada ao Ministério da Justiça, mas sob a supervisão do Presidente da República*”, o que impossibilitava “*ao ministério qualquer tipo de controle mais efetivo do chefe de polícia (...) pois ele, afinal, estava atrelado às conveniências (...) da presidência*”. Na prática, isto significava o controle total e direto do governo sobre esta agência.⁵²⁷

Estas observações sobre a relação da polícia com Vargas não podem passar despercebidas, quando se pretende pensar a relação do regime com os integralistas. Considerar que Vargas despachava diretamente com Filinto Muller, chefe de Polícia, se informava, freqüentemente, da ação policial e potencialmente influía em suas estratégias, faz da atuação de seus dirigentes e investigadores fontes privilegiadas de análise. Portanto, se o objetivo do regime era promover um novo momento na história do Brasil, como afirmavam seus intelectuais, a polícia envolvida nesse projeto cumpria um papel central. Atuava no sentido de desarticular as forças que o contrapunham. O que pretendo apresentar a seguir é que a polícia política não cumpriu apenas a função repressiva, mas também participou ativamente, orientada pela hierarquia do regime, da tarefa de convencer os militantes e lideranças intermediárias do movimento integralista sobre a necessidade do Estado Novo.

4.4.3 – A Polícia Política em ação

A dupla abordagem com relação a integralistas fica expressa primeiramente na pouca complacência para com os integralistas envolvidos na tentativa de golpe em maio de 1938. Como já abordei os indiciados pelo crime de subversão não foram poucos. Como consequência houve um significativo número de condenações. Desse resultado não se pode desmerecer o aplicado trabalho policial, que não poupou esforços para prover de meios (provas, especialmente) os juízes responsáveis pelos processos referentes ao caso.

⁵²⁷ CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 52.

De fato, a violência policial durante o Estado Novo não priorizou ideologias, mas, sem dúvida, os registros são muito mais generosos com relação à violência voltada contra comunistas. Por certo, a própria disposição dos militantes comunistas em expor a brutalidade da ação do regime acabou influenciando tal situação. Nesse especial, as *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos se apresenta como o mais notável relato da violência da ditadura varguista.⁵²⁸ No caso dos integralistas – nosso objeto precípua – por força das circunstâncias, mesmo no pós-Estado Novo, não havia incentivo para que publicizassem denúncias das violências sofridas como detentos, seja na Delegacia Especial de Segurança Política e Social ou sob custódia do Conselho Penitenciário. Entretanto, não há dúvida de que a ação violenta se processou, pelo simples fato de que não há registros sobre seu contrário. O relato de que disponho me encaminha nesse sentido. Trata de uma carta do integralista Rubem Toreli componente do processo em que o “camisa-verde” era julgado por manter sob seu poder bombas de fabricação caseira. Apesar do autor da carta não se referir exatamente à violência física, não é totalmente improvável que ela tenha acontecido. De toda forma a carta deixa explícita a arbitrariedade policial:

Fui preso ao chegar em casa no dia 17 de abril, pelo investigador D. Medina, chegando na P. C. (...) chegou o investigador Vianna (...) fazendo-me várias perguntas sobre umas bombas escondidas no quintal da casa onde residimos na Ilha do Governador e que eu sabia quem as tinha dado e enterrado, respondi-lhe que ignorava a existência de tais bombas e muito menos quem as tinha enterrado, com esta resposta ele irritou-se dizendo que ao amanhecer eu daria o serviço de qualquer maneira (...).⁵²⁹

Toreli denuncia que o objetivo dos investigadores era a prisão do integralista Waldemar Pessoa, referência do movimento na Ilha do Governador. Para isso, necessitavam que o jovem integralista delatasse seu chefe político. Numa perspectiva inversa Toreli assume a autoria do crime, mesmo após as várias tentativas persuasivas dos policiais: “o investigador Vianna que desmanchou-se em amabilidades para comigo oferecendo-me um cigarro, dizendo que podia fumar enquanto elle ali estivesse pois, que era meu amigo e não podia me ver naquele sofrimento (...)”.⁵³⁰ O desfecho do

⁵²⁸ RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Record/RCB, 2008.

⁵²⁹ Carta de Rubem Toreli. “Resumo do que se passou comigo na Polícia Central”. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 303 – 2004; processo: N° 822; folha: 822/159.

⁵³⁰ Carta de Rubem Toreli. “Resumo do que se passou comigo na Polícia Central”. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 303 – 2004; processo: N° 822; folha: 822/159.

episódio aconteceu finalmente no dia seguinte com a ida do integralista ao cartório policial para que enfim relatasse em depoimento o caso. Naquele local Rubem Toreli diz ter sido “pressionado” a acusar Waldemar Pessoa:

(...) fui à cartório de por na presença do Delegado Hugo Auller, sentei-me em frente ao escrivão e respondi-lhe as perguntas feitas pelo mesmo o qual, recebeu ordem do Dr. Hugo para parar e esperar por ele, que estava falando no telefone. Quando terminou, virou-se para mim, e disse: tem certeza que enterraste estas bombas? Disse-lhe que sim, ficou feito uma fera dizendo que era mentira pois as quem tinha enterrado, foi o Pessoa, eu disse que não absolutamente! Nada mais, me foi perguntado e no final quando o escrivão mandou que eu assinasse o depoimento eu pedi-lhe para ler, pois, não tinha falado nada (...) O Dr. Hugo (...) foi buscar na sala ao lado, cinco investigadores, dizendo-me: assine ou se arrependerá! Diante da ameaça assinei saber o que. (...) não foi minha surpresa quando dia 5 de maio papae (*Rubem Toreli se referia a Waldemar Pessoa dessa forma*) deu entrada na sala de detidos incomunicável (...).⁵³¹

Os indeferimentos remetidos por ocasião das consultas sobre a possibilidade de concessão de liberdade condicional a presos integralistas se somam ao amplo quadro de repressão policial. Nessa conjuntura, a polícia se apresentava como a agência estatal responsável por definir quais “camisas-verdes” continuavam a se portar como oposição ao regime, e por isso inimigos em potencial a se combater. Em primeiro de abril, o pedido de livramento condicional de José Meneses é indeferido pela polícia que o acusa de ser elemento de elevada periculosidade: elemento que *“tomou parte ativa na intentona integralista de 1938, tendo feito parte do grupo de assaltantes à residência do Cel. Canrobert, chegando a raptá-lo (...)”*.⁵³² A mesma situação de processa com Expedito Lopes, na qual é negada a liberdade condicional por interferência direta da polícia. Em vista disso, o Conselho Penitenciário define: *“considerando que o Major Chefe de Polícia, responsável direto pela manutenção da ordem pública é no caso contrário à medida pleiteada (...) é o Conselho Penitenciário do Distrito Federal de parecer que se indefira o que requer Expedito Lopes”*.⁵³³ E assim seguem outros inúmeros exemplos.

A repressão que aqui trouxe teria como contraponto a complacência com relação à outra ala do integralismo. Esta, como venho afirmando, estaria prioritariamente envolvida no projeto de reorganizar o movimento na capital. É procurando evidenciar os

⁵³¹ Carta de Rubem Toreli. “Resumo do que se passou comigo na Polícia Central”. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 303 – 2004; processo: N° 822; folha: 822/159.

⁵³² Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2309.

⁵³³ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 011 – 2004; processo: N° 600; folha: 600/2370.

principais aspectos da ação policial, não necessariamente repressora, que concluirei esse tópico.

A correspondência entre os projetos proporcionou ao longo da década de 1930 uma ampla base de diálogo entre o regime e o integralismo. Entretanto, enquanto o movimento esteve reunido em torno da Ação Integralista Brasileira todos os acordos mantiveram-se submetidos ao crivo de suas lideranças. Essa condição se modificará quando do fechamento do partido em dezembro de 1937. A partir desse momento, o governo dará início a um amplo projeto de cooptação da base integralista, que ficará provada na propaganda voltada aos “camisas-verdes”, chamando-os para a adesão ao Estado Novo. Nesse primeiro avanço sobre os adeptos do movimento o resultado acaba sendo muito satisfatório, porém ainda tímido tendo em vista a extensão de seus núcleos. Por isso, a ação na imprensa é contínua, e ganha reforço significativo após a tentativa de golpe em maio de 1938.

Mesmo mobilizando toda a máquina de propaganda da ditadura para cooptá-los ou para simplesmente desmoralizá-los frente a seus simpatizantes e adeptos menos engajados, o regime não conseguiu evitar a reorganização do movimento. Assim sendo, em relação aos organizados nessas entidades, procurou-se implementar uma nova estratégia pautada essencialmente numa espécie de *complacência regulada*. Que na prática definiu-se da seguinte forma: se mantivessem uma linha política de não enfrentamento e atuassem comedidamente não se arriscando em atos públicos, poderiam continuar se articulando. Ao final, o regime esperava assimilá-los, como já havia feito com outros setores do movimento. Entendia-se que, como agentes da ordem, estes ainda estariam aptos a participar do arco de alianças materializado no Estado Novo. É nesse ponto que destaco a ação policial.

O discurso produzido pelo Delegado Alberto Tornaghi, contido no processo de número 600, aberto em 1938 para julgar o delito de subversão, subsidia essa reflexão.

O comunismo, que desde longa data já e vinha infiltrando em todas as camadas sociais, minando as classes armadas, contagiando o proletariado, aludindo as classes estudantis, introduzindo-se entre o funcionalismo público, alastrando-se, enfim, em todas as agremiações desde o lar e o sindicato até os grandes departamentos da administração e ameaçado comprometer a segurança das instituições e do Estado, ganhava nos últimos tempos, graças a liberalidade de um sistema de leis que, por completo,

desarmava o governo de meios eficazes para combatê-lo, formidável elemento de audácia impressionante.⁵³⁴

O trecho introdutório acima citado, segundo o próprio agente policial, objetiva apresentar os fatores histórico-conjunturais que teriam desencadeado o processo. Visto que, complementa: impossível seria “*analisar o movimento revolucionário que deu origem a esse processo*”, sem considerar “*como parte de um todo orgânico infinitamente complexo, qual seja o da evolução das idéias políticas do Brasil, especialmente da fundação da república a esta parte*”.⁵³⁵

Corroborando com uma formulação teórica corrente no período Tornaghi anunciava que o problema brasileiro estava na “*liberalidade de um sistema de leis*”, que permitia, entre outras coisas, o avanço do comunismo. Doutrina que desvirtuava os brasileiros de sua índole “*do feitio de povo amante da liberdade (...) conservador das tradições pátrias, eminentemente nacionalista e essencialmente patriota*”.⁵³⁶ Porém, “*todos os erros, mil vezes refutados, do socialismo(...)*”, entre eles, “*a ilegitimidade da propriedade privada, do papel da família (...) do conceito de syndicalismo*”, não teriam sido capazes de deter “*a magia dos argumentos falaciosos de envolta, com a ignorância de uns e a boa fé de outros*”, acabou por “*ascender a revolta (...) que culminaram com a intentona de 27 de novembro de 1935*”.⁵³⁷

Dando continuidade ao relatório, o delegado argumenta no sentido de legitimar a ação do governo que “*com serenidade e energia, prestigiado por todos os brasileiros sensatos*” reprimiu “*a acção deletéria dos subvertores da ordem social e política*”.⁵³⁸ Fruto desse processo de *conscientização popular* estaria também à decretação do Estado Novo:

A nova carta magna debuxa o corporativismo, extingue os partidos, estabelece a economia dirigida, protege as liberdades individuais, e as harmoniza com a segurança coletiva, além de dotar o governo de poderes para enfrentar todas as crises, quer sejam provocadas por homens ou por circunstâncias.⁵³⁹

⁵³⁴ Relatório do Delegado Alberto Tornaghi. Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 333 – 2003; processo: Nº 600; folha: 600/1146.

⁵³⁵ Arquivo Nacional; Fundo: TSN; microfilme: AN 333 – 2003; processo: Nº 600; folha: 600/1145.

⁵³⁶ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 333 - 2003 folha: 600/1146.

⁵³⁷ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 333 - 2003, folha: 600/1147.

⁵³⁸ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 333 – 2003; folha: 600\1147.

⁵³⁹ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 333 – 2003; folha: 600\1148.

A argumentação proferida pelo delegado Tornaghi, nada perde em retórica aos inúmeros processos que, por diversas motivações, foram movidos contra comunistas, inclusive, o que se incumbe da insurreição de 1935. Contudo, o relatório integra o processo de número 600, justamente o que fora movido contra os integralistas envolvidos no episódio de maio de 1938. O porquê de um discurso anticomunista em meio a um processo contra integralistas é um primeiro ponto de reflexão.

A atmosfera comunista preconizada pelo governo, além do próprio, teria um contraponto:

(...) desde 1932, formava-se uma phalange de brasileiros que se propunham modificar estrutura política do país, instituindo uma democracia orgânica, não liberal, substituindo o systema representativo vigente pelo corporativismo, unificando os sindicatos de cada classe, implantando a centralização política e a descentralização administrativa, extinguindo os partidos políticos, promovendo o culto as tradições, o ensino da língua, da história, e da geographias pátrias, além da educação cívica do povo.⁵⁴⁰

Mais uma vez, soa um pouco estranho um elogio eloqüente ao integralismo em meio à introdução de um processo que trata de uma tentativa de golpe cuja maioria dos acusados são integralistas. Sendo o processo em questão somente contra “camisas verdes”. Talvez não fosse tão fácil para o delegado se desvencilhar da história, naquela conjuntura, recente, de cumplicidade entre integralismo e governo. O que poderia explicar a construção discursiva do relatório, pouco consistente, no que se refere ao ataque ao movimento. A contemporização salta aos olhos na conclusão emitida pelo delegado, que define a tentativa de golpe como desvario de homens de vários credos “*e até pessoas estranhas a qualquer um deles*”, sectários envolvidos pela “*ambição*” ou por “*ódio pessoal*”, e não uma ação política orquestrada por membros de um partido socialmente enraizado.⁵⁴¹

De fato, o relatório se mostra uma importante fonte quando se busca apreender a ação policial relativa ao integralismo. Isto porque evidencia uma DESPS agindo totalmente em compasso com os objetivos políticos do regime, isto é, uma ação policial muito mais afeita ao diálogo do que ao enfrentamento. É dessa forma que podemos compreender o porquê do ataque ao comunismo e o seguido elogio ao integralismo. Como braço do executivo – nunca é demais lembrar que Vargas mantinha um canal de contato direto com sua polícia – o delegado ao invés de produzir um discurso adequado a um inquérito contra o integralismo, optou por um tom totalmente apaziguador, e de

⁵⁴⁰ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 333 – 2003; folha: 600\1148.

⁵⁴¹ Arquivo Nacional, Fundo: TSN, microfilme: AN 333 - 2003, folha: 600\1149.

acordo com os objetivos do regime. Isto devido ao fato de haver uma disposição do regime em continuar mantendo algum diálogo com os setores não participantes da empreitada golpista de maio. O papel da polícia não era necessariamente negociar com a militância integralista, sua função – se valendo de tamanha discricionariedade – na verdade, estava em atenuar a repressão contra aqueles que entendia estarem nos marcos do *consenso nacionalista*. Portanto, eximir a ordeira militância integralista de culpa fazia parte da estratégia do regime, cujo objetivo último era a *assimilação*.

O quadro de condescendência melhor se configura a partir da fundação das entidades reorganizadoras do movimento na capital federal. O próprio processo investigativo que levou à montagem de dezenas de dossiês sobre cada uma das organizações atuantes naquele contexto nos fornece indícios da estratégia governista. Isto porque, a vista das pouquíssimas detenções de militantes dessas entidades, se demonstra a falta de empenho do regime em combater os integralistas – em teoria, subversivos – nelas organizados.

As investigações dedicadas a Cruzada Juvenil exemplificam bem essa opção pelo não enfrentamento. Vejamos o relatório do Delegado Felisberto Batista titular da DESPS endereçado ao Chefe de Polícia Felinto Muller:

A fim de dar mais incremento a propaganda partidária e criar um organismo de direção, que disfarçadamente, representasse o partido e como tal pudesse surgir a qualquer momento, foi criada a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, dirigida pelo capitão reformado, Jaime Ferreira da Silva, auxiliado por um numeroso número de companheiros. (...) **A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa é, pois, a mais alta expressão política do integralismo, aqui no Rio.** É uma espécie de Estado Maior partidário órgão consultivo e executivo do chefe provincial Raimundo Padilha que, por intermédio do Cap. Jaime Ferreira, maneja a massa integralista aderente e a mantém unida e obediente.⁵⁴²

Um parecer com tamanha evidência subversiva não poderia ter outro resultado senão a prisão dos envolvidos. Isso se a investigação não estivesse submetida aos objetivos do regime, o que era o caso. Em vista disso, achou-se mais prudente não agir nesse sentido. Meses depois, após a Cruzada ampliar ainda mais seu raio de ação, pressionado provavelmente por forças anti-integralistas atuantes na máquina governamental, o Chefe de Segurança Política J. Machado Silva emite outro parecer, a meu ver também apaziguador:

⁵⁴² Documento Policial de 28/12/1940. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

Desde sua fundação que a Delegacia Especial vem acompanhando as atividades da CJBI, e, se até agora não reprimiu sua propaganda criminosa e clandestina – o que, diga-se de passagem, lhe seria fácil – foi tão somente por causa de uma questão técnica policial, para melhor conhecer seus verdadeiros desígnios, sua força e suas possíveis ligações **subversivas**.⁵⁴³

Uma vez mais a Polícia julgava “oportuno arquivar-se a presente petição por falta de conteúdo concreto e fundamento legal”. Observe-se que “fundamento legal” é o que não faltava, pois o próprio documento, contraditoriamente, afirma: “a mencionada sociedade **foi sempre um órgão disfarçado de propaganda integralista, constituindo-se, ultimamente, no próprio partido, como entidade dirigente e coordenadora, sob a máscara de uma associação cultural e educativa**”.⁵⁴⁴

No relatório, Machado Silva confessa estar a Delegacia Especial acompanhando as atividades da Cruzada Juvenil desde sua fundação. Compreendo que a fundação da entidade por si só já pode ser considerada uma manifestação de *complacência* da polícia, na medida em que seria impossível que uma investigação tão detalhada como aquela, voltada para as diversas entidades antecessoras da CJBI, não disponibilizasse informações suficientes para a polícia sobre a composição de seus militantes e sua proposta reorganizadora.

Em outras situações se verifica a pouquíssima disposição da polícia em combater o integralismo, contrariando o seu discurso de combate ao *extremismo verde*. Por exemplo, era Polícia Política que avalizava o funcionamento de entidades como clubes esportivos e associações dos mais diversos tipos no Distrito Federal, entretanto não causou empecilhos ao funcionamento do Apollo Sport Clube, segundo informação interna da própria polícia:

O “Apollo Sport Club” está regularmente registrado nesta D. E., e reportando-me à informação retro, nº 2476/S-4, esta secção nada tem a opor, do ponto de vista político-social, à renovação de licença requerida na inicial, desde que os membros componentes da junta governativa sejam substituídos por outros sem quaisquer antecedentes nesta D. E.⁵⁴⁵

⁵⁴³ Documento Policial de 05/04/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

⁵⁴⁴ Documento Policial de 05/04/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

⁵⁴⁵ Um detalhe importante é que o documento data de abril de 1943, contexto em que as relações entre governo e integralismo estarão permeadas por novas circunstâncias. Entretanto, no que se refere a nossa exposição, é importante registrar que, mesmo tendo conhecimento de que os dirigentes do clube eram

A contrapartida policial para a renovação do registro (substituir os dirigentes do clube por elementos sem quaisquer passagem na polícia) não poderia nunca ser cumprida, pois inúmeros freqüentadores e dirigentes já teriam sido em algum momento detidos. Entretanto, este não se mostrou um obstáculo para a renovação da licença do clube, que continuou a funcionar. Mais esclarecedora é a comunicação da Cruzada Juvenil referente à mudança de seu zelador. Ao receber a petição, a polícia acaba confirmando que Osmany Coelho e Silva (postulante a vaga) tratava-se de *“elemento integralista conforme prova a ficha apreendida, na sede da AIB, por ocasião de seu fechamento”*. Mesmo assim, após ser criteriosamente analisada pelo setor responsável, que considerou *“desnecessário inibi-lo de exercer o cargo de zelador, isto porque não consta que o mesmo tenha exercido atividades extremistas, antes ou depois da extinção daquele partido político”*.⁵⁴⁶ Poderia-se aduzir outras fontes, porém creio que estas já se mostram uma base documental segura para atestar o caráter nitidamente político (em sentido estrito) da Delegacia Especial de Segurança Política e Social e dos demais agentes repressores envolvidos no “combate” as organizações integralistas.

4.5 – Cruzada Juvenil da Boa Imprensa: ascensão e queda

Pode não ser consenso entre os pesquisadores do fenômeno fascista a afirmativa de ser seu caráter mobilizador o ponto de diferenciação deste em relação aos demais movimentos de direita. Porém, não se poderá negar que a vocação para a ação pública de massa é um aspecto central do modelo fascista de intervenção. Robert Paxton, por exemplo, comparando o estreante partido fascista com as agremiações *“de classe média, liderados por ‘notáveis’”*, afirma que diferentemente destes – habituados a “contactar seu público apenas em tempos eleitorais” – os fascistas *“arrastavam seus membros numa intensa fraternidade de emoção e esforço”*. Inaugurando assim, uma originalíssima relação com a massa de militantes e futuros adeptos. *“Diferentemente dos partidos de classe – socialistas e burgueses – eles conseguiram concretizar seu*

integralistas, por quase todo o Estado Novo, o Apollo teve suas licenças renovadas. Documento Policial de 15/04/1943. Pasta 8; “Apollo Sport Club”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁴⁶ Dossiê 03/04/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

*sonho de congregar cidadãos de todas as classes sociais. Essas características eram atraentes para muitos”.*⁵⁴⁷

A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa retorna ao centro de minhas reflexões não somente por acolher os dispersos anseios reorganizadores da militância atuante na capital federal, mas também por impor um modelo de atuação totalmente de acordo com suas raízes fascistas.

A reorganização integralista em meados de 1941, já lograva algum sucesso, em muito, é claro, baseado no ambiente negociado junto à polícia da qual já me referi. Estabelecida e difundida entre a militância, a tarefa para seus dirigentes estava agora em avançar na consolidação desta como a representante do integralismo na capital. Chegara o momento de eventos com assistência maiores, e em lugar público de preferência, que a fizesse travar contato com nacionalistas dispersos. Muitos poderiam argumentar que era prematuro, porém, seus dirigentes não escondiam o desejo de voltar a ser referência (como o integralismo antes fora) no debate nacional. Pelas avarias até então sofridas também poder-se-ia concluir que as lideranças da organização estavam agindo afoitamente, mas a Cruzada tinha o trunfo nacionalista, que, neste contexto, muito valia. Convictos da sua presteza, seus dirigentes decidiram voltar à disputa. A *Semana Santos Dumont* e o mês dedicado a Duque de Caxias tomarão corpo pautados em tais intentos. O fascismo, por um breve momento, saía da retaguarda.

A “Semana Santos Dumont” teria início em finais de julho, “*com uma Romaria cívica junto ao túmulo do genial pai da aviação (...) no cemitério São João Batista*”. É Waldemar Cotta, presidente da entidade, que convoca todos cruzadeiros e “*brasileiros a essa comemoração de pura brasilidade*”.⁵⁴⁸ Entendia-se que o evento deveria ser aberto e publicizado, em vista disso é mobilizada a imprensa “amiga” para a divulgação:

A Romaria Cívica de domingo junto ao Mausoléu de Alberto Santos Dumont

A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa em cumprimento ao seu elevado programa cívico, iniciou no dia 23 do corrente, a “Semana Santos Dumont”, data da morte do genial patrício. No próximo domingo, 26, às 10 horas da manhã, terá lugar uma romaria cívica ao túmulo do pai da aviação, glória imperecível do Brasil, quando falarão, além de jovens cruzadeiros, o capitão Jaime Ferreira e o Tenente Coronel

⁵⁴⁷ PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 92.

⁵⁴⁸ Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, sem data. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Waldemar Cotta, presidente daquela associação. Para esta solenidade conta a CJBI com o apoio de todos brasileiros que queiram. Publicamente testemunhar seu culto imorredouro pelos grandes heróis nacionais.⁵⁴⁹

Acompanhada pela polícia, a romaria ocorrera na mais pura calma. E nem poderia ser diferente: o evento se realizara com a licença da DESPS, que frente as condições que abordei, exigia discursos limitados à defesa dos valores nacionais, sob pena de ser negada autorização para os próximos eventos. Além disso, discursos e rituais que destoassem do nacionalismo poderiam desagradar o grande público, fato levado em conta pelos dirigentes da entidade. Por tudo isso, a autocensura tornou-se uma prática, se não tão eficaz, pelo menos bastante presente.

A repercussão da festa ficou a cargo dos mesmos órgãos de imprensa próximos à Cruzada. Na versão da “Gazeta de Notícias”: *“empolgante sob todos os aspectos”*. Entretanto, o que chamara mesmo a atenção fora a *“enorme multidão que ali compareceu, crianças e adultos, militares e civis, representações do centro carioca”*.⁵⁵⁰ Informação confirmada pela polícia: *“foram presentes a essa cerimônia quinhentas pessoas aproximadamente”*. A investigação policial também confirmava o caráter heterogêneo do evento: *“estiveram presentes (...) elementos de certo nível social, residentes nos bairros de copacabana, Botafogo e Gávea e pessoas que compareceram apenas por acaso”*.⁵⁵¹ Assim, o policial deixava transparecer que o evento havia alcançado um público não integralista, o que a vista dos objetivos da entidade se mostrava tremendamente satisfatório.

Tendo em vista o grande sucesso do evento, os cruzadeiros se apressaram em organizar outro elenco de comemorações, cuja significância estava em homenagear o patrono do Exército. O *Mês de Caxias* contou com a seguinte programação:

Dia 10 de agosto – início das comemorações, na sede.

Dia 17 de agosto – sessão solene na sede social (focalizando-se nos grandes soldados do Brasil).

Dia 24 de agosto – reunião cívica no Largo do Machado.

⁵⁴⁹ Jornal “Meio-dia” de 25/07/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁵⁰ Jornal “Gazeta de Notícias”, sem data. Dossiê 31/ 7/ 1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁵¹ Comunicação do Chefe de Sessão de Segurança Nacional Seraphim Braga em 28/07/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Dia 30 de agosto – espetáculo cívico-literário.

Dia 7 de setembro – sessão magna de encerramento do Mês de Caxias.⁵⁵²

A fim de nos atermos ao desenrolar do processo, priorizarei duas dessas datas: a reunião cívica no Largo do Machado e a sessão magna de encerramento. Segundo o cronograma, para a reunião pública no Largo do Machado, seriam convidados “*todas as corporações militares e estabelecimentos de ensino*”. O objetivo do evento era dar visibilidade a “*saudação dos cruzadeiros ao invicto Caxias*”. Mas, o que o evento traria de novo realmente seria a presença dos “*jovens cruzadeiros já uniformizados*”. Assim, durante as preparações para o evento os dirigentes da entidade efetuam a divisão dos cruzadeiros (crianças) em dois esquadrões: feminino e masculino.⁵⁵³ Nesse ínterim, ainda criam outro grupo: os *pequenos voluntários*, formado por crianças ainda mais novas. O detalhe fundamental é que ambos os segmentos se apresentariam na comemoração do dia 24 de agosto uniformizados. Pela primeira vez, depois de fechada a Ação Integralista, os “camisas-verdes” da capital voltariam à cena pública ostentando uma simbologia particular.

Para seus dirigentes o evento figurava como prioridade. Por isso, na circular que chamava a participação da militância, Jaime Ferreira insiste: “*para a execução desse programa, o Presidente da CJBÍ conta com o vosso apoio de brasileiro e patriota, quer quanto ao comparecimento e difusão entre pessoas amigas, quer quanto a colaboração financeira e a apresentação do maior número de cruzadeiros já uniformizados*”.⁵⁵⁴

Em 10 de agosto, como previsto, iniciam-se as comemorações. Em 17 de agosto o evento transcorre normalmente. Entretanto a manifestação pública com a presença de militares e escolas, e especialmente contando com *pequenos cruzadeiros* uniformizados acaba sendo substituída por uma “tímida” reunião na sede da Cruzada. Os motivos para o cancelamento do evento, me aterei mais a frente.

⁵⁵² Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa de 01/08/1941. Dossiê 03/04/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁵³ Dossiê 25/08/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁵⁴ Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa de 01/08/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.



Sessão Comemorativa do “Mês de Caxias”, Rio de Janeiro, 17/08/1941. Arquivo Iconográfico Integralismo, nº 254, APERJ.

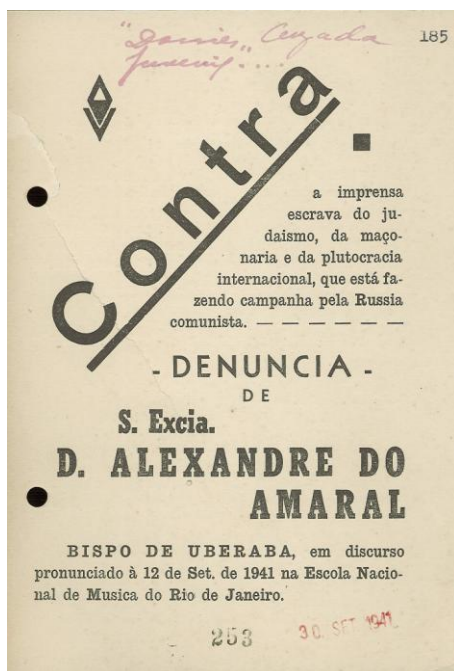
Em contrapartida a Sessão Magna de Encerramento ocorre com enorme sucesso. Para se ter uma idéia, há registros de transmissão via rádio para diversas cidades do Brasil. Isto principalmente devido ao fato da comemoração contar com a presença do Bispo de Uberaba Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, figura de proeminência nos círculos católicos. A chegada do Bispo foi divulgada por toda a imprensa. Jornais como “Gazeta de Notícias” e “Meio-dia” davam destaque ao tema da palestra: *“o mais jovem Bispo brasileiro falará sobre o problema da educação da criança brasileira, no seu tríplice aspecto espiritual, civil e moral”*.⁵⁵⁵ Dom Alexandre, entre almoços, encontros, palestras e missas era tratado como uma celebridade. E não era por menos: o Bispo materializava o programado retorno integralista a cena pública, numa condição bem diferente daquela de meados de 1938 – sob pecha de subversivo. Retornava-se, nesse novo contexto, referendado nos valores nacionalista e cristão.

O conteúdo da palestra do Bispo tratava de diversos assuntos, mais especialmente de imprensa, educação, cristianismo e, claro, Duque de Caxias. Sobre a imprensa diria: *“os jornalistas católicos sabem, sentem – e disto podem gloriar-se – que o trabalho que fazem é tão vasto quanto a Igreja Católica, isto é, vasto como o*

⁵⁵⁵ Jornal “Meio-dia”, sem data. Dossiê 05/09/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

mundo”. Referindo-se a Caxias afirmaria: se aqui estivesse “*veria a luta comunista que teve o Brasil de enfrentar e está ainda enfrentando. Veria a solicitude dos legisladores procurando defender a família, dando combate ao divórcio*”.⁵⁵⁶ É sem dúvida um discurso afinado com a política da Liga Eleitoral Católica.

A repercussão da palestra também ganha às páginas de diversos periódicos da capital. O jornal “A Manhã” assim se refere à preleção: “*chegando ao termo de sua oração vibrantíssima, faz o Bispo de Uberaba uma declaração formal de condenação aos inimigos de Deus e da pátria, os credos vermelhos e as organizações secretas materialistas*”.⁵⁵⁷ Para os dirigentes da Cruzada, o Bispo havia sido tão preciso que ao final chega-se a configurar uma cartilha resumo contendo os principais pontos do discurso do Bispo, distribuída entre os sócios da CJBI, como material doutrinário.



Panfleto “Denúncia de D. Alexandre do Amaral”. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁵⁶ Conferência de D. Alexandre Gonçalves do Amaral. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁵⁷ Jornal “A manhã”, sem data. Dossiê 06/09/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Ao organizar tais comemorações a Cruzada apresentava sua face mobilizadora típica de movimentos fascistas. Estava lançada a corrida pelo espaço perdido na cena pública.

Entretanto, o “Mês de Caxias” deixara resquícios e poucos dias após a ostentatória homenagem a Duque de Caxias, de súbito, uma circular anunciando o fim de suas atividades é distribuída entre seus sócios.

Cruzadeiro!

Em consequência de situações particulares oriundas da situação geral; como atitude de patriotismo, única que temos assumido em todos os nossos atos, temos por bem resolvido, suspender nesta data as atividades da CJBI.

O imortal ideal de uma pátria forte, continuará vivendo ininterruptamente nos corações, e, como sempre, teremos, como fundamento e diretriz de todos os nossos atos os supremos interesses do Brasil.

Rataplan é uma revista que significa o nosso carinho e anciã de perfectibilidade dos brasileirinhos. Tudo, pois que, pelo Rataplan fizerdes, fareis pelo Brasil.

Tudo pela pátria.⁵⁵⁸

O que poderia ter ocorrido? Antes de nos entretermos dos fatores que teriam levado ao fechamento da Cruzada, ressalto que o fim de suas atividades não pode ser tratado somente como um caso particular, justamente pela centralidade da entidade com relação ao movimento na capital federal, por isso a importância em explicá-la.

O fato de propor uma solenidade com cruzadeiros uniformizados fez com que o Ministério da Guerra requisitasse à Cruzada “*distintivos, uniformes e cópias de todos os discursos pronunciados, na entidade até a presente data*”. Alterando assim a relação com o regime, pois outro órgão, além do DIP e da DESPS, passava a investigar a Cruzada. O interesse do Exército pela CJBI teria duas motivações principais: a participação de seus membros nos eventos da entidade e a militarização da organização. É difícil aferir até que ponto a intervenção do Ministério da Guerra contribuiu para o fechamento da Cruzada. De toda forma o evento contando com cruzadeiros uniformizados acabou não acontecendo, o que demonstra que a ação não foi muito bem recebida nos meios militares. Sem dúvida houve um desgaste, que foi aproveitado pelos setores anti-integralistas da instituição.

⁵⁵⁸ Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa de 13/09/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

Somando-se a repercussão nos meios militares à repercussão pública do evento que contou com a presença de Dom Gonçalves do Amaral, chega-se a um denominador nada favorável a Cruzada. Não era essa a expectativa, mas foi assim que o processo se conformou. De fato, o evento de encerramento expôs demasiadamente uma entidade que naquele contexto ainda se mantinha refém do revés público sofrido pelo integralismo anos antes. No entanto, foi outro episódio que contribuiu decisivamente para o desgaste das suas relações com o regime, até então pautadas na mais pura benevolência.

Segundo informações da polícia, na reunião de 22 de agosto, “Mês de Caxias”, o Cap. Jaime Ferreira, coordenador da solenidade, convidou “*a tomar parte da mesa, dois investigadores (Osório e outro) da Seção de Segurança Social, pseudos representantes do Srn. Cap. Delegado Especial, que, ali estavam presentes*”.⁵⁵⁹ Informação colocada sob dúvida por outros setores da polícia. No entanto, provavelmente cumprindo uma determinação da própria entidade, o jornal “A Noite”, seu colaborador, ao noticiar as festas em homenagem a Caxias, divulga a presença policial na reunião:

Como de costume, o hino nacional, cantado com muita vibração e respeito, foi o término magnífico dessa esplendida sessão, cuja concorrência foi enorme, destacando-se na mesa que presidia os trabalhos os **representantes do Sr. Batista Teixeira, Delegado Especial de Segurança Política e Social**, o representante da associação dos sargentos (...).⁵⁶⁰

Uma informação tão contundente não poderia passar despercebida, e logo um debate público, a revelia de integralistas e governistas, se abre sobre a suposta participação policial na reunião da Cruzada. O debate era puxado pelos setores anti-integralistas posicionados nos órgãos formadores de opinião pública. Estes indagavam a polícia sobre a veracidade dos fatos, visto que a Cruzada era, na opinião desses órgãos, uma entidade integralista.

A documentação que disponho assevera que policiais estiveram realmente presentes no evento. Mas se eram representantes do Delegado Batista Teixeira continua a ser uma incógnita. Por este motivo, em um primeiro momento os dirigentes da

⁵⁵⁹ Dossiê 23 e 24/08/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁶⁰ Jornal “A Noite”, sem data. Dossiê 26/08/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

entidade não se preocuparam muito com a polêmica, pois a verdade dos fatos os favorecia. De certa forma, uma polêmica deste tipo poderia até trazer benefícios políticos para a organização, neste momento procurando firmar-se como uma entidade nacionalista. Pois, confirmaria a compatibilidade dos projetos cruzadeiro e estadonovista. Nesse sentido, não havia nada mais evidente que os interesses de Getúlio e do integralismo convergiam do que a anuência policial, e por que não o apoio, para livre reorganização do integralismo.

O raciocínio é lógico, e até certo ponto plausível. Mas inegavelmente arriscado frente à conjuntura política em questão. Não é demais lembrar que havia uma considerável pressão para que o governo se mantivesse ativo na luta contra o integralismo. A manifestação integralista, fosse ela em qualquer proporção, era vista com desagrado por setores que compunham o bloco de poder alicerces do Estado Novo, e este ponto não pode ser desmerecido. A título de exemplo nos valemos da correspondência do General Benício da Silva endereçada a Eurico Gaspar Dutra. Nela o militar desabafa: “*surpreso leio nos jornais de hoje um manifesto de Plínio Salgado (...) e isto se faz no momento em que a imprensa está sob inspeção da polícia*”. Na verdade, o General reivindica uma ação mais enérgica do regime contra “*Plínio Salgado e seus asseclas*”. cuja “*tolerância*” poderá prejudicar a própria “*obra*” do Estado Novo.⁵⁶¹ É essa pressão (potencializada pela repercussão do evento) que o regime teria que administrar.

O fato é que a complacência da polícia poderia ganhar uma publicidade indesejada para o próprio regime, que a despeito da sua condição autoritária, não abandonava os mecanismos de consenso que em larga medida o legitimava no poder. Por esse motivo, percebendo que o imbróglio tomava vulto, a polícia procurou desmentir a notícia do periódico. Primeiro para membros do próprio governo:

Tendo alguns jornais desta capital publicado a notícia de que em uma solenidade realizada, no dia 26 do corrente, pela ‘Cruzada Juvenil da Boa Imprensa’, compareceram e tomaram parte da mesa dois representantes do Delegado Especial (...) Capitão Batista Teixeira, venho, com esta, comunicar a V. S., para os devidos fins, **carecer de fundamento tal notícia.**⁵⁶²

⁵⁶¹ FGV\CPDOC, Pasta: Getúlio Vargas, Doc: GV c 39.05.16.

⁵⁶² Nota reservada nº 496 de 28/08/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

O destinatário da *nota reservada* era Lourival Fontes, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda. A informação em seguida é repassada para a Agência Nacional num comunicado assinado pelo próprio Delegado Batista Teixeira: “*tendo alguns jornais publicado a notícia de que em uma solenidade (...) informamos não ser verdadeira a referida notícia*”.⁵⁶³ Logo a notícia ganha um caráter público devido ao empenho contínuo de jornais declaradamente opositores do integralismo:

Não houve representantes da Polícia

Um desmentido do delegado especial a propósito de uma sessão da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa

Por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, o delegado especial de Segurança Política e Social contesta a notícia divulgada por alguns jornais de ter-se feito representar numa solenidade realizada a 26 de mês passado pela Cruzada Juvenil da Boa Imprensa.⁵⁶⁴

O jornal “Vanguarda” reproduz o comunicado de Batista Teixeira. Concomitantemente, o mesmo jornal inicia uma campanha pública direcionada a Cruzada.

Da Imprensa, não!

A “Cruzada Juvenil” merece atenção do poder competente

Não sabemos porque, uma instituição, que anda por aí revivendo o programa de outra que se incompatibilizou com as disposições constitucionais em vigor e por isso mesmo foi dissolvida, adota o nome de “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”. Já tivemos a oportunidade de lavar o nosso protesto contra essa história de boa imprensa, por isso que, no regime atual, depois de feitas as necessárias depurações, toda a imprensa do país está no nível das suas altas responsabilidades sociais e culturais.⁵⁶⁵

A seqüência dos fatos fez com que a conjuntura que se inclinava a favor da Cruzada repentinamente passasse a conspirar contra os interesses da própria organização. A confortável condição de agência defensora do nacionalismo e em compasso com o “espírito” do regime evolui negativamente para um total descrédito público, resultado da manifestação de repúdio da Polícia Política com relação ao fato

⁵⁶³ Comunicado da Polícia Civil do Distrito Federal de 28/08/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

⁵⁶⁴ Jornal “O Globo”, sem data. Dossiê 03/09/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ. (Grifos do autor)

⁵⁶⁵ Jornal “Vanguarda”, sem data. Dossiê 04/09/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

“inverídico” de policiais terem feito parte da sessão da Cruzada que homenageava Duque de Caxias.

Como na conjuntura de maio de 1938, o significado do episódio está no seu efeito público. Pouco importa se os policiais lá estiveram. O fundamental é que a polícia negou e divulgou essa informação. Notícia que, levando em conta o caráter restrito da imprensa, se passou como informação verdadeira, ganhando com isso enorme ressonância na cena pública.

Fechada a *Cruzada*, a saída para os dirigentes integralistas foi a descentralização das atividades, antes em processo de evolutiva concentração na entidade. A revista *Rataplan* acabou sendo escolhida como a principal “herdeira” da entidade. Trabalhou-se também com a possibilidade da constituição de uma nova organização, algo próximo a uma associação de escoteiros.⁵⁶⁶ Opção que não obteve maiores respaldos junto aos integralistas. Enfim, o que interessava prioritariamente era a manutenção das reuniões, ponto parcialmente solucionado em “*encontros periódicos, nos cafés do centro da cidade e em alguns centros espíritas*”.⁵⁶⁷

Concluo este tópico reafirmando que o conflito com o Exército gerado pela divulgação da suposta aparição pública de *cruzadeiros* uniformizados, somado ao incisivo discurso de Dom Gonçalves do Amaral – apesar dos inúmeros elogios ao regime – contribuiu, e muito, para o desgaste da entidade junto ao Estado Novo. Entretanto, foi a polêmica originada pela participação destacada de policiais (representantes do delegado Batista Teixeira) na reunião da Cruzada Juvenil de 22 de agosto de 1941 que selou o destino da *organização verde*. E porque não do próprio integralismo na capital federal. O fechamento da Cruzada não significou somente um mau passo dado por saudosos integralistas. Sua consequência maior foi a obstrução do projeto de reorganização do integralismo. Nos anos seguintes, o movimento pouco avançou em organização provando ter sido o fechamento da entidade juvenil um baque insuperável.

⁵⁶⁶ Dossiê 07/10/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

⁵⁶⁷ Dossiê 18/10/1941. Pasta 7; “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa”; Série: Integralismo; Fundo: Polícia Política; APERJ.

No mais, a leitura que se retira do processo é que a ação dos integralistas na Cruzada somente precipitou algo que já estava bastante encaminhado. Isto porque, como terei a oportunidade de apresentar, o desenrolar da conjuntura deixava ainda mais inóspito o clima para ação de entidades referenciadas no nazi-fascismo, pois estes agora eram inimigos declarados da pátria.

4.6 - O consenso sob novas circunstâncias

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil.⁵⁶⁸

Em setembro de 1939, após muitos adiamentos, tem início o conflito que pela amplitude de seus embates ganharia em poucos anos um caráter mundial. No Brasil a polêmica sobre a posição do Estado Novo em relação à guerra, antes mesmo da invasão a Polônia, já mobilizava a opinião pública, neste contexto, majoritariamente, dividida entre pró-Aliados e pró-eixo.

A divisão da sociedade civil materializava-se na dubiedade da posição da burocracia estatal. Os mandatários do Estado Novo por toda a década de 1930, sem – é claro – menosprezar a importância dos embates entre nações imperialistas, procuraram manter a todo custo uma política independente. Ou seja, postavam-se de maneira que, sem assumir compromissos com um dos lados em disputa, não descartavam acordos com outro lado. É bem verdade que, no panorama internacional de meados de 30, a força política que polarizava com a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos (nesse contexto, não necessariamente inimigos) era a Rússia comunista. Por isso, propor que o Estado Vargas não tinha “lado” só apresenta alguma plausibilidade se descartado o mundo comunista.

Refeito o percurso, é diante dos limites da diplomacia de um Estado ditatorial de tipo burguês⁵⁶⁹ que se pode falar em ambigüidade, dubiedade, independência, entre outros adjetivos, para se referir aos contatos do Ministério das Relações Exteriores com as nações de capitalismo desenvolvido.

⁵⁶⁸ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Caderno 10, p. 914 apud LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 31.

⁵⁶⁹ Sobre a delimitação do Estado brasileiro na década de 1930, observar o conceito de revolução passiva.

Gerson Moura, mesmo sem se comprometer com essa avaliação, abordou essas relações. Definiu assim, serem independentes as colocações da diplomacia brasileira naquela conjuntura. Restrito a uma análise mais qualificada da atuação do Brasil junto às embaixadas dos Estados Unidos e da Alemanha nazista – países que efetivamente disputaram por toda a década de 1930 a influência sobre o Brasil –, Moura tece explicações sobre o desenrolar do processo que culminou com a tomada de posição pró-aliados, reiterada pela declaração de guerra em 1942. Segundo o autor, durante o período que antecedeu a Grande Guerra, a diplomacia brasileira investiu numa forma de relacionamento com tais potências (Estados Unidos e Alemanha), onde procurou se valer ao máximo do interesse destes pelo mercado brasileiro. Contando com aliados internos, ambas procuravam eliminar-se mutuamente. “*A divisão confere um grau de liberdade razoável ao governo Vargas para mover-se ora em direção a novas vantagens econômicas oferecidas pela Alemanha ora às exigências de competição leal feita pelos Estados Unidos*”.⁵⁷⁰ A esse mecanismo de ação diplomática chamou-se de *equidistância pragmática*.⁵⁷¹

A ação diplomática alemã passa a perder consistência após a intensificação da ação norte-americana, materializada na *missão Aranha*. “*O primeiro ponto de inflexão no sentido da quebra da equidistância pragmática até então sustentada pelo governo brasileiro*”.⁵⁷² O caráter brasileiro pró-aliados começou a se desenhar logo após o início do conflito. “*O bloqueio inglês produziu o recuo comercial imediato da Alemanha na América Latina*”, quebrando o equilíbrio mantido, naquelas circunstâncias, a duras penas. Entretanto, “*a própria Inglaterra não tinha condições de preencher o espaço econômico deixado*”. O que se vê, então, é o caminho aberto para a consolidação da hegemonia norte-americana na América Latina. Sem perder tempo empreende-se uma dupla ofensiva ideológica e política. Ideológica: “*centrada na noção de solidariedade hemisférica*”. Política: “*visando integrar economicamente e alinhar politicamente os*

⁵⁷⁰ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 99.

⁵⁷¹ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* op. cit., p. 100.

⁵⁷² MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* op. cit., p. 132.

países latino-americanos ao seu sistema de poder". A guerra como pano de fundo intensificava a noção de premência nas ações governamentais de ambos os lados.⁵⁷³

A despeito de seus resultados, a conclusão de Moura é que a política diplomática brasileira foi muito bem sucedida, pois mesmo depois do rompimento do equilíbrio externo, e após ter diminuído e muito as alternativas para composições de acordos internacionais, o governo brasileiro acumulou "*força suficiente para extrair vantagens consideráveis do alinhamento requerido pela ofensiva norte-americana*". Sabendo "*extrair no momento exato os benefícios possíveis em sua relação com os Estados Unidos*".⁵⁷⁴

A título dessa pesquisa, interessa refletir até que ponto a conjuntura internacional influenciou a dinâmica política interna, em especial no que toca as relações do regime com o movimento integralista da capital. Um primeiro ponto a se considerar é que o não alinhamento imediato ao projeto norte-americano corrobora com a leitura do processo de reorganização integralista que antes apresentei. Naquela oportunidade mostrou-se que esta fora efetivada em um ambiente de *complacência regulada*. Essa opção do regime em não reprimir determinados setores do integralismo casa com suas posições diplomáticas, até meados de 1941, relutante em aderir ao bloco liderado pelos norte-americanos. O que fica evidenciado é que não era uma tarefa fundamental para o Estado Novo o rompimento total com os grupos pró-eixo nos primeiros anos de guerra (1939-1941). Mesmo rompido o equilíbrio que permeava os anos 1930, os contatos entre Brasil-EUA e Brasil-Alemanha, no contexto nacional, não haviam levado a grandes modificações.

Por certo, a conjuntura do conflito teve influência decisiva na posição do governo no que se refere às decisões diplomáticas. Possivelmente o não alinhamento imediato com os Estados Unidos em 1939 possa ser explicado pelas sucessivas vitórias da máquina nazista de guerra na Europa. Vitórias que sem dúvida fortaleceram setores que defendiam o estreitamento das relações do Brasil com a Alemanha, entre eles integralistas e pró-fascistas.

⁵⁷³ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* op. cit., p. 169.

⁵⁷⁴ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* op. cit., p. 172.

Por tudo isso, podemos dizer que internamente a ação do governo era dúbia; basta lembrar que o regime investia consideravelmente na assimilação de amplos setores da base integralista, muitos deles, senão engajados, pelo menos admiradores do nazismo. A ambigüidade do regime pode ser ilustrada tomando-se o seguinte caso.

Data de 4 de janeiro de 1939 uma comunicação do Ministro da Justiça endereçada a Chefia de Polícia cujo sentido último era executar o recolhimento dos livros “O Nazismo sem máscaras” de J. Bauer Reis e “Contra o Hitlerismo” de Synphronio de Magalhães, “*publicações contra as quais reclama a embaixada alemã, reclamações essas que têm inteira procedência*”.⁵⁷⁵ Ação que resultou em reação imediata de Magalhães, que dias depois, utilizando-se de argumentos amplamente divulgados (ataque ao fascismo e o interesse nacional), enviou uma carta a Getúlio Vargas, solicitando um melhor desfecho para o caso. Entretanto, o impasse continuou.

Neste cenário, o integralismo totalmente identificado com o fascismo, além das circunstâncias próprias da disputa política com o regime, se veria também refém de condicionantes externos. Ora se beneficiando, ora frustrando-se com o desenrolar da conjuntura internacional, a ação dos integralistas, não importa quais fossem, estaria condicionada ao desenrolar da guerra. Isto posto, em agosto de 1942, depois do polêmico episódio de afundamento de navios de bandeira brasileira pela Marinha alemã, a “nação” se declara beligerante aos países do eixo. Renovando a questão antes proposta: em que medida essa mudança na conjuntura diplomática brasileira influenciou na relação do regime com os integralistas?

Antes de respondê-la é preciso ter em mente que as novas circunstâncias também modificaram as tarefas políticas do Estado Novo. Nesse sentido, a simples manutenção no poder estava posta sob novos parâmetros. Sabe-se que a polarização totalitarismo *versus* democracia era incômoda para uma fragrante ditadura. Restava, portanto, aos dirigentes do Estado Novo um novo cálculo político que garantisse a manutenção da base consensual que o legitimava.

Ângela Gomes apreende bem os efeitos contraditórios da declaração de guerra:

⁵⁷⁵ Correspondência da Chefia de Gabinete do Ministro da Justiça de 4 de janeiro de 1939. Arquivo Nacional, Fundo: Justiça- Gabinete do Ministro, Ij1 1422.

De um lado, abria espaços políticos crescentes para articulações de cunho liberal, que ao longo dos anos de 1943-44 não poupariam o regime, mas, de outro, fortalecia os condutores da política nacional, que podiam apelar quer para a união dos esforços no combate ao inimigo externo, quer para o despropósito e a inoportunidade de desencadear, internamente, debates políticos que agitassem e desestabilizassem o regime.⁵⁷⁶

Agarrando-se à segunda opção, o governo passou a jogar pesado na conformação de um ambiente favorável a sua condição de expressão do sentimento nacional. Para novas circunstâncias projeta-se, então, o retorno do infalível *consenso nacionalista*. Assim, nos meses finais de 1942, este *consenso* voltado para o integralismo ganha forma. Passa se reproduzir um novo discurso. Restringi-se a idéia de extremismo de direita aos integralistas que mantinham uma condição opositora e a Plínio Salgado. Por outro lado, abre-se a perspectiva da incorporação ao regime de todos que – ainda em tempo – renegassem a doutrina.



Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha(2).

Nas páginas dos jornais da capital, entre outras praças, “*a posição dos antigos elementos pertencentes ao partido integralista*” no panorama político nacional, avança como um dos “*assuntos mais importantes, dos que preocupam os brasileiros em geral*”.⁵⁷⁷ A princípio, a questão gira em torno da possibilidade de incorporação dos

⁵⁷⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 269.

⁵⁷⁷ Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha(2).

antigos integralistas, que atentos à conjuntura mundial, estariam dispostos a participar do movimento de *União Nacional* vanguardado pelo regime. Entretanto, como aponteii, o debate envolve muitos outros pontos, que analisarei a seguir.

Em fragmento do período, o jornalista Wilson Lins anuncia: “*é (...) de grande relevância conhecer-se o pensamento daqueles que ontem, levados por sincero desejo de lutar pela causa social, foram colhidos pelas malhas da retórica integralista*”.⁵⁷⁸ Levada ao público em novembro de 1942, a matéria seqüenciava uma série de outras matérias com o mesmo perfil, todas voltadas a integralistas, ou melhor, ex-integralistas, “*animados pelo espírito de bem servir a causa comum da democracia*”, e que se dispunham a oferecer em depoimento lições sobre a doutrina antes professada. Neste caso, o nome da vez era o professor Isaías Alves, “*antigo educador baiano, ora à frente da Secretaria de Educação e Saúde Pública deste Estado*”.⁵⁷⁹

Wilson Lins, introduzindo o integralista, aponta ser a luta contra o fascismo um dever de todo democrata. Luta essa que deveria ser travada tanto no campo político, quanto na esfera ideológica, no sentido de alertar “*os brasileiros que, julgando o integralismo um partido criado para defender o sentimento nacionalista do nosso povo*”, assumiram “*compromisso de fidelidade a um homem e a um credo de natureza totalitária*”. Especialmente, “*os espíritos que ainda se encontram iludidos pela sereia verde*”.⁵⁸⁰

A brevidade do jornalista não o impede de apresentar os detalhes do ambiente político que permeava a matéria com o integralista. O que fica claro na matéria é o ataque ao fascismo, combinado a um esforço de tentativa de absolvição dos integralistas. É um discurso repetido e contraditório. Repetido porque refaz o percurso discursivo de alguns articulistas à época da repercussão da tentativa do golpe integralista em maio. E contraditório porque acusa o integralismo, enquanto absolve os integralistas. Por sua parte, Isaías Alves complementa os argumentos do entrevistador

⁵⁷⁸ Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha(2).

⁵⁷⁹ Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha(2).

⁵⁸⁰ Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha (2).

ao defender o adiamento indeterminado de qualquer ação política dos “camisas-verdes”, visto que “*o Estado Nacional, organizado sabiamente pelo Presidente Getúlio Vargas, deu ao Brasil a solução de seus problemas econômicos*”. Por sinal, um argumento também remasterizado. Um detalhe: “*é uma orientação do meu espírito desde que foi extinto o partido integralista*”.⁵⁸¹

Independente do paradoxo, o que se objetiva é construir uma argumentação que consiga, ao desvencilhar-se da contradição (dirigentes integralistas diferentes de adeptos do integralismo), envolver tal leitura do processo em um manto de coerência. Wilson Lins estaria entre os que poderíamos chamar de intelectuais do *consenso nacionalista*. Tão ou mais importante Isaías Alves ascenderá sob a mesma condição. Não poderia passar despercebido o fato de este último ter assumido o cargo de Secretário de Estado do Governo da Bahia, provando estar entre os integralistas assimilados pelo regime. Frente aos objetivos políticos imediatos do Estado Novo não resta dúvida que integralistas como Isaías Alves figuravam como peças-chaves.

Sobre a entrevista, falta ainda destacar que esta tece fartos elogios a San Tiago Dantas, cuja entrevista demonstrou “*perfeita segurança e clareza*”.⁵⁸² Dantas fora entrevistado semanas antes, numa reportagem de título bastante sugestivo: “*Por que deixei de ser integralista?*”. Esta sim, ponto de partida para ação do regime direcionada a base integralista. O que o motivara?

San Tiago diz ser a preocupação nacional em relação “*a posição da ideologia e dos homens de direita em face da atual guerra*”, integralistas preferencialmente. Homens que no passado se comprometeram com “*o nacionalismo e a doutrina do equilíbrio das classes através dos sindicatos e dos organismos corporativos*”, resistindo assim ao avanço do “*internacionalismo e da luta de classes preconizada pela esquerda*”.⁵⁸³ Era também para esses que suas reflexões se direcionavam. Entretanto,

⁵⁸¹ Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha (2).

⁵⁸² Jornal “O Imparcial” de 15/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30) pacotilha (2).

⁵⁸³ Jornal “Diário de Notícias” de 04/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (49).

como na reportagem envolvendo Isaías Alves, o que estava em jogo era a relação do Estado Novo com a base integralista.

Antes de nos entretermos das questões fundamentais mobilizadas pelo autor, é salutar ressaltar a importância de Dantas no interior da doutrina, pelo menos no tempo em que esta existiu legalmente. Oriundo de um grupo de universitários do Distrito Federal, seus contatos com Plínio Salgado são anteriores à fundação da própria Ação Integralista Brasileira. Por todo o interregno 1932-37 foi um competente colaborador de Salgado, assumindo posição de destaque como um dos intelectuais mais influentes da doutrina. Havia uma clara convergência de idéias entre o professor Dantas e Plínio Salgado, tanto é que o rompimento com o integralismo só ocorre após o fechamento do partido pelo Estado Novo. A contrapartida imediata foi a aproximação com o regime, referendada por sua atuação em cargos de confiança do presidente Vargas como conselhos interministeriais e cargos universitários. Durante a ditadura, Dantas colaborará com o regime na Direção da Faculdade de Filosofia do Distrito Federal. Sua posição neste contexto ratificará sua condição de liderança entre os integralistas *assimilados*, o que explica a reverência de Isaías Alves ao “mestre”.

Pela importância que assumira, não poderia ser menor seu engajamento na questão relacionada ao futuro do integralismo, questão essa tão necessária aos objetivos políticos do Estado Novo. De fato, Dantas não decepciona, em longa entrevista, aponta os fundamentos de suas críticas à direita, aos fomentadores da desunião nacional e aos integralistas ainda atuantes na reorganização do movimento. De quebra, traça o percurso da *união nacional*.

Em princípio argumenta que as antigas posições “direitistas” não podem ser tomadas como imutáveis, pois se existem aqueles permanecem “*ilhados nas formas políticas concebidas sob o império das circunstâncias históricas*”, existem também os que, vivenciando “*a experiência política dos últimos anos*”, evoluíram “*para outras fórmulas*”, e que por isso merecem “*um novo julgamento*”. Dantas retoma o tema da anistia aos integralistas “arrepentidos”. Sua intenção é criar um ambiente favorável a incorporação destes pelo Estado Novo. O detalhe é que neste caso não está se referindo somente aos “camisas-verdes” que permaneciam desmobilizados desde o fim do integralismo. Seu argumento se volta também para os integralistas, especialmente da capital, antes engajados na reorganização do integralismo, e para seus opositores. Para

isso, chega a defender o mesmo procedimento em relação aos comunistas atuantes no levante de 1935, *“também imprescindíveis à construção brasileira”*. Por isso, afirma que o caminho correto, antes de julgar, é *“verificar até que ponto perduram os compromissos morais ou intelectuais com a direita”*. Estágio importante para a *“preparação coletiva para a guerra e (...) fundamentação da paz futura”*.⁵⁸⁴

A entrevista continua com Dantas direcionando suas atenções *“a falência irremediável da direita no mundo moderno, por ter ela chegado, em quase todos os países, a uma contradição com seus ideais primitivos”*. A tentativa agora é descaracterizar qualquer opção ideológica pelo integralismo, que ao passo das tarefas nacionais teria perdido sua razão de existir. O porquê da “falência” da direita? Santiago explica que a direita originada da ação no sentido de deter a ideologia internacionalista da *“luta de classes”* não mais cumpria seus objetivos. *“O fascismo abandonou o princípio corporativista para se tornar um simples socialismo de Estado”*. Concomitantemente, *“ele criou um parentesco intelectual tão íntimo entre os fascistas de todo o mundo, que o fascismo se tornou um movimento supranacional”*.⁵⁸⁵

O desenvolvimento da matéria é uma tentativa de estabelecer parâmetros para as futuras relações do regime com o integralismo. Para isso, conclama a *“mocidade brasileira que se engajou no movimento integralista”* a romper *“com seus compromissos ideológicos com a direita”*, justamente pelo fato de que as *“circunstâncias históricas”* da década de 1930 não mais se colocavam, *“tornando obsoleta a antiga posição partidária e condenando mesmo princípios e fórmulas que nela pareciam fundamentais”*. Dantas centra fogo contra *“o jugo malicioso”* dos que procuram *“imobilizar numa posição ideológica”* a massa integralista. Aqui provavelmente refere-se às lideranças opositoras ao Estado Novo como Belmiro Valverde, bem como militantes irreduzíveis no que concerne à reorganização do integralismo. A estes últimos acusa de ligarem *“aspirações do antigo partido à esperança de uma vitória totalitária, ou – o que é pior”* – dividem-se *“entre o dever de obediência à sua pátria e o dever de fidelidade à sua causa política”*. Como se numa *“emergência histórica”* isso fosse possível.

⁵⁸⁴ Jornal “Diário de Notícias” de 04/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (49).

⁵⁸⁵ Jornal “Diário de Notícias” de 04/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (49).

Aos opositores dos integralistas – situados no governo ou pertencentes ao seu arco de alianças – a súplica era no sentido de desfazer as antigas impressões. Pois, os “brasileiros” que “ingressaram” na AIB não poderiam mais “*ser considerados homens de direita no Brasil de hoje, senão quando as suas atividades ou manifestações de idéias mostram que lhes passou despercebida a radical transformação do (...) movimento fascista mundial*”.⁵⁸⁶

A repercussão da entrevista ganha *status* de debate nacional. E, logo, seu conteúdo passa ser comentado por inúmeros articulistas que, ora apoiando, ora criticando San Tiago, retomam um debate que parecia estar encerrado. Cassiano Ricardo, afinado ao discurso de San Tiago, diz não desejar reviver “*questões que dividiram tão atrozmente os nossos patrícios*”. Insiste que “*o Brasil deve estar acima de tudo*”, e para isso “*o esquecimento das coisas do passado*” passa a ser fundamental. É incisivo ao defender a necessidade de um regime nos moldes do Estado Novo: “*para combater o liberalismo e o comunismo não precisaríamos apelar para o fascismo (...) bastariam*” somente duas condições: um “*governo forte*” e a “*justiça social*”.⁵⁸⁷

Wilson Lins, jornalista que entrevistara Isaías Alves – o ex-integralista –, afirma que, ao renegarem o integralismo San Tiago Dantas e Demóstenes Madureira – outro ex-integralista –, voltaram a ser “*brasileiros de novo*”. “*Por que ter sido integralista não constitui propriamente um crime. Crime (...) é continuar integralista, é continuar aliado ao fascismo internacional*”. Neste momento, não só totalitário, mas também inimigo da nação.⁵⁸⁸ Alceu Marinho Rego mobiliza os mesmos argumentos que Wilson Lins e os outros, entretanto, alerta que, para ser eficaz, “*a união nacional*” deverá ser concebida “*em torno do governo, com rapidez, firmeza e sinceridade, implicando obrigações de todas as partes*”. Mais preciso explica o que seriam essas “*obrigações*”: o “*supremo interesse da pátria (...) deve acarretar inevitavelmente medidas de*

⁵⁸⁶ Jornal “Diário de Notícias” de 04/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (49).

⁵⁸⁷ Artigo de Cassiano Ricardo, Jornal “A Manhã” de 18/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2). (Grifos do autor)

⁵⁸⁸ Artigo de Wilson Lins, Jornal “O Imparcial” de 14/11/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

clemência política para os condenados”. Neste caso, bem aos moldes do que San Tiago propunha, isto é, a absolvição, inclusive, dos envolvidos no levante de 1938.⁵⁸⁹

Também recuperando um argumento contido na entrevista da liderança integralista, Ramiro Cruz refere-se aos *“brasileiros iludidos ou conscientes que professaram ideologia contrária a nossa formação democrática”*. Estes, segundo o articulista, *“têm por dever abjurar o credo nefasto e desagregador, formando sinceramente e patrioticamente, ao lado daqueles que defendem o Brasil”*. Concede fartos elogios a Jehová Motta, por ter em entrevista apontado os motivos de seu desligamento do integralismo e jubila-se pelo ambiente de unificação criado: *“as palavras (...) destes patrícios, outr’ora entregues ao trabalho desagregador da própria família brasileira, estão sendo bem recebidas por todos aqueles que não alimentam ódios, nem questiúnculas, entre irmãos”*.⁵⁹⁰ Em vista disso, em compasso com os demais debatedores defende o perdão aos *“republicanos, democratas, liberais, direitistas e esquerdistas”*. *“Negar-lhes o beneplácito é não desejar a colaboração dos que prometem (...) combater o fascismo”* e defender a nação com *“patriotismo”*.⁵⁹¹

Entretanto, o item de maior destaque em seu artigo é a crítica que direciona aos opositores da incorporação dos integralistas ao esforço de *unificação nacional*. Deixa transparecer que figuras de proeminência do regime como Amaral Peixoto estariam engajadas nesse propósito, e que, por isso, seriam alvo de críticas e *“comentários na imprensa local”*. A esses responde que tal posição – contra a *“anistia geral”* – cria obstáculos *“a unificação da família nacional”*.⁵⁹²

O fato é que o debate dividia o Estado Novo. Setores importantes do regime achavam desnecessária a participação dos integralistas no governo e, por isso, se posicionavam contra a divulgação de artigos jornalísticos que fossem ao encontro dessa proposta. Ao mesmo tempo, questionava-se a voluntariedade dos antigos integralistas

⁵⁸⁹ Artigo de Alceu Marinho Rego, Jornal “Diretrizes” de 08/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

⁵⁹⁰ Artigo de Ramiro Cruz, Jornal “O Fluminense” de 10/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

⁵⁹¹ Artigo de Ramiro Cruz, Jornal “O Fluminense” de 10/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

⁵⁹² Artigo de Ramiro Cruz, Jornal “O Fluminense” de 10/10/1942. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

em negar a doutrina. Não poupavam nem mesmo San Tiago Dantas, a quem acusavam de no âmbito privado continuar fiel aos ideais do integralismo. Osório Borba diria: “*a propósito ... Um leitor perguntou-me desde quando o Prof. Santiago Dantas deixou de ser integralista e descobriu a falência irremediável da direita*”.⁵⁹³ E em seguida cita um episódio, segundo ele, esclarecedor, do verdadeiro ponto de vista de Dantas:

(...) a 31 de janeiro deste ano de 1942 (...) amigos e correligionários do Sr. Miguel Reale festejaram em São Paulo a nomeação deste para professor de direito e membro do Departamento Administrativo. Todos os oradores – Santiago (...) – salientaram, em linguagem bem mais clara e precisa do que a que hoje se usa nesses arraiais, o caráter nitidamente político da festiva reunião. O Prof. Santiago disse, por exemplo: “juntos fizemos, em plena adolescência, a nossa estréia política, militando naquele grande partido cuja pregação de idéias deu ao Brasil a sementes da sua ordem nova”.⁵⁹⁴

O interessante é que essa resistência ao integralismo fora insuflada pelo próprio regime, quando da construção continuada do discurso de extremismo de direita. Entretanto, neste contexto de guerra, é o próprio Estado Novo que investe na dissipação dessa idéia, entendida como uma das tarefas fundamentais para a configuração de um novo *consenso*. Nesse debate o que se bem observa é a ação consensual operacionalizada pela ditadura varguista. Não obstante, retoma-se a fórmula gramsciana do Estado escorado em um consenso conseguido junto à sociedade civil, porém, neste caso, invertida na sua proporcionalidade original, ou pelo menos, mais comum.

Os argumentos manuseados por San Tiago e pelos demais articuladores do consenso, em síntese, procuravam definir o fascismo como uma doutrina ultrapassada do ponto de vista filosófico e a Ação Integralista Brasileira como um movimento político superado, cujas bandeiras essenciais teriam encontrado forma mais adequada no Estado Novo e também, naquele contexto, despropositada, visto que não havia espaço para divisões partidárias. Mais incisivos que Dantas, alguns articuladores bateram na tecla de ser o integralismo uma doutrina totalitária, totalmente em desacordo com os intuitos “democráticos” do Estado Novo. Entretanto, e este é o ponto fundamental, todos estavam dispostos a absolverem a militância do movimento, mesmo os “camisas-

⁵⁹³ Artigo de Osório Borba, Jornal “Diário de Notícias”. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

⁵⁹⁴ Artigo de Osório Borba, Jornal “Diário de Notícias”. Arquivo Nacional, Fundo: San Tiago Dantas; Pasta: AP 47 (30), pacotilha (2).

verdes” que se mantiveram por boa parte do Estado Novo na oposição. É essa a posição intelectual que os coloca do lado do *consenso*.

Finalizo o tópico retomando alguns pontos da trajetória das relações dos integralistas com o Estado Novo. Por todo o período ditatorial o governo buscou convencer os integralistas de que o Estado Novo contemplava suas expectativas. No entanto as formas de investimento do regime variavam de um apelo emocional, acusando-os de anti-patriotas e traidores fascistas, a um tipo de negociação, onde se permitia que algumas entidades integralistas fossem fundadas para reorganizar o movimento. O fato é que a conjuntura de guerra modifica significativamente a relação do regime com o integralismo. O embate com o fascismo passa ser inevitável. Inevitável também se torna um maior cerco em relação aos correspondentes fascistas no Brasil, entre eles, os integralistas. Por outro lado, a guerra fortaleceu a oposição ao regime, que referenciada em valores tidos como democráticos, acusava o Estado de estar em descompasso com o bloco na qual tomara partido no conflito mundial. Nessas condições, tornava-se cada vez mais imprescindível ao regime a reconfiguração de sua base de sustentação política, e os militantes integralistas ainda em atividade não poderiam ser descartados. Este impasse caracterizou a ação do regime nos meses finais de 1942 e início de 1943.

Frente a esse quadro, uma vez mais com o incentivo do Departamento de Imprensa e Propaganda, seguidas matérias jornalísticas envolvendo integralistas “arrepentidos” passam a ser veiculadas na imprensa em âmbito nacional. O conteúdo das matérias, como apontei, girava em torno de entrevistas, que em geral procurava esclarecer ao grande público, sobretudo antigos militantes da Ação Integralista Brasileira, os motivos que os teriam feito renegarem a doutrina e optar pelo Estado Novo. Entre todos os entrevistados, destaca-se San Tiago Dantas. Sem dúvida, a principal aquisição estadonovista pelo lado integralista. Não aleatoriamente, a entrevista do ex-membro do integralismo ao jornal Diário de Notícias ganha espaço em diversos outros veículos de comunicação. Como procurei apresentar, San Tiago prolixamente fundamenta sua saída do integralismo, bem de acordo com os intentos do Estado Novo. Por assim se portar e pela proeminência que assumiu no processo, com segurança defino Dantas como principal intelectual do *consenso nacionalista*.

Paralela a tais entrevistas, observou-se a ação do regime no sentido criar um ambiente favorável à incorporação dos integralistas. Para isso, mobilizou-se inúmeros articulistas que, de formas variadas, – sem, por certo, deixar de referendar a falência do integralismo – se dedicaram a defender junto à opinião pública a participação destes, ou pelo menos de parte destes, no governo. Permeou seus argumentos a idéia de união nacional.

No entanto, a opção do regime em querer contar novamente com integralistas esbarrará nas circunstâncias postas pelo conflito mundial. O enfraquecimento cada vez mais evidente do regime, incapaz de controlar as insatisfações populares, contrastava com o fortalecimento dos setores antifascistas articulados na opinião pública do período, que constantemente denunciavam a participação de integralistas no governo. O resultado é a fragilização do canal de contato com massa integralista, ainda em andamento. Nesse ínterim, para completar o quadro, ganha publicidade uma série de notícias referentes à participação de integralistas em operações de espionagem nazista no Brasil.

Isto posto, concluo que o período inaugurado pela entrada do Brasil na guerra foi marcado pela diminuição significativa das ações integralistas, com o recuo da organização em entidades nacionalistas, pela manutenção da repressão aos setores opositores – especialmente os detidos nos presídios políticos da ditadura – e pela acusação ao integralismo de extremismo totalitário, anti-patriota e satélite do nazismo. É dessa forma, sem forças para se defender da pecha de traidores, que se encerrava a participação dos integralistas no jogo político do Estado Novo.

4.7 – Integralistas no Estado Novo: intervenção e luta política

O capítulo que agora concluo encerra toda uma reflexão relativa à ação dos integralistas nas disputas políticas que ocorreram durante o Estado Novo. Reflexão essa, que, primeiramente, por retomar algumas questões concernentes à formação do movimento na década de 1930 e a ação militante no seio da AIB (segundo capítulo), procurou, e não poderia ser diferente, criar um nexos entre tais condicionantes e os resultados políticos do contexto em que o integralismo foi mantido proibido. Já naquele período, mesmo sob julgo da hierarquia do movimento, posteriormente, partido – que permaneceu por todo tempo empenhada na conformação de uma frente política que interviesse efetivamente de maneira homogênea – não há como não considerar as cisões

doutrinárias, que em boa parte das vezes refletiam em divisões sobre concepções na forma de atuação.

Essa observação em muito se deve a uma opção teórico-metodológica, mais de uma vez consignada, que pressupõe serem os integralistas, em todas as posições hierárquicas, sujeitos do processo em questão, aptos a seguirem percursos não necessariamente de acordo com os propostos por suas lideranças imediatas e superiores. Idéia que procuro adicionar ao entendimento da conjuntura do Estado Novo.

Esta pesquisa apresenta como um de seus resultados a constatação de que o integralismo não encerrou suas atividades com o fechamento da AIB em dezembro de 1937. Muito ao contrário, por boa parte da ditadura os integralistas se mantiveram ativos na reorganização do movimento na capital federal, obtendo, em não raras situações, relativo sucesso. Entretanto, como era de se esperar, a resposta integralista ao revés político ocorreu sob forte pressão do governo, que por dois momentos ganhou a forma de *consenso*, na definição que expus. Ainda sobre o *consenso*, se pode ponderar que foi operado sob uma extensa ação propagandística, envolvendo os meios de comunicação disponíveis, quase sempre articulados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. A ação consensual, no caso específico dos integralistas, também foi operada pela polícia, agência que, pela condição que figurava perante o presidente, expressava de maneira menos turva os intuitos do regime.

Mas o Estado Novo não correspondeu por todo tempo a um período de manutenção do *consenso nacionalista*, apesar do nacionalismo não ter sido em nenhum momento descartado. O que de alguma forma atenuou a ação do regime sobre os integralistas. Seguiu ao primeiro consenso – que defini corresponder ao período de decretação do golpe de 1937 aos meses posteriores a tentativa frustrada de golpe integralista em 1938 – um período de arrefecimento da repressão e retorno a algum tipo de negociação, materializada na *complacência*, por certo, *regulada*, para reorganização dos integralistas em novas entidades. Esse período estende-se até finais de 1941, contexto de fechamento da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa – o mais elaborado investimento político-doutrinário do movimento na capital. Daí em diante, sobretudo após o afloramento do debate relativo à entrada do Brasil na guerra mundial, até o fim do regime ditatorial configura-se um ambiente excessivamente inóspito a causa integralista, já naquelas alturas convalescente. Nesse último momento, a reboque dessa

conjuntura internacional de guerra mundial, opera-se, pela segunda vez no Estado Novo, um consenso que novamente volta manusear, com extremo sucesso, elementos nacionais. Aos integralistas, essa ação do regime pareceu avassaladora e de resultados em curto prazo irrecuperáveis.

No entanto, até o fechamento da CJBI, e mesmo após, nas prisões, os integralistas, mesmo em condições desfavoráveis, não abandonaram a luta. A propósito, como evidenciei, reconheço como integralistas aqueles que se mantiveram ligados à doutrina durante a ditadura ou que pelo menos não aderiram ao Estado Novo nesse interregno. Mas isso não significa que desenvolveram a mesma estratégia de luta. Pelo contrário, no Rio de Janeiro, houve aqueles que partiram para o enfrentamento, promovendo duas tentativas de golpe e outras tantas articulações *subversivas* contra o regime e os que optaram pela reorganização permeada por uma tênue negociação pactuada com o governo.

Considerações Finais

A dissertação que aqui conluo procurou demonstrar que o integralismo caracterizou-se como um movimento político bem mais abrangente do que comumente se propõe. Muitas vezes limitada a estereótipos, a bibliografia especializada e, sobretudo, a não especializada propagou uma imagem do movimento dissonante da realidade. Em caminho inverso, foi justamente essa realidade que me preocupei em apreender. Para isso, empenhei-me em acessar uma documentação que me colocasse numa condição de compreender a complexidade das relações envolvendo integralistas.

Os processos 600 e 606 do Tribunal de Segurança Nacional, que tratam da tentativa de golpe de maio de 1938, confirmam a hipótese, já repisada, de terem os integralistas agido em conluio com setores “liberais” liderados por Severo Fournier. Tais processos também asseveram que um número considerável de militantes participou dos preparativos do golpe, porém deixa claro que poucos assumiram suas posições no momento exato de sua deflagração. A falta de unidade política correspondeu como a principal causa de seu fracasso.

A leitura mais atenta da bibliografia coloca sérias dúvidas sobre a interpretação de ser Plínio Salgado um político diletante. O resultado do processo, caracterizado pela estrondosa derrota integralista, se impõe sobre o desenrolar dos fatos. Desconsidera-se a formação do integralismo, conturbada e fruto de intensas disputas, e relega-se a Plínio Salgado a pecha de articulador despreparado: o integralismo teria sido derrotado pela total ingerência de seu dirigente maior, argumentam muitos trabalhos. Não resta dúvida de que, o que se atribuí a ineficiência de Salgado, é na verdade pulsão militante, que não fora controlada pelo chefe é verdade, mas que também não o fora pelo Estado Novo. Plínio Salgado era reconhecido como a principal liderança do movimento, entretanto, esteve longe de ser incontestável. Aliás, se pode dizer que este era o projeto – muito bem apreendido pelos pesquisadores que se dedicaram a literatura da doutrina –, contudo, este não chegou a se concretizar, pois, o movimento acabou sendo fechado prematuramente.

Esta dissertação também tratou da ação do governo, que não mediu esforços para transformar a derrota do integralismo em ganho político imediato. Suas investidas tiveram parcialmente sucesso: muitos integralistas foram assimilados pelo Estado Novo,

porém outros tantos se posicionaram em lado oposto. Houve aqueles que priorizaram a reorganização do movimento em entidades “nacionalistas”, como a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa – o mais competente Aparelho Privado de Hegemonia dos integralistas da capital, agência política mais atuante no contexto ditatorial. Em boa parte das vezes, é bom que se frise, tais entidades se movimentaram graças às negociações com o regime.

Já em relação à ala subversiva do movimento o regime não foi nada complacente, pelo contrário, a repressão não poupou brutalidade, seja nas prisões ou nas penitenciárias, os integralistas vivenciaram, com poucas exceções, a condição de preso político numa ditadura. Entretanto, esses condicionantes pouco abalaram suas convicções. Suas posições de defensores da ordem, acabaram por criar a situação atípica de subversivos a serviço da ordem.

No que se refere às relações políticas entre integralismo e Estado Novo o nacionalismo cumpre um papel central. Elemento manuseado por ambos os grupos, apesar de, sob a forma de consenso, ter se mostrado demasiadamente útil ao projeto estadonovista, acabou também por garantir alguma sobrevivência ao integralismo durante a ditadura, que se valendo de seu poder mobilizador procurou manter vivo seu projeto.

No mais, outras questões poderiam ser levantadas ao longo do texto, se não as considerei foi porque não fui capaz de maior sensibilidade ou, então, as julguei menos pertinentes para a compreensão do movimento integralista no Estado Novo.

FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil

- Arquivo Getúlio Vargas (GV)

GV c 1938.05.13 – folhas 3 e 4, 11 a 13; GV c 1938.10.05 – folhas 1 e 2; GV c 1938.11.15 - folhas 1 a 3; GV c 1939. 01.05 – folhas 1 e 2; GV c 1939.05.20\1 – folhas 1 a 7; GV c 1939.12.09\1 – folhas 1 e 2; GV c 1944.06.02 – folhas 1 e 2 ; GV confid. 1938.00.00\3 – folhas 1 e 2; GV confid. 1938.01.28; GV confid. 1938.12.10 – folhas 1 e 2; GV confid. 1939.02.04 – folhas 2 a 17; GV confid. 1939.02.06 – folhas 1 a 3; GV confid. 1940.06.29\3 – folhas 1 a 5; GV confid. 1941.05.15\1 – folhas 1 a 3; GV confid. 1941.09.11\1 – folhas 1 a 3; GV c. 1938.01.00; GV c. 1939.05.16; GV c 1939.05.20\01 – folhas 1 a 6; GV c 1939.10.13; GV c 1939.12.09\1 – folhas 1 a 3; GV confid. 1938.01.11; GV confid. 1941.10.17 – folhas 1 a 4; GV confid. 1941.10.18 ; GV confid. 1941.11.14\2 - folhas 1 a 3; GV confid. 1941.11.16 – folhas 1 a 3.

- Arquivo Rosalina Coelho Lisboa (RCL)

RCL c 1939.06.22 (*Documentos diversos*)

- Arquivo Gustavo Capanema(GC)

GC b Lisboa, R. – rolo 4 fot. 353 a 356 (*Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Gustavo Capanema*);

GC b Reale M. – rolo 5 A fot. 808 a 813 (*Carta de Reale a Capanema*), (*Recorte de Jornal “O Estado de São Paulo”*) e (*Carta dos estudantes da USP sobre a greve estudantil na Faculdade de Direito*);

GC b Dantas, Santiago - f rolo 5 fot. (10 (2) a 19 (*Cartas de San Tiago Dantas a Capanema*);

GC b Lanari – rolo 4 fot. 10 a 12 (*Carta de Amaro Lanari sobre a sua não participação no levante de maio de 1938*).

GC PI Capanema – rolo 7 fot. 651 a 659 (*Discurso de Capanema falando de Duque de Caxias*).

- Arquivo Filinto Miller (FM)

FM ch p b jornais (*Informações sobre jornais do Rio de Janeiro*)

APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro)

- Fundo: Polícia Política, Série: integralismo, Pastas: 1 a 26

Dossiês referentes às seguintes entidades integralistas:

Flexas Verdes; Colégio Andrade; Associação Feminina de Encarcerados, Assistências as Famílias Empobrecidas; Socorro Verde, Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma; Academia Juvenal Galeno; Adélia F. C.; Revista Brasil Mineral; União Brasileira de Imprensa; Revista Rataplan; Clube Yrapurús; Revisya Gurya; Instituto Nacional de Escotismo; Associação Espirita Francisco de Paula; Flor de Liz; Cestos para Natal; Serviços Informativos Reunidos; Colégio Paulo de Frontin; União “Discípulos de Jesus”; Apolo Sport Club e Cruzada Juvenil da Boa Imprensa; Triunfo Sport Club; Pan-film; Sociedade Editora Panorama; Penha Club; Revista Medicina Técnica – Social; Colégio Bilac; Revista Nova Atlântida; Grêmio Literário Farias Brito; Gazeta de Notícias; Bloco carnavalesco “Os águias”.

Em especial:

Panfleto de Ordem do Apolo Sport Club;

Carta de Maurício Limbo de Abreu, primeiro vice-presidente da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa endereçada a Getúlio Vargas em 02\01\1941;

Exposição feita por Plínio Salgado “Sobre as démarches para o fechamento do integralismo”, 01\07\1940;

Relatório do Cap. Delegado Especial endereçado a Filinto Miller, 28\12\1940;

Relatório de J. Machado Lima, chefe de Segurança Política endereçado a Getúlio Vargas, 26\03\1941;

Estatuto da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa;

Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, circular nº 5, 18\07\1941;

Jornal “Vanguarda”, sem data, dossiê 04\09\1941;

Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, sem data;

Comunicação do Chefe de Sessão de Segurança Social Seraphim Braga, 28\07\1941;

Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, 01\08\1941;

Circular da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, 13\09\1941;

Documento da Polícia Civil de 28\08\1941.

• Fundo: DESPS, Série: dossiê, notação: 83

Inquérito sobre a tentativa de sabotagem do navio Winduck, praticada por Túlio Régis do Nascimento e diversos integralistas.

Arquivo Nacional

• Fundo San Tiago Dantas

Santiago AP 47(23) – especialmente cartas de Almir Andrade, Américo Lacombe e Amoroso Lima;

Santiago AP 47(30) Pacotilhas 1 e 2 – Papeis políticos, cartas, telegramas e recortes de jornais (rompimento com o integralismo);

Santiago AP 47(24) – especialmente cartas de Miguel Reale e Maurício Andrade;

Santiago AP 47(49) – especialmente o artigo “Por que deixei de ser integralista?”, depoimento do Prof. Isaías Alves.

• Fundo Gabinete do Ministro da Justiça

Pastas: Ij1 1477; Ij1 1522; Ij1 1382; Ij1 1376; Ij1 1476; Ij1 1362; Ij1 1322; Ij1 1492; Ij1 1422; Ij1 1424.

Em especial:

Lista de presos de Fernando de Noronha, 26\02\1942;

Lista de presos de Ilha Grande, 27\04\1944;

Carta de Belmiro Valverde ao Diretor do Presídio de Ilha Grande;

Relatório sobre atividades antifascistas.

• Fundo Tribunal de Segurança Nacional

Processo nº 600 – Microfilmes (AN 330-2003; AN 331-2003; AN 332-2003; AN 333-2003; AN 011-2004), referente à tentativa de golpe em maio de 1938;

Processo nº 543 – Microfilme (AN 034-2004), referente à ação de integralistas no Paraná;

Processo nº 606 – Microfilme (AN 045-2004), referente à tentativa de golpe em maio de 1938;

Processo nº 677 – Microfilme (AN 138-2004), referente à distribuição de boletins subversivos;

Processo nº 697 – Microfilme (AN 215-2004), referente à articulação de integralistas;

Processo nº 698 – Microfilme (AN 215-2004), referente à articulação de integralistas na Inspetoria de Tráfego;

Processo nº 737 – Microfilme (AN 224-2004), referente à cartas integralistas;

Processo nº 822 – Microfilme (AN 303-2004), referente à integralistas portando armamentos;

Processo nº 611 – Microfilme (AN 139-2004), referente a integralistas portando armamentos.

BIBLIOGRAFIA

- AGGIO, Alberto (org.) *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ALTHUSSER, Louis P.. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução. O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- BOBBIO, Norberto et alii (org.) *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2007.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONIFÁCIO, M. Fátima. *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*. São Paulo, Annablume, 1999.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Por Alegre, Edipucrs, 2001, "Coleção História: 39".
- CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói, UFF, 2005.
- CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- CANCELI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Memória e integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2002.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937 – 1945*. São Paulo, Difel, 1976. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”.

CARONE, Edgard. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977, Coleção “Corpo e Alma do Brasil”.

CARVALHO, José Batista de. Apresentação. In: *A Verdade sobre o Integralismo*. Edições GRD, São Paulo, 1996.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma da regressividade no capitalismo hiper tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: *Ideologia e Mobilização Popular*. CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Silvia de Carvalho (orgs).São Paulo: Paz e Terra, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2004.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1932 – 1942.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; UFMG, 1997.

FAUSTO, Bóris. *Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)*. In: *Novos Estudos* (CEBRAP). São Paulo, nº 20, março, 1988.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FENELON, Déa. O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo? In: *Revista História e Perspectiva*. Uberlândia, Jan-Jun 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2007.

FONTANA, Joseph. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas, influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUIMARÃES, Maria Elisa W.. *Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação*. 1999UERJ, Dissertação de (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOBBSBAWM, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 170 e 171.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª Edição. Campinas: Papyrus, 1986.

MACCIOCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, Terra e Liberdade: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MACIEL, Laura A.. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880\1920. In: FENELON, Déa R. et alii (org.) *Muitas Histórias, Outras Memórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Hegemonia e Revolução Passiva: conceitos de Gramsci e história do Brasil Republicano*. Comunicação apresentada no V Simpósio Nacional Estado e Poder: Hegemonia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, outubro, 2008.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania*. In: Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 1, p. 94-125.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando Corpos e Criando a Nação: Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares no Estado Novo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro, 2003.
- PARENTE, Jocênio C.. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza: UFC Edições, 1999.
- PAULO, Helena Helena de Jesus. *O D. I. P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal*. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado), Niterói, 1986, p. 11.
- PAXTON. Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- POSSAS, Lidia Maria Viana. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus Assis), 1992.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Integralismo entre a família e o Estado: Uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Record/RCB, 2008.
- REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, Joaquim Alcides Toledo. *Nações e Nacionalismos: o nacionalismo de Vargas entre 1930 e 1945*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926 – 1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SALGADO, Plínio. *Integralismo Perante a Nação*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S. A., 1955.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa (Orgs). *O Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra as forças do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

SILVA, Giselda Brito. Getúlio Vargas, a Polícia, os Integralistas: aliados ou adversários? In: SILVA, Giselda Brito & ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de Almeida. *Ordem e polícia: controle político – social e formas de resistências em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX*. Recife, UFRPE.

SILVA, Giselda Brito. Ação Integralista Brasileira e a Ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 1937 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. 10ª Edição. São Paulo: Difel, 1978.

HILTON, Stanley. *O Brasil na crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977.

THOMPSON, Edward P.. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P.. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

TRINDADE, Héliogio. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III; o Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.

VASCONCELOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)